FACULDADE DE CIÊNCIAS DO
SPORTO E DE EDUCAÇÃO FÍSICA

UNIVERSIDADE DO PORTO

Espaços Lúdico-Desportivos para a Infância

Estudo das rotinas das crianças nos espaços de lazer

Pedro Manuel Arteiro Falé

Outubro de 2000

Dissertação de Mestrado na área de especialização em Gestão Desportiva sob a orientação da Professora Doutora Beatriz Oliveira Pereira

Pedro Manuel Arteiro Falé

Espaços Lúdico-Desportivos para a Infância

Estudo de caracterização dos espaços lúdico-desportivos e das rotinas das crianças no concelho da Póvoa de Varzim

Dissertação elaborada sob a orientação
da Professora Doutora Beatriz Pereira
com vista à obtenção do grau de Mestre
na área de especialização em Gestão Desportiva

UNIVERSIDADE DO PORTO

Agradecimentos

Prestes a concluir-se este estudo, impõe-se-nos a necessidade de reflectir sobre o percurso realizado, relembrando as dificuldades surgidas e ultrapassadas, as dúvidas sentidas e partilhadas, e sobretudo reconhecer e ter sempre presente a vontade, o saber e a disponibilidade de pessoas que desde o início, desinteressadamente, nos acompanharam e ajudaram.

Por essa razão, aqui e agora, de forma simples e clara, gostaríamos de deixar bem expresso os nossos agradecimentos às seguintes pessoas e instituições.

À Professora Doutora Beatriz de Oliveira Pereira, desejo manifestar os meus agradecimentos pela atitude positiva e competência que sempre evidenciou na orientação do presente estudo.

Ao Professor Doutor Pedro Sarmento, pelo estímulo e disponibilidade demonstrada.

À Drª. Cláudia Norte pelo empenho demonstrado, pela disponibilidade manifestada e pelo contributo ímpar que deu a este estudo.

À Drª. Maria da Guia pelo ânimo e apoio demonstrado.

À Susana Bento pela força e ânimo dado.

Ao Dr. Dimas Pinto pelo incentivo e disponibilidade.

Ao Dr. Castro Lopes pelos momentos de ânimo e angústia vividos e partilhados.

Ao Professor Doutor Jorge Mota, pela bibliografia disponibilizada.

Aos colegas do, pelo espírito de abertura e amizade criada e mantida.

Ao Rui Gomes do Gabinete de Desporto da Câmara Municipal da Póvoa de Varzim, pelo incansável apoio e dedicação.

À Engenheira Conceição Melo e Arquitecta Susete, do D.G.U.A. - Sistemas Geográficos Municipais, pela disponibilidade e colaboração prestada.

Ao Senhor Presidente da Câmara Municipal e Presidentes das Juntas de Freguesia do Concelho da Póvoa de Varzim, pelo tempo concedido e opiniões manifestadas.

À Andreia, à Márcia e à Sónia pela colaboração prestada.

Às Crianças e Professores do 1º ciclo do ensino básico pelo contributo proporcionado.

Finalmente, à Ni, minha mulher, e às minhas filhas Gisela, Silvana e Susana, pela compreensão no tempo retirado ao convívio familiar.

RESUMO

Esta investigação, realizada no âmbito geográfico do concelho da Póvoa de Varzim, teve como principais objectivos caracterizar os espaços lúdico-desportivos públicos para a infância, e, identificar as rotinas das crianças relativamente a esses espaços.

Para o efeito, realizaram-se dois estudos (A e B). Para o primeiro estudo foi feito o levantamento dos espaços lúdicos e desportivos, e para o segundo foram seleccionadas aleatoriamente 371 crianças, de ambos os sexos, com idades compreendidas entre os 7 e os 12 anos, pertencentes aos meios rural e urbano e a frequentarem o 1º ciclo do ensino básico.

Foram formuladas hipóteses e definidas variáveis para a verificação decorrente de cada um dos estudos.

A recolha dos dados do estudo A, foi feita através de fichas de levantamento consoante a tipologia do espaço, e os dados do estudo B tiveram por base o questionário efectuado a todas as crianças seleccionadas.

Para o tratamento dos dados, utilizamos um método descritivo comparativo, com base numa análise percentual.

Os resultados obtidos no estudo A, mostraram que:

- Existem diferenças entre o meio rural e o meio urbano, no que se refere ao número, tipologia e distribuição pelo concelho, havendo uma acentuada concentração de equipamentos na única freguesia urbana, e resumindo-se quase aos campos de futebol os das áreas rurais.

- Mais de metade das freguesias do concelho, não possuem um único espaço lúdico infantil, quando se verifica que aproximadamente 60% das crianças vivem no meio rural, onde os espaços já não são tão abundantes e seguros há una anos a esta parte.

- A maioria das instalações estão concebidas mais na óptica da actividade desportiva formal, do que na perspectiva da actividade informal do cidadão adulto e da criança.

- As características dos espaços lúdicos infantis, pela sua formalidade proporcionam às crianças experiências motoras pouco diversificadas.

Os resultados do estudo B, revelaram que:

- Os parques infantis constituem a quase totalidade da oferta de espaços para as crianças brincarem, apesar destas afirmarem que são poucos, e os que existem não se encontrarem próximos da habitação.

- Os pais e mães são os principais acompanhantes das crianças, quando estas vão brincar ao Parque Infantil. À medida que a idade aumenta, diminui a companhia dos pais a favor dos amigos.

- Não existe correspondência entre as actividades que as crianças mais realizam (andar de bicicleta), e as que preferiam realizar (nadar).

- Sensivelmente 40% das crianças dizem praticar regularmente uma actividade desportiva. Contudo o número diminui quando se trata de crianças do meio rural.

Dos dois estudos ressalta o facto dos espaços com características lúdico-desportivas, além de serem de uma forma geral insuficientes, penalizam mais a população do meio rural.

ABSTRACT

The main goals of this investigation, carried out within the limits of the county of Póvoa de Varzim, were to characterize the public playgrounds for kids and to identify the children's routines concerning these spaces.

In order to do so, two studies (A and B) were conducted. In study A, a list of all spaces for amusement and exercise available, and in study B, 371 children from both sexes, 7 to 12 years old, coming from rural and urban backgrounds and attending primary school were randomly selected.

Several hypothesis were drawn and several variables were defined so as to verify the results from each study.

The recollection of the data to the type of space, and the data from study were based on a questionnaire presented to the selected children.

For the treatment of the data, a descriptive / comparative method was used and its analysis was based on percentage.

The results obtained in study A have shown that:

- there are differences between rural and urban areas, in terms of number, type and distribution within the county. Thus, there is a strong concentration of equipment in the city, and in the rural area there are almost exclusively football fields.

- more than a half of the municipalities within the county do not possess a single playground for kids. Nevertheless, approximately 60% of the children live in the rural area, where the spaces provided are no longer as abundant or safe as they used to be.

- most facilities are designed to serve formal spot activities better than the informal activities of the adult citizen and of the child.

- the features of the playgrounds for kids, as formed spaces, provide a small diversity range of physical experiences for children.

The results from study B have shown that:

- the playgrounds for kids, are though very few, are the children's only offer to play, and the existing ones are far from their houses.

- parents are the children´s main companions when they go to the playground. As they grow older, parents are replaced by their friends.

- there is no correspondence between the activities the children undertake (riding their bicycles), and those they would like to (swimming).

- approximately 40% of the children state that they practise sports regularly. However, this percentage decreases when the children come from a rural background.

CAPÍTULO VI
MÉTODOS E PROCEDIMENTOS

2.5 – BREVE INTRODUÇÃO 94
2.6 – Definição das variáveis em estudo 96
2.7 – A Pesquisa do Sistema de Informação 97
2.8 – Métodos de Pesquisa 98
2.8.1 – Métodos Qualitativos 98
2.8.2 – Métodos Quantitativos 99
2.8.3 – Entrevista Pessoal 100
2.8.4 – Amostragem 101
2.8.4.1 – Fundamentos da Amostra 101
2.8.4.2 – Processo de Amostragem 102
2.8.4.3 – Procedimento da Amostragem 102
2.8.4.4 – Procedimentos de amostragem probabilística 103
2.8.4.5 – Determinação da amostra 104
2.8.4.6 – Cálculos de amostragem 105
2.9 – Caracterização da Base de Amostra 106
2.10 – Questionário 107
2.10.1 – Considerações preliminares 109
2.10.2 – Conteúdo das questões 109
2.10.3 – Formato das questões 110
2.10.5 – Características físicas 112
2.10.6 – Realização de testes e revisão, e ajustes finais 113
2.11 – Processamento da informação 113
2.11.1 – Codificação das questões 114
2.11.2 – Transferência da informação 115
2.11.3 – Especificações da tabela 115
2.12 – Análise da informação 116
2.12.1 – Procedimentos para a elaboração de tabelas 116
2.12.2 – Representação gráfica da informação 117
2.13 – Relatório dos resultados da pesquisa 117

PARTE III
ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

3.1 – INTRODUÇÃO 120

3.2 – ESTUDO A 121

3.2.1 – CARACTERIZAÇÃO DOS ESPAÇOS LÚDICOS 121

3.2.1.1 – Número e distribuição concelhia 121

3.2.1.2 – Ano e período de construção 122

3.2.1.3 – Propriedade e gestão 125

3.2.1.4 – Localização, área e posicionamento 126

3.2.1.5. – Vedação, piso e superfície de impacto 129

3.2.1.6 – Acessibilidade, utilização e funcionamento 132

3.2.1.7 – Equipamento e material do espaço de jogo 133

3.2.1.8 – Mobiliário de apoio ao espaço de jogo 135

3.2.2 – CARACTERIZAÇÃO DOS ESPAÇOS DESPORTIVOS 136

3.2.2.1 – Número e tipologia 136

3.2.2.2 – Distribuição dos espaços desportivos 137

3.2.23 – Ano e período de construção 140

3.2.2.4 – Propriedade e gestão 141

3.2.2.5 – Localização, área e posicionamento 143

3.2.2.6 – Vedação e pavimento de jogo 146

3.2.2.7 – Utilização, acessibilidade e funcionamento 148

3.3 – ESTUDO B 150

3.3.1 – ESPAÇOS E ACTIVIDADES LÚDICO-DESPORTIVAS INFANTIS 150

3.3.1.1 – Caracterização: idade, sexo, meio e ano de escolaridade 151

3.3.1.2 – Identificação do espaço "parque infantil" 151

3.3.1.3 – Localização do "parque infantil" 152

3.3.1.4 – Utilização, frequência e acompanhantes ao P. Infantil 154

3.3.1.5 – Frequência semanal e mensal segundo o habitat 155

3.3.1.6 – Razões que condicionam a ida ao P. Infantil 156

3.3.1.7 – Acompanhantes da criança ao parque infantil 157
3.3.1.8 – Período de utilização predominante do P. Infantil 159
3.3.1.9 – As actividades mais realizadas e preferidas 160
3.3.10 – Actividades nunca realizadas pelas crianças 161
3.3.1.11 – Opinião das crianças sobre o número de espaços para brincar 162
3.3.1.12 – Local onde a criança brinca mais vezes 163
3.3.1.13 – Hábitos e modalidades desportivas de prática regular 164
3.3.1.14 – Locais utilizados para a prática desportiva regular 166

PARTE IV

CONCLUSÕES

4. – Conclusões 168
4.1 – introdução 168
4.2 – Resumo do Estudo 168
4.3 - Conclusões 169

BIBLIOGRAFIA

ANEXOS

ÍNDICE

	Pág.
AGRADECIMENTOS	I
RESUMO	II
ABSTRACT	III
ÍNDICE	IV
LISTA DE FIGURAS	V
LISTA DE QUADROS	VI
INTRODUÇÃO	1
PARTE I	
ANÁLISE DA LITERATURA	
INTRODUÇÃO	5
CAPÍTULO I	
O DESENVOLVIMENTO HUMANO	
1 – PERSPECTIVA DO DESENVOLVIMENTO HUMANO	6
2 – DESENVOLVIMENTO INFANTIL	10
2.1 – Desenvolvimento da criança dos 6 - 12 anos	10
2.2 – Actividade Física e desenvolvimento motor infantil	11
2.3 – O jogo e as actividades lúdico desportivas na infância	14

CAPÍTULO II

3 – CONCEPTUALIZAÇÃO DO LAZER E DOS TEMPOS LIVRES 19

3.1 – Concepções do Lazer 19
3.2 – Conceitos de Tempos Livres 21
3.3 – Lazer, Tempo Livre e Actividades Físicas 22
3.4 – Conceitos e factores de socialização da criança 23
3.5 – A Família 26
3.6 – A Escola e os Amigos 28
3.7 – Os Meios de Comunicação 29
3.8 – O contexto Sócio-Cultural 30

CAPÍTULO III
OS ESPAÇOS LÚDICO-DESPORTIVOS

4 – BREVE INTRODUÇÃO 32
4.1 – A importância do Espaço no Desporto da Criança 32
4.2 – Tipologia dos Espaços Lúdico-Desportivos 36
4.2.1 – Introdução 36
4.2.2 – Descrição e Definição dos Espaços Lúdicos e Instalações de Base Recreativa e Formativa 38
4.3 – PLANEAMENTO DOS ESPAÇOS LÚDICO-DESPORTIVOS 41
4.3.1 – Introdução 41
4.3.2 – Planeamento e Normas de Programação dos Equipamentos Colectivos 42
4.3.3 – A Planificação do Espaço de Jogo Infantil 50
4.3.3.1 – A Localização do Espaço 52
4.3.3.2 – As diferentes Áreas de Jogo 54
4.3.3.3 – O Terreno de Jogo 55
4.3.3.4 – A Drenagem do Solo 56

4.3.3.5 – Piso e Superfície de Impacto 57
4.3.3.6 – O Equipamento do Espaço do Jogo 61
4.3.3.7 – A Manutenção e Vigilância do Espaço 65
4.3.3.8 – A Gestão e a Animação Supervisionada 68
4.3.3.9 – Mobiliário de Apoio 72
4.3.3.10 - Segurança 74

CAPÍTULO IV

AUTARQUIAS

4.1 – BREVE INTRODUÇÃO 77
4.2 – A IMPORTÂNCIA DA INTERVENÇÃO AUTÁRQUICA 78
4.3.- ATRIBUIÇÕES E COMPETÊNCIAS DAS AUTARQUIAS 81
4.4 – BREVE COMENTÁRIO 84

PARTE II

ORGANIZAÇÃO E PLANIFICAÇÃO DO ESTUDO

CAPÍTULO V

OBJECTIVO DO ESTUDO

2.1 – Introdução 87
2.2 – Enunciado da Problemática em Estudo 89
2.3 –Discriminação dos objectivos do Estudo 90
2.4 – Formulação das Hipóteses 91
2.5 – Técnicas e instrumentos utilizados na recolha de dados 92

Lista de Figuras

Pág.

- Fig. 1 - Passos para a elaboração de um questionário 108
- Fig. 2 - Ano de construção dos Parques Infantis 122
- Fig. 3 – Período de construção dos Parques Infantis 123
- Fig. 4 – Localização, Área e Posicionamento 126
- Fig. 5 – Número e dimensão dos Parques Infantis 127
- Fig. 6 – Tipo e material de vedação dos P. Infantis 130
- Fig. 7 – Material utilizado no piso do Parque Infantil 130
- Fig. 8 – Equipamento do Espaço de Jogo 134
- Fig. 9 – Número e Tipologia das Instalações Desportivas 136
- Fig. 10 – Distribuição das Instalações Desportivas por Meio 138
- Fig. 11 – Período de construção das Instalações Desportivas 140
- Fig. 12 – Localização das Instalações Desportivas 144
- Fig. 13 – Área das Instalações Desportivas 144
- Fig. 14 – Vedação e Material das instalações Desportivas 146
- Fig. 15 – Pavimento e material das instalações Desportivas 147
- Fig. 16 – Localização do P. I. próximo da habitação 153
- Fig. 17 – Localização do P. I. consoante o meio urbano e rural 154
- Fig. 18 – Frequência Semanal e Mensal do P. I. 155
- Fig. 19 – Frequência do P. I. por habitat 156
- Fig. 20 – Razões que condicionam a ida ao P. Infantil 157
- Fig. 21 – Acompanhantes da criança ao P. Infantil 158
- Fig. 22 – Acompanhantes ao P. I. por grupo etário 158
- Fig. 23 – Período predominante de utilização do P. I. 159
- Fig. 24 – Actividades mais realizadas e preferidas 160
- Fig. 25 – Actividade nunca realizada pela criança 162
- Fig. 26 – Opinião sobre os espaços para brincar 162
- Fig. 27 – Opinião sobre os espaços por Meio 163
- Fig. 28 – Locais mais utilizados para as crianças brincarem 164
- Fig. 29 – Prática desportiva regular por habitat 165
- Fig. 30 – Modalidades desportivas praticadas regularmente 165
- Fig. 31 – Locais mais utilizados para a prática desportiva 166

Lista de Quadros

Pág.

- Quadro 1 - Material dos pisos dos espaços de recreio 58
- Quadro 2 - Universo da Amostra 103
- Quadro 3 – Distribuição da Amostra 105
- Quadro 4 – Propriedade e Gestão dos Parques Infantis 126
- Quadro 5 – Área útil de jogo 128
- Quadro 6 – Mobiliário de apoio ao Espaço de Jogo 135
- Quadro 7 – Distribuição das Instalações por Meio 137
- Quadro 8 – Propriedade e Gestão dos Equipamentos 142
- Quadro 9 – Tipo de Utilização Predominante 148
- Quadro 10 – Caracterização do Grupo de Amostra 150
- Quadro 11 – Conhecimento do espaço "Parque Infantil" 151

INTRODUÇÃO

"É preciso aprender todo o tempo da nossa vida. As pessoas, particularmente depois dos cinquenta, têm de voltar à escola, senão ficam completamente obsoletas."

Peter Drucker *(Executive Digest 1999)*

As características do desenvolvimento da sociedade moderna, têm criado entraves à organização do dia a dia da criança, colocando-lhe permanentemente barreiras a ultrapassar, e conflitos a resolver.

Para tal tem contribuído muito, a alteração dos estilos de vida dos adultos, sobretudo o do papel da mãe, que face às exigências e necessidades actuais, por um lado, a luta da mulher pela sua emancipação, por outro, tem colocado a criança num mundo cada vez mais desumanizado, e à mercê de toda a espécie de valores, que a tornam cada vez mais isolada e fragilizada.

Recentemente a televisão encarregou-se de nos transmitir, algo que os mais atentos já suspeitavam, mas que a maioria nem imaginava, "os pais portugueses, são dos pais europeus, aqueles que menos tempo passam por dia com os filhos", em média 36 minutos por dia. Menos vinte e tal minutos que os pais do norte da Europa. Não fossem os nossos vizinhos espanhóis, e os italianos, e a pressa com que um reputado psicólogo abonava a nossa qualidade da atenção e apoio à criança, por certo estaríamos tristes por sermos os piores pais da comunidade.

Se pensarmos que dos 365 dias do ano, a criança passa menos de metade (180) na escola, e destes apenas 900 horas, são de actividade curricular, podemos concluir que a criança efectivamente tem muito tempo livre, com muito pouco para fazer, sem grandes alternativas para onde ir, com poucas pessoas com quem estar. Aí começamos a reflectir, a pensar, a preocuparmo-nos, e se calhar a perceber, finalmente, a importância que podem representar os espaços e as actividades lúdicas na ocupação dos tempos livres diários da criança.

A importância que revestem os espaços de jogo no desenvolvimento motor e sócio-afectivo da criança, exige que a sua existência necessária tenha da parte das entidades competentes, a resposta mais adequada ao cumprimento dos seus direitos de crescer e viver. Não só com dignidade, mas sobretudo com qualidade.

As crianças adoram brincar, sobretudo no exterior, ao ar livre, o qual usufruindo de oportunidades únicas de jogo, e sobretudo de aprendizagem. Porém, só beneficiam do jogo se o realizarem em segurança, o que raramente sucede, pois frequentemente o equipamento de ar livre coloca perigos à criança, na medida em que a sua concepção e construção, não merecem cuidados especiais.

Neste aspecto, **Teotónio Lima (1986)**, salienta que tem vindo a ser desvalorizada a importância dos espaços lúdicos, destinados aos jogos de livre organização, auto-organizados pelas próprias crianças, seja nos terrenos das escolas, seja nos terrenos comunitários.

Pereira (1993), realça a interacção do indivíduo e dos espaços sociais, a qual deve estar presente ao longo de todo o ciclo de vida. Essa interacção deverá ter lugar desde a infância até geronte, passando pelo jovem e pelo adulto, e deverá incluir a família e as instituições sociais. Porém, refere que em Portugal os estudos realizados sobre os espaços de lazer na vertente desportivo-recreativa, são praticamente inexistentes.

Neto (1997), manifesta a sua preocupação ao afirmar que se tem vindo a assistir a um crescente analfabetismo motor, no desenvolvimento da criança, num esforço indisfarçável, para manter a criança intelectualmente activa e corporalmente passiva. E nesse sentido as crianças vêm cada vez mais reduzidos os seus espaços de jogo e o acesso a estes espaços.

As características dos espaços de jogo para as crianças de diferentes idades, exige que se conheça as suas necessidades motoras, as suas motivações, e sobretudo, as suas etapas de desenvolvimento. Nesta perspectiva tanto o desenho como os equipamentos e materiais a utilizar, podem fazer com que a criança se adapte aos mesmos, bem como estes sejam concebidos segundo as possibilidades das crianças.

Os parques infantis constituem um espaço comunitário acessível a todos, podendo assim contribuir para que a criança crie hábitos de vida activos, ao ar livre, com os consequentes reflexos sobre a sua saúde.

Segundo **Pires (1992)**, tem-se assistido nos últimos anos à ideia de que reside na existência do pavilhão, da piscina olímpica e dos grandes campos de futebol, o segredo do desenvolvimento desportivo. Segundo o autor, a opção política do pavilhão, traduzido em termos práticos, numa opção pelo betão armado, é um entrave ao desenvolvimento, na medida em que semelhantes estruturas se destinam a segmentos específicos e limitados da população. Parece assim que a preferência por este tipo de construção, tem acarretado prejuízos em detrimento de outros equipamentos lúdicos e desportivos.

Este estudo pretende estabelecer uma relação entre a criança e os diferentes tipos de espaço, dos quais ela se possa apropriar , nos seus tempos extracurriculares, proporcionando o prazer de brincar, só ou com os amigos.

Acalentamos a esperança de que este estudo, possa acrescentar algo de novo e útil, aos estudos que muitos investigadores têm levado a cabo, na expectativa de colocar a criança no centro da atenção do mundo do adulto.

PARTE I

ANÁLISE DA LITERATURA

INTRODUÇÃO

Nesta primeira parte, apresentaremos o enquadramento teórico do estudo, o qual estará subdividido em quatro capítulos.

No primeiro capítulo, abordaremos o desenvolvimento humano segundo diferentes perspectivas.

No segundo capítulo, vamo-nos debruçar sobre a importância dos factores que influenciam o desenvolvimento motor, intelectual e social da criança.

No terceiro capítulo faremos uma abordagem aos espaços de jogo e recreio, e falaremos do seu valor para o desenvolvimento infantil. Abordaremos aspectos ligados aos critérios de programação, planeamento, construção e gestão. Focaremos as suas características principais, na perspectiva da acessibilidade, funcionalidade e segurança, tendo em vista a obtenção máxima do valor lúdico e educativo da criança

No quarto e último capítulo, falaremos sobre as obrigações e competências do poder local, no âmbito dos espaços públicos de lazer, direccionados para a prática das actividades lúdico-desportivas infantis.

CAPÍTULO I

O DESENVOLVIMENTO HUMANO

1. PERSPECTIVAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO

Ao longo dos tempos o entendimento sobre os factores que influenciam o desenvolvimento humano, foram modificando ao ritmo das mudanças das necessidades sociais. Psicólogos e sociólogos levaram a cabo vários estudos, no intuito de encontrarem soluções, que permitam equacionar e resolver os problemas que afectam e preocupam a humanidade.

Dos estudos realizados sobre esta problemática resultaram teorias que procuraram explicar o processo de desenvolvimento humano, umas defendendo a perspectiva de que este se deve apenas a factores endógenos, outras justificando a indispensabilidade de factores exógenos para esse desenvolvimento.

Para **Piaget (1968)** a adaptação ao mundo envolve dois processos de interacção constante e permanente: a *assimilação*, que envolve a coordenação dos dados do mundo exterior, a incorporalização sucessiva dos estímulos táctilo-quinestésicos, auditivos e visuais; e *a acomodação*, que compreende a adaptação das estruturas interiores à realidade exterior, pela organização sucessiva do mundo em acções respectivamente indiferenciadas, diferenciadas e integradas.

Williams (1983) refere que para explicar o desenvolvimento humano, os investigadores têm adoptado, ou as teorias predeterminadas ou as teorias probabilísticas.

Para este autor, a teoria predeterminada, explica o desenvolvimento do ser humano numa perspectiva unidireccional, resultante da maturação dos mecanismos endógenos, e de forma irrelevante influenciado por factores externos.

Segundo **Cameira Serra (1992)** esta teoria analisa o desenvolvimento humano como uma máquina, podendo os seus comportamentos ou mudanças serem previstos ou prognosticados devido ao seu carácter automático, sequencial e invariante. O ser vivo pode, desta forma, ser decomposto nos seus elementos mais simples.

A psicologia social, tem dedicado parte do seu estudo à interacção do sujeito com o mundo que o rodeia, vendo desta forma o desenvolvimento humano como função simultaneamente da maturação biológica do indivíduo e das interacções que ele estabelece com os vários contextos imediatos em que vive, sendo este processo influenciado pelas relações entre os contextos mais imediatos e os contextos mais vastos em que aqueles se integram.

Tavares (1992) alerta para a necessidade de se evitar cair em extremismos ambientalistas que poderiam conduzir à desvalorização das enormes potencialidades e riquezas que as pessoas transportam com o seu património hereditário. Assim, deve conceber-se o desenvolvimento humano a partir de uma interacção adequada e equilibrada entre as várias partes.

A ecologia do desenvolvimento humano é um dos paradigmas que surgiram no final dos anos setenta. Segundo **Portugal (1992)** ela implica o estudo científico da interacção mútua e progressiva entre o indivíduo activo, em constante crescimento, e as propriedades do meio imediato, onde ele vive em constantes transformações.

Nessa perspectiva, e para este autor é importante ter em conta três aspectos:

- O modo como o sujeito é encarado - não uma tábua rasa moldada por acção do meio, mas sim um sujeito dinâmico , em desenvolvimento, que se move, restrutura e recria progressivamente no meio em que se encontra;

- A relação sujeito-mundo é caracterizada pela reciprocidade. O ambiente também exerce influência sobre o sujeito, havendo uma interacção mútua;

- O envolvimento, e a sua importância para o processo de desenvolvimento, não se limita ao contexto imediato, mas engloba inter-relações entre vários contextos.

Em estudos mais recentes, evidenciou-se uma tendência que reconheceu, por um lado, que o desenvolvimento motor é um processo contínuo, que tem em conta o ritmo individual ligado à maturação do sistema nervoso e que permite uma progressiva adaptação ao meio ambiente **(Fernandes, 1992)**; por outro lado, que as condições do desenvolvimento têm uma grande importância e vão influenciar de uma forma directa o desenvolvimento da criança.

Barreiros (1991) diz que a tendência actual de investigação, no âmbito do desenvolvimento motor infantil, aponta para a necessidade de encarar a criança no seio da sociedade onde está inserida, tornando extensiva a noção de adaptação a um conceito amplo da ecologia.

Bronfenbrenner (1979), refere que o desenvolvimento das capacidades humanas depende, num grau bastante significativo, de contextos mais latos, institucionais e sociais. Este autor delineou uma abordagem unificada e ecológica do desenvolvimento humano, que permite que todas as forças sociais implicadas na qualidade de vida da criança se juntem na formulação e pesquisa de um plano de acção. Ele concebe assim o ambiente como um conjunto de estruturas concêntricas que se envolvem. O seu modelo sistémico fornece-nos um quadro conceptual que nos permite compreender a interacção entre o sujeito e o envolvimento, bem como o consequente desenvolvimento.

Neste modelo o sujeito encontra-se no centro do ambiente ecológico e estabelece contactos imediatos com o sistema mais próximo (microssistema), encontrando-se os restantes sistemas (mesossistema, exossistema e macrossistema) também envolvidos.

Cada vez menos, as condições de desenvolvimento das crianças são satisfeitas nos principais contextos microssistémicos (família e escola). As actividades conjuntas, desenvolvidas numa relação afectiva positiva, são cada

vez menos. O envolvimento das crianças e dos adultos na vida uns dos outros, na resolução de problemas, tarefas e actividades de cada um é cada vez menor, assim como o envolvimento social entre eles **(Portugal, 1992)**.

A este respeito **Bronfenbrenner (1974)**, aponta vários estudos feitos com o objectivo de se identificarem antecedentes nas desordens de comportamentos e patologias sociais, tendo todos eles referido como factor comum, a desorganização familiar.

Ainda segundo **Bronfrenbrenner (1979)**, para um correcto desenvolvimento da personalidade da criança é indispensável, não só um maior envolvimento do adulto na sua vida, como também um maior envolvimento das crianças nos problemas e tarefas da sociedade da qual fazem parte.

Fonseca (1983), defende a ideia de que o desenvolvimento da criança depende fundamentalmente da experiência, consistindo esta na acção e mediação que os adultos lhe proporcionam.

> "De facto, o desenvolvimento da criança – na sua concepção o verdadeiro PAI DO ADULTO – reconstrói e recombina dois tipos de herança: uma, biológica, resultante do potencial genético transmitido pelos progenitores; outra, social, resultante do potencial cultural edificado pelo grupo a que pertencem os mesmos progenitores e respectivos antepassados".
>
> Vitor da Fonseca, *Ludens* 1983.

Na mesma linha de pensamento **Teresa Freire (1989)**, refere que hoje, mais do que nunca, o estudo do desenvolvimento humano se fundamenta na inter-relação que o indivíduo estabelece com os diferentes contextos em que está inserido, e/ou com quem mantém determinados laços.

Segundo a autora, a existência de uma interacção dinâmica entre o sujeito e o meio, quando entendemos o desenvolvimento humano como a promoção nos indivíduos, da capacidade de construírem um projecto de existência através do qual explorem, desenvolvam e utilizem as suas capacidades, valores, interesses, com o objectivo da auto-realização, deverá estar sempre presente.

Para **Botelho Gomes (1992)** o desenvolvimento humano é um fenómeno complexo cuja exploração recorre a várias disciplinas científicas, tendo cada uma delas utilizado metodologias próprias, não se perdendo de vista a perspectiva global e a inter-relação entre os domínios do desenvolvimento social, motor cognitivo e afectivo. Segundo a autora, o conceito de desenvolvimento resulta da acção recíproca de factores endógenos, determinados essencialmente pela maturação, e de factores exógenos representados pelas exigências do meio.

Poderemos sintetizar os entendimentos apontados, dizendo que o processo de desenvolvimento humano constrói-se em relação com o meio e com os outros. O indivíduo influencia o meio, mas também é influenciado por este.

2. DESENVOLVIMENTO INFANTIL

Depois de termos abordado as perspectivas de alguns autores sobre o desenvolvimento humano, e retendo a importância e influência que o envolvimento representa para o indivíduo, faremos de seguida uma abordagem aos factores que concorrem para a promoção, ou condicionamento do desenvolvimento pessoal e social da criança.

2.1. Características do desenvolvimento da criança dos 6 aos 12 anos

De acordo com **Neto (1979)**, o desenvolvimento neuro-motor da criança corresponde à forma como através da descoberta do mundo, o corpo se adapta e se modifica. O desenvolvimento representativo e afectivo tem origem na forma como identifica o corpo e organiza as suas acções. O desenvolvimento geral da criança, situa-se em função dos níveis de crescimento (modificação das dimensões corporais), e maturação (modificação das estruturas e funções).

Assim, ao nível das aquisições dominantes, na média infância (4-8 anos), verifica-se um crescimento rápido, aliado a um enriquecimento sensorio-motor e gestual, com predominância das actividades de coordenação no domínio dos

movimentos naturais (correr, saltar, lançar, etc.). Período marcado por uma maior capacidade de integração espaço-temporal, acompanhado do desenvolvimento do esquema corporal, da lateralidade e do sentido rítmico. A nível das qualidades físicas verifica-se uma melhoria da força, velocidade e destreza. O egocentrismo e as reacções emocionais, vão dando lugar à capacidade de execução em grupo e à aceitação das regras definidas colectivamente.

Relativamente às formas de actividade mais frequentes, esta faixa etária é caracterizada pela exploração do espaço de forma livre, pela realização de jogos espontâneos e de imitação dos adultos. As actividades rítmicas e expressivas, a teatralização e imitação dos movimentos fazem parte frequente das suas brincadeiras, tal como as actividades que exigem a globalidade de acção, como as lutas, guerras, descobertas e aventuras. É nestas idades que se verificam também os primeiros desejos e passos à iniciação das práticas pré-desportivas.

Ao atingir os 9 anos, e até aos 12-13, as aquisições dominantes fundamentais adquirem outra orientação e significado. Assim, desenvolvem-se as estruturas anatómicas e nervosas, que possibilitam um domínio psico-motor idêntico ao do adulto. A grande facilidade de assimilação e disponibilidade motora, favorece a aquisição de acções complexas, a melhoria da coordenação, a aquisição rápida de automatismos técnicos, que se traduzem na capacidade de controlo das suas próprias actividades.

As actividades mais frequentes determinam uma estimulação maior das funções cárdio-respiratórias, acompanhadas pelo desenvolvimento das condutas psico-motoras e sociais. As actividades de descoberta e exploração da natureza despertam uma atenção especial, a par dos jogos desportivos de equipa regulamentados, em que as perícias, manipulações e jogos tradicionais ocupam lugar relevante.

Para além dos frequentados pelo grupo etário anterior, este grupo requer espaços maiores, e simultaneamente maior autonomia na fruição dos espaços circunscritos ao espaço rua-cidade-bairro-parque.

2.2. Actividade física e desenvolvimento motor infantil

A criança tem uma grande necessidade de se movimentar. Da qualidade desse comportamento, vai depender de todo o processo desenvolvimento. Desta forma, os aspectos do desenvolvimento motor até uma idade mais avançada, não devem ser descuidados, mas sim encorajados e estimulados tanto quanto possível. Nestas idades a manipulação de brinquedos e objectos assume aspectos determinantes, no que se refere aos padrões de evolução motora **(Neto, 1989)**.

Segundo **Zélia Matos (1992)** o movimento para a criança é a sua realidade imediata e espontânea, pela forma como experimenta as coisas e lhes dá vida própria. O domínio do corpo e a conquista sensorial e intelectual do espaço, estabelece-se a partir do momento em que são facilitadas as oportunidades e experiências em diferentes locais. É o movimento que permite à criança estabelecer um conjunto de relações necessárias ao seu desenvolvimento motor, aprendendo a perceber e a interaccionar com o vivido, o operatório e o mental.

É sabido hoje que grande parte das dificuldades escolares, têm a ver com questões relacionadas com o desenvolvimento e coordenação motora, com a organização e orientação espaço-temporal, e com a estabilidade afectivo-emocional. Estas dificuldades só serão ultrapassadas quando estiverem resolvidos os problemas de adaptação motora.

A criança tem que ser vista como um todo e não repartida em sectores. A criança que está num espaço de actividades, é a mesma que tem uma família, com os seus problemas e necessidades. Nenhum agregado familiar é igual a outro, pela simples facto de ser composto por indivíduos todos diferentes uns dos outros.

Nesta perspectiva, segundo **Botelho Gomes (1992)**, apesar do padrão de desenvolvimento ser idêntico em todas as crianças, no entanto cada criança é um caso único em termos genéticos, vivendo-o de forma pessoal e num rítmo próprio.

A autora, citando zaichkowsky; zaichkowsky; Martinek (1980), refere quatro grandes fases do desenvolvimento motor:

- das respostas reflexas, comportamento específico do recém nascido, inerente à sua bagagem neurológica, às habilidade rudimentares (como sentar, gatinhar e andar);
- habilidades fundamentais gerais (correr, saltar, lançar, agarrar) e de equilíbrio;
- habilidades fundamentais específicas, que não são mais do que as fundamentais gerais, mas com uma configuração mais refinada, fluida, automatizada, apresentando um grau de coordenação mais complexo;
- habilidades especializadas, porque desenvolvidas e direccionadas para a tecnicidade desportiva.

Para **Bento (1989)** o desenvolvimento motor das crianças que frequentam os primeiros anos deste nível de ensino, requer um trabalho multifacetado, visando a consolidação de habilidades motoras de base, através da realização de actividades que incluam exercícios da área do atletismo e da ginástica, jogos e aprendizagens de técnicas desportivas simplificadas.

É sobretudo nas idades que correspondem à frequência do 1º ciclo do ensino básico, que muitas das crianças se iniciam na prática das actividades físicas regulares e orientadas, seja com caracter recreativo ou formativo.

Neto (1989) citando Pangrazi, Chmokos e Massoney, 1981, refere que estão bem definidos os anos críticos para a aprendizagem das habilidades motoras, situando-se estas entre os 3 e os 9 anos de idade.

Nos primeiros seis anos os padrões motores fundamentais dos movimentos das crianças, surgem e aperfeiçoam-se em função do envolvimento. Salienta ainda o autor que após os 6-8 anos, é pouco provável que as crianças aprendam algo de novo.

É importante referir que não é só no quadro institucional escolar que o desenvolvimento motor infantil se processa. Embora as aprendizagens da Expressão e Educação Fìsico-Motora não possam ser substituídas ou alcançadas fora deste contexto, as actividades lúdicas e desportivas realizadas na ocupação dos tempos livres, em contexto extra-curricular, constituem um contributo assinalável para o desenvolvimento integral da criança.

Por outro lado as oportunidades de prática lúdica e recreativa, discrimina a criança, quer física quer economicamente. Isto é, a carência de espaços públicos apropriados e acessíveis, ou a sua existência com contrapartidas de ingresso pago, penalizam as crianças oriundas de meios economicamente desfavorecidos.

Tendo em atenção o anteriormente referido, podemos reconhecer o significado que têm a actividade motora e os espaços onde ela se desenrola, quando falamos do desenvolvimento motor da criança.

Porém, não é menos importante o reconhecimento de que não serve, nem qualquer actividade nem esta se pode realizar em qualquer espaço.

2.3. O jogo e as actividades lúdico-desportivas na infância

Apercebemo-nos pela abordagem que fizemos anteriormente da influência e importância que o meio tem no desenvolvimento humano em geral. Realçamos também, que o grau deste seria tanto mais rico consoante a quantidade e diversificação de experiências vividas e sentidas.

Embora, e como diz o ditado popular *"nunca é tarde para aprender"*, salientamos a convergência na opinião de que é nas idades mais baixas que se reúnem as condições ideais para um completo e harmonioso desenvolvimento da criança.

Centrar-nos-emos de seguida, mais especificamente, sobre a importância que assumem as actividades lúdico-desportivas nos diversos domínios do comportamento (psicomotor, afectivo e cognitivo) da criança.

Quer se trate de actividades organizadas (escola, clube, etc.), quer se trate de actividades casuais (espontâneas, informais, livres, etc), a importância da presença da componente lúdica é estimulante para a motivação das crianças.

Para **Larraz (1988)**, o jogo não é uma simples ocupação para a criança passar o tempo. Através dele a criança educa-se com prazer, desenvolve a sua actividade relacional, não só com o meio que a envolve, e dos materiais que manipula, mas também através da relação que estabelece com os outros.

Brincar é agradável, divertido e fundamental para o equilíbrio e saúde mental do indivíduo e da sociedade a que pertence.

A liberdade, quando se brinca, não impõe limites na descoberta de novos horizontes, com formas, soluções e significados diferentes, eliminando diferenças e estatutos, criando e consolidando novas amizades.

O jogo é uma actividade que tem como principal característica o prazer de quem o pratica, seja ela um jogo de cartas ou de xadrez, um jogo de bola ou mesmo uma actividade de risco **(Sarmento, 1989)**.

Segundo o autor as actividades lúdico-desportivas têm um papel preponderante nas aprendizagens das destrezas motoraspróprias e específicas, mas também uma importância decisiva nas relações sociais.

Para **Enrique Oliveras (1998)**, os jogos são propostas que procuram diminuir as manifestações de agressividade promovendo atitudes de cooperação, comunicação e solidariedade. Promovem o encontro com os outros e a aproximação à natureza, estando os objectivos colectivos acima dos interesses individuais. As pessoas jogam com os outros e não contra os outros. Jogam para superar desafios ou obstáculos, e não para superar os outros.

Quando realizado na escola, o jogo proposto pelo educador deve procurar a participação de todos, independentemente das características, condições, experiências prévias ou habilidades pessoais.

Segundo o autor, os jogos podem ter características coerentes com o trabalho em grupo, na perspectiva do desenvolvimento humano. Entre estes salientam-se:

- Jogos cujos objectivos não visam "ganhar ou perder", onde a participação de todos pretende atingir um objectivo comum. A sua organização deve assegurar que todos joguem juntos, sem qualquer tipo de pressão que determine ou obrigue a alcançar um resultado, e que impeça desse modo que o interesse se centre na participação.

Sob o ponto de vista educativo, o interesse centra-se no processo e não no resultado;

- Jogos que não evitem a participação. A procura de resultados, origina a exclusão dos mais fracos, dos mais lentos e dos menos hábeis. Normalmente essa exclusão é acompanhada pela discriminação e desvalorização do indivíduo. Muitas crianças perante situações de competência, preferem não jogar com o receio de perder ou fazer má figura, optando por observar "os bons".

O valor sócio-educativo do jogo, reside sobretudo na sua característica inclusiva, e não exclusiva.

- Jogos que promovam a capacidade criativa. Criar é construir e construir significa que o contributo de todos é fundamental. Se as regras são flexíveis, os participantes podem contribuir para a sua reformulação, adaptando o jogo ao grupo, ao espaço disponível e ao objectivo da actividade. Contudo alguns jogos competitivos, têm uma estrutura rígida e dependente do cumprimento de regras, espaços e materiais determinados;

- Jogos não agressivos, cuja estrutura não deve contemplar forma de confronto, quer individual quer colectivo.

A observação destas características, podem fazer com que os jogos estimulem e desenvolvam algumas atitudes, tais como:

- A capacidade necessária para poder resolver problemas;

- A sensibilidade necessária para se poder colocar na situação dos seus pares, conhecer as suas preocupações, expectativas e necessidades;

- A capacidade de aprender a conviver com as diferenças dos outros;

- A capacidade necessária para poder exprimir sentimentos, emoções, conhecimentos, experiências, afectos, problemas, preocupações, etc.

O desporto tem sido referido por muito autores, como um jogo de actividade motora antecipadamente organizada, em que as suas características culturais e filosóficas revestem muitas vezes aspectos psicológicos, através da simulação de lutas e confrontos.

Segundo **Bento (1992)** a educação motora ou corporal da criança não pode deixar de ser desportiva, pelo simples facto de o desporto, para além da sua dimensão antropológica, encerrar comportamentos sociais, históricos e culturais actuais.

A abordagem do desporto na escola do 1º ciclo do ensino básico é inquestionável, não só na intencionalidade da valorizar a formação corporal, mas também com a intenção de desagravar corpo que a própria escola, não raras vezes, envergonha e anula.

Além da função lúdica e simbólica, bem como uma elevada importância no processo de socialização da criança, o jogo também permite segundo **Botelho Gomes (1992)**, criar condições para desenvolver a inteligência e a estratégia, através duma actividade normalmente agradável.

Como sugere **Brigitte Burchartz (1994)**, o jogo sendo uma actividade que se sobrepõe a todas as outras, tem uma grande variedade de funções: é expressivo, produtivo, comunicativo, explorador e comparativo.

A função exploratória implicando movimento, influi sobre o desenvolvimento da inteligência prática e serve tanto para aquisição de experiências, como para a melhoria da habilidade e agilidade infantil. Scherler, 1979, e M. Klein, 1983, citados pela autora, referem o facto da função produtiva ser simultaneamente motriz, fazendo referência à criação do ambiente através do movimento.

Todas as funções mencionadas têm uma inter-relação e são indivisíveis.

Autores como **Chombart de Lauwe et al. (1976)**, atribuem ao jogo um papel crucial no desenvolvimento infantil, pois é através dele que no dia a dia a criança poderá desempenhar diferentes papeis que fazem parte do mundo dos adultos, mas que na verdade lhe estão vedados (pais, médicos, padres, professores, policias, etc). Por outro lado, é na realização do jogo em grupo que a criança aprende a aceitar as regras, submetendo-se a uma disciplina voluntária.

Apesar da unanimidade em considerarem a actividade lúdica como um contributo insubstituível na formação da personalidade da criança, a sua definição não reúne consenso por parte dos investigadores e estudiosos da matéria. O mesmo já não sucede relativamente ao conceito de actividade desportiva, pelo facto de esta ter aspectos de organização e regulamentação mais rígidos que o jogo. O prazer que advém da prática desportiva, além de não ser imediato, resulta de um confronto e vitória sobre o próprio, sobre um obstáculo (distância ou tempo), e sobretudo sobre alguém.

Porém, muitas vezes não é uma missão fácil distinguir as fronteiras entre jogo e desporto.

A este respeito **Sarmento (1989)** refere que muitas vezes uma actividade dá origem à outra. Começa-se por um simples jogo de bola e acaba-se com uma competição de futebol. Ao contrário, o desporto pode também assumir um caracter lúdico, acabar sem golos e transformar-se na alegria espontânea de um jogo. O essencial, segundo o autor, reside no valor pedagógico das motivações lúdico-desportivas mais divulgadas, o qual deve ocupar o devido destaque na formação dos aspectos comportamentais e educativos.

Independentemente de se chegar a sintonias sobre a definição e fronteiras entre o lúdico e o desportivo, o importante, como salienta Enrique Oliveras (1998) é contemplar uma variedade de jogos em que todos os participantes possam ser aceites e possam experimentar, no mínimo, com um grau moderado, o sucesso. O medo pelo fracasso, a angústia, e a frustração associada ao insucesso reduzem-se quando os erros não são percebidos como determinantes do resultado.

CAPÍTULO II

CONCEPTUALIZAÇÃO DO LAZER E DOS TEMPOS LIVRES

3. BREVE INTRODUÇÃO

Vivemos numa sociedade vincadamente caracterizada por rápidas e profundas transformações sociais. Parece que tudo tem uma duração efémera.

Ninguém se atreverá por certo a dizer em que momentos terão lugar as próximas mudanças, e certamente o que é previsível agora, não terá validade senão para os primeiros anos do século XXI.

Porém, e como refere **Bento(1991)**, torna-se importante encarar e considerar essa mudança de valores sociais, com aumento da importância da autonomia, criatividade, fruição da vida, convívio, comunicação, aventura, risco, culto do prazer, do lúdico e do hedonístico, associados a uma expansão do corpo e da saúde.

3.1. Concepções de Lazer

São muitas e variadas as perspectivas que diferentes autores tem sobre o conceito de Lazer. Daí a complexidade, por um lado, e a riqueza por outro, com que este conceito foi analisado ao longo de diferentes épocas.

Enquanto fenómeno social dos nossos tempos, o alcance das suas funções estendem-se por áreas que vão desde a economia à saúde, constituindo-se como factor essencial à estabilidade e equilíbrio emocional e físico, e ao desenvolvimento intelectual e cultural.

Dumazedier (1962) faz questão em salvaguardar a liberdade de escolha de cada indivíduo, salientando o seu voluntarismo, e nunca deixando de distinguir o lazer, do trabalho e das demais obrigações. Nessa perspectiva definiu lazer

como um conjunto de ocupações a que um indivíduo se pode entregar de livre vontade, quer para desenvolver a sua informação ou formação desinteressada, quer a sua participação social voluntária ou a sua livre capacidade criadora, depois de se ter libertado das obrigações profissionais, familiares e sociais.

Baseado em estudos anteriores, **Requixa (1980)** define o seu próprio conceito de lazer, como sendo uma ocupação não obrigatória, de livre escolha do indivíduo que a vive, e cujos valores propiciam condições de desenvolvimento pessoal e social.

Ressalta deste entendimento a ocupação voluntária dos tempos livres como aspecto mais saliente.

Neto (1993) num estudo sobre o lazer, concluiu que qualquer proposta nesta área deve mostrar o lazer não como uma forma de compensar o indivíduo das condições alienantes do trabalho, nem a sua negação, mas como um factor importante de crescimento individual e comunitário, o qual deve ter como compromisso a melhoria da qualidade de vida das populações.

Dumazedier e Israel (1974), resumem a três as funções fundamentais do Lazer: Repouso, Divertimento e Desenvolvimento.

Segundo os autores, o repouso liberta a fadiga e neste sente sentido a função do lazer consiste em reparar os malefícios físicos e nervosos, originados pelas tensões do dia a dia e sobretudo do trabalho.

O divertimento visa a libertação do tédio quotidiano provocado pelas tensões socio-profissionais. A necessidade que o homem sente em complementar a vida através de compensações que poderão ir desde a pura diversão, até às situações de "fuga" e evasão para locais e actividades diferentes das habituais.

Finalmente o desenvolvimento permite a libertação dos automatismos do pensamento e da acção do quotidiano, proporcionando uma participação social mais vasta, mais livre e mais desinteressada do corpo e da sensibilidade, para além da função prática e técnica.

Mota (1997), afirma que: "o lazer, enquanto espaço e tempo próprio da existência individual, se pode constituir numa alternativa decisiva nas escolhas

de responsabilização individual na construção do seu estilo de vida, e este encaminha-se no sentido da auto-realização".

Podemos dizer que não existe um conceito que reúna unanimidade, e nesse sentido afirmar que os diferentes conceitos de lazer estão relacionados com diferentes interesses e opções individuais.

3.2. Conceitos de Tempos Livres

Determinadas pelas profundas transformações sociais decorrente da Revolução Industrial, iniciada a partir de meados do século XVIII, e prolongada pelo século XIX, verificou-se o aumento das horas livres. A partir daqui traçou-se a fronteira entre o tempo de trabalho e o tempo livre.

À época a actividade industrial, desenvolvia-se durante seis dias da semana, e tinham uma duração média de treze horas, totalizando sensivelmente oitenta horas semanais. O número de feriados era idêntico aos de hoje, contudo as férias não faziam parte do imaginário do trabalhador.

A exploração pelo trabalho passou a penalizar duplamente os trabalhadores, pois por um lado para além de não conseguirem satisfazer as suas necessidades materiais, devido aos salários baixos, por outro o tempo livre passou a ser inferior àquele que usufruíam na época pré-industrial.

Só a partir de meados do século XIX, e após grandes lutas laborais, se verificaram grandes transformações sociais. Foi o início da institucionalização do lazer e dos tempos livres.

Neste contexto **Pereira (1993)** refere que os tempos livres surgem por oposição aos tempos ocupados, o tempo de lazer por oposição ao tempo de trabalho, o descanso ao tempo de esforço. O conceito de tempo livre aparece associado ao adulto e ao mundo do trabalho. Só recentemente a problemática do tempo livre aparece associada à infância. Por circunstâncias inerentes a estas idades, é-lhe proporcionado mais tempo livre do que em qualquer outra fase da vida, e à qual surgem associadas duas expressões: ocupação de tempos livres (OTL) e actividades de tempos livres (ATL).

3.3. Lazer, Tempo Livre e as Actividades Físicas através dos tempos.

As actividades de Lazer foram uma característica que acompanharam o percurso da história, apesar de as suas manifestações terem assumido formas diferenciadas, nos diferentes momentos.

Segundo **Crespo (1987)**, e consoante o momento histórico estas actividades tiveram diferentes características, o que foi claro pela descoberta de múltiplos vestígios, que mostraram que as actividades lúdicas sempre constituíram uma parte integrante da vida dos homens em sociedade.

Para **Hourdin (1970)**, enquanto o tempo livre e recreativo dos gregos era gasto no atletismo, no estádio e na palestra, o do romano serviu para a guerra, para o circo e para os combates no anfiteatro. Os romanos contribuíram para a história dos tempos livres com quatro instituições originais – o circo, os combates de gladiadores, a pantomima e as termas – e paradoxalmente deixaram para a prosperidade a expressão *"Mens Sana in Corpore Sano"*.

Com as conquistas romanas, as actividades físicas e o culto pelo corpo e pelos prazeres divinos perderam o caracter atlético, lúdico e recreativo que até então tinham assumido na Grécia. Aqueles traços somente eram revistos nas termas ou nas corridas de carros puxados por cavalos.

Segundo **Bento (1995),** a recreação e o tempo livre assumem uma finalidade essencialmente guerreira, a qual com os romanos perdeu o sentido da harmonia e da justa medida dos gregos".

Para **Dumazedier (1975)** "O tempo fora do tempo de trabalho é tão antigo como o próprio trabalho, porém o Lazer possui traços específicos característicos da civilização nascida da Revolução Industrial".
O mesmo, já não se poderá afirmar sobre o Tempo Livre, já que nas sociedades primitivas, confundia-se com a vida.

Segundo **Bento (1991)**, o movimento reveste-se de uma importância indiscutível para o desenvolvimento do indivíduo, e nos tempos actuais, ninguém contesta a importância das práticas físicas, sobretudo no campo da recreação e do lazer.

As crescentes preocupações pela ocupação dos tempos livres, pelo lazer e pelo corpo neste dealbar do século, tem conduzido ao aparecimento de novas práticas desportivas e de recreação. A esta preocupação juntaram-se as questões relacionadas, com a saúde e bem-estar.

Os excessos do modo da vida moderna, aliada a uma cada vez maior sedentarização da população, deram lugar às doenças da civilização: hipertensão, obesidade, colesterol, diabetes, etc..

A este propósito **Mota (1992)** refere: "Se é certo que os avanços da medicina preventiva permitem aumentar a esperança de vida, erradicar ou, pelo menos, controlar com sucesso um grande número de doenças e, em certos casos, a própria dor, a verdade é que os problemas da saúde se modificaram substancialmente em termos de relação causa – efeito".

3.4. Conceito e factores de socialização da criança

Vimos anteriormente que o desenvolvimento humano resulta e depende, não só do potencial genético que cada um de nós é portador à nascença, mas também do tipo e frequência de interacções que estabelecemos com o meio que nos rodeia, e, daqueles com quem nos relacionamos.

Esta característica humana permite que cada um de nós possua, por um lado, uma identidade pessoal, o que nos distingue dos demais, e por outro que nos identifiquemos com eles, o que vai determinar a nossa dependência em relação aos outros.

Para **Wallon (1970)** o homem é na sua essência um ser eminentemente social, na medida em que desde o início da sua existência, e enquanto criança, depende inteiramente das pessoas que a rodeiam para a satisfação das suas necessidades mais urgentes.

Segundo **Chombart de Lauwe (1966, p.2)** o termo " socialização" é frequentemente utilizado quando nos queremos referir à aprendizagem que permitirá a um indivíduo, fazer parte de determinada sociedade. Contudo, também é entendida por vários autores como sendo "um processo pelo qual o indivíduo é preparado para dar resposta, nas mais diversas situações, ás solicitações feitas por essa mesma sociedade", sob a orientação de normas morais e comportamentais, estabelecidas por mecanismos e agentes sociais.

Para este autor a socialização da criança resulta de um conjunto de processos através dos quais ela se torna membro de uma sociedade, respondendo às necessidades que esta lhe impõe.

Enquanto ser bio-psico-social, a criança vai estar sujeita a processos de maturação nos mais diversos domínios, o que lhe facilitará o relacionamento com o seu semelhante, e lhe permitirá desenvolver-se de acordo com os padrões da sociedade a que pertence.

Para **Mcpherson (1982)** "a socialização é um processo através do qual os indivíduos aprendem habilidades, traços, valores, atitudes, normas, sanções, conhecimentos e disposições associados com a representação de papeis sociais actuais ou antecipados".

Podemos afirmar que o processo de socialização encerra um conjunto de domínios (motor, cognitivo e afectivo) que permitem ao indivíduo interagir com o seu semelhante, e com ele estabelecer laços que promova uma vida em conjunto.

Segundo **McPherson, Mckay & Guppy (1976)**, tanto o envolvimento social, em que se encontra o indivíduo num determinado momento, como o que se refere àquele a que o indivíduo foi sujeito no passado, influenciam de forma significativa o comportamento humano.

Estes autores apontam como elementos principais do processo de socialização da criança, os seguintes: a relação mãe/filho, a constelação familiar, a natureza da vizinhança, as crianças da mesma idade que vivem nas redondezas, o círculo de amigos, a totalidade do grupo cultural em que a criança cresce, e que actua sobre ele, sobretudo através dos meios de comunicação de massas. Podemos também considerar as instituições no exterior da família, que

aumentaram os seus elementos, e têm hoje um papel relevante na socialização das crianças. Acrescem a estas outros organismos, públicos e privados, os quais também contribuem para a sua socialização, embora de forma menos acentuada.

Neto (1984) refere que o processo de socialização da criança está directamente ligado aos sistemas sociais. A interacção verbal, motora e simbólica processa-se através dos sistemas:

- Familiar, considerando o papel privilegiado destes elementos quanto a valores educativos e no nível de criação de espaço de segurança efectiva;
- Grupos de vizinhança, considerando as relações estabelecidas no âmbito das actividades lúdicas espontâneas ou organizadas em grupo;
- A escola, considerando o local em que as aprendizagens têm lugar privilegiado;
- As organizações desportivas, considerando a sua estrutura e influência nos comportamentos e atitudes da vida social;
- A igreja, considerando as suas aplicações nas normas de conduta dos homens;
- Os mass média, considerando o poder e significado de comunicação alcançado na estrutura social, com relevo para o imperialismo audio-visual.

Pereira (1993) realça o significado que o modelo do adulto representa para a criança, durante o processo de aprendizagem. As características do ambiente em que se processa essa aprendizagem, vai influenciar o seu grau de relação, adaptação e inserção social. Nessa perspectiva, se o ambiente for favorável, a criança aprende a ser empática e torna-se cada vez mais autónoma. Pelo contrário, se o ambiente de aprendizagem for desfavorável, ela poderá manifestar perturbações que influenciarão negativamente o desenvolvimento motor, psico-afectivo e social, comprometendo deste modo a sua inserção e independência face ao envolvimento.

Para **Enrique Oliveras (1998)**, o comportamento humano é produto dos valores sociais que recebemos desde os primeiros momentos de vida, dos modelos que vemos e dos reforços ou estímulos que recebemos por fazer, ou

não, certas coisas. Somos produto de um processo de socialização, no qual nos é ensinado a valorizar comportamentos construtivos ou destrutivos.

3.5. A Família

O espaço familiar é o local onde a criança adquire as suas primeiras condutas sociais, sendo o seio materno a primeira referência espacial, fonte de conforto, segurança e bem estar.

Desde os primeiros momentos de vida, através de reacções mímicas, é estabelecida entre ambas uma comunicação afectiva indispensável ao seu desenvolvimento biológico. A família torna-a o centro das atenções, e o ambiente de afectividade promoverá ou condicionará, positiva ou negativamente a formação da sua personalidade. É pois neste ambiente e espaço que a criança inicia a aprendizagem de relação com os outros.

Gradual e naturalmente outros lugares vão fazendo parte dos espaços da criança. O berço, o quarto, a casa, a rua, o bairro, a cidade e o mundo, juntamente com as pessoas e os objectos, vão alargando o espaço de relação da criança com o envolvimento, interferindo e contribuindo para modelar a sua personalidade, e determinar o tipo de reciprocidade que vai estabelecer com a sociedade em que está inserida.

Segundo **Pereira e Jesuíno et. al. (1985)**, é durante os 6 primeiros anos de vida que se manifesta a maior influência dos pais e irmãos. Os amigos e professores exercem normalmente essa influência no período correspondente à pré-adolescência.

Enquanto agentes de socialização, os pais tendem a modelar as atitudes e comportamentos dos filhos, quer como modelos a imitar, quer através de acções específicas, o que lhes vai permitir não só uma identificação, mas também e sobretudo uma participação nos modelos sociais instituídos.

Outro factor importante de socialização da criança, tem a ver com a influência dos irmãos, e nomeadamente com a posição ordinal em que está

situada. A influência dos irmãos manifesta-se no período compreendido entre os 3 e os 9 anos, com incidência particular no período escolar, altura em que ingressando na escola, irá também estar sujeita às influências dos colegas, com os quais terá oportunidade de se relacionar, desenvolvendo capacidades e interesses grupais.

Como primeira estrutura social, a família representa para a criança o envolvimento mais próximo, no qual ela vai aprender e adquirir as primeiras normas e condutas sociais, e a partir daqui desenvolver e estruturar a sua personalidade.

À medida que a criança cresce alargam-se e diversificam-se as relações no seio familiar, as quais por sua vez vão influenciar e determinar o grau de autonomia e dependência relativa à sociedade.

O grau de adaptação a essa sociedade, está assim dependente, para além das características da própria sociedade, do conjunto de experiências e capacidades proporcionadas e vividas diariamente pelo agregado familiar.

Piaton (1977) atribui elevada importância ao contexto familiar, na medida em que estabelece uma relação entre o sucesso de integração social da criança, com o tipo de exemplos e influências a que a criança foi submetida na educação familiar.

Contudo, não podemos esquecer que também o ambiente familiar, é por sua vez influenciado e condicionado pelo contexto social, e portanto, pelas mudanças que nele ocorrem, sejam de caracter económico, cultural, social ou político. Desta forma, é exigido à família que assuma as suas responsabilidades, adoptando continuamente uma atitude de adaptação e actualização às sucessivas alterações sociais.

A este propósito **Bronfrenbrenner (1972)** refere que a criança é a principal beneficiária ou vítima do processo educativo familiar. As actividades e atitudes sociais nem sempre proporcionam as melhores condições de desenvolvimento à família.

O modo de vida onde a família está inserida, e as condições sócio-económicas do agregado familiar influenciam com frequência a relação de confiança e estabilidade emocional dos seus membros, o que por sua vez se vai reflectir nas dificuldades de educação dos filhos.

Também **Neto (1994)** salienta que ultimamente a estrutura familiar tem sido sujeita a significativas alterações dos padrões tradicionais de vida, com as consequentes dificuldades e adaptações no que se refere à organização e gestão do tempo, espaço e actividades da criança.

"A organização dos quadros de vida da civilização moderna está a ser inflaccionada por modelos rígidos, pré-programados e muito pouco flexíveis. É fundamental o tempo para a família, de modo a que a criança possa ter tempo disponível e espaço para poder realizar as suas actividades de lazer. Muitas têm no seu dia a dia actividades repetitivas e de rotina sem retirarem delas qualquer prazer".

3.6. A Escola e os amigos

Chombart de Lauwe et. al. (1976) refere que para uma criança até aos 6 anos, a família representa uma protecção, e única referência importante.

Só a partir dos 8 anos se começa a revelar a tentativa de alguma independência, e apesar de ter os pais ainda como modelo, já começam a surgir externamente outras pessoas como referência.

A entrada na escola verifica-se normalmente por volta dos 6/7 anos, altura em que o ambiente familiar deixa de ser único, para dar lugar a um novo tipo de espaço onde se desenvolverão novas e diferentes condutas sociais. O conhecimento de novos amigos, vai permitir-lhe um melhor conhecimento de si e de qual o seu papel no seio do grupo.

A seguir à família, a escola constitui a segunda etapa de socialização da criança, onde esta vai ser confrontada com valores e normas completamente novas e diferentes daquelas a que estava habituada no seio familiar.

A organização escolar vai implicar que a criança vá pertencer a um grupo com crianças da mesma idade, mas que se desconhecem, originando inicialmente

atitudes de isolamento e inadaptação. Posteriormente a comunhão de interesses fará com que se aproximem umas das outras e estabeleçam relações de amizade que se estreitarão e prolongarão fora do contexto escolar.

O professor, mais do que um factor promotor da aprendizagem das matérias de ensino, surge como um modelo que constituirá uma referência para a criança imitar.

O papel desempenhado pelos pais pode constituir uma forma de reduzir as situações de tensão, originadas pela inadaptação ao primeiro contacto com o ambiente escolar.

O interesse pelo conhecimento das actividades realizadas pelas crianças na escola, e a frequência com que os pais contactam a escola, vai constituir um factor de integração favorável à criança **(Pereira, 1997)**.

3.7. Os Meios de Comunicação

O papel dos meios de comunicação, dos quais se destaca a televisão, desempenham um papel fundamental ao nível do acesso e transmissão de informação. A facilidade e rapidez de contacto com os mundos longínquos, através dos mais variados meios de comunicação, colocam também a globalização ao alcance da criança.

A este propósito **Pereira e Jesuíno et. al. (1985)** referem que ainda se desconhecem completamente os efeitos que os mass média têm no desenvolvimento social da criança, quando actuam em conjunto com os factores familia e escola. Estes autores, interrogam-se sobre se a influência destes factores se completam ou se anulam mutuamente, e neste caso, em que medida.

Machado Pais (1988), em estudo realizado para a juventude (até aos 25 anos), refere que são os jovens do estrato social mais baixo aqueles que, em média, vêem mais televisão diariamente.

Sallis e col. (1992) partindo do conhecimento das rotinas das crianças, destaca como preocupante o tempo gasto por estas em frente ao televisor.

Os mass-media, segundo **Pereira (1993)**, podem ser usados como fonte de aprendizagem ou como força negativa, atrofiando e limitando o crescimento, nomeadamente levando à marginalidade e à destruição.

A autora, em estudo realizado sobre o lazer na infância, realizado com 195 crianças dos 3 aos 10 anos de diferentes contextos sociais, com o objectivo de estudar as práticas realizadas através de entrevistas feitas às crianças e pais, concluiu que há grande variabilidade no tipo de práticas realizadas nos tempos livres , sendo as práticas mais frequentes o ver televisão, brincar com os brinquedos comerciais e jogos de motricidade.

Segundo **Emília Santos (1991)** 95% das crianças portuguesas entre os 3 e os 7 anos vêem televisão; todos os dias 80,5% ou quase todos os dias 14,4%.

Num estudo mais recente sobre a vida quotidiana das crianças, realizado no distrito de Braga por **Pinto (1995)** sobressaem três conclusões referentes à televisão, das quais a segunda refere que as crianças despendem um tempo significativo com a televisão e gostam desta actividade.

3.8. O Contexto Sócio-Cultural

Não menos importante que os factores precedentes, o contexto sócio-cultural a que a criança pertence, interfere significativamente no seu desenvolvimento.

A criança vai pautar o seu desenvolvimento e intervenção no dia a dia, nos valores, normas, crenças e atitudes adquiridas no seio da comunidade a que pertence, os quais vão reflectir os valores sócioculturais desse meio. Por sua vez essas aquisições vão determinar formas de comportamento que vão ter um papel importante na forma como a criança vai interagir com o mundo que a rodeia.

Segundo Neto (1984) a diversidade das actividades motoras são determinadas por esse contexto, as quais se relacionam, não só com os ambientes onde essas actividades se realizam, mas também com o significado que assumem nas rotinas diárias da criança.

Para **Cameira Serra (1992)** o contexto sóciocultural é um conjunto constituído por elementos físicos, geográficos, culturais e sociais, com os quais o homem interage. Este entendimento deve ser enquadrado num contexto alargado e abrangente, englobando a natureza, a cultura e a sociedade.

Dos conceitos e factores expressos pelos autores atrás referenciados, podemos concluir que apesar da irrelevância nas diferenças conceptuais sobre o processo de socialização da criança, todos sublinham um aspecto importante, quiçá talvez o mais importante: o seu caracter formativo e integrador.

As crianças vão assim beneficiar do contributo directo de múltiplos agentes, os quais consciente ou inconscientemente, incutem-lhes formas e normas a adoptar.

De entre esses agentes surgem como mais relevantes os pais, os irmãos, os familiares mais próximos, o sistema escolar e os amigos de brincadeira. Com um contributo de menor relevo aparecem as instituições e organismos, públicos ou não.

Todo o processo se norteia pela necessidade de viver em grupo e pela capacidade de se estabelecerem novas relações entre grupos diferentes.

CAPÍTULO III

OS ESPAÇOS LÚDICO-DESPORTIVOS

4. BREVE INTRODUÇÃO

Nos capítulos anteriores, abordamos as perspectivas principais do desenvolvimento humano e a influência que o envolvimento tem nesse desenvolvimento, bem como referimos e realçamos o contributo que alguns factores prestam ao processo de crescimento e desenvolvimento da criança.

Neste capítulo, trataremos a temática principal deste trabalho, abordaremos os espaços de lazer infantil, em que a actividade motora é dominante. Realçaremos a sua importância no contexto do desenvolvimento infantil, identificaremos a tipologia dos espaços lúdico-desportivos, e focaremos as normas de programação essenciais à planificação, construção e equipamento, em que a funcionalidade e segurança são pontos de honra.

4.1. A Importância do Espaço no Desenvolvimento da Criança

É um dado incontestável que o desenvolvimento do ser humano é influenciado pelo envolvimento, e pelo tipo de interacção que com ele estabelece, seja através do espaço onde se movimenta, seja através dos objectos que manipula, seja ainda através da relação com os seus semelhantes.

Pela mesma ordem de razões, será lógico afirmar que esse desenvolvimento, será tanto melhor consoante mais rico for esse envolvimento.

Parece-me também inquestionável, que hoje mais do que nunca, essa influência assume contornos que colocam o ser humano numa situação de maior dependência.

Já não será inquestionável o facto de saber se essa influência será a mais benéfica, ou não, e nesse caso se o caminho trilhado será o mais indicado.

Wallon (1956) refere que "o movimento é algo mais que um simples deslocamento no espaço, produzido por contracções musculares. Ele é fundamentalmente a primeira estrutura de relação com o meio e comporta um significado de relação afectiva com o mundo exterior.

Hottinger (1984), refere que se o envolvimento for favorável em estimulações sensoriais, conduz a comportamentos positivos. Pelo contrário, um envolvimento limitativo dessas experiências é susceptível de acarretar atrasos nos diferentes domínios do desenvolvimento da criança.

O espaço é condição fundamental para haver movimento, logo para que o desenvolvimento motor da criança se processe.

Quando falamos de espaço, falamos necessariamente de movimento, pois um é condição necessária do outro.

Neto (1979) referindo-se ao corpo e espaço, sublinha que ambos estão em permanente interacção, o que confere uma sistematização nas atitudes e comportamentos humanos de acordo com o equilíbrio do espaço interior (próprio, individual) nas relações de ordem laboral e relacional.

Segundo Marcel Jousse citado pelo autor, "O homem pensa com todo o corpo", nas suas relações com o meio, reflectido os seus gestos toda a história vivida. Desta forma concluiu então que corpo e espaço são uma e a mesma realidade.

É natural pois a tendência que a criança manifesta quando realiza movimentos e deslocações no espaço envolvente.

Através da organização contínua das sensações e percepções que vivência, a criança vai-se relacionando e adaptando permanentemente ao mundo que a rodeia.

A este propósito **Neto(1974)**, salienta que corpo e espaço estabelecem uma dialéctica permanente de interacções sucessivas, que vão permitir a aquisição e consolidação de atitudes e comportamentos do homem no seu relacionamento com o mundo envolvente.

Contudo **Neto (1979),** sublinha que a organização dos espaços de lazer para a criança, não têm feito parte das preocupações dos políticos na definição da política de urbanização das sociedades modernas, normalmente caracterizada por uma pobreza de espaço livre, resultante de uma urbanização desenfreada, e com o consequente atrofiamento nas possibilidades de expansão espacial das crianças.

A rua, que em tempos foi um espaço por excelência de encontro e desenvolvimento, apresenta-se hoje como factor de condicionamento da mobilidade e exploração corporal, sendo a circulação rodoviária a sua função quase exclusiva.

Não nos será difícil entender que nesta azáfama urbana, as possibilidades de movimento da criança ficam condicionadas, não só aos exíguos espaços das habitações, como também ao tipo de actividades realizadas, geralmente caracterizadas pela imobilidade.

Todos estes constrangimentos concorrem para a chamada "angústia do risco e do perigo" do agregado familiar, que se traduz na adopção de atitudes extremas de super-protecção da criança, ou pelo contrário pelo seu abandono.

As necessidades e o tipo de espaços também variam em função do meio, da situação geográfica e das condições climatéricas.

Para **Chombart de Lauwe, Bonnis, P. e al. (1976)**, "A cidade é um espectáculo que se observa e que se interioriza, mas na qual não se pode agir". Não existem espaços verdes e as instalações desportivas são inadequadas. Às ruas e passeios estreitos, junta-se um rol de proibições que desmobilizam quem os pretenda utilizar.

A criança que habita um apartamento ou outro tipo de habitação não horizontal, deveria ter nas proximidades espaço livre para brincar.

Para estes autores, "A criança do meio rural não é menos inteligente que o jovem citadino; é a sua forma de inteligência que é diferente".

Para ela a adaptação ao envolvimento processa-se de forma mais fácil e durável, mas por outro lado é difícil o acesso à autonomia e sociabilização. O isolamento não permite, por um lado, contactos frequentes, e por outro, as

necessidades vinculam a criança desde cedo aos trabalhos agrícolas e domésticos. Porém este isolamento diminui os riscos inerentes ao trânsito automóvel, e a facilidade de acesso aos espaços de jogos, florestas e terrenos livres, os quais facilitam a aquisição e desenvolvimento de determinadas acções motoras.

A situação tem-se alterado muito e rapidamente nos últimos tempos com a chamada globalização do planeta. Os meios de comunicação e as vias de acesso têm proporcionado uma irradiação nas ideias e nos valores.

Creio que o isolamento de que nos fala o autor é cada vez menor, sendo o trânsito automóvel cada vez maior, sendo por isso também mais problemático usufruirmos e deslocarmo-nos no espaço (que é o mesmo) com confiança e em segurança. Quando a questão se coloca em relação à criança, o problema é muito mais sério. Primeiro porque ela não tem tido oportunidades para actuar e inverter a situação, segundo porque quando o adulto actua, não pensa nem sente como ela, nem por ela.

A relação da criança com o espaço é permanente e fundamental, e esta constrói a sua personalidade pela troca de relações, que são cada vez mais complexas, tanto com o envolvimento físico, como com o envolvimento social **(Larraz, 1988)**.

O empenho fisicamente activo das crianças, está relacionado com a existência de espaços essencialmente ao ar livre. Contudo não se deve negligenciar que as características das condições ambientais, podem incentivar ou desmotivar significativamente o acesso à prática da actividade física **(Mota, 1997)**.

A génese do espaço durante o desenvolvimento da criança, é um conhecimento importante para se entenderem as questões colocadas pela construção do espaço de jogo. É conhecida a importância do espaço lúdico como substituto do espaço maternal. Por isso se revelam em potência duas particularidades na criança: primeiro a de se relacionar com a percepção, e a

segunda a libertação relativamente ao mundo que a rodeia. Caracterizado pelo prazer, a criança no espaço de jogo exprime-se e comunica livremente, dando largas à sua imaginação e fantasia **(Manuela Hasse, 1979)**.

Neto (1979) citando Baudelot, C. e Gardent, S., realça o espaço social como um elemento de importância significativa para o desenvolvimento infantil. Segundo os autores este espaço exterior designado como "território da vida", deveria ser organizado em sintonia com as necessidades aparentemente contraditórias da criança, a seguir designadas:

- segurança e atenção pelo risco
- movimento e repouso
- sociabilização e autonomia
- imitação e criação (expressão)
- ficção e contacto com o real
- ensaiar sensações e agir sobre as coisas

O autor salienta ainda a urgência na intervenção sobre os problemas colocados e criados pelo mundo dos adultos, o qual sujeita e condiciona as crianças a espaços monótonos, desprovidos de interesse e afectividade, e que se traduzem frequentemente por atrasos sensório-motores, cognitivos e psico-afectivos.

4.2. TIPOLOGIA DOS ESPAÇOS LÚDICO-DESPORTIVOS

4.2.1. Introdução

De há uns anos a esta parte, temos assistido a uma crescente prática generalizada de actividades físicas. De características formais ou informais, praticadas em lugares naturais ou artificiais, a procura dessa prática verifica-se em função dos mais variados interesses e motivações dos cidadãos, que vão desde a recreação, à formação, à manutenção, à reabilitação e à competição

desportiva, respondendo aos seus desejos e necessidades individuais ou colectivas.

A grande variedade de espaços, aliada à existência de áreas de jogo e recreio diferenciadas, mas integradas no mesmo espaço, não encontra completa expressão nas tipologias oficialmente definidas, apesar dos permanentes esforços de actualização para a sua classificação. Tal, pode acarretar algumas dificuldades na classificação tipológica desses espaços.

Esta situação verifica-se sobretudo ao nível dos espaços lúdicos e instalações desportivas de base recreativa, já que a tipologia das instalações desportivas de base formativa, instalações desportivas especializadas e instalações especiais para o espectáculo desportivo têm as suas características definidas com maior rigor.

Contudo, o conceito exclusivista do termo "desporto", com que era encarado até há bem pouco tempo, está a sofrer profundas alterações, tanto no que diz respeito às actividades , bem como no que se refere aos locais onde são realizadas.

O espaço lúdico-desportivo, é, sem dúvida nenhuma, um dos aspectos mais importantes para o encontro salutar e de convívio das populações, bem como para o desenvolvimento e manutenção de uma boa saúde física e maior disponibilidade social **(João Cabaço, 1992)**.

Para **Ruiz, A. (1988)**, o conceito de instalação lúdico-desportiva infantil, baseia-se nos conceitos de tempos livres e de lazer. Actualmente o conceito de equipamento desportivo abarca desde os tradicionais polidesportivos, campos de futebol, piscinas, etc., até aos terrenos de aventura, zonas pedonais, jardins, praças públicas, parques e pátios infantis, passando pelos edifícios reabilitados e recuperados, como fábricas e igrejas para uso e prática de alguma modalidade de actividade física e desportiva.

Continuando, o autor refere que existe uma variedade grande de equipamentos urbanos, que apesar do seu uso não sistemático, se tornam cada vez mais num marco habitual para a prática de actividades físicas de tempos

livres. Todas elas pelo seu caracter polivalente, são difíceis de recensear como equipamento de índole exclusivamente desportiva ou recreativa.

Em termos de equipamento social, a opção por áreas desportivas vinculadas a determinadas modalidades de desporto, sendo embora de incluir justificadamente naquele equipamento, face ao parque existente no nosso país, deve ser criteriosamente ponderada e mesmo preterida em favor dos espaços lúdicos.

A tendência que se regista para fazer proliferar as instalações destinadas ao treino e à competição desportiva, está a excluir a criança do seu direito ao jogo (**Teotónio Lima, 1986**).

4.2.2. Descrição e Definição dos Espaços Lúdicos e Instalações Desportivas de Base Recreativa e Formativa

Assim, para a definição dos espaços lúdicos, baseamo-nos no Decreto-Lei nº 379/97, de 27 de Dezembro (Anexo 1), e no Relatório sobre os Espaços de Lazer para a Infância na Região Norte, de Pereira e al. (1999), Instituto de Estudos da Criança da Universidade do Minho.

Para a definição das Instalações Desportivas de Base, recorremos à terminologia utilizada no Decreto-Lei nº 317/97, de 25 de Novembro (Anexo 2), na Carta das Instalações Desportivas Artificiais, da Secretaria de Estado do Desporto e no Atlas Desportivo Nacional.

Descrição dos Espaços Lúdicos:

. Parques Infantis;
. Parques Aquáticos;
. Outros Espaços Lúdicos.

Definição dos Espaços Lúdicos:

Incluem-se nesta categoria todos e quaisquer espaços de jogo e recreio que visem a actividade motora lúdica e que não sejam considerados de desporto organizado, tais como:

. Parques Infantis – são espaços equipados, destinados à actividade lúdica das crianças, delimitada física e funcionalmente, onde a actividade motora assume especial relevância.

. Parques Aquáticos – são recintos com equipamentos específicos, destinados às diversões aquáticas, possuindo legislação específica, regulamentada pelo Decreto-Lei nº 65/97, de 31 de Março.

. Outros Espaços Lúdicos - são todos os espaços sem características pré-definidas, quer no que se refere ao solo e equipamento, podendo ser constituído apenas pelo espaço, desde que devidamente delimitado e a sua utilização se destine à realização de actividades de lazer, no âmbito da ocupação dos tempos livres.

Descrição das Instalações Desportivas de Base Recreativa:

- Pátios Desportivos e espaços elementares de jogo desportivo;
- Espaços para evolução livre com patins ou bicicletas de recreio;
- Espaços urbanos e espaços naturais adaptados para percursos de caminhada e corridas, circuitos de exercícios de manutenção e os circuitos de passeio com bicicleta de recreio;
- Os espaços de animação desportiva informal, permanentes ou não, integrados ou complementares de instalações turísticas, ou acessórios de instalações desportivas de outros tipos;
- Os espaços com dimensões não normalizadas, para iniciação aos pequenos jogos desportivos, incluindo os espaços de recreio e aprendizagem;

- As piscinas cobertas e de ar livre, com planos de água inferiores a 166 m².

Definição das Instalações Desportivas de Base Recreativa

Incluem-se nesta categoria as instalações que se destinam a actividades desportivas de caracter informal ou sem sujeição a regras imperativas e permanentes, no âmbito das práticas recreativas de manutenção e de lazer activo.

Descrição das Instalações Desportivas de Base Formativa:

- Grandes Campos de Jogos;
- Pistas de Atletismo regulamentares;
- Pequenos Campos de Jogos:
  - Pequeno Campo
  - Campo de Ténis
- Salas de Desporto e Pavilhões
- Sala de Desporto
- Pavilhão polivalente
- Piscina Coberta
- Piscina de Ar Livre

Definição das Instalações Desportivas de Base Formativa

Nesta categoria estão incluídas as infra-estruturas concebidas e organizadas para a educação desportiva de base e para as actividades propedêuticas que garantam acesso a níveis de actividade desportiva especializada, reunindo as seguintes de ordem geral:

a) Polivalência na utilização, conjugada para o exercício de actividades desportivas e afins;

b) Elevado grau de adaptação e integração, ajustado aos programas e objectivos da educação desportiva no âmbito do ensino e das actividades de formação desenvolvidas no quadro do associativismo desportivo.

4.3. PLANEAMENTO DOS ESPAÇOS LÚDICO-DESPORTIVOS.

4.3.1. Introdução

Hoje, no nosso país, felizmente que não é por falta de estudos e referências bibliográficas, sobre os espaços de lazer infantil que a situação não é satisfatória.

Felizmente, também não é por falta de legislação adequada e actualizada, nem de técnicos preparados e especializados, nem de empresas vocacionadas e apetrechadas, nem de espaço apropriado (de que outros valores se têm antecipado e aproveitado), nem de recursos financeiros, nem de crianças à espera de quem lhes dê atenção e prioridade.

É certo que este não é problema exclusivo do espaços, enquanto factor facilitador do desenvolvimento, mas sim parte de um problema mais geral e do qual fazem parte: os espaços, as crianças, e, as actividades que elas realizam, ou não, consoante aqueles existem, ou não.

Agora porém, falamos dos espaços, e como tem sido referido até aqui, estes constituem uma necessidade básica, no e para o desenvolvimento integral e harmonioso da criança.

A questão é que as prioridades definidas e as decisões tomadas, têm (a nosso ver) respondido mais a interesses particularizados e voluntarismos de ocasião, do que às necessidades e interesses das crianças. Por oposição, tem vigorado uma surdez no que respeita a um planeamento e concepção dos espaços, baseados em critérios de programação pré-definidos.

A justificá-lo está, não só o que não existe e deveria existir, mas também entre o que existe e deveria existir.

Dizemos que, quando se faz mal porque não se sabe ou não se pode, ainda se aceita. Porém, quando não se sabe porque não se quer, então só há uma solução, rejeita-se.

Assim, sem deixarmos de falar nos aspectos e características fundamentais inerentes ao conjunto de variáveis subjacentes ao espaço lúdico-desportivo, começaremos por falar primeiramente nos aspectos que quanto a nós (porque condicionantes), são determinantes. Isto é, nas normas de programação e critérios de planeamento dos equipamentos dos espaços.

4.3.2. Planeamento e Normas de Programação dos Equipamentos Colectivos

Quer se trate de um espaço iminentemente lúdico, que têm a sua expressão mais corrente e tradicional no nosso país nos conhecidos "parques infantis", quer se trate de instalações desportivas, é fundamental que os pressupostos que determinam a sua construção, não resultem de:

- voluntarismos de ocasião (políticos ou técnicos);
- respostas a solicitações e interesses particulares e isolados;
- concepções estéticas e urbanísticas importadas e adoptadas, mas desajustadas;
- preocupações exacerbadas com a ideia, e sobretudo com a imagem a transmitir para o exterior;
- modas, caras, passageiras e sem qualquer tradição ou afinidade.

Mas sim:

- de estudos fundamentados que respondam a necessidades e expectativas, da população local em primeiro lugar, e turística e/ou sazonal depois;
- numa concretização de um direito, e não de um privilégio;
- numa correcta gestão dos recursos públicos.

Pelas razões que acabamos de referir, e para que um espaço cumpra as suas funções, haverá que planeá-lo.

Vários autores, em vários estudos subordinados a esta temática, têm realçado a necessidade de se constituírem equipas multidisciplinares para realizarem o estudo e acompanharem a par e passo a construção do espaço, desde a sua fase inicial até à sua conclusão.

O planeamento dum espaço de lazer, seja lúdico, desportivo ou lúdico-desportivo, não deve ser prerrogativa de qualquer técnico, independentemente do seu saber ou especialização, mas antes o produto resultante de uma tarefa levada a termo por uma equipa, constituída por pessoas qualificadas, sensíveis e identificadas com o problema.

Na elaboração do Plano de Equipamentos Desportivos para o Concelho de Oeiras, realizado em 1986, faziam parte da equipa técnica 3 elementos, dos quais um era engenheiro civil, um arquitecto e um licenciado em Educação Física. A definição de prioridades para o planeamento, foi feita após e a partir do levantamento da situação actual, a que se seguiu a determinação das necessidades.

Para os técnicos, naquela altura, era circunstancial e não significativo, considerarem um planeamento a longo prazo, já que o acto de planear deveria ser previsional e optativo, e como tal os três estádios (imediato, curto prazo e médio prazo) previamente fixados pela equipa da qual faziam parte, foram mais do que suficientes para atingir os objectivos definidos.

Barreiros e Brito (1995) referem e consideram que a intenção do planeamento pressupõe um conjunto de tarefas que visam reduzir o intervalo, que medeia entre a situação num determinado momento e local, e a situação que se pretende atingir.

Segundo os autores, planear implica tomar decisões hoje, olhando o futuro, mesmo que este seja relativamente incerto. Um espaço de jogo, não se deve constituir como um acto isolado, mas sim como fazendo fazer parte um plano global de desenvolvimento comunitário, para que se evitem tomadas de decisões precipitadas, mal fundamentadas, e sem alternativas.

Com esse propósito, propõem a constituição de duas equipas, em diferentes fases do processo. Assim, numa primeira fase do estudo preliminar, sugerem a integração de urbanístas, arquitectos e sociólogos, etc., para numa fase posterior e relativa ao projecto, proporem uma equipa mais reduzida e especializada, da qual deveriam fazer parte, engenheiros, arquitectos, designers, professores de educação física, etc.

São em grande número os autores que partilham a visão de inclusão destes especialistas nas equipas de estudo para planificação espaços.

Outros, acrescentam e advogam a presença de outras especialidades e entidades, como os psicólogos, as entidades públicas de segurança (P. S. P. , bombeiros), e a própria criança.

A este propósito, e não só, parece-nos ser de referir, pela importância que teve, e pela actualidade que tem o C.E.P.E.L. – Centro de Estudos e Projectos de Espaços de Lazer, constituído em 1984 pelo Conselho Científico do I.S.E.F. de Lisboa, o qual tinha como objectivo principal o estudo e planeamento dos espaços de lazer.

Queremos realçar a constituição da equipa técnica pluridisciplinar, que realizou (para além de outros), o Plano de Intervenção no Jardim da Quinta da Graça, e da qual fizeram parte:

- Um representante da Comissão Instaladora do I.S.E.F.;
- Um representante do Museu de História e Antropologia das Actividades Corporais;
- Um representante da Câmara Municipal de Oeiras, arquitecto paisagístico que será o director do projecto;

- Um representante do C.E.P.E.L.;
- Dois especialistas em motricidade infantil de Ludotecas;
- Um especialista em Gerontomotricidade;
- Um especialista em ambiente e concepção de Espaços Lúdicos.
- Com tais preocupações e mediante uma equipa assim constituída, como poderiam não constituir um êxito a concepção dos planos a elaborar?

Barreiros, J. e Brito, M. (1985), apontam como questões centrais do planeamento dos espaços lúdicos, a definição de objectivos, a identificação das necessidades, a definição de estratégias, a inventariação dos recursos, as opções e a avaliação.

Com base nestes pressupostos dividem o planeamento em 4 fases:

- *Planificação*;
- *Projecto*;
- *Construção*
- *Gestão*.

Entre as fases de elaboração do plano e do projecto, bem como entre este e a fase de construção, foram intercalados dois momentos para análise e decisão da iniciativa, a nível superior.

Para cada uma das fases foram devidamente identificadas tarefas, definidas responsabilidades e indicadas as principais actividades a realizar.

Também **Correia, A. (1989)**, aponta para o planeamento do espaço de jogo as quatro fases a seguir indicadas:

- *Preparação*, correspondente ao levantamento da situação, a partir da qual e na qual se realizará a modificação pretendida;
- *Elaboração*, caracterizada pela definição dos objectivos, que nortearão o trabalho de concepção do espaço de jogo;
- *Execução*, dependente das condições e recursos disponíveis;

- *Controlo*, fase em que os diversos intervenientes emitirão pareceres sobre o espaço, em conformidade com o pré-idealizado e pretendido.

Parece existir uma convergência nos pontos de vista entre os dois autores referidos anteriormente, tanto no que se refere às etapas a contemplar para o planeamento dos espaços de jogo, bem como na metodologia a seguir.

Quando se tenciona e pretende implementar um equipamento colectivo, deparam-se dificuldades de vária ordem, por vezes inultrapassáveis, noutras inconciliáveis, noutras inesperadas, e noutras ainda impensáveis.

Pretender que tudo corra como planeado, e sobretudo como desejado é uma ambição que se torna cada vez mais difícil e rara. Mesmo planeando os obstáculos surgem. Menos, é certo mas surgem.

Depois de se identificarem as necessidades e definirem as prioridades, dever-se-á utilizar normas e indicadores que orientem a programação do equipamento a construir.

Palla, M. J. (1991), enquanto elemento da equipa do Gabinete de Estudos e Planeamento do Território (GEPAT), desenvolveu alguns estudos (Vol. III, Janeiro de 1990), com a preocupação de constituírem uma base de trabalho, de caracter indicativo e relativo, tendo para tal introduzido alguns indicadores, baseados nos seguintes conceitos:

- ***Irradiação,*** referida ao tempo (em minutos), ou distância (em Km), percorrida pelos utilizadores entre o local de origem e o equipamento, deslocando-se a pé ou em transporte público;
- ***População-Base***, constituída pelo número de habitantes da área de irradiação, a partir da qual se deve construir determinado equipamento;

- ***Critério de Programação,*** instrumento utilizado pelas diferentes entidades promotoras para calcular as necessidades em função da população existente;
- ***Critério de Dimensionamento,*** meio para calcular as dimensões dos equipamentos, definidos através do critério de programação. Estes devem ser indicados através da área de terreno, área de construção e área de implementação;
- ***Critério de Localização,*** define as condições a ter em conta na localização dos equipamentos.

Para **Brigitte Burchartz (1995)** a equipa de estudo deveria ser alargada e composta por urbanistas, sociólogos, arquitectos, advogados, e outros especialistas. A sua função seria a de estabelecerem as generalidades concretas do projecto, nomeadamente:

- fazerem estudos comparativos com outros terrenos de jogo construídos anteriormente, e analisar seu o grau de sucesso ou fracasso;
- definir objectivos, fazendo propostas para antecipar problemas;
- definir o tipo de espaço a construir e a sua localização;
- realizar questionário à população e fazer estatísticas para determinar a procura, e assim justificar a necessidade do espaço de jogo;
- prever o orçamento e a gestão do espaço.

Em Espanha, **Garcia Sanchez (1997)**, refere que com o objectivo de acabar com as incongruências e contradições constatadas relativamente á construção de equipamentos desportivos que se verificaram na maioria das comunidades, e que se traduziram em situações caricatas (como por exemplo, a construção de pavilhões cobertos, em localidades onde não existia esse número de habitantes; piscinas desproporcionadas relativamente ao número de cidadãos; pistas de atletismo em localidades onde, ou não existia um clube com essa modalidade, ou as suas medidas não permitiram a sua homologação), as Administrações Autonómicas exigiram que fosse elaborado previamente o

recenseamento de todas as instalações desportivas para identificação das reais necessidades, para posterior definição de prioridades e estratégias a adoptar. Nesse sentido a planificação de futuros equipamentos decorreria das seguintes fases e procedimentos:

1 - *Estudo da Oferta actual de Espaços Desportivos Municipais*

Desta fase fariam parte os estudos pormenorizados da realidade existente, realizados a partir da análise da oferta, da análise da utilização, os parâmetros a utilizar, do diagnóstico da situação actual, e, das conclusões obtidas a partir destes dados;

2 – *Estudo da Procura*

Neste processo estudar-se-ia, com base nos dados obtidos anteriormente, as carências reais das infra-estruturas, através de estudos qualitativos, estudos quantitativos e estudos comparativos, após os quais seriam extraídas conclusões que permitiriam dar origem à fase seguinte, isto é, à elaboração do plano director;

3 – *Plano Director*

Com este plano, e através dos dados da oferta e da procura obtidos anteriormente, seria elaborado um programa de intervenção coerente, e que progressivamente permitisse que se cumprissem os objectivos previstos, com o menor custo, no mais curto espaço de tempo, e com uma programação adequada.

Nesta fase incluem-se acções que perspectivam a hipótese de melhoria das instalações existentes (para obter o melhor aproveitamento e uso), a criação de novos espaços desportivos, a reabilitação de edifícios abandonados ou sem uso (velhas fábricas, mercados obsoletos, etc., aproveitando e ultrapassando a dificuldade de obtenção de solo), definição da rede básica de equipamentos desportivos (tendo em vista a construção de instalações consideradas prioritárias,

de acordo com as necessidades da população), a especificação da rede de espaços do sistema desportivo escolar, e por último complementar as acções anteriores procurando e propondo alternativas.

Cumpridos estes pressupostos a Planificação do Espaço a construir inclui as seguintes fases:

- ***Projecto de Viabilidade,*** do qual fazem parte os estudos prévios, os critérios de planificação e os critérios de desenho;
- ***Documentação para a solicitação da Formalização,*** contendo a documentação administrativa e o projecto básico e de execução;
- ***Tramitação e Execução,*** onde se inclui o parecer da Direcção Geral dos Desportos (ou organismo correspondente), o parecer informação municipal, o financiamento, a execução e direcção, as certificações, acompanhamento e controle, e finalmente a liquidação e recepção da instalação.

Entre nós, **Constantino (1994)**, salientava a este respeito que em alguns casos, a decisão de construção de algumas novas instalações, obedeceram a razões menos claras, desajustadas da nossa realidade e das necessidades existentes. A monumentalidade, aliada à ausência de adequada utilização social e desportiva, acrescida da falta de racionalidade nos investimentos realizados, originaram situações aberrantes. Refere a este propósito que uma recente reportagem televisiva mostrava um presidente de uma Câmara Municipal a inaugurar meio estádio, com campo de futebol e pista de atletismo, numa vila onde não existe qualquer clube de futebol ou de atletismo.

A estes aspectos o autor salienta e acrescenta os entraves burocráticos, a má qualidades dos programas, e a falta de conhecimentos técnicos e responsabilidade no acompanhamento dos trabalhos de construção dos equipamentos.

Aponta ainda aspectos que devem nortear a construção racional de qualquer equipamento, nomeadamente:

- O conhecimento das necessidades da população a quem se destinam;
- A definição de prioridades face às necessidades encontradas;
- A identificação dos recursos existentes;
- A melhor opção pelo equipamento e modelo de gestão;
- A definição correcta do programa de construção.

Segundo Constantino, estes elementos decorrem de dois tipos de questões e preocupações, que são a definição de necessidades e a avaliação dos custos. Uma e outra, são realidades diferentes para diferentes situações, sejam locais, regionais ou nacionais.

Antes de se decidir, haverá que identificar cada uma, conhecer os métodos (urbanístico, sociológico, ajustes locais, integrados, etc.) e critérios de planeamento dos equipamentos colectivos, identificar os recursos (físicos, técnicos e financeiros), evitando duplicidades e eliminando excessos.

4.3.3. A Planificação do Espaço de Jogo Infantil

O planeamento de um espaço de jogo que vise o desenvolvimento integral e harmonioso da criança, deve reunir um conjunto de características estruturais e funcionais que permitam realizar e alcançar em segurança, os objectivos previamente definidos e desejados, em idades e estádios de desenvolvimento diferentes.

Contudo, nunca devemos deixar de ter em conta que cada situação tem problemas específicos, pelo que a aplicação de quaisquer normas existentes, não poderão ser transferidas e aplicadas sem uma análise prévia, baseada em critérios rigorosos, consoante cada caso, e atendendo às suas especificidades sócio-económicas, climatéricas e culturais.

Larraz (1988), propõe que os espaços a construir para as crianças possuam três qualidades:

- Em primeiro lugar que sejam *Espaços para Descobrir*, onde a criança tenha a possibilidade de actuar, explorar e experimentar livremente situações diferentes. Estas acções em liberdade permitir-lhe-ão ver, comparar e contactar com o envolvimento físico, adquirindo e assimilando novos elementos à construção da sua personalidade. Por estas razões o espaço deverá ser agradável e variado, para proporcionar á criança o maior número de informações possíveis para o seu enriquecimento pessoal.

- Em segundo lugar, deve ser um *Espaço de Apropriação*, isto é, um espaço com o qual a criança se possa identificar e estabelecer um tipo de relação de afectividade e posse, como prolongamento natural de si mesma. Para tal deverá usufruir e dispor de recantos ou áreas sinalizadas, sobre as quais possa exercer a sua autonomia, compartilhando ou não com os outros.

- Em terceiro e último lugar, os *Espaços para Modificar e Transformar*, que possibilitarão a criança actuar, modificar e transformar as estruturas, criar modelos novos, montar e desmontar peças, alterar o lugar das coisas, isto é conferir o seu cunho pessoal, manifestando a sua forma de ser, de estar e de fazer.

Devemos realçar a importância que tem o facto de simultaneamente ao levantamento da situação actual, relativa aos espaços existentes (oferta), e antes de se proceder à identificação das necessidades (procura), dever-se realizar o estudo sobre a utilização dos espaços existentes. Caso se constate a sua baixa utilização, deve-se procurar identificar as razões e analisar se existe a possibilidade de a aumentar, evitando-se desse modo o desperdício de recursos. Definidos os objectivos e inventariados os recursos, procede-se então à

elaboração detalhada do projecto, assente em bases técnicas e pedagógicas, ao qual se segue o concurso e adjudicação da obra, e a consequente construção.

Referidas as fases do planeamento, procederemos de seguida a uma abordagem mais criteriosa dos elementos que definem e caracterizam a organização do espaço de jogo, na perspectiva da sua funcionalidade, segurança e gestão.

Parece-nos importante vincar, que apesar da especificidade com que faremos a abordagem a alguns dos aspectos essenciais do espaço de jogo, a relação e interdependência que entre eles existe, torna inviável, e até desaconselhável a tentativa para a sua compartimentação.

4.3.3.1. A Localização do Espaço

Conseguir uma localização ideal para um terreno de jogo não é uma tarefa fácil. É mesmo difícil, conciliar o elevado número de varáveis que dependem do local onde se constrói o espaço de jogo.

Partindo do princípio que só se justifica, e faz sentido, a existência de um espaço de jogo (seja parque infantil, ou espaço de aventura, ou espaço integrado de lazer, ou pátio desportivo, ou instalação desportiva de base, etc.), se à partida houver estudos prévios sobre a procura real e potencial, que nos garanta sua futura máxima utilização. Partindo também do pressuposto que esta premissa reúne um consenso (pelo menos técnico) maioritário, parece-nos lógico afirmar que os elementos em que se deve basear a decisão sobre a localização do futuro espaço, têm que ser ampla e rigorosamente recolhidos e analisados.

Independentemente da importância que reúnem todos os outros factores (estéticos, funcionais, seguros) que tornam o espaço útil, apreciado e desejado, a localização afigura-se-nos como transcendente. Daí que, os dados a obter visem conhecer:

- O número de habitantes da zona onde se pretende construir o espaço;
- O estrutura da população (idade, estrutura sócio-económica);
- Taxa de crescimento anual da população;
- Espaços existentes e a sua frequência de utilização;
- As actividades preferidas para a ocupação dos tempos livres;
- Definir os recursos (financeiros, técnicos, humanos, materiais, institucionais, etc.) existentes e disponíveis;
- O grau de receptividade (interesse, entusiasmo) ao novo espaço;
- Outros dados específicos de cada aglomerado populacional.

A planificação e construção do espaço de jogo, com base nestes dados, são à partida suficientes para garantir a sua utilização, e justificar a sua implementação.

Tendo em vista o crescimento da população, os condicionalismos impostos pelos recursos existentes, não devem constituir um entrave à possibilidade de o espaço destinado ao jogo, poder vir a ser aumentado e transformado. Consequentemente será aconselhável prever e salvaguardar essa possibilidade, reservando solo.

Neto (1979), chama a atenção para a importância do local de construção dos espaços jogo infantis, afirmando que a criança tem sido segregada no que se refere ao atendimento dos seus direitos e valores corporais. É frequente ter que percorrer muita distância para se aceder a um espaço sem risco.

Segundo o autor, os equipamentos sócio-educativos e desportivos deveriam existir mais próximo da habitação, para os mais novos e a maior distância para os mais velhos.

A dependência da criança relativamente ao adulto e as questões relativas à sua segurança, aconselham a que estes espaços se implantem próximo das zonas residenciais e escolares, para poderem ser observadas e acompanhadas pelos mais velhos. Porém a própria criança também necessita de

um ambiente mais tranquilo e seguro, e por isso afastado dos ruídos provocados pelos ruídos do trânsito, dos comboios e das obras, que constantemente invadem o quotidiano sobretudo do cidadão urbano.

Por outro lado, o ruído provocado por estas quando brincam e jogam, a invasão do espaço vizinho privado, parece incomodar os adultos.

Também **Brigitte Burchartz (1995)**, realça que há muitos factores, por vezes até contraditórios, que podem ser importantes e decisivos no momento de determinar o local adequado. Sobretudo se considerarmos que os espaços não são todos iguais, nem em tipologia, nem segundo as idades e os objectivos para que estão traçados. A localização deve atender à segurança e facilidade de acesso da criança, mas não deve esquecer que a manutenção do espaço, requer grande parte das vezes a entrada e circulação de viaturas e maquinaria.

4.3.3.2. As diferentes Áreas de Jogo

A cada área de jogo deverá corresponder uma função específica, que por sua vez deverá resultar de uma necessidade sentida, pelo que no mesmo espaço deverão existir áreas que contemplem diferentes funções.

Se o espaço é pequeno, o número e diversidade de actividades ficará condicionado, o que impedirá a integração de áreas diferenciadas que proporcionem a vivência de experiências motoras e socializantes.

Ao diversificar as situações, multiplicam-se os pólos de interesse, fazendo com que o espaço se torne mais dinâmico e mais utilizado **(Larraz, 1988)**. O autor propõe que no mesmo espaço seja possível contemplar áreas em que o contraste seja dominante, tais como: a existência de áreas calmas por oposição às áreas animadas; as áreas livres contrastarão com áreas densas; áreas abertas requerem áreas mais fechadas; e as áreas de dominância mineral exigirão áreas privilegiadas com elementos vegetais.

O autor divide o espaço em duas grandes zonas:

- ***Área de Grande Recreio:*** aquela que pressupõe maior superfície, plana, e onde se realizam os grandes jogos, de perseguição, de corrida, de ataque e defesa. O pavimento será constituído por materiais lisos e resistentes, como cimento, asfalto, e que pode estar animado com desenhos coloridos. A utilização de pavimentos em material sintético são aconselhados, apesar do seu preço ser elevado e a sua manutenção exigir cuidados maiores.

- ***Pólo de Animação Principal:*** constituída pelo local onde se realizam as actividades físicas mais intensas, as façanhas e proezas, onde se correm riscos calculados. Nestes lugares, onde se situam as mais diversas estruturas e aparelhos, pode-se jogar em diferentes níveis, nos quais a complexidade chama a atenção para a espectacularidade;

- ***Áreas de Actividades Diversas.*** São lugares em geral de pequenas dimensões, onde se realizam actividades específicas como: manipulação de materiais diversos, jogos sociais e simbólicos, terreno de aventuras, pequenas hortas e outros.

4.3.3.3. O Terreno de Jogo

Na escolha do terreno, para além da sua localização e acessibilidade, deverá contemplar-se o acesso à rede de serviços públicos de electricidade, água, saneamento e telefone. Aspectos importantes a ter em conta aquando da aquisição do terreno.

Fundamental na construção e futura utilização do espaço, é também o conhecimento da natureza e morfologia do terreno, já que se poderão evitar gastos desnecessários, e simultaneamente fazer com que se tire o máximo rendimento lúdico.

Nele se realizarão os trabalhos referentes ao espaço onde terão lugar as actividades lúdicas, e o arranjo do espaço envolvente. Em função do tipo de espaço de jogo previsto, serão executados trabalhos de remoção de terras com o objectivo de obter uma boa drenagem e dotação de saneamento. Por outro lado a manutenção do relevo natural do terreno poderá ser aproveitada, como divisão natural para as diferentes actividades, possibilitando à criança a vivência de aventuras e experiências ricas e diversificadas, estimulando a sua capacidade criadora, solicitando o desenvolvimento do seu potencial imaginário, ou simplesmente conferindo ao espaço um enquadramento estético agradável.

Se o espaço se situa num meio verde, rodeado de árvores, permitirá à criança o desenvolvimento de afinidades com a natureza, sensibilizando-se para a sua preservação, e simultaneamente usufruindo dos seus elementos como aparelhos para brincar, bem como para se proteger do sol, do vento, etc.

Nos espaços onde não existem, a sua contemplação é aconselhável, devendo para tal se proceder à escolha das espécies que melhor se adaptem e resistam ao clima local. O elemento vegetal proporciona um ambiente acolhedor às crianças. Ervas, árvores, arbustos, mata, são elementos que deverão estar integrados no espaço **(Barreiros, 1989)**.

4.3.3.4. A Drenagem do Solo

A importância que reveste este aspecto no espaço de jogo, deve ser cuidadosamente estudado e realizado por especialistas na área, na medida em que da sua eficácia, pode para além de limitar a utilização do espaço, pode pôr em risco a segurança das crianças.

Uma drenagem eficaz, deve cumprir duas funções: em primeiro lugar permitir a evacuação da água acumulada, e em segundo evitar a erosão e criação de fissuras provocadas pela queda da chuva. A estes inconvenientes poderemos acrescentar as questões de higiene, a durabilidade dos pisos e a degradação dos

materiais nele implantados. O problema agrava-se em função da planimetria do terreno e da constituição do piso, já que os materiais que o compõem são de diferente permeabilidade.

Nunca deveremos perder de vista que as pessoas só gostam e utilizam os espaços se estes estiverem limpos e forem atractivos.

4.3.3.5. Piso e Superfície de Impacto

No relatório referente à quinta inspecção nacional aos espaços de jogo, o U. S. Public Interst Research Group (U. S. P.I.R.G.) e o Consumer Federation of America (C.F.A.), menciona que foram inspeccionados 1.027 espaços de jogo em 27 estados americanos.

Os investigadores identificaram como principais responsáveis pelo maior número de ferimentos, as quedas, o choque com os baloiços, os estrangulamentos e os entalamentos da cabeça.

Oito em cada dez espaços de jogo ao longo do país, foram apontados pelos investigadores com tendo o pavimento demasiado duro. Afirmaram ainda que dos ferimentos ocorridos nos espaços de jogo, 75% são derivados de quedas dos equipamentos que se encontram demasiado elevados relativamente ao pavimento que é duro. As restantes causas são atribuídas a choques com aparelhos em movimento, corridas contra equipamento estático causando cortes em arestas afiadas, saliências, farpas, superfícies abrasivas, e fragmentos espalhados na área de jogo.

A superfície de impacto sob e à volta do equipamento jogo é um factor crítico. O mesmo relatório detectou também que aproximadamente metade dos equipamentos de trepar, estão demasiado elevados mais ou menos 6 pés.

Nove em cada dez ferimentos graves (principalmente ferimentos na cabeça e fracturas), são provocadas por quedas no pavimento. Pelo menos um terço das mortes ocorridas nos espaços de jogo, resultaram de quedas. Daquelas, 75% foram consequência de ferimentos na cabeça.

Muitos acidentes e mortes provocados por quedas, podem ser reduzidos através de algumas estratégias:

1º - Mantendo uma superfície de protecção adequada;

2º - Retirando obstáculos e outros equipamentos dos locais onde as crianças podem cair, isto é das zonas de queda;

3º - Adequando a altura do aparelho.

A superfície de impacto debaixo e à volta dos elementos de jogo constitui actualmente a maior preocupação na segurança dos espaços de jogo.

Em inspecção realizada entre Março e Maio de 1988 pelos P.I.R.Gs., e outros membros da organização do C. F. A., em 24 estados americanos, detectou-se que 87% dos 760 espaços inspeccionados não possuíam adequadas superfícies de impacto, conforme ilustra a Fig. 1.

Quadro 1 – P.I.R.Gs. 1998. Material dos pisos dos espaços de recreio (USA).

Material Adequado	1994	1996	1998
material solto: areia,estilha de madeira, serrim, com prof. sup a 9 polegadas	3%	10%	6%
material sintético	5%	5%	7%
TOTAL	8%	15%	13%
Material Inadequado	1994	1996	1998
material solto: com prof. Inf. a 9 polegadas	60%	61%	58%
material duro: cimento, asfalto, relva, terra, etc.	13%	9%	8%
Materiais mistos	19%	15%	22%
TOTAL	92%	85%	87%

A superfície onde a criança cai é a maior causa de ferimentos. A superfície de protecção pode não evitar todos os acidentes derivados das quedas, mas ajuda substancialmente a reduzir, não só o número, mas também e principalmente a sua gravidade.

Quanto maior for a elasticidade da superfície, maior será a segurança. Os materiais que constituem a superfície de jogo devem proteger de qualquer queda. Pavimentos com piso duro (cimento, asfalto, terra com erva, e terra compactada), são inaceitáveis, porquanto não previnem contra qualquer queda. Quedas no cimento ou asfalto de alturas superiores às recomendadas, podem provocar sérios ferimentos na cabeça. Dos recreios analisados, 8% têm pisos duros, representando uma pequena melhoria relativamente a 1996. Espaços de recreio, representando 22%, possuíam pisos com mistura de materiais duros com soltos (macios) o que representa um incremento, comparando com os 15% de 1996.

Este aumento de materiais mistos, pode não representar uma má tendência. Os inspectores notaram que estas situações se verificavam, quando se substituíam os elementos em mau estado de conservação.

A utilização de materiais soltos e sintéticos são aceitáveis e recomendáveis, exigindo contudo que se proceda a limpeza regular e se cumpram as normas de profundidade entre os 9 e os 12 inches (31 a 42 cm aproximadamente). Embora de forma relativamente lenta, o relatório indica que desde 1994, se tem verificado uma redução das superfícies de queda, e um acréscimo de superfícies em materiais adequado.

Em Portugal, sobre esta matéria o Dec. Lei 379/97, artigo 24º, determina que o solo para implantação destes espaços, deve possuir condições de drenagem adequadas. Por outro lado, no ponto um do artigo 25º, estipula que as superfícies de impacto, devem ser concebidas de acordo com os requisitos estabelecidos nos documentos normativos específicos.

O piso dos parques infantis, divide-se em piso de base ou pavimento (toda a área útil de jogo), e piso de impacto (superfície debaixo e à volta dos aparelhos). Nos últimos anos surgiram no mercado vários tipos de revestimentos do solo em material sintético, levando muita gente a acreditar que tinha sido encontrada uma solução eficaz para este problema. Gradualmente está-se a concluir que os revestimentos em borracha, e placas de amortecimento de quedas, apesar de apresentarem muitas vantagens, também apresentam desvantagens assinaláveis.

A superfície de impacto ideal para todas as áreas de jogo, não existe. A opção por um determinado tipo de solo, quer seja em areia, terra batida, betão poroso, cimento, estilha de madeira, placas de borracha reciclada, material sintético, ou outro, depende de cada equipamento em questão, da área específica e da finalidade pretendida do jogo.

No planeamento de um espaço de jogo e recreio, deve-se procurar obter um múltiplo tipo de solo, uma vez que desta forma se aumenta o valor lúdico.

Contudo, e em função do tipo de espaço e objectivos de jogo pretendidos, há materiais que são mais apropriados que outros.

Larraz (1988), afirma que não existem materiais maus (que seja necessário excluir em definitivo), nem materiais milagrosos (que devam ser usados obrigatoriamente). Cada situação exige um tratamento e escolha adequado, e quer se trate de materiais naturais (terra, relva, areia, solo rochoso, etc.), quer se trate de materiais artificiais (asfalto, cimento, sintético, madeira, etc.), haverá que analisar as vantagens de uns e outros e fazer a escolha mais indicada. Porém há uma situação que nunca deverá constituir uma opção, e logicamente será de excluir sempre: a gravilha.

Na perspectiva de **Lloret i Riera (1988)**, nenhum pavimento pode adequar-se a todo o tipo de características e exigências de cada modalidade desportiva, oferecendo garantias para que se realizem todo o tipo de actividades, em termos de segurança e resultados. Para o autor é importante que o pavimento reuna

duas condições básicas: primeiro que seja flexível e amortize o impacto durante o apoio; segundo, que possua boa capacidade de aderência.

Diríamos que o piso da superfície de um espaço de jogo e recreio tem duas funções a cumprir: em primeiro lugar, a garantia de obtenção de um valor lúdico máximo; em segundo lugar, a observação das medidas de segurança necessárias. Para além destes aspectos, deve-se considerar os seus custos de tratamento e manutenção, as suas propriedades de higiene e o seu aspecto ecológico.

4.3.3.6. O Equipamento do Espaço de Jogo

Os elementos multiformes que fazem parte do equipamento do espaço de jogo, são estruturas diversificadas, em material, forma, cor, peso e dimensão, as quais permitem diferentes usos, para diferentes idades. Normalmente confeccionados em madeira, plástico, borracha, cimento, metal, material têxtil ou pedra, constituem um dos pontos mais fortes na organização do espaço, e a principal fonte de atracção dos mais novos.

Tal como o espaço, a concepção e confecção dos materiais e equipamentos, devem atender a factores de adaptação, transformação, motivação e complexidade, que despertem a curiosidade e provoquem o desenvolvimento da criança.

Nesse sentido, o desenho e materiais empregues, deve permitir que a criança se adapte aos equipamentos, ou que estes sejam concebidos de forma a adaptarem-se às possibilidades daquela **(Ruíz Pérez, 1988)**.

Neto (1979), quando aborda as maiores possibilidades de exploração de novas experiências em "terrenos de aventura", considerando estes espaços como locais de encontro com novas situações (descoberta do desconhecido, capacidade de iniciativa, animação sócio-desportiva, poder de comunicação etc.), refere que da sua organização, faz parte a colocação à disposição das crianças,

de materiais (areia, madeiras ferramentas, invólucros abandonados, cimento, água, objectos rudimentares, etc.), tendo em vista a satisfação das suas necessidades motoras e expressivas.

A variedade e intencionalidade de materiais que podemos encontrar (ou que deveríamos encontrar), nos diferentes espaços de jogo infantil, permite-nos estabelecer uma classificação, na perspectiva da sua funcionalidade e mobilidade. A este respeito **Larraz (1988)**, classifica os equipamentos em:

- **Fixos,** quando uma parte das estruturas estão imóveis, principalmente aquelas que vão ser utilizadas para o jogo físico e de relação-socialização;
- **Semi-móveis,** constituídos por elementos pesados, mas transportáveis, e construídos de forma a que crianças e adultos possam em conjunto mudá-los de lugar. De qualquer modo, são estruturas estáveis que podem ser modificadas;
- **Móveis,** formados por objectos e materiais que a criança possa manipular a seu bel-prazer, permitindo ainda, quando associados com outros realizar uma maior diversidade e riqueza de soluções.

Para **Barreiros (1989)**, os equipamentos devem reunir características que permitam estimular e desenvolver diferentes comportamentos, combinando aspectos psico-motores e sócio-culturais.

As soluções únicas condicionam a capacidade criativa e de exploração da criança. Pelo contrário, soluções diversificadas permitem desenvolver a capacidade imaginativa, ilusória e mágica que a criança encerra. O autor refere um conjunto de princípios e estratégias, tendentes a valorizar o desenvolvimento infantil, dos quais se salientam:

- **A motivação**, traduzida no ver fazer o que ainda não se é capaz de realizar. Aponta nesse sentido para a elaboração dos equipamentos que permitam a sua utilização nas diferentes etapas do desenvolvimento infantil, contemplando graus de dificuldade diferenciados;

- **A satisfação de necessidades motoras,** cognitivas, afectivas e estéticas da criança. Propõe para esse fim que os equipamentos, como cabanas, abrigos, fortes, casas de jogos, feitos com materiais de construção, tais como caixas, pneus, madeiras, ferros, possibilitem momentos de intimidade, aproximação e consolidação de novas amizades. Os equipamentos devem permitir a combinação de exercícios de tonalidades estéticas e sensoriais diferenciadas, bem como acções simplificadas de equilíbrio, como trepar, escorregar, balancear, representados por animais, barcos, esculturas, etc..
- **A presença do risco e da segurança** da criança devem estar salvaguardadas por equipamentos seguros, mas envolvendo dificuldades e risco calculado, proporcionando oportunidades de êxito (problemas a resolver, a altura a atingir, movimentos a executar, etc.).

Entre Março e Maio de 1998, o Public Interst Research Groups (PIRGs), juntamente com outros elementos da organização Consumer Federation of America (CFA), na inspecção que realizaram em 24 estados norte americanos, verificaram que em 62% dos espaços de recreio, nos elementos de trepar, e em 37% dos espaços os escorregas, a altura do equipamento de jogo, era superior em 6 "pés", o que ultrapassava a altura necessária e recomendada para o valor educativo do jogo, aumentando ao mesmo tempo o risco de acidente.

Em 12%, os baloiços tinham os assentos em madeira, metal ou outro material rígido. Os baloiços de 58% dos recreios, ou estavam demasiado perto um do outro, ou estavam muito próximos da estrutura de apoio. O perigo de entalamento da cabeça, que poderá ser causado por aberturas largas e impróprias do equipamento, colocava em perigo as crianças de 42% dos recreios inspeccionados. Pequenos buracos, ganchos abertos, saliências, e principalmente farpas, ofereciam perigo de estrangulamento, por possibilidade da roupa ficar presa em 40% dos recreios. Refere a equipa de inspecção que esta última situação, representa um declínio desde 1996, quando essa situação se verificava

em 47% dos recreios. Também decresceram de 51% para 43%, os recreios que apresentavam equipamentos com perigos inaceitáveis, tais como cadeados e cabos de travessia, elementos de mola e cordas de trepar.

Refere o relatório elaborado pela equipa de inspecção que muitas causas de acidentes, são provocadas por movimentos do equipamento, choques após corrida contra equipamentos estacionados, arestas afiadas, saliências, pontas agudas, superfícies abrasivas, e fragmentos na área do jogo. A estas juntam-se outras causas de morte que envolvem estrangulamentos, os quais, contam-se quase por metade das fatalidades relatadas no equipamento de recreio. O típico estrangulamento, ocorre porque algo que a criança veste fica presa ao equipamento, acontecendo normalmente em escorregas e baloiços. Roupa, cascóis, luvas, cordeis de blusões, botões de blusões, ficam presos em buracos apertados, entre as componentes do equipamento, em postes verticais, e em elementos de ligação (tais como ganchos), causando morte por estrangulamento.

Simultaneamente, as cordas de suspensão livre, com ferimentos na cabeça resultantes do choque com equipamento em movimento, são referidas como situações causadoras de fatalidades. As crianças com menos de 6 anos, são geralmente as maiores vitimas nestes casos, sofrendo aproximadamente 37% dos ferimentos relatados. Crianças entre os 6-8 anos estiveram envolvidas noutros 40%, e após os 8 anos, os restantes 23%. A frequência dos ferimentos em crianças com menos de 6 anos duplicou desde 1980.

Os escorregas, são a causa mais frequente de acidentes com crianças com menos de 6 anos. Embora superficiais, na cara (lacerações e contusões), e ferimentos mais graves na cabeça (fracturas do crânio, choques violentos e traumatismos internos), são os dois principais padrões de ferimentos com as crianças mais novas, ocorridos nos escorregas, baloiços e escadas de suspensão.

Verificaram-se diferenças no número de acidentes ocorridos entre as crianças mais velhas e as mais novas, sendo estas mais propensas a ferimentos na cara e cabeça, e as mais velhas a fracturas dos membros superiores. A explicação reside na maior capacidade coordenativa das crianças mais velhas, já que os skills motores estão mais desenvolvidos, conseguindo esquivar-se com mais facilidades e protegendo-se das quedas, utilizando para tal os braços e mãos para reduzir o choque com o solo.

Muitos dos elementos que fazem parte do equipamento dos espaços de jogo e recreio dos Estados Unidos, representam um perigo potencial de envenenamento (pela quantidade de chumbo usado na composição da tinta), sobretudo para as crianças com menos de 6 anos, as quais têm por hábito meter a mão na boca, depois do contacto com os aparelhos. Porque não têm esse comportamento, a situação não se verifica com tanta frequência com as crianças mais velhas.

A ingestão acumulada destes produtos tóxicos, pode provocar o surgimento de problemas ao nível de comportamento, desajustamentos na aprendizagem, dificuldades de audição e retardamento no crescimento, pelo facto de estarem associados a elevados níveis de chumbo, correspondente a 10 miligramas por decalitro de sangue.

Numa inspecção realizada pelo Consumer Product Safety Commission (CPSC), a 26 espaços de jogo, detectaram em 62%, níveis de chumbo que excediam o determinado pelo governo federal. Com o objectivo de ultrapassar esta situação o CPSC, deu instruções para analisar e ultrapassar o problema, sendo o primeiro passo a comprovação visual, para detectar se existe alguma área pintada que esteja lascada, quebrada ou descascada.

Finalmente, é importante eliminar o equipamento que constitui perigo para as crianças, tais como elementos de mola (com formas de animais), escorregas de múltipla utilização, argolas para deslizes (slides), pesadas barras de trapézio em ferro e material rígido, os quais podem provocar ferimentos sérios. Para

terminar esta abordagem, é de referir que existe um departamento oficial nos Estados Unidos, a American Society of Testing Materials (ASTM), que tem por missão a verificação, testagem e homologação da qualidade do material, e da qual são membros associados muitas das empresas construtoras.

4.3.3.7. A Manutenção e Vigilância dos Espaços de Jogo

À semelhança do que sucede nas mais variadas situações da existência humana, também a vida e duração de um espaço de jogo, depende de múltiplos factores que a ele, por inerência, estão associados. Desde a acessibilidade, à frequência e tipo de utilização, passando pela vigilância e animação, até ao tipo de construção, equipamento e materiais utilizados, tudo são factores a ter em consideração na utilidade e longevidade de um espaço.

Contudo, é possível e desejável, minimizar estes efeitos nefastos, que geralmente se traduzem por maior despesa pública, e mais grave ainda, pela desmotivação e consequente baixa taxa de utilização dos mesmos. Apesar de ser um mal que vem por bem, no entender de muitas firmas e empresas, que têm visto nesta área uma boa oportunidade de lucro fácil. Normalmente subscrita por iniciativas políticas individualizadas, pontuais, parciais, apressadas, ou iluminados subitamente por um saber inquestionável, quais divindades do Olimpo.

A manutenção e vigilância do espaço, são requisitos que associados podem aumentar a vida dos espaços e dos equipamentos.

Bowers (1997), refere num artigo da revista Leisure Today, que em 1973 o Relatório de Acidentes nos Recreios, elaborado pela Universidade de Iowa, indicava que sensivelmente metade dos acidentes ocorridos nos recreios investigados, resultaram da fraca qualidade de construção e da inadequada manutenção dos mesmos.

A este propósito o autor refere que para o estudo harmónico do espaço deveria haver uma combinação de materiais não tóxicos e duradoiros, e que a climatologia da região fosse um item a atender.

O National Action Plan for the Prevention of Playground Injuries (1997), na mesma perspectiva do contributo dado pelos membros do AALR Committee for Play, os quais apontavam a necessidade de melhoria da manutenção dos recreios em todo o país, recomenda que todas as pessoas encarregadas do controle das área de recreio deveriam:

1º Assegurar programas e procedimentos de manutenção regulares, bem como realizar inspecções e trabalhos de prevenção e reparação, tendo em vista eliminar potenciais perigos;

2º Adoptar políticas e procedimentos actualizados de manutenção, que garantam, não só ao recreio, mas também a todo o envolvimento uma segurança preventiva.

A manutenção do espaço de jogo, começa na sua construção. A necessidade de utilização de produtos anti-corrosivos, atrasam a degradação dos materiais, aumentando o tempo de vida do equipamento, proporcionando uma utilização segura. A revisão periódica aos aparelhos, pintura, substituição de materiais e sistemas de fixação destes ao solo, aliada a uma cuidadosa e regular limpeza do espaço, conferem-lhe dignidade e garantia de utilização **(Correia, 1989)**. Para o autor a melhor vigilância de cada espaço é aquela que é realizada pelos próprios utentes.

Para além dos aspectos referidos por outros autores, **Fernandes (1989)**, realça a sensibilização e participação da criança nas tarefas de conservação do espaço, as quais em conjunto com outros utentes, deverão repará-lo e procurar que se evite degradá-lo. As acções a desenvolver exigem a presença e coordenação do supervisor, o qual obteria a dupla vantagem de ver o espaço maximizado, por um lado, e o contributo do utente para o êxito do próprio espaço.

A legislação portuguesa através do Decreto-Lei 379/97, de 25 de Dezembro, prevê no Artigo 27º que a manutenção do espaço, seja assegurada de forma regular e periódica, e que contemple as vedações, os acessos, o mobiliário e instalações de apoio. Em caso de constatação de anomalias, a entidade responsável deverá providenciar a sua reparação imediata, e em caso de impossibilidade deverá proceder-se à sua imobilização.

4.3.3.8. A Gestão e a Animação Supervisionada

Gerir é conseguir realizar algo, o melhor possível, no menor tempo possível, ao mais baixo custo possível.

Neste caso consiste em coordenar diferentes actividades para que o espaço de jogo seja um espaço vivo e seguro. Das actividades constam a recepção, a manutenção, a animação, a sensibilização e o controle e avaliação. A fase da gestão deve começar antes do espaço existir, e mantém-se enquanto aquele durar. A gestão propriamente dita, começa com a entrega do espaço por parte da direcção do projecto, ao departamento que ficará responsável pela sua gestão. A manutenção é um factor que permitirá um bom funcionamento do espaço, o que implica (como já foi amplamente referido) a conservação dos materiais, boas condições de higiene, e a resolução de todo o tipo de problemas que possam surgir.

A animação não tem constituído preocupação dos promotores e proprietários dos espaços, principalmente no que se refere aos espaços lúdico-desportivos de utilização livre. Pretende-se com a animação que os utentes, em particular as crianças, se aproximem do espaço de jogo, e o utilizem realizando, quer actividades regulares e diversificadas ("atelliers" de pintura, de carpintaria, expressão, modelagem, etc.), quer pontuais, como o dia mundial da criança, festas de bairro, dia da árvore, etc..

O espaço de jogo pode ter para os moradores um grande alcance e significado social e cultural, sendo para tal necessário que exista uma sintonia para com o espaço, actividades e utilizadores, e simultaneamente uma sensibilização para a forma como preservá-lo diariamente.

A avaliação do espaço terá que constituir-se desde início, como uma tarefa prioritária, a qual deverá regularmente pretender conhecer o grau de satisfação dos moradores, relativamente ao espaço e actividades nele desenvolvidas. Só assim poderá ser garantida a continuidade da prestação de um serviço de qualidade, e desta forma fidelizar os utentes regulares e ocasionais **(Brito, 1985)**.

Para **Vasquez Expósito (1997)**, a gestão é um processo através do qual se consegue atingir as metas ou objectivos pré-determinados, no mínimo tempo possível, com os mínimos recursos.

Para o autor, o mais importante na gestão não consiste em conhecer as suas teorias, mas sim as gestões eficazes, e nesta perspectiva nenhum dos modelos de gestão é melhor ou pior que os outros, pois diferentes situações exigem diferentes soluções. A solução ideal é sempre aquela que mais facilmente permite atingir os objectivos traçados e desejados.

A partir do momento em que se adopte um modelo, o mais importante é que se faça uma boa gestão, visto que todos os modelos apresentam vantagens e desvantagens. Quando está em causa o desenvolvimento da prática lúdica ou desportiva, a importância está nas pessoas que a gerem.

Conseguir uma gestão eficaz, pressupõe uma planificação prévia eficaz. A experiência profissional do autor, permitiu-lhe chegar a conclusões que são um pouco o espelho daquilo que normalmente acontece entre nós. O que sucede geralmente em relação ao desenvolvimento desportivo de uma população, é o seguinte:

- Há uma decisão política sobre a construção de uma instalação, fruto muitas vezes do que se viu noutro lugar;

- Adquire-se o terreno com base no baixo preço;
- Informa-se a população do interesse da construção, não atendendo normalmente às suas necessidades, ou caso contrário, atende-se àqueles que mais reclamam ou que possuem mais influência;
- Entrega-se o projecto a arquitectos que realizam a sua primeira aventura na área;
- Aprova-se o projecto e adjudica-se a obra à proposta mais baixa, sem olhar à experiência anterior no tipo de construção;
- Pouco antes (quando não raras vezes, depois) da abertura da instalação ao público, começam a surgir as preocupações com a gestão. Também e normalmente contrata-se e encarrega-se, sem concurso público nem oposição, alguém que a ponha em funcionamento, independentemente de ter formação adequada, e muitas vezes nem experiência.

Passados alguns meses começam (em algumas situações, porque na maioria surgem mais tarde, noutras até "nunca" surgem, noutras ainda surgem, mas nunca se vem a saber) a surgir alguns comentários, como:

- A instalação fica muito cara, dá um prejuízo grande;
- Os usuários são poucos e quase sempre os mesmos;
- Os clubes são os mais regulares utilizadores da instalação;
- A manutenção não é boa, e a limpeza é deficitária, etc..

Paula Brito (1990), refere que a animação deve permitir duas atitudes: primeiro a sua prática quase exclusiva; e em segundo lugar facilitar a descoberta do interesse por uma ou mais modalidades, com a consequente possibilidade de evolução. Para tal será necessário que exista um programa bem elaborado, assente numa boa organização, o qual tenha não só continuidade, mas sobretudo que seja permanentemente renovado, com actividades que despertem e conservem o interesse das pessoas, evitando o abandono.

Esta animação pressupõe a presença de animadores em regime de voluntariado, aos quais deveria ser ministrada formação tendo em vista a intervenção imediata no terreno. Essa formação englobaria três graus, tendo o primeiro por objectivo fornecer informação e conhecimentos teórico-práticos. No segundo grau, haveria um aprofundamento dos conhecimentos e capacidades, e o último grau consistiria num curso de curta ou média duração (com estágio incluído), ministrado por entidades competentes, dando neste caso direito a diploma oficial. A intervenção seria organizada e realizada a nível de bairro.

Desta forma, poder-se-ia por um lado, responder a solicitações e aspirações da população local, prestando um serviço público não sectário. Por outro lado, dar-se-ia utilidade aos espaços, pouco utilizados ou subutilizados.

Segundo **Constantino (1994)**, em Portugal tem-se dado pouca importância à gestão dos equipamentos. Estes, são geridos sem qualquer estratégia, e as perspectivas não vislumbram alteração, pois não possui quadros especializados que possam garantir qualquer tipo de rentabilidade, seja desportiva, seja social. Consideram-se dois tipos de gestão, a privada e a pública, pautando-se a primeira pela promoção de actividades orientadas no sentido de maximizar o investimento feito, e na obtenção de lucro.

No que se refere à gestão pública, a situação caracteriza-se por grande desorientação, constatando-se privatizações pura e simples dos equipamentos a favor das associações, até à privatização directa com resultados positivos no domínio desportivo associativo, mas com resultados financeiros pautados por situações desastrosas, que comprometem o futuro das próprias infra-estruturas.

Na maioria das situações só se começa a pensar na gestão do equipamento, quando se aproxima a hora de entrada em funcionamento, ficando aquela condicionada pela idealização do próprio equipamento. Ter-se-á que pensar na forma de gestão em simultâneo com a fase inicial do projecto. A situação, embora seja extensiva a todo o tipo de equipamentos, assume maior relevo quando se trata de equipamentos que requerem elevado investimento de

capital, agravado pelo facto do custo da construção e manutenção, terem que ser suportados directa ou indirectamente pela comunidade (por exemplo as piscinas).

Para o autor, sobretudo quando se trata de equipamentos públicos, a questão da recuperação financeira do investimento, não se põe, sendo contudo de ponderar obrigatoriamente a perspectiva da utilização e oportunidade social, devendo para tal qualquer decisão de construção ser criteriosamente preparada, através de estudos adequados.

Sobre isto, o autor não tem dúvidas, quando afirma que a razão de ser de qualquer equipamento, são as actividades ou serviços. Aqui reside o fulcro principal da questão, exigindo-se que as mesmas sejam programadas e distribuídas adequadamente.

4.3.3.9. Mobiliário de Apoio

Por vezes, deparamos com espaços que à primeira vista nos causam uma agradável impressão, quer pela sua localização (face ao contexto onde se inserem), quer pela satisfação que nos causa ver um grupo numeroso de crianças a brincar, quer pelas cores aprazíveis dos equipamento, quer ainda pelo seu estado de limpeza, ou por outra razão qualquer. O que não acontece com frequência, diga-se de passagem. Porém, poucas vezes reparamos no resto. Isto é, na existência de condições e serviços que não só condicionam a utilização dos espaços, mas pelo contrário estimulam-na, dão-lhe vida.

O mobiliário de apoio ao espaço de jogo, torna-se assim um serviço mínimo tão importante e indispensável como o próprio espaço de jogo.

Esta questão também não tem merecido a melhor atenção, no momento da planificação.

Sallis e al. (1997), num estudo realizado com 178 crianças mexicanas e 122 crianças brancas, em que se pretendia conhecer quais os critério utilizados pelos pais para levarem os filhos aos espaços de recreio, os pais das crianças mexicanas, além de terem referido maior número de items que os pais das crianças brancas, referiram como mais importantes a segurança e a existência de: instalações sanitárias, iluminação, água potável, sombra, actividades e jogos organizados. Os pais das crianças brancas deram mais importância à segurança, à distância de casa, ao custo de admissão, ao facto de o espaço não estar muito cheio e à presença de amigos dos filhos no espaço.

Os bancos, são elementos necessários para que os adultos que acompanham as crianças, possam esperar sentados, mantendo um controlo visual com a criança. A sua colocação não deve estar próxima da área de jogo físico, mas antes na zona de jogo mais tranquila **(Burchartz, 1994)**. A autora refere ainda a necessidade de existência de uma arrecadação para o material móvel, na área de jogo recreativo e cognitivo, onde facilmente a criança possa não só recolhê-lo para utilizar, mas também se habitue a arrumá-lo, criando hábitos de disciplina e método.

Lloret i Riera (1988), salienta a importância das instalações sanitárias próximas dos locais de jogo, quer ao ar livre quer fechadas. Neste último caso na instalação devem existir sanitários diferenciados, para pessoal interno e para os utentes. A necessidade de uma enfermaria ou posto médico para prestar os primeiros socorros, exige que haja pessoal treinado para prestar esse auxílio. Quando se trate de uma piscina, é imprescindível a permanência de um nadador salvador.

A legislação portuguesa recente regulamenta a existência dos espaços de jogo e recreio (Decreto-Lei 379/97), determinando nos Artigos 29º as condições higienico-sanitárias que devem ser contempladas na construção, bem como na manutenção de qualquer espaço ou equipamento colectivo de jogo. Nos Artigos 12º e 13º , estão especificados os elementos que devem fazer parte do espaço. Assim, está prevista a existência de iluminação pública, bancos, bebedouros,

recipientes para o lixo, e telefone (este, quando impossível no local, deverá estar próximo). Em diversos locais do espaço, deverá existir espaço para colocação de normas de utilização dos equipamentos (com indicação de idade, actividades, interdições, etc.) e informações úteis.

4.3.3.10. Segurança

Em Portugal, a segurança nos espaços públicos de jogo e recreio não parece ter melhorado muito nos últimos anos. Um balanço feito pela revista "Pro Teste", da Associação da Defesa dos Consumidores (DECO), que passa em revista as inspecções por si efectuadas desde 1993, realça os avanços legislativos conseguidos desde então, lamentando no entanto uma aplicação inadequada da lei, e uma fiscalização quase inexistente. De entre creches, parques infantis, escolas, parques aquáticos e de diversões, discotecas, estádios de futebol, lares de idosos, hospitais, aeroportos, barcos de passageiros e estradas inspeccionadas desde 1993, pela "Pro Teste", 89% tiveram nota negativa, metade dos quais foram considerados mesmo como maus. Apesar de haver legislação eficiente, a vontade política para a aplicar tem sido nula, nomeadamente em relação a parques infantis e escolas.

A jornalista responsável pelo artigo (Ivete Carneiro), salienta alguns pontos negros relativamente às situações apontadas. Assim, das 35 inspecções realizadas em 1994 aos parques infantis, 19 estavam em mau estado, 13 em estado medíocre, 2 em estado razoável, e apenas 1 em bom estado. A inspecção incidiu sobre o equipamento (baloiços perigosos e pouco seguros). Em 1999 dos 9 parques aquáticos inspeccionados, , 7 estavam medíocres, 1 razoável e 1 em bom estado. Deficiências na concepção e segurança foram os problemas detectados. Em 18 estádios de futebol analisados, 8 revelaram estar em más condições, e 10 em estado medíocre. As zonas de bancadas são demasiado grandes, e existem poucas saídas de emergência para o relvado **(Jornal de Notícias, 2ª Fª, 17 de Julho de 2000)**.

Segundo **Burchartz (1995)**, a inexistência de normas específicas de segurança, para a construção e manutenção dos espaços de jogo, tem obrigado os espanhóis a recorrer a normativas norte americanas, britânicas (British Standards), alemãs (DIN e TüV). Porém salienta que reger-se por normativas próprias ou estrangeiras, não é a mesma coisa, na medida em que enquanto as primeiras são de cumprimento obrigatório, as segunda apenas servem como referência.

Correia (1989), fala-nos de "segurança activa", significando com isso que se a concepção do espaço e equipamentos que o constituem for devidamente ponderada, reduzir-se-ão as possibilidades de perigo. A manutenção das dificuldades inerentes ao jogo, permitirão à criança vencer os obstáculos que se lhe deparam, aumentando assim a sua disponibilidade motora. O equipamento deverá ser alvo de cuidados especiais, quer na concepção (adaptados às idades), quer na construção (materiais aconselhados), quer na disposição (distância entre os aparelhos), quer na manutenção (piso, aparelhos e higiene regular), por forma a evitar o acidente.

Para **Neto (1979)**, as características dos espaços infantis a criar, só deverão ser determinadas, após o conhecimento dos períodos críticos das etapas de desenvolvimento (fases sensíveis) das crianças.

O autor refere neste período de crescimento infantil, alguns aspectos relevantes que deverão estar sempre presentes aquando da planificação de um espaço de jogo e recreio infantil.

Segundo **Noronha Feio (1985)**, os problemas relativos aos estudos dos espaços de lazer e desporto, carecem de uma visão humanista da condição humana, a qual deve estar baseada em sólidos conhecimentos sociológicos e antropológicos, que caracterizam a nossa sociedade industrial e urbanizada, e nesse sentido deve contemplar a criação daqueles espaços para o desenvolvimento completo e bem-estar do ser humano.

Poderemos concluir que são múltiplos os aspectos envolvem a questão da segurança, entre os quais ressaltam, a concepção, a construção e manutenção do espaço e equipamentos, os materiais empregues, a supervisão do espaço e actividades, bem como o grau de desenvolvimento motor do utilizador, neste caso da criança. A estes estão associados outros aspectos relevantes, dos quais ressalta, a prontidão na assistência quando necessária, e a intransigência no cumprimento do estipulado por lei.

CAPÍTULO IV

AUTARQUIAS

4.1. BREVE INTRODUÇÃO

A quem anda atento, parece não restarem dúvidas de que, após a revolução de Abril (sobretudo na última década), as Autarquias têm-se assumido como os principais investidores na construção de espaços e equipamentos para a prática de actividades desportivas, quer formais, quer de lazer. Talvez, a forma como o têm feito, nem sempre corresponda a concepções e estudos convenientemente fundamentados nas principais necessidades e características, quer dos locais, quer dos cidadãos.

Questões de desenvolvimento, como definição de prioridades, aliada a alguma negligência no que concerne à gestão dos espaços, são alguns aspectos que não têm abonado satisfatoriamente as opções tomadas.

A análise tão objectiva quanto possível desta problemática, na tentativa de responder às questões, que se nos deparam no dia a dia, justifica o estudo dos aspectos ligados à concepção, construção e implantação dos equipamentos colectivos, nunca perdendo de vista o seu principal objectivo, isto é, a gestão das actividades como forma de rentabilização social e desportiva dos equipamentos públicos.

A promoção das actividades lúdicas e desportivas, na perspectiva do lazer, de fruição do tempo livre, do desenvolvimento das habilidades motoras básicas, da aquisição de atitudes correctas e hábitos salutares, são pressupostos fundamentais para a formação integral do indivíduo, quer pessoal quer socialmente, a que o serviço público autárquico deverá responder.

Constantino (1994), refere que os Municípios Portugueses, e os seus agentes políticos, deverão olhar para estes problemas não como um luxo, a que se dedicam alguns intelectuais, mas como um caminho indispensável para clarificar as prioridades de intervenção municipal, as estratégias mais adequadas e a necessária mobilização de recursos para a sua concretização.

É com a finalidade de podermos fornecer mais um contributo para a compreensão desta temática que surge este estudo, na medida em que estamos convictos que só através de uma planificação cuidada, previamente elaborada por uma equipa multidisciplinar, é possível dar resposta aos cidadãos e rentabilizar os equipamentos, e desta forma justificar socialmente os recursos disponibilizados.

4.2. A IMPORTÂNCIA DA INTERVENÇÃO AUTÁRQUICA

Nos últimos anos, temos assistido à alteração dos hábitos da população portuguesa, no que se refere ao tipo de actividades procuradas e desejadas. O caracter formal e exclusivista do desporto federado, tem vindo gradualmente a perder espaço para a prática de actividades diversificadas em espaços formais e informais. O associativismo despertou e procura rentabilizar os seus espaços para a oferta de actividades de lazer, quer organizado, quer espontâneo.

Não sendo acessível a toda a camada da população, o poder local tem sido obrigado a compensar a fuga às responsabilidades do poder central, não só no que se refere à resolução dos problemas que a sociedade civil não encontra vocação para a sua realização, mas também nas lacunas que ao sistema educativo dizem respeito.

Pires (1993), salienta que as Autarquias são neste momento a réstia de esperança, capazes de proporcionar oportunidades de participação a todos aqueles que se interessam pelo fenómeno desportivo, contrapondo uma política activa e aberta à demissão, ao secretismo e descricionismo exercido pela Administração Desportiva Pública Central.

Constantino (1991), sistematizando algumas preocupações, salienta que face à organização do poder político em Portugal, as Autarquias constituem um local estratégico fundamental, susceptível de responder à solução pública das necessidades de prática de actividades lúdicas e desportivas, de crianças e jovens em idade escolar, através da adequação das suas politicas, às necessidades de prática dessas actividades, realizada quer na escola, quer fora da escola.

As crianças e jovens constituem-se como um grupo social em permanente mudança, com interesses e motivações diferenciados dos de outras épocas, e por isso opositores a modelos tradicionais e únicos, quer no tipo de actividades, quer na sua forma de organização.

Talvez porque cansado e desmotivado por uma prática desportiva formal, fechada e exclusivista, também o homem moderno procura em espaços naturais e cenários artificiais, novas e imprevisíveis sensações para o seu corpo.

Disso são exemplos as inúmeras actividades (desportos radicais), em contacto com a natureza, com objectivos tão diversos que podem ir desde a simples fruição até à necessidade de superação.

Atendendo ao papel fundamental que as Autarquias assumem no sistema desportivo português, enquanto serviço público, torna-se imperioso que a organização dos Serviços de Desporto no Município, possa cumprir com eficiência e eficácia as suas obrigações e competências legais, apesar de, e conforme salienta **Pires (1993)**, "ser possível nos dias de hoje encontrar em todos os quadrantes políticos, diferentes filosofias de acção das Autarquias, indo dos modelos mais ou menos intervencionistas, até ao total abandono, em termos de ideias e projectos".

Deste modo os municípios têm assumido responsabilidades, que em primeira instância são da competência do poder central. Não que a autarquia não

tenha obrigações a este nível, contudo a transferência de meios que lhe foram atribuídos ficaram aquém das necessidades e expectativas criadas.

Todavia, e não negando a importância do papel que tem assumido, as suas preocupações deverão ser orientadas também na criação de condições que favoreçam a promoção de actividades devidamente orientadas por técnicos pedagógica e cientificamente habilitados, e dirigidas às camadas da população menos favorecida e sem poder reivindicativo. Estão nesta situação os deficientes e os adultos-idosos, já que as crianças, os jovens e os adultos-jovens, já vão tendo alguma resposta.

No que se refere às crianças com necessidades educativas especiais (N. E. E.), raramente se encontram políticas de intervenção que contemplem espaços com características (acessibilidade e de prática), adaptadas às suas necessidades e motivações, bem como programas pensados à sua dimensão e condição (motora e financeira).

A estratificação social, também tem contribuído para que os mais favorecidos económica e socialmente não tenham problemas na acessibilidade e usufruto dos equipamentos colectivos e serviços públicos. Com a agravante de que os que não têm acesso (por questões de ordem sócio-económica), terão que ser obrigatoriamente financiadores, enquanto contribuintes, sendo como tal duplamente penalizados.

Contudo, e não contabilizando alguns inconvenientes e oportunismos, há que reconhecer que o papel das autarquias têm tido no mundo do desporto e do lazer, um precioso papel de complemento de vida do cidadão moderno, valorizando-o quer através do movimento, quer através das mais variadas formas de expressão artística e cultural.

É esclarecedora a referência de **Esteves (1975)**, quando manifestava e revelava as suas preocupações sobre o poder central, afirmando: "o interesse governamental é, genericamente despendido no apoio aos grandes clubes de

espectadores, na construção de grandes e numerosos estádios, na comemoração entusiasta das vitórias internacionais, ao mesmo tempo que se observa a inexistência de auxílio equivalente às agremiações de praticantes e à própria educação física escolar, para tanto se invocando, nestes casos a indiscutível exiguidade orçamental".

4.3. ATRIBUIÇÕES E COMPETÊNCIAS DAS AUTARQUIAS

Poder-se-á afirmar com reduzida margem de erro, que só após o 25 de Abril de 1974, se assistiu por parte do Poder Local a uma intervenção, no que concerne à adopção de linhas orientadoras e implementação de políticas de desenvolvimento desportivo. Até aí o regime autoritário e centralizador do Estado, definiu (ou melhor, não definiu) a política desportiva a seu bel-prazer.

Efectivamente, só com a definição do novo quadro de obrigações e competências em 1976, e respectiva aprovação do regime de finanças, o poder local assumiu e usufruiu de maior autonomia face ao Poder Central. Um pouco à imagem do que há muito acontecia na maioria dos países da Europa Ocidental (com raras excepções, como a Espanha, Grécia...).

Tal como aconteceu relativamente a outras áreas sociais (saneamento básico, habitação, educação, etc.), o Poder Local dirigiu particular atenção à área desportiva, fruto de uma consciência esclarecida relativamente à importância da actividade física, na educação e formação dos jovens em particular, e da promoção da saúde e bem-estar da população em geral.

Constituindo-se como privilégio de uns no Estado Novo, afirmou-se como um direito de todos no Estado Democrático.

A par da crescente democratização desportiva, acentuada a partir de 1980, assistiu-se à preocupação do Estado em enquadrar e actualizar juridicamente as questões relativas ao Desporto.

Consciente das limitações, e sem a pretensão de especificar tecnicamente toda a matéria de Direito Desportivo no que às Atribuições e Competências das Autarquias diz respeito, propomo-nos fazer uma abordagem balizando as questões mais pertinentes.

As competências das Autarquias relativamente ao desporto, são definidas em dois documentos fundamentais:

1. Decreto Lei nº 100/84, de 29 de Março – Lei das Atribuições e Competências das Autarquias;

2. Lei nº 1/90, de 13de Janeiro – Lei de Bases do Sistema Desportivo.

A Lei das Atribuições e Competências das Autarquias, na alínea h) do nº 1 do Artº 32º, estabelece que é atribuição das Autarquias "tudo o que diz respeito aos interesses próprios, comuns e específicos das populações respectivas", designadamente "cultura, tempos livres e desporto".

Por sua vez, a Lei de Bases do Sistema Desportivo refere-se com frequência à acção das Autarquias.

No capítulo referente ao Âmbito e Princípios Gerais de Acção do Estado em matéria de política desportiva, estabelece que: "O sistema desportivo no quadro dos princípios constitucionais, fomenta a prática desportiva para todos, quer na vertente da recreação, quer na de rendimento, em colaboração prioritária com as escolas, atendendo ao seu elevado conteúdo formativo, e ainda, em conjugação com as associações, as colectividades desportivas e as Autarquias" (nº 1 do Artº 2).

No mesmo capítulo se afirma como princípio geral da acção do Estado, no desenvolvimento da política desportiva, "a descentralização e intervenção das Autarquias Locais" (alínea i), do nº 2 do Artº 2º.

No capítulo referente à Actividade Desportiva, relativamente aos princípios gerais da formação e prática desportiva, estabelece-se que "compete ao Estado assegurar ainda os meios necessários à formação desportiva do desenvolvimento regional, promovendo de forma integrada, a conjugação das vocações dos diferentes departamentos oficiais" (nº 6 do Artº 4º).

No que se refere ao Desporto Escolar, a intervenção da Autarquia é prescrita no nº 3 do Artº 6º, onde se refere que "o Governo, com vista a assegurar o princípio da descentralização, , promove a definição com as autarquias locais, das medidas adequadas a estimular e a apoiar a intervenção destas na organização das actividades referidas no ponto anterior que se desenvolvem no respectivo âmbito territorial".

No nº 1 do artº 10º estabelece-se "os Jogos Tradicionais como parte integrante do património cultural específico das diversas regiões do País, são fomentados e apoiados pelas instituições de âmbito regional e local, designadamente pelas regiões autónomas e autarquias locais.

Relativamente às infra-estruturas desportivas refere-se o nº 6 do Artº 36º que " o Governo e as autarquias locais desenvolvem uma política integrada de instalações e equipamentos desportivos, definida com base em critérios de equilibrada inserção no ambiente e em coerência com o integral e harmonioso desenvolvimento desportivo".

No que se refere à afectação e reserva de espaços desportivos, o nº 1 do Artº 37º refere que "os planos directores municipais e os planos de urbanização, devem reservar zonas para a prática desportiva".

Nas Disposições Transitórias, nº 3 do artº 42º salienta-se que "o Governo e as autarquias locais, providenciarão entre si para no prazo máximo de quatro anos, dotar as escolas do 2º e 3º ciclos do Ensino Básico e secundário, carenciadas de adequadas instalações desportivas de serviço escolar.

Acrescente-se alguns normativos complementares da Lei de Bases do Sistema Desportivo, os quais atribuem competências específicas às Autarquias, a saber:

Decreto Lei nº 448/91, de 29 de Novembro, que estabelece o enquadramento jurídico em matéria de terrenos para espaços verdes e de utilização colectiva, infra-estruturas e equipamentos;

Decreto Lei nº 334/91, de 6 de Setembro, relativo às normas orientadoras de gestão do parque desportivo escolar;

Decreto Lei nº 43/91, de 6 de Novembro, define o regime de comparticipações financeiras públicas ao associativismo desportivo.

4.4. BREVE COMENTÁRIO

Creio ser possível afirmar que as Autarquias, embora cada vez mais sensibilizadas e empenhadas para as questões desportivas, ainda intervêm substituindo o Poder Central, em domínios e obrigações que a este dizem respeito.

Talvez porque se trata dos primeiros passos (na maioria das Autarquias), nota-se por parte destas, uma dificuldade na definição de objectivos que orientem com coerência uma efectiva política desportiva municipal.

Mais tarde ou mais cedo sucederá, com a inevitável organização dos serviços desportivos autárquicos, quer a nível de estrutura orgânica, quer a nível de recursos humanos (devidamente habilitados), os quais modificarão o panorama para melhor, indiscutivelmente.

Até lá (e sem atalhar), teremos que percorrer um bom caminho, continuando a louvar esforços, mas também a assistir a opções menos acertadas, e a sentir dificuldades em obter e canalizar recursos (sobretudo financeiros), para um desenvolvimento desportivo de direito.

Concluindo, e apesar de tudo parece-nos que o quadro do regime jurídico que temos, e que define as Atribuições e Competências das Autarquias, está em conformidade com a realidade desportiva que temos.

As Autarquias Locais têm assumido, e tudo indica que assumirão com mais veemência, um papel fundamental neste processo de mudança e construção social. Não apenas no estrito cumprimento das sua obrigações e competências legalmente estipuladas, mas sobretudo por imperativos sociais, assumindo como objectivos, zelar e contribuir para a melhoria da qualidade de vida e bem-estar dos seus cidadãos.

Nesta perspectiva, o poder político em particular, e as Autarquias em geral, devem possuir também ideias e projectos claros ao nível desportivo. Ideias assentes no conhecimento rigoroso da sua realidade local (com tomada de consciência das reais necessidades e aspirações dos seus cidadãos), bem como através de projectos coerentes (que tenham em conta as condicionantes que eventualmente possam limitar a sua intervenção).

Podemos ter muitos e bonitos pavilhões, grandes e belas piscinas, pistas de atletismo com piso sintético, ginásios, campos de futebol em abundância, uma imensa costa marítima, espaços naturais de rara beleza, mas se não pensarmos nem nos preocupar-mos com as pessoas, tudo não passará de meras operações de cosmética, traduzidas no esbanjamento de recursos, e na prestação de um mau serviço público.

PARTE II

ORGANIZAÇÃO

E

PLANIFICAÇÃO DO ESTUDO

CAPÍTULO V

OBJECTIVO DO ESTUDO

2.1. Introdução

Os diferentes contextos em que a criança nasce cresce e se desenvolve, têm uma importância crucial no seu processo formativo pessoal, e determinam em grande parte a sua prática social futura.

O desenvolvimento motor, enquanto componente indissociável do desenvolvimento humano, assume na infância uma importância relevante na formação integral e harmoniosa da criança.

Os espaços e as actividades de lazer poderão constituir-se como factores aceleradores ou frenadores desse processo. Contudo não é suficiente ter o espaços, ou realizar as actividades, é preciso qualificá-los e adaptá-los tendo sempre em vista as capacidades e necessidades dos seus destinatários.

A finalidade desta pesquisa está vocacionada para o estudo dos espaços onde a criança possa realizar as suas actividades de lazer, como ocupação dos tempos livres. Nesse sentido estruturamos o estudo da seguinte forma:

1 – Definição do objectivo de estudo. Começaremos por enunciar o problema, após o qual passaremos a discriminar os objectivos e finalmente formularemos as hipóteses.

2 – Métodos e procedimentos. Neste capítulo trataremos de duas questões fundamentais: na primeira caracterizaremos a amostra, e na segunda serão definidas as variáveis. Para tal, será feita de forma sintética, a caracterização geográfica e sócio-económica do concelho, bem como das instituições escolares. Para a definição das variáveis, recorremos à caracterização das variáveis independentes e dependentes.

3 – Instrumentos de recolha e de tratamento de dados. Neste capítulo analisaremos as técnicas utilizadas para a recolha de dados, elaboração do questionário, classificação e codificação dos resultados.

2.2. Enunciado da Problemática em Estudo

A organização social actual, fruto de rápidas e profundas transformações tecnológicas, não beneficiou particularmente a criança, relativamente aos pressupostos a ter em conta para o seu integral e harmonioso desenvolvimento. Isto é, tanto no que se refere ao aspecto psicológico e sociológico, bem com no que se refere ao aspecto motor.

Caracterizada pela desvalorização dos valores humanos em detrimento dos benefícios materiais, a sociedade tem retirado à criança a possibilidade de crescer e de se movimentar livremente.

A este propósito **Neto (1979)**, refere que para além da família e da escola, também a rua representa um factor de desenvolvimento social por excelência, verificando-se contudo que as capacidades de mobilidade e exploração corporal, se vão tornando diariamente um drama na vida da criança, condicionada pela falta de espaço e oportunidades onde ela se possa expandir.

Cada vez menos, o desenvolvimento da criança depende das instituições tradicionais, família e escola, sentindo-se por outro lado cada vez mais a influência do meio e dos mass média no seu dia a dia.

Torna-se assim fundamental e urgente, reflectir sobre as dinâmicas da vida infantil, bem como das rotinas e espaços normalmente frequentados.

Apesar dos significativos e aturados estudos realizados ultimamente sobre as rotinas de vida da criança, a sua abrangência ainda não nos permite determinar qual apenas o grau de influência no seu desenvolvimento global.

Este, é mais um estudo que se apresenta com a única pretensão de poder fornecer algum contributo, para a "resolução" deste interminável e complexo problema do desenvolvimento humano, e particularmente do desenvolvimento infantil.

Serão sempre necessários e bem-vindos mais contributos, traduzidos em renovadas propostas, que possam num determinado momento ou época, adaptar-se a imprevisíveis mas inevitáveis mudanças.

Só a partir do conhecimento duma determinada realidade, é possível uma intervenção de facto junto das entidades competentes, de modo a;

- propor as soluções mais adequadas em futuras situações;
- sugerir alterações em situações existentes mas desajustadas;
- finalmente, evitar erros em situações futuras.

Tendo em conta as preocupações anteriormente evidenciadas, as restrições do mundo moderno, e a inquestionabilidade da importância que assumem os espaços, enquanto factores essenciais para a promoção do desenvolvimento motor, do equilíbrio emocional e processo de socialização da criança, definimos o problema colocando algumas questões da seguinte forma:

- Que espaços públicos existem e estão acessíveis para a criança poder brincar e jogar nos seus tempos livres?
- O que pensam e de que forma se relacionam com esses espaços?

2.3. Discriminação dos objectivos do estudo

Esta investigação engloba dois estudos, A e B, para os quais foram definidos os seguintes objectivos:

Estudo A

1º - Enumerar, caracterizar e verificar como estão distribuídos pelo concelho da Póvoa de Varzim os espaços lúdico-desportivos públicos, destinados à realização de actividades de lazer pelas crianças, nos seus tempos livres.

Estudo B

1º - Verificar qual a apetência das crianças pelos espaços lúdico-desportivos, e identificar as actividades de lazer que fazem parte das suas rotinas diárias;

2.4. Formulação das Hipóteses

Tendo em conta a problemática previamente definida, onde foi identificado e delimitado o objecto de estudo, pretendemos dar algumas respostas à mesma, tendo para tal sido formuladas as seguintes hipóteses:

Hipótese nº 1

A distribuição dos espaços lúdico-desportivos públicos pelo meio urbano e rural é assimétrica, quando analisada à luz de alguns dos critérios de programação, nomeadamente a população-base e a irradiação.

Hipótese nº 2

A carência e a localização dos espaços lúdico-desportivos, são factores determinantes e limitadores do acesso e utilização daqueles pelas crianças.

Hipótese nº 3

As oportunidades de acesso aos espaços lúdico-desportivos, são maiores para as crianças do meio urbano do que para as do meio rural.

Hipótese nº 4

As actividades de tempos livres que as crianças preferem realizar, não correspondem àquelas que realizam mais vezes.

Hipótese nº 5

Não há diferenciação na utilização dos espaços lúdico-desportivos pelas crianças, quer no que se refere à idade quer no que diz respeito ao sexo.

Hipótese nº 6

As crianças têm poucos hábitos de prática desportiva regular.

2.5. Técnicas e instrumentos utilizados na recolha de dados

Para a recolha de dados dos diferentes estudos, foram utilizadas diferentes técnicas e utilizados diferentes instrumentos.

Assim, para o estudo A foram utilizadas fichas de levantamento (anexos 5 e 8), elaboradas tendo por base a tipologia das Instalações Desportivas de Base (Dec. Lei 317/97, de 25 de Novembro), as fichas de levantamento dos espaços lúdicos e desportivos, de Pereira e al. (1999), Instituto de Estudos da Criança da Universidade do Minho, e utilizadas para o estudo dos Espaços de Lazer para a Infância na Região Norte de Portugal, bem como o Dec. Lei 379/97, de 27 de Dezembro, o qual regulamenta os espaços de jogo e recreio.

As fichas incluem questões que permitem para além da descrição geral dos espaços existentes (como a localização, o proprietário, o gestor, o ano de construção, a área de jogo, o piso, o equipamento, o mobiliário e instalações de

apoio característicos de cada espaço), obter informações sobre aspectos ligados à organização funcional, utilização e segurança.

Para o levantamento de dados referentes aos espaços lúdicos (sobretudo Parques Infantis), recorreu-se aos préstimos do Departamento de Obras Municipais da Câmara Municipal.

Para os espaços desportivos recorremos ao Pelouro do Desporto da Autarquia, a qual possui informação sistematizada em "Carta Desportiva Concelhia" de 1991. A partir dessa altura os dados têm sido recolhidos e compilados, encontrando-se em curso, segundo o vereador responsável pelo Pelouro do Desporto, Dr. Paulo Valentim Costa, a actualização da mesma para apresentação pública no final do corrente ano. Por esse motivo, impôs-se-nos a deslocação a alguns dos novos espaços para fazer a observação e levantamento presencial.

Para o estudo B, o instrumento de recolha utilizado foi o questionário (anexo 10), o qual foi preenchido pelos alunos na sala de aula da respectiva escola.

Em 15 (83%) dos casos o questionário foi realizado com a presença do investigador, que usufruiu da ajuda do professor da turma.

Nos restantes 3 casos (17,%) os questionários foram preenchidos sob a orientação de entrevistadores/colaboradores, aos quais foram explicados sumariamente os objectivos do estudo, tendo em simultâneo sido fornecido o manual do entrevistador (anexo 11), e indicados os procedimentos a adoptar para aplicação do questionário.

Estes usufruíram também da ajuda do professor da turma na orientação dos alunos para preenchimento do questionário.

CAPÍTULO VI

MÉTODOS E PROCEDIMENTOS

2.5 BREVE INTRODUÇÃO

Neste capítulo vamos proceder à descrição metodológica dos estudos aqui apresentados, assim como à caracterização da amostra e indicação dos instrumentos estatísticos adoptados.

Para a realização desta investigação, e tendo em conta os dois estudos em causa, A e B, foram seleccionadas amostras em conformidade com os objectivos previamente definidos.

Para o estudo A, foram considerados todos os espaços lúdicos e desportivos comunitários (independentemente da sua titularidade ser pública ou privada, e visar ou não fins lucrativos) do concelho da Póvoa de Varzim.

Foram excluídos da amostra:

a) Todos os espaços lúdicos e desportivos escolares (à excepção dos pavilhões pertencentes à autarquia e usados pela comunidade, em horário pós-lectivo), recreios campos de jogos e parques infantis situados no interior de escolas ou jardins de infância, devido à sua função e utilização específica;
b) As academias de fitness, salas e ginásios de musculação particulares, pelo facto dos objectivos que visam e o segmento da população a que se destinam, serem bastantes específicos.

O concelho é constituído por 12 freguesias, pertencendo a sede do concelho (Póvoa de Varzim) ao meio urbano, e as 11 restantes (Aguçadoura, Amorim, Argivai, Aver-O-Mar, Balasar, Beiriz, Estela, Laundos Navais, Rates e Terroso), ao meio rural;

No concelho existem 29 escolas do 1º ciclo do ensino básico, das quais 7 se situam na sede do concelho, e são frequentadas por 1747 (46,4%) alunos, enquanto 2015 (53,6%) frequentam as 22 escolas distribuídas pelas restantes onze freguesias.

Se por um lado, a abrangência do estudo no que se refere à sua realização na totalidade das freguesias, era à partida um factor importante, e foi concretizado, por outro, não foi possível obter uma equivalência relativamente às variáveis independentes (meio, escalão etário, ano de escolaridade e sexo). Isto é, a constituição de turmas com igual número de alunos por escalão, sexo e de meios diferentes.

Para tal, a vastidão e dispersão do estudo exigiria uma cuidada selecção da população destinatária, nas diferentes escolas de cada freguesia, com a consequente exclusão de um elevado número de crianças por turma, e a inclusão de outras, de turmas diferentes, para homogeneizar os grupos. Além disso perder-se-ia o caracter aleatório da amostra.

Não nos podemos alhear que a população visada neste estudo sobre os espaços lúdico-desportivos, são as crianças que frequentam o 1º ciclo do ensino básico, independentemente da sua idade, ano de escolaridade, sexo ou habitat.

Tendo em atenção as referências anteriores, optamos por adoptar o seguinte critério:

- Seleccionar uma turma de cada escola da sede do concelho, e proceder de igual modo numa escola de cada uma das restantes freguesias.

Desta forma a amostra ficou assim definida e distribuída:

- 139 alunos do meio urbano e 232 do meio rural, num total de 371. Isto é, uma amostra de 9,9% do total (3762) de crianças que frequentam as escolas do 1º ciclo do ensino básico do concelho da Póvoa de Varzim.

Foram excluídos da amostra os alunos do 1º ano de escolaridade, pelo facto de nesta idade as crianças revelarem grande dificuldade de leitura e de compreensão das questões escritas.

2.6. Definição das variáveis em estudo

2.6.1. Estudo A

As variáveis independentes consideradas para o estudo de caracterização dos espaços lúdico-desportivos, foram o meio e tipo de espaço.

Os indicadores e critérios principais para a caracterização do espaço, constituem as variáveis dependentes.

2.6.2. Estudo B

Neste estudo recorremos à idade, sexo, meio e ano de escolaridade, como variáveis independentes.

As rotinas da vida diária da criança, relativamente aos espaços e às actividades lúdico-desportivas, definiram as variáveis dependentes.

A garantia e fidelidade das variáveis em estudo, resulta do facto de já terem sido utilizadas em vários estudos de investigação, pelo que o seu valor está reconhecido.

Para a definição do meio, em urbano e rural, foram utilizados os indicadores espaço físico e ocupação profissional dos habitantes, segundo os Censos de 1991 – resultados definitivos (1993) do Instituto Nacional de Estatística.

Para a classificação das actividades mais realizadas e preferidas pelas crianças nos tempos livres, foi adoptado o sistema de categorias de utilizados em estudos anteriores, nomeadamente no estudo publicado "A Infância e as Práticas Lúdicas – Estudo das actividades de tempos livres nas crianças dos 3 aos 10 anos", da autoria da Beatriz Oliveira Pereira e Carlos Neto, em 1997.

2.7. A Pesquisa e o Sistema de Informação

Para a gestão em geral, a forma de prever e conhecer a evolução dos comportamentos, das culturas, dos hábitos e das coisas, é fundamental. Será este conhecimento e a previsão que define o modo de actuação de quem tem de decidir.

Para um pesquisador, o seu objectivo primário consiste em apresentar a melhor amostra, para melhor compreender os resultados provenientes e representativos do seu universo.

Elizabeth Reis & Raúl Moreira (1993), referem que "mesmo contando com os enormes progressos conseguidos no desenvolvimento da teoria da amostragem, ainda não é possível garantir a certeza da previsão efectuada".

A maioria das decisões, envolvem incerteza, quer nas informações, quer na previsão. Os estudos e a pesquisa só deve ser tomada em consideração, quando a informação e dados retirados permitem, por um lado, diminuir a incerteza, e por outro, ajudar a tomada de decisões.

A planificação, envolve a análise, o desenvolvimento de estratégias e a operacionalidade das mesmas, o que origina a tomada de várias decisões que necessitam de ser fundamentadas com informação fornecida pela pesquisa (quer primária, quer secundária).

O processo de uma pesquisa, baseia-se em estabelecer uma ligação entre o pesquisador e os destinatários. Para tal tem que se ter em conta:

- A recolha de informação
- Análise de informação
- interpretação de informação

Desta forma, a informação recolhida permitirá compreender melhor o meio, identificando problemas, definindo as necessidades, delineando as estratégias e aproveitando as oportunidades.

Esta informação tem características e valores diferenciados. Assim, enquanto a informação secundária, existe e está facilmente acessível, quer através de referências publicadas, quer recorrendo às tecnologias de informação, a informação primária, não estando disponível, exige que a sua recolha se paute por objectivos especificamente definidos pela natureza da investigação, o que exige por parte do pesquisador treino e especialização. Normalmente os custos desta são mais elevados, em tempo e dinheiro, pelas características apontadas.

Geralmente a informação secundária existente não é suficiente, porém a sua análise é de grande importância para a o planeamento estratégico da intervenção, na medida em que podem fornecer elementos que permitam, quer evitar problemas, quer antecipar soluções.

2. 8. Métodos de Pesquisa

2.8.1. Métodos qualitativos

Como foi referido, a informação secundária existente no mercado pode não ser suficiente para a resolução do problema da pesquisa, tornando-se deste modo necessário proceder à realização de uma pesquisa primária, envolvendo elaboração e aplicação de questionários ou entrevistas, que podem ser estruturados e normalizados, ou não estruturados.

Os questionários não estruturados inserem-se nos métodos qualitativos de entrevistas, onde existe uma relação mais longa e flexível com os inquiridos, resultando na obtenção de informação mais rica a nível de contexto.

Em algumas situações, como no caso da pesquisa exploratória, onde o objectivo é obter perspectivas pessoais de problemas vagos e externos, o pesquisador opta por métodos qualitativos uma vez que é possível encontrar flexibilidade suficiente para alterar a ordem das perguntas, alterar o vocabulário e até reformular as perguntas.

Dentro dos métodos qualitativos podemos encontrar várias técnicas de entrevista com formato não estruturado, sendo elas: entrevista de grupo, entrevista livre, técnicas de projecção e métodos de observação.

Estes métodos de entrevista não foram os escolhidos para os estudos em causa, uma vez que a informação a obter, embora contenha sentimentos e opiniões relacionados com os espaços lúdico-desportivos, tem um carácter mais racional, não se aproximando do nível de sentimentos profundos.

2.8.2. Métodos Quantitativos

Os métodos quantitativos foram os seleccionados para este estudo, por um lado, fez-se a recolha secundária de informação existente sobre os espaços lúdicos e desportivos existentes no Concelho da Póvoa de Varzim e sobre as crianças que frequentam as escolas do primeiro ciclo do ensino básico, também do Concelho. Por outro lado - e posteriormente - realizou-se uma pesquisa primária junto das crianças, com o objectivo de identificar as suas rotinas relativamente aos espaços e actividades.

Este método, por envolver medições estruturadas, permitem seleccionar uma amostra representativa do Universo de estudo que, consequentemente, os

seus resultados são uma projecção para a população em estudo, adequando-se assim aos objectivos a alcançar.

A maior vantagem deste método consiste no facto de ser possível recolher muita informação acerca de um inquirido no momento, incluindo dados ao nível de conhecimentos, atitudes, interesses e opiniões, comportamentos presentes e passados e variáveis de classificação como demográficas, socioeconómicas e outras. Outra vantagem é a versatilidade, pois estes métodos podem ser aplicados em quase todos os cenários, e são adaptáveis aos objectivos da pesquisa.

A opção pelo método para a recolha de informação, é um ponto crítico no processo de pesquisa. Existem vários factores a ter em conta na avaliação dos vários métodos, tendo em conta: a complexidade e versatilidade; a quantidade de informação; o controlo da amostra; as taxas de resposta; a qualidade da informação; o tempo dispendido; o custo e os usos.

De entre os métodos existentes e analisados, entrevistas realizadas pelo correio, entrevistas realizadas por telefone e entrevistas pessoais, optamos pelo terceiro devido à sua segurança e consistência personalizada.

2.8.3. Entrevista Pessoal

Sendo este método de recolha de informação o mais flexível e versátil, constituiu a opção seleccionada para a realização deste estudo. **Elizabeth Reis e Raúl Moreira (1993)** referem que sendo o meio mais comum de recolher informação é também o mais caro, e o que o distingue "dos outros métodos é a presença física do entrevistador". Estes autores referem ainda que " se encararmos a entrevista pessoal como um sistema de comunicação entre o investigador e o inquirido, podemos identificar o entrevistador e o inquérito como os instrumentos de medida do sistema ".

O facto do entrevistador estar presente ajuda a assegurar a total compreensão, por parte do entrevistado, de todas as questões, e torna possível a utilização de elementos visuais. A quantidade de informação recolhida, dependendo do questionário a aplicar, pode ser maior do que qualquer outro método. Ao mesmo tempo permite que a informação obtida, poderá ser mais profunda e completa devido à presença de um entrevistador.

2.8.4. Amostragem

2.8.4.1. Fundamentos de Amostra

Todo o estudo de investigação requer a selecção e determinação de algum tipo de amostra. De uma forma simples, podemos dizer que a determinação de uma amostra envolve a identificação de um grupo de indivíduos com o qual se estabelece um contacto, e que possui informações relevantes para a resolução do problema em questão.

A realização de censos constitui uma alternativa à determinação de amostras, mas raramente são efectuados, uma vez que são muito dispendiosos do ponto de vista financeiro, de tempo e recursos humanos. Neste caso seriam utilizados todos os elementos disponíveis da população definida. Contudo, não é necessário estudar todos os elementos da população, pois com o devido cuidado e controlo, uma pequena fracção de elementos pode ser representativa de toda a população.

As preocupações primárias da elaboração e definição de uma amostra são:

- determinação do tamanho da amostra.
- selecção de itens relativos à população alvo para que a amostra seja representativa da população.
- tratamento informático de uma estimativa acerca da população alvo para algumas variáveis de interesse.

2.8.4.2. Processo de Amostragem

As etapas a percorrer num processo de selecção e determinação de uma amostra são, de acordo com **Kinnear, T. & Taylor, J. (1996)** as seguintes:

1. ***Definir a população***, o que inclui elementos, unidades de amostra, a extensão e o tempo.
2. ***Identificar unidades amostrais***, da qual a amostra será seleccionada.
3. ***Decidir o tamanho da amostra***, ou seja, quantos elementos serão incluídos.
4. ***Seleccionar um procedimento específico*** pelo qual a amostra será determinada.
5. ***Seleccionar realmente a amostra*** baseada no procedimento anteriormente descrito.

2.8.4.3. Procedimento da Amostragem

Existem vários procedimentos para seleccionar uma amostra, de entre os quais dois conceitos fundamentais se distinguem: amostra probabilística e amostra não probabilística. Numa amostra probabilística cada elemento da população tem uma hipótese conhecida de ser seleccionado. A amostra é encontrada através de cálculos matemáticos e permite-nos definir qual a diferença entre os valores da amostra e os da população (universo)

Freguesias	Escolas 1º CEB	Alunos 1º CEB concelho	Amostra	
			nº	%
Aguçadoura	3	312	24	7,7
Amorim	1	165	20	12,1
Argivai	1	94	18	19,1
Aver-O-Mar	3	446	32	7,2
Balasar	2	149	13	8,7
Beiriz	1	153	16	10,5
Estela	1	161	22	13,7
Laundos	3	135	20	14,8
Navais	2	118	24	21,4
P. de Varzim	7	1756	139	8
Rates	2	152	26	17,1
Terroso	3	121	17	14
Total	**29**	**3762**	**371**	**9,9**

Quadro 2 – Universo da Amostra

Na amostra não probabilística, a selecção dos elementos que integram a amostra é baseada, em parte, no critério do pesquisador. Não existe hipótese conhecida de um elemento da população ser seleccionado. Assim sendo, não é possível calcular erros de amostragem que possam ocorrer, nem ter a certeza de que a estimativa é fiável.

Neste caso, a amostra utilizada para o estudo das "CRIANÇAS" foi uma amostra probabilística, logo aleatória, apresentada no Quadro 2.

2.8.4.4. Procedimentos de amostragem probabilística

De todos os processos de amostragem probabilística, o mais importante é o da amostragem aleatória, pois garante que todos os elementos da população têm as mesmas hipóteses de ser integradas na amostra. Através da sua utilização consegue-se evitar qualquer enviesamento de selecção, ou seja, afasta-se qualquer tendência sistemática para sub - representar ou sob - representar na amostra alguns elementos da população.

Segundo **Guimarães, R. & Cabral, J. (1997)**, para se poderem fazer inferências a partir de uma amostra e medir o rigor de tais inferências, esta deve

ser seleccionada de acordo com um processo de amostragem probabilística. Para este tipo de amostragem, cada um dos elementos da população tem hipóteses de ser incluído na amostra, sendo possível medir com rigor qual a possibilidade de tal suceder, através do cálculo da respectiva probabilidade.

Igualmente **Reis, E. & Moreira Raúl (1993)** referem que " a generalização dos resultados da amostra a toda a população requer um processo de amostragem aleatório, probabilístico ou casual ".

Não há garantia de que os resultados obtidos por este procedimento sejam mais fidedignos do que os obtidos pelas amostras não probabilísticas, contudo permite ao pesquisador medir o erro da amostra que possa eventualmente ocorrer. Tal permite medir quão fiáveis são os resultados da amostra.

2.8.4.5. Determinação da amostra

Partindo dos conceitos apresentados por Reis, E. & Moreira, R. (1993), que definem Universo ou População como " qualquer grupo de indivíduos (pessoas, objectos, empresas, etc.) com uma ou mais características em comum "e na sequência amostra como um subconjunto dos indivíduos pertencentes a uma população, determinamos por universo todos os indivíduos de ambos os sexos com idades compreendidas entre os 7 e os 12 anos residentes no Concelho da Póvoa de Varzim, e por amostra de 371 destes indivíduos.

Ainda segundo estes autores, "no processo amostral existem duas preocupações principais que devem ser definidas previamente: qual o método amostral a utilizar e qual a dimensão apropriada da amostra para recolher a informação necessária ". Ora o método amostral é o procedimento de amostragem probabilístico aleatório de representatividade considerando as variáveis: sexo, idade e meio do entrevistado, conforme Quadro 3.

Freguesias do concelho	Escolas 1º CEB	Alunos 1º CEB concelho	Amostra		Sexo		Idade			Meio
			nº	%	Fem	Masc	7-8 anos	9-10 anos	11-12 anos	
Aguçadoura	3	312	24	7,7	15	9	3	17	4	Rural
Amorim	1	165	20	12,1	8	12	12	7	1	Rural
Argivai	1	94	18	19,1	11	7	0	16	2	Rural
Aver-O-Mar	3	446	32	7,2	14	18	0	24	8	Rural
Balasar	2	149	13	8,7	6	7	0	13	0	Rural
Beiriz	1	153	16	10,5	6	10	6	4	6	Rural
Estela	1	161	22	13,7	9	13	15	7	0	Rural
Laundos	3	135	20	14,8	7	13	1	17	2	Rural
Navais	2	118	24	21,4	10	14	5	12	7	Rural
P. de Varzim	7	1756	139	8	69	70	88	43	8	Urbano
Rates	2	152	26	17,1	12	14	4	18	4	Rural
Terroso	3	121	17	14	7	10	2	14	1	Rural
Total	**29**	**3762**	**371**	**9,9**	**174**	**197**	**136**	**192**	**43**	

Quadro 3 – Distribuição da Amostra por Freguesia, Sexo, Idade e Meio

2.8.4.6. Cálculos de amostragem

Os cálculos para definição do erro amostral e do tamanho da amostra a inquirir, foram efectuados através da fórmula, para amostras proporcionais, e de população finita:

$$n = \frac{(Z)^2 \times N}{(Z)^2 + (N-1)^2} \qquad Z_{\alpha/2}(95\%) = 1.96$$

E = Erro amostral

e = Amplitude da Amostra => $\frac{e}{2} = E$

N = Tamanho da população

n = Tamanho da amostra

Considerou-se como valores válidos para a presente pesquisa, uma confiança de 95% e um erro amostral de 4.8%, para uma amostra de 371 crianças, de uma população de 3.762 indivíduos (Crianças residentes no

Concelho da Póvoa de Varzim com idades compreendidas entre os 7 e os 12 anos, que frequentam o 1º Ciclo).

2.9. Caracterização da Base de Amostra

O estudo desenvolve-se no concelho da Póvoa de Varzim, constituído por 12 freguesias, ocupando uma área[1] total de 81, 9 Km^2, com uma população residente[1] de 58.720 habitantes. Situado na confluência do Minho e Douro Litoral, é o concelho da Associação de Municípios do Porto, situado mais a Norte, fazendo apenas fronteira com o concelho de Vila do Conde. A seguir a este, é o segundo concelho mais jovem e com a segunda mais baixa densidade populacional da Associação de Municípios do Porto, com 669 hab/km^2.

Espraiada junto ao litoral, a cidade cresceu a partir do seu núcleo histórico - Matriz – que se consolidou no Séc. VXI e seguintes.

O I. C. 1, é a principal estrutura rodoviária que serve o concelho, quer a sul quer a norte, onde ressalta a proximidade com Espanha. Ao interior os acessos são assegurados pelas E. N. Nº 205 e nº 206.

A linha ferroviária Póvoa – Porto, é neste momento a única alternativa à estrutura rodoviária, na medida em que a linha Póvoa - Famalicão foi desactivada.

Relativamente ao factor socioeconómico, podemos identificar uma associação entre a população cujas actividades estão ligadas ao sector terciário, com níveis de instrução médio ou superior, e pertencendo ao grupo socioeconómico dos empregados com profissões liberais, de comércio ou administração pública. Em oposição surgem as subsecções caracterizadas por indivíduos empregados no ramo da construção civil, que exercem a profissão de operário ou similar, e que residem em edifícios pequenos.

A freguesia da Póvoa de Varzim, destaca-se das restantes por possuir uma população que trabalha predominantemente no sector terciário, possuindo instrução média/superior. Apenas a freguesia de Aver-O-Mar apresenta condições socioeconómicas associadas a níveis de instrução tão elevada como a freguesia da Póvoa de Varzim. As profissões menos qualificadas estão directamente relacionadas com a população empregue na agricultura, construção e indústria, abrangendo as freguesias restantes do concelho.

O seu porto de pesca, onde se desenrola a tradicional actividade piscatória, recentemente alvo de amplas remodelações urbanísticas , conferem-lhe valências lúdico-desportivas de lazer pouco comuns entre nós.

2.10. Questionário

O elemento critico de uma pesquisa de mercado é a construção ou elaboração de um bom questionário. Ele é simplesmente um instrumento de recolha de informação, formalmente direccionado para a obtenção da informação desejada.

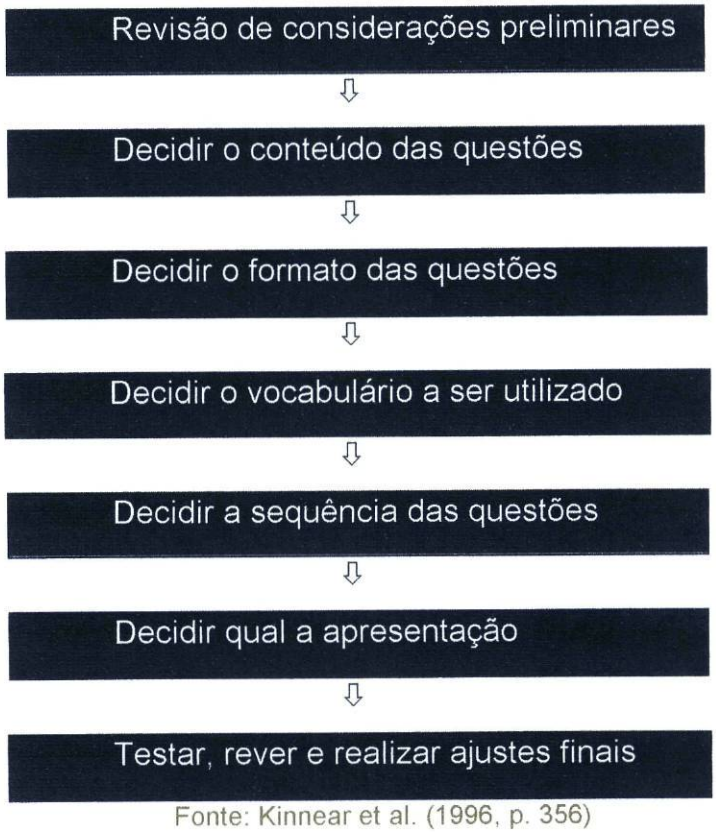
Através do questionário, cujo início resultou da identificação do problema, passando para a especificação da necessidade de informação, para a resolução desse problema, selecção do método de recolha da informação apropriado, e identificação da população-alvo, todo o processo de pesquisa continua.

O questionário é considerado uma forma de arte, sem procedimentos estabelecidos e regras restritivas, dependendo a sua qualidade da experiência e perícia de quem o elabora. Assim sendo, não existe um modelo ideal no que se refere ao seu conteúdo e número de perguntas. É necessária a utilização de alguma criatividade, e seguir alguns passos indicativos de como obter um questionário que vá de encontro aos objectivos da pesquisa.

Ao longo deste capitulo serão descritos os vários passos da elaboração de um questionário, segundo Kinnear e Taylor, assim como o processo utilizado na elaboração do questionário desta pesquisa para o "Estudo de Crianças".

Como podemos verificar na Fig. 1, os passos para a elaboração de um questionário são sete: considerações preliminares, decidir o conteúdo das questões, decidir qual o formato das respostas, decidir qual o vocabulário a ser utilizado, decidir qual a sequência das perguntas, decidir qual a apresentação, testar, rever e realização dos últimos ajustes.

Fig. 1 - Passos para a elaboração de um questionário



Fonte: Kinnear et al. (1996, p. 356)

2.10.1. Considerações preliminares

O facto de se estar presente na etapa de elaboração de um questionário, pressupõe que algumas decisões já tenham sido tomadas, no que se refere a todo o processo da pesquisa. O questionário é influenciado por muitas questões que lhe antecedem, ou seja, o método de pesquisa, as fontes de informação, a população-alvo e suas características, e claro está, o tipo de informação necessária. Contudo, para além das decisões já tomadas, também há que ter presente o processamento e análise de informação, pois existe uma forte relação de interligação entre estes passos finais da pesquisa. Para a correcta elaboração do questionário, o pesquisador tem de obter uma lista das necessidades de informação e uma descrição detalhada de quem irá responder aos questionários.

Neste estudo em particular, tivemos que ter em conta a idades dos inquiridos, e assim as perguntas formuladas foram simples e concisas.

2.10.2. Conteúdo das questões

Existem várias considerações a ter em conta quando se elaboram questões. As questões devem ser compreendidas tanto pelo entrevistador como pelo entrevistado, ou seja, elas devem ser claras e objectivas, e deverão permitir que sejam dadas respostas consistentes com o nível de medida desejado. Deverá também ser utilizada uma linguagem familiar a fim de ser compreendida por todos, uma vez que a linguagem difere de nível social para nível social, assim como de região para região.

Palavras ou frases indutoras de uma certa resposta não devem ser utilizadas. As frases utilizadas não devem conter a opinião do pesquisador, nem induzir os entrevistados a responderem de acordo com tal opinião, uma vez que os resultados são alterados.

Na elaboração de perguntas é necessário também ter em atenção a sua validade e fiabilidade, uma vez que os próprios entrevistados em algumas

situações são incapazes de responderem de forma verdadeira, como no caso de falta de conhecimento e de memória. Uma vez que a maior parte das pessoas não confirmam a sua falta de conhecimento acerca do assunto em questão, a sua resposta põe em perigo a validade dos resultados, daí, por exemplo, não se dever colocar questões acerca de certas características de um assunto que seja desconhecido do entrevistado. Quando o entrevistado não se lembra de algo, tende a falsificar os resultados através de mentiras, de distorção de factos ou por simples omissão.

2.10.3. Formato das questões

As decisões relacionadas com o formato das questões, estão associadas ao grau de estrutura imposto ao entrevistado. Existem vários tipos de perguntas que podem ser utilizados: perguntas abertas, perguntas fechadas ou de múltipla escolha, perguntas semi-abertas e perguntas dicotómicas.

As perguntas abertas caracterizam-se pelo facto de serem os próprios entrevistados a formarem a sua resposta, permitindo que sejam expressadas atitudes que poderão ajudar a interpretar as questões mais estruturadas. Este tipo de perguntas tem uma menor influencia sobre as respostas, do que as de múltipla escolha. Assim sendo, os entrevistados podem expressar livremente as suas opiniões , mesmo que sejam divergentes das do pesquisador.

As perguntas abertas têm especial interesse na pesquisa exploratória. Aqui existe uma natural propensão para o enviesamento das respostas uma vez que raramente os entrevistadores recolhem as respostas literalmente, resumindo as respostas, o que leva muitas vezes à alteração do seu conteúdo. No que se refere à codificação destas respostas, ela torna-se muito dispendiosa em termos monetários e em tempo, principalmente se a amostra for muito grande.

Todos estes factores tiveram peso na utilização de perguntas fechadas e abertas no questionário desenvolvido para este estudo, conforme a seguir indicadas:

Exemplo: questão fechada

6. Se não costumas ir brincar ao Parque Infantil, indica a razão porque não vais.
- ☐ 6.1 -Não existe nenhum Parque Infantil perto do lugar onde moro
- ☐ 6.2 -Não tenho com quem ir
- ☐ 6.3 -O Parque Infantil está muito estragado
- ☐ 6.4 -Não gosto de ir ao Parque Infantil
- 6.5 -Outra razão. Qual ?
.....

A ordem sequencial das questões pode influenciar a natureza das respostas do entrevistado e ser a causa de graves erros encontrados nos resultados da pesquisa. A sequência (conforme exemplo seguinte), é determinada inicialmente pela necessidade de obter e manter a cooperação do entrevistado, e tornar o questionário de fácil administração relativamente ao entrevistador.

Existem alguma linhas de orientação que são úteis para a tomada de decisão da ordem a seguir. O inicio do questionário deve ser fácil e deve captar o interesse e a curiosidade do entrevistado. Pode ser utilizada uma pergunta aberta, que não tem necessariamente de estar relacionada com a necessidade de informação em causa. Esta aproximação incute um grau de confiança no entrevistado tornando-o mais acessível e cooperante.

A mudança de tema ao longo do questionário deve ser suave, ou seja, não deve existir quebras nem mudanças abruptas de assunto, pois tendem a confundir os entrevistados, causando indecisão.

Exemplo: Sequência das questões.

2. Já brincaste em algum Parque Infantil?

☐ Sim Não

3. Perto do lugar onde moras existe algum Parque Infantil?

☐ Sim Não

4. No mês passado quantas vezes foste brincar ao Parque Infantil?

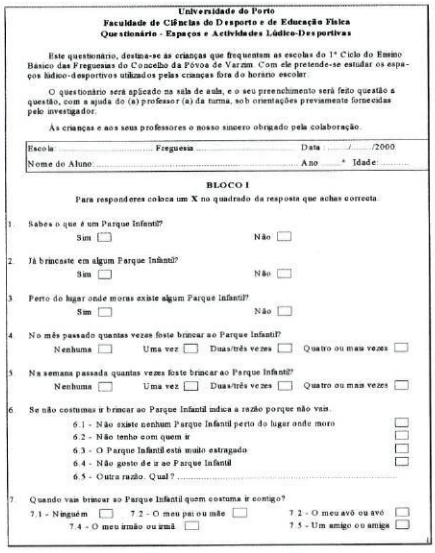
☐ Nenhuma Uma vez Duas/três vezes Quatro ou mais vezes

2.10.5. Características físicas

A aparência do questionário pode influenciar a cooperação do entrevistado. Tal é mais evidente nos questionários enviados por correio, onde a qualidade do papel e da impressão são determinantes para uma primeira reacção ao questionário. Os questionários realizados pessoalmente ou por telefone devem estar numerados, para facilitar o seu controlo.

Quanto à sua aparência em termos visuais, devido aos sistemas informáticos hoje disponíveis, são muito variados os efeitos que podem ser utilizados, de forma a torná-los mais atractivos.

Aspecto global do questionário (exemplo)



Universidade do Porto
Faculdade de Ciências do Desporto e de Educação Física
Questionário - Espaços e Actividades Lúdico-Desportivas

Este questionário, destina-se às crianças que frequentam as escolas do 1º Ciclo do Ensino Básico das Freguesias do Concelho da Póvoa de Varzim. Com ele pretende-se estudar os espaços lúdico-desportivos utilizados pelas crianças fora do horário escolar.

O questionário será aplicado na sala de aula, e o seu preenchimento será feito questão a questão, com a ajuda do (a) professor (a) da turma, sob orientações previamente fornecidas pelo investigador.

Às crianças e aos seus professores o nosso sincero obrigado pela colaboração.

Escola: ..... Freguesia ..... Data ...../...../2000
Nome do Aluno: ..... Ano ..... º Idade: .....

BLOCO I

Para responderes coloca um X no quadrado da resposta que achas correcta.

1. Sabes o que é um Parque Infantil?
Sim ☐ Não ☐

2. Já brincaste em algum Parque Infantil?
Sim ☐ Não ☐

3. Perto do lugar onde moras existe algum Parque Infantil?
Sim ☐ Não ☐

4. No mês passado quantas vezes foste brincar ao Parque Infantil?
Nenhuma ☐ Uma vez ☐ Duas/três vezes ☐ Quatro ou mais vezes ☐

5. Na semana passada quantas vezes foste brincar ao Parque Infantil?
Nenhuma ☐ Uma vez ☐ Duas/três vezes ☐ Quatro ou mais vezes ☐

6. Se não costumas ir brincar ao Parque Infantil indica a razão porque não vais.
6.1 - Não existe nenhum Parque Infantil perto do lugar onde moro ☐
6.2 - Não tenho com quem ir ☐
6.3 - O Parque Infantil está muito estragado ☐
6.4 - Não gosto de ir ao Parque Infantil ☐
6.5 - Outra razão. Qual? ..... ☐

7. Quando vais brincar ao Parque Infantil quem costuma ir contigo?
7.1 - Ninguém ☐ 7.2 - O meu pai ou mãe ☐ 7.2 - O meu avô ou avó ☐
7.4 - O meu irmão ou irmã ☐ 7.5 - Um amigo ou amiga ☐

2.10.6. Realização de testes e revisão, e ajustes finais

O objectivo de testar o questionário é assegurar que as expectativas do pesquisador, em termos de informação, e o que é obtido pelo questionário, são o mesmo. O teste do questionário requer que o pesquisador esteja aberto à critica e tenha vontade de corrigir o que está errado. Assim, um bom ponto de partida é pôr-se na posição do entrevistado e tentar responder às questões.

De forma geral, o questionário deve ser testado, se possível, através de entrevistas pessoais, mesmo que posteriormente seja realizado por correio ou por telefone. Devem também ser utilizados os entrevistadores com mais experiência e conhecimentos, pois só estes conseguem detectar áreas de confusão e provar a natureza de tal confusão. Depois de corrigido, é aconselhável um novo teste antes de ser realizado, para ajustes finais.

Relativamente ao questionário elaborado para a pesquisa "Às Crianças", ele foi testado junto de algumas crianças voluntários (10 crianças), sendo posteriormente submetido a ajustes finais.

2.11. Processamento da informação

A chave da qualidade de um estudo encontra-se na informação. Se não é recolhida informação com qualidade, a realização acaba por ser um desperdício de dinheiro e esforço.

Depois de recepcionada a informação, é necessário prepará-la para a análise. São vários os passos a serem dados no processamento dessa informação: Recepção, edição, codificação transferência da informação e especificação de tabelas.

Os questionários recebidos devem ser inspeccionados a fim de se determinar se são aceitáveis para utilização no estudo. O facto de um questionário estar incompleto, de existir evidencias de que não foi totalmente

compreendido, ter sido preenchido ou respondido por alguém não pertencente à amostra, leva à sua rejeição. Nesta fase, também se procede à contagem do número de questionários devidamente preenchidos, uma vez que se este for insuficiente há que tomar medidas correctivas.

Os questionários devem ser revistos com a máxima precisão, sendo seguidas instruções escritas onde estão incutidos todos os pontos a serem avaliados quanto à sua consistência e veracidade. Não devem ser incluídos no estudo os questionários que contenham respostas incoerentes, assim como aqueles que evidenciem influencia do entrevistador, assim como os que contenham respostas pouco claras ou incompletas.

2.11.1. Codificação das questões

De uma forma simples, podemos descrever o processo de codificação (anexo 12), como destinar um valor numérico ou um símbolo alfanumérico que represente determinada resposta a determinada pergunta, e a coluna de posição que tal código ou símbolo irá ocupar quando a informação for transferida para o computador.

A codificação de questões fechadas normalmente já está decidida antes de começar o trabalho em campo, nas perguntas abertas a codificação é decidida depois da recepção dos questionários.

No questionário elaborado para a pesquisa "Das Crianças", como a maior parte das perguntas são fechadas, a pré-codificação foi um processo simples, como é possível verificar no próprio questionário incluído nos anexos. A codificação de perguntas abertas, foi mais complexa, mas devido à simplicidades destas, conseguiu-se elaborar agregados de respostas abertas.

2.11.2. Transferência da informação

Nesta fase do processamento da informação, esta é transferida directamente para o computador.

Antes da realização de tabelas finais, a informação tem de ser revista, pois é necessário verificar a possível existência de inconsistências internas e todos os códigos. Normalmente as primeiras tabelas a serem elaboradas são as respeitantes a cada pergunta, fornecendo um número ou percentagem de indivíduos que escolheram cada alternativa

Na pesquisa associadas às crianças, foi utilizado o programa Statistical Package for the Social Sciences (SPSS 10.0), uma vez que é o mais apropriado para este tipo de tratamento de informação.

2.11.3. Especificações da tabela

As tabelas são a padronização e codificação das respostas do questionário. São um meio de ordenar a disposição dos resultados numéricos para que a leitura e a análise sejam facilitadas. A análise é a descrição do quadro de tabulação referente aos valores relevantes.

Para o pesquisador, os resultados obtidos pelos vários subgrupos é de especial interesse, para uma análise mais profunda do problema em questão, e assim é comum que todas as questões sejam representadas nas linhas da tabela, a não ser as que são utilizadas para qualificar o inquirido.

2.12. Análise da informação

Uma vez que a informação já foi devidamente introduzida num ficheiro do computador, é necessário analisar essa informação. Esta fase do processo de pesquisa, embora seja muito importante, não vai corrigir os erros praticados nas fases anteriores.

Existem várias técnicas de análise da informação, de acordo com as circunstancias em que devem ser utilizadas, contudo não serão referenciadas neste trabalho, uma vez que seria necessário uma explicação aprofundada, não sendo possível devido à extensão e propósito deste trabalho, sendo aconselhável a leitura de "Marketing Research – An applied approach" de Kinnear e Taylor(1996), pag.565.

2.12.1. Procedimentos para a elaboração de tabelas

Será descrito o processo de realização de tabelas de informação, e representação gráfica dessa informação.

A realização de tabelas pode fornecer uma perspectiva interna da relação das várias variáveis, antes de se considerar a realização da análise estatística. Existem dois tipos de tabelas: tabelas de distribuição de frequências e tabelas de contingência ou de múltiplas entradas. Como define Reis et al. (1993, p. 167), «(...) Dá-se o nome de distribuição de frequências ao conjunto de todos os valores ou modalidades de uma variável e das frequências ou números de ocorrências correspondentes. (...)".

As tabelas de contingência são muito utilizadas, pois permitem relacionar as diferentes ocorrências de duas ou mais variáveis. Algumas vezes as conclusões daqui retiradas, são consistentes com as retiradas da distribuição de frequências, isto acontece quando as variáveis são independentes uma da outra.

Embora estas tabelas sejam uma ferramenta útil na análise inicial da natureza das relações entre a informação, não são particularmente adequadas para a análise da relação entre muitas variáveis. O seu formato depende somente do software utilizado.

2.12.2. Representação gráfica da informação

Os gráficos são meios valiosos para a representação da analise da informação, contudo a sua má construção pode resultar em conclusões erradas. Não existem normas para a sua representação, contudo, na sua elaboração para além de se ter em conta a parte estética, deve-se sempre relacionar o gráfico com a análise estatística, e colocar as diferentes unidades nos eixos e os valores representados.

Os gráficos mais utilizados neste estudo são os de barras e o sectorial, pois são estes que melhor se ajustam ao tipo de informação em análise.

2.13. Relatório dos resultados da pesquisa

O último passo na realização de uma pesquisa é a elaboração de um relatório e sua apresentação escrita e oral. Esta fase poderá ser a mais importante uma vez que se o relatório é confuso e mal escrito, todos os recursos empregues na recolha de informação e respectiva análise terá sido em vão.

Para a elaboração de um relatório é necessário ter em atenção a audiência. Ele deve ser claro, e simples, e sempre que necessário os termos técnicos devem ser definidos. É aconselhável a apresentação de gráficos sempre que ajudem a clarificar a informação.

Os resultados da pesquisa devem estar relacionados com os seus objectivos, uma vez que esses resultados vão ajudar a tomarem-se as decisões correctas.

O relatório deve ser também conciso, mas completo. Não é necessária a apresentação de todos os detalhes que envolveram a realização da pesquisa, mas sim incluir toda a informação pertinente para a tomada de decisão. Há que ser objectivo na apresentação dos resultados, mesmo que estes não sejam favoráveis, ou não vão de encontro com o julgamento e experiência dos seus promotores.

A apresentação de um relatório é a culminação de meses de trabalho, relacionados com todo o processo da pesquisa. É o produto final do estudo, e como tal há que ter atenção e cuidado na sua elaboração.

PARTE III

ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

3.1. INTRODUÇÃO

Em conformidade com os objectivos prévia e expressamente definidos para os estudos A e B desta investigação, vamos caracterizar os espaços lúdico-desportivos, e procurar conhecer a relação que existe entre estes e as crianças.

No tratamento dos dados, procuraremos conhecer qual a influência que algumas variáveis têm, ou não, no que se refere à acessibilidade e utilização dos referidos espaços.

Trata-se de um estudo descritivo, onde faremos uma análise percentual, com a apresentação de quadros, tabelas e gráficos, os quais facilitarão a compreensão dos resultados.

Sempre que se justifique, faremos a comparação dos dados obtidos no nosso estudo, com os obtidos em estudos realizados anteriormente, o que nos permitirá retirar algumas conclusões sobre os espaços e actividades de lazer infantil.

3.2. ESTUDO A

3.2.1. CARACTERIZAÇÃO DOS ESPAÇOS LÚDICOS

3.2.1.1. Número e distribuição concelhia

No concelho da Póvoa de Varzim, existem 15 espaços lúdicos, dos quais 13 (86,7%) são parques infantis e 2 (13,3%) espaços que permitem e visam a actividade lúdica infantil. Estes, porque não possuem qualquer característica que os permita incluir nas tipologias definidas, designaremos por "outros espaços lúdicos" (O. E. L.).

Dos 15 espaços lúdicos estudados, 10 (66,7%) situam-se na única freguesia urbana do concelho, a Póvoa de Varzim (sede de concelho). Os restantes 5 (33,3%) espaços lúdicos, estão distribuídos por 4 das restantes (11) freguesias rurais do concelho.

A freguesia urbana possui 9 (60%) parques infantis e 1 (6,7%) O. E. L..

No meio rural a freguesia de Laundos surge a seguir com 2 (13,7%) parques infantis, estando os restantes 2 (13,7%) repartidos pelas freguesias de Aguçadoura e Argivai. O espaço em falta (6,7%) corresponde a um O. E. L. e situa-se na freguesia de Rates.

Não possuindo qualquer tipo de espaço lúdico, contabilizam-se 7 freguesias, de um total de 12.

Podemos constatar (Anexo 6), que os espaços lúdicos estão distribuídos de forma assimétrica pelo concelho, tendo em linha de conta, alguns dos critérios mais importantes, indicados nas normas de programação de infra-estruturas e equipamentos colectivos, nomeadamente no que se refere à população-base, localização e a irradiação.

A análise que apresentaremos em seguida refere-se unicamente aos 13 parques infantis, visto serem os únicos espaços de lazer activo, existente no concelho. Outras razões contribuíram também para a caracterização destes espaços:

- primeiro, o número significativo de espaços em causa;

- segundo, o facto de neste tipo de espaços as características a estudar estarem devidamente identificadas;

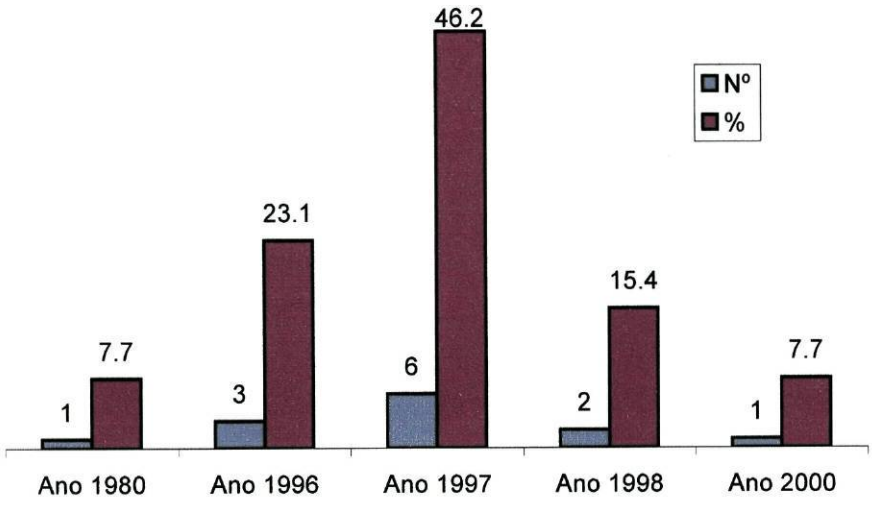
- em terceiro lugar, a importância que o estudo destes espaços revestem na actualidade.

Por razões opostas, e pelo número irrelevante de casos, não faremos a caracterização dos 2 outros espaços lúdicos.

3.2.1.2. Ano e período de construção

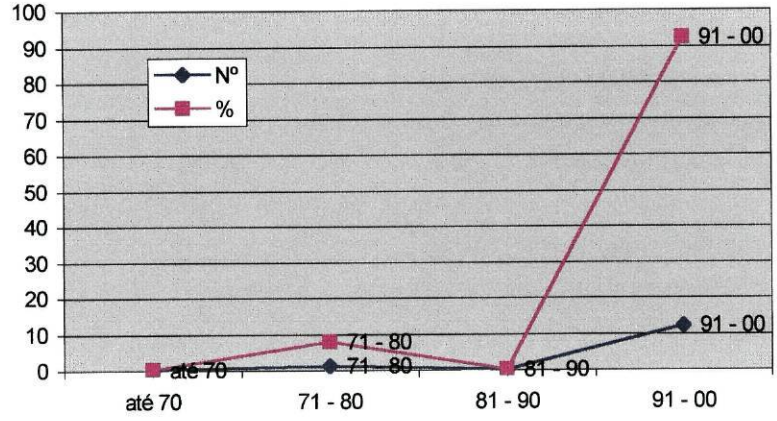
Dos 13 parques infantis em estudo, e pela observação da Fig. 2, realça-se a construção de 6 (46,2%) no mesmo ano, isto é em 1997, sendo 3 (23,1%) construídos no ano anterior, e 2 (15,4%) no ano seguinte. Verificou-se a construção de 1 (7,7%) ainda na década de setenta, e o restante (7,7%) já foi construído este ano.

Fig 2. - Ano de construção dos Parques Infantis



Podemos observar na Fig. 3 que o período de construção por excelência foi a década de 90, com 12 (92,3%) parques infantis, tendo sido construído apenas 1 (7,7%) na década de 70.

Fig. 3 – Período de construção dos Parques Infantis



Na década de 80, não foi construído qualquer espaço lúdico, o que não deixa de ser curioso na medida em que foi aquela em que o número de crianças em idade escolar básica atingiu o seu máximo. Contrariamente a última década tem sido caracterizada pela diminuição acentuada de crianças nascidas, e por isso a frequentar o 1º ciclo do ensino básico.

A título de exemplo podemos referir que em 1991, havia no concelho, segundo dados fornecidos pela Delegação Escolar, 4777 crianças a frequentar o 1º ciclo do ensino, e no ano lectivo em curso frequentam 3762 crianças o mesmo grau de ensino.

O facto coloca alguma perplexidade, pois como já foi referido, entre outros, a população-base é um dos critérios de programação que deve servir de referência e orientação, quando se pretende fazer qualquer investimento na construção de equipamentos colectivos, quer lúdicos, quer desportivos. Isto sob pena de o investimento nunca vir a ser utilizado na altura em que seria mais necessário, promovendo-se então espaços para decorar outros espaços.

Normalmente, as entidades promotoras para justificarem este investimento extemporâneo recorrem ao ditado popular "mais vale tarde do que nunca", esquivando-se a justificar e arrumando em definitivo a questão.

Sabemos que estas questões não são tão lineares quanto podem parecer, pois para além das questões técnicas, questões de sensibilidade política e/ou de origem orçamental poderão estar na base deste desfasamento.

Hoje, parece não existirem dúvidas de que qualquer investimento, sobretudo quando se trata de dinheiros públicos, têm a sua base de sucesso numa boa e atempada planificação. E essa, só é possível com a constituição de equipas de especialistas, que em conjunto realizem e apresentem estudos preliminares que consubstanciem as decisões a tomar, definindo o tipo, dimensão e localização do espaço, e só depois se passe à fase do projecto definitivo, devidamente orçamentado e aprovado, dará lugar a concurso público para adjudicação e início da construção.

Infelizmente as situações com o que temos deparado, revelam que existe ainda muito voluntarismo neste domínio, o que geralmente leva a que se cometam erros, e não raras vezes aquilo que era um sonho, passe a ser um pesadelo. Disso se tem aproveitado o sector comercial, que a troco de alguma ingenuidade, à mistura com repentismos de ocasião, têm tirado algumas vantagens.

O panorama oferece contudo uma atitude e actuação completamente diferente quando se trata de equipamentos desportivos normalizados, onde a década de 90 corresponde ao período de explosão deste tipo de construção, como a seu tempo constataremos.

Concordamos com **Pereira (1999)**, quando refere que as infra-estruturas que visam o lazer, não são ainda consideradas prioritárias para muitos autarcas, quer no que diz respeito à sua construção, quer no que se refere à sua manutenção quando existem.

Neto (1994), a propósito do desenvolvimento humano nos seus diferentes domínios, refere a importância que revestem as experiências livres e organizadas como fontes de estimulação no processo de evolução motora da criança nas primeiras idades.

Nesta perspectiva salienta que a criação de condições de espaço de jogo com materiais adequados, sejam em zonas exteriores (espaços públicos), ou em zonas interiores (espaços escolares), tornam-se fundamentais para alargar o campo de experiências de movimento e dinâmica lúdica.

3.2.1.3. Propriedade e gestão

A câmara municipal, surge como o principal proprietário com 8 (61,5%) parques infantis, pertencendo às freguesias 4 (30,8%), e apenas 1 (7,7%) é propriedade particular, embora de utilização pública.

Refira-se que os parques infantis que pertencem à câmara, e o que pertence à junta de freguesia da Póvoa de Varzim, estão localizados na única freguesia urbana, sede do concelho respectivamente.

À excepção do parque infantil particular, todos os outros foram construídos por iniciativa da autarquia, mesmo os pertencentes às juntas de freguesia, as quais disponibilizaram o terreno, ficando o estudo, a construção e o equipamento praticamente a cargo da autarquia.

A gestão e manutenção dos parques infantis é feita pelos seus proprietários, como ilustra o Quadro 4.

Quadro .4. – Propriedade e Gestão dos Parques Infantis

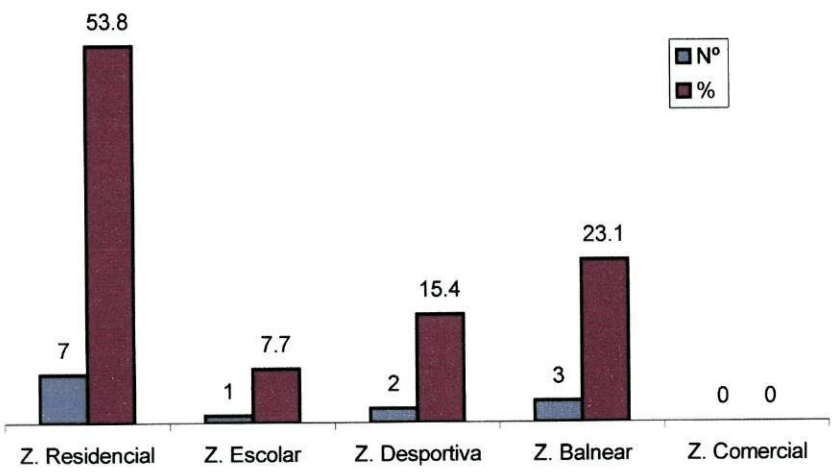
	Propriedade		Gestão	
	nº P. Infantis	%	nº P. Infantis	%
Câmara Municipal	8	61,5	8	61,5
Junta Freguesia	4	30,8	4	30,8
Escola	0	0	0	0
Associação/Clube	0	0	0	0
Particular	1	7,7	1	7,7
Total	13	100	13	100

De realçar que apesar de serem, naturalmente, os locais onde existem mais crianças (principais utentes destes espaços), as associações e as escolas não são proprietárias de qualquer espaço deste tipo.

3.2.1.4. Localização, Área e Posicionamento

Pela observação da Fig. 4, dos 13 parques infantis, 7 (53,8%) localizam-se em zona residencial, 3 (23,1%) em zona balnear , 2 (15,4%) em zona desportiva, e apenas 1 em zona escolar. Normalmente as zonas comerciais possuem estes espaços, como polo de atracção para as crianças, enquanto os pais fazem compras. Neste caso a astúcia comercial ainda não se manifestou.

Fig. 4 - Localização dos Parques Infantis



Poderemos dizer que apesar do número reduzido e da assimetria verificada na distribuição destes espaços pelo concelho, constatamos que relativamente ao aglomerado populacional, e respectivas consequências em termos de acessibilidade, os indicadores de planificação foram tidos em conta.

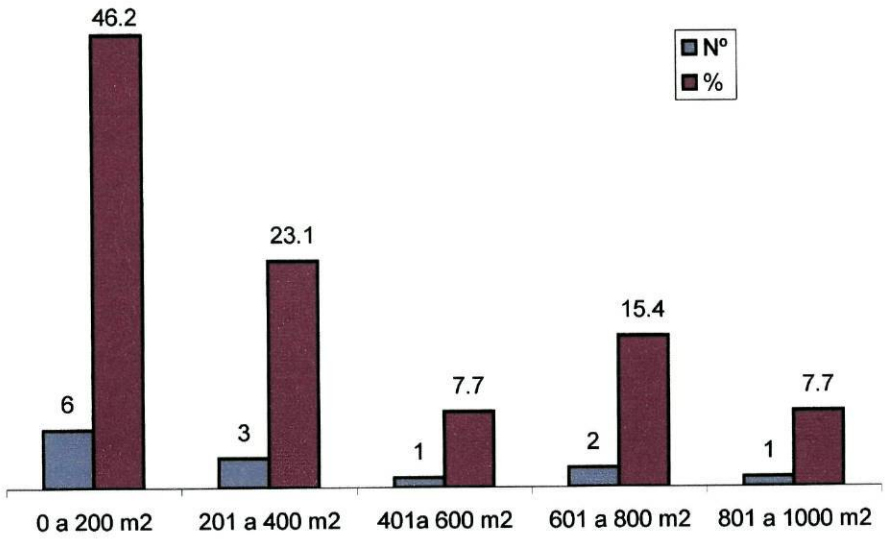
Se bem que, segundo os critérios de planificação mencionados pela generalidade dos autores, as zonas escolares, sendo a segunda opção mais indicada (logo a seguir à zona residencial) para a construção destes espaços, esse aspecto foi descorado, e contemplado apenas com um espaço.

Por outro lado, atendendo a que a área litoral urbana é uma zona de grande afluência turística na época balnear, e muito concorrida aos fins de semana ao longo do ano, este aspecto foi tido em conta.

Relativamente à área dimensão dos espaços, na Fig. 5, podemos verificar que 6 (46,2%) parques apresentam uma área até 200m², 3 (23,1%) com área entre os 201m² e os 400m², 2 (15,4%) entre os 601m² e os 800m².

Dos restantes 2, um possui uma área entre os 401 m² e os 600m², e o outro possui uma área entre os 801m² e os 1000m², o maior de todos os parques.

Fig. 5 - Número e dimensão dos Parques Infantis



Não podemos dizer que um espaço é pequeno ou grande apenas pela área que tem. Este aspecto terá que ser analisado sempre em função do número de potenciais utilizadores (neste caso as crianças), e tendo como indicador as referências critério de programação, em m²/utente de área útil.

Nesta perspectiva e na tentativa de explicitar melhor o que foi referido, apresentamos no Quadro 5, uma análise da situação do presente estudo.

Dada a inexistência de dados relativos ao número de crianças com idades normalmente correspondentes aos destinatários (3 aos 10-12 anos) deste tipo de espaço, utilizamos os dados referentes aos alunos que frequentam as escolas do 1º ciclo do ensino básico, das localidades onde existem os espaços, pelo facto de nos parecer ser esta uma referência fiável (e na nossa opinião a ter em conta em futuras planificações), na medida em que é o único ciclo de ensino onde obrigatoriamente passam as crianças destas idades. Nem todas as crianças frequentam o jardim de infância, fugindo ao controle todas aquelas que ficam em casa. E no 2º ciclo muitas crianças abandonaram os estudos.

O critério de programação utilizado foi o referido por **Barreiros e Brito (1991)**, relativamente a Proposta de Trabalho ("standards" mínimos) para Espaços de Jogo Infantil e Juvenil.

Quadro 5 - Área útil de jogo (estudo comparativo).

Freguesia	nº P. Infantis	Área total	População 1ºCEB	m2/aluno 1ºCEB	Indicador médio m2/utente
Aguçadoura	1	240 m2	312	0,80 m2	Min - 4,7 m2
Argivai	1	40 m2	94	0,43 m2	
Laundos	2	275 m2	135	2 m2	Max - 6,3 m2
P. de Varzim	9	4001 m2	1702	2,40 m2	

Este estudo permite-nos (a título de exemplo), concluir sem nos afastarmos da realidade, que nos locais onde existem estes espaços lúdicos, a área útil por utente fica aquém do recomendado, ainda que não tenham sido

levados em conta todos as normas de programação (irradiação, localização, etc.). Por extensão podemos também afirmar que as restantes 2519 crianças que frequentam as escolas do 1º CEB, das restantes 8 freguesias do concelho, não têm qualquer oportunidade de realizar actividades lúdicas nos seus tempos livres. Podemos ainda verificar que além do défice ser geral, a situação agrava-se quando se passa do meio urbano para o rural.

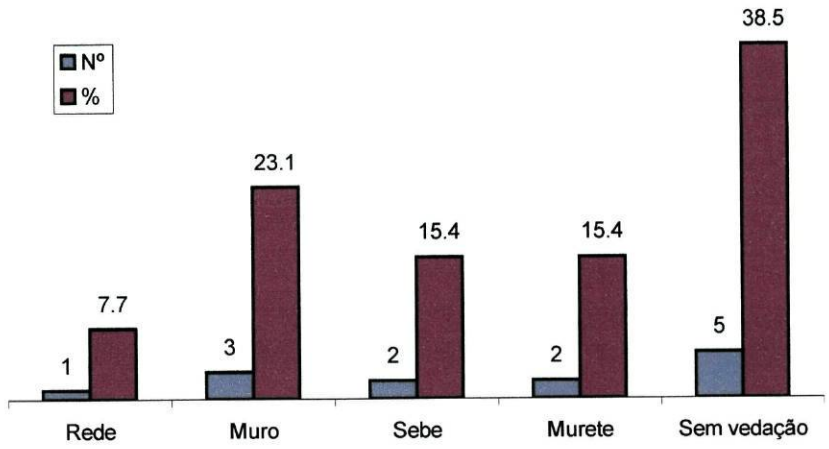
Quanto ao enquadramento destes espaços, podemos dizer que houve preocupação relativamente à escolha de locais onde foram construídos, pois não oferecem grandes perigos, em termos de circulação rodoviária, porquanto nenhum dos parques infantis se situa em zona de trânsito intenso, existindo um grande equilíbrio na distribuição entre aqueles que se situam em zona de pouco trânsito, correspondente a 7 (53,8%) casos, e os 6 (46,2%) que se situam em zona pedonal, respectivamente. Podemos afirmar que os requisitos legais estipulados no ponto 1, do Artigo 7º., do Decreto – Lei nº 379/97 foram cumpridos.

3.2.1.5. Vedação, piso e superfície de impacto

Aproximadamente 38,5% dos parques infantis, correspondendo a 5 casos, não apresentam qualquer tipo de vedação, 3 (23,1%) estão vedados por muros, existindo 2 (15,4%) casos em que a delimitação é formada por uma sebe, e outros dois por um murete em tijolo. Apenas numa situação a vedação é feita através de rede, conforme demonstra a Fig.6.

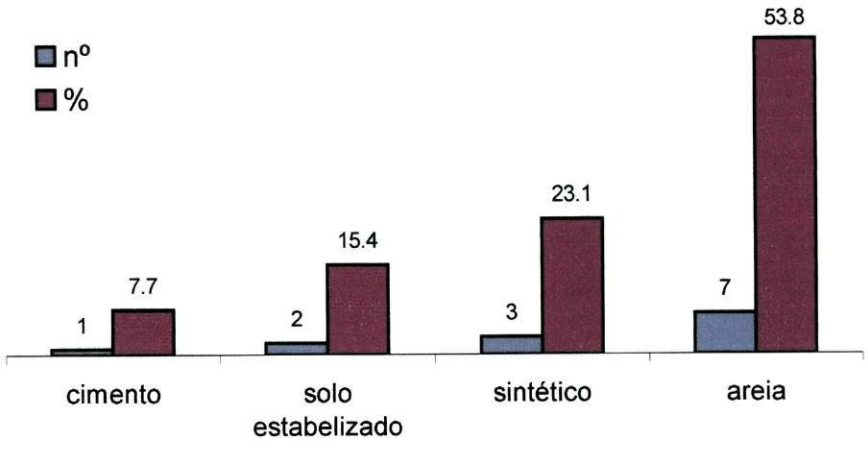
Apesar de esteticamente esta não ser a solução ideal, não restam dúvidas que em termos de segurança parece ser uma boa opção, na medida em que impede a saída intempestiva das crianças para as zonas de trânsito automóvel, evita que a entrada de animais suje a área, e reduz a possibilidade de vandalismo.

Fig.6.- Tipo e material de vedação dos Parques Infantis.



No que diz respeito ao material que constitui o piso referente à área delimitada do parque infantil, ilustrado pela Fig.7, mostra-nos que em 7 (53,8%) casos a areia é o material que reúne maior preferência, sendo 3 (23,1%) em material sintético, 2 (15,4%) em solo estabilizado, e 1 (7,7%) em cimento.

Fig. 7 – Material utilizado no Piso do Parque Infantil



A superfície de impacto ou zona de queda (local de recepção durante a saída e/ou queda dos aparelhos ou elementos que fazem parte do equipamento do espaço de jogo), é na sua grande parte constituída pelo mesmo material que constitui o piso ou pavimento. A excepção verifica-se em 2 (15,4%) dos pisos sintéticos, nos quais a superfície de impacto é constituída por placas de borracha prensada e reciclada, as quais possuem um razoável grau de absorção do impacto e amortização da queda. Contudo, esta qualidade só por si não é suficiente, sendo também necessário adaptar e corrigir a altura dos aparelhos em função da capacidade de absorção da superfície de impacto.

Não nos devemos também esquecer que a questão das superfície de impacto, é das mais delicadas e críticas, na medida em que, são as principais responsáveis pelo elevado número e gravidade de acidentes ocorridos nestes espaços.

Nesse sentido, e como já referido, as superfícies rijas (por exemplo, cimento, relva, terra batida) devem ser completamente banidas, e se possível substituídos por material solto (por exemplo, areia, estilha de madeira, placas de borracha com alta capacidade de amortização).

A areia é um material solto, de preenchimento aconselhável, que alia à sua natural capacidade de absorção, a vantagem de ser económico. Porém, a sua manutenção exige, para além de um subsolo com boa capacidade de drenagem, cuidados regulares de limpeza, no sentido de evitar perigos que podem estar ocultos.

No caso destes espaços, e concretamente neste concelho podem beneficiar do facto de existir uma longa extensão de praia, onde a areia além de abundante, tem características granulares óptimas.

3.2.1.6. Acessibilidade, utilização e funcionamento

Sobre a localização e acessibilidade aos espaços, poderemos dizer que a quase totalidade das respostas obtidas, estão em conformidade com os critérios que sustentam uma correcta planificação, potenciando assim a sua máxima utilização.

O artigo 7º do referido decreto, recomenda que os espaços de jogo e recreio devem estar isolados do trânsito, aconselhando a adopção de soluções técnicas eficientes, para o acesso entre as vias e locais de estacionamento aos espaços. Nesse sentido, propõe distâncias (que vão dos 10 metros aos 50 metros), e sinalização adequada a cada situação.

Constatou-se o acesso a pé na totalidade das situações.

Estes espaços onde a criança se desloca só, sem o apoio do adulto, são fundamentais para que a criança crie rotinas de vida saudáveis.

Os espaços mais afastados desempenham também um papel de relevo (ainda que não façam parte do dia a dia das crianças), porque podem dispôr de áreas maiores em equipamentos diversificados, permitindo experiências mais variadas e novas.

O cumprimento do estipulado no artigo 6º, do Dec. Lei 379/97, no que diz respeito à acessibilidade, não tem encontrado eco nas autarquias (principais promotores destes espaços), na medida em que não permite a acessibilidade a todos os utentes, nomeadamente daqueles que apresentam, por um lado, uma mobilidade condicionada, e por outro não permitem a intervenção dos meios de socorro e salvamento.

O acesso às crianças com necessidades educativas especiais, está contemplado em 2 (15,4%) casos. Contudo, este é um problema, visto os espaços de uma forma geral, não serem pensados para servir grupos específicos. Criar acessibilidades a estas crianças (cidadãos), implica despesa

mais elevada para as autarquias, as quais parecem ainda não estar sensibilizadas para estes casos.

Pelo facto de apenas 1 (7,7%) parque infantil ter vigilância permanente, este aspecto faz com que este espaço tenha uma utilização condicionada em termos horários, estando contudo disponível para as crianças das 9.00 horas às 22.00 horas, diariamente. Os restantes 12 (92,3%), por razões contrárias estão permanentemente acessíveis. Este facto se traz algumas vantagens, não deixa de ter inconvenientes, sobretudo no que diz respeito à conservação do mesmo. Cada vez mais o espirito de destruição se tem feito notar, o que se traduz não só por prejuízos materiais e recursos financeiros, mas também por impedimento da fruição dos espaços.

No que respeita ao tipo e período de utilização predominante destes espaços, o lazer é o principal objectivo que leva a criança a utilizar o espaço, fazendo-o predominantemente aos fins de semana.

3.2.1.7. Equipamento e material do espaço de jogo

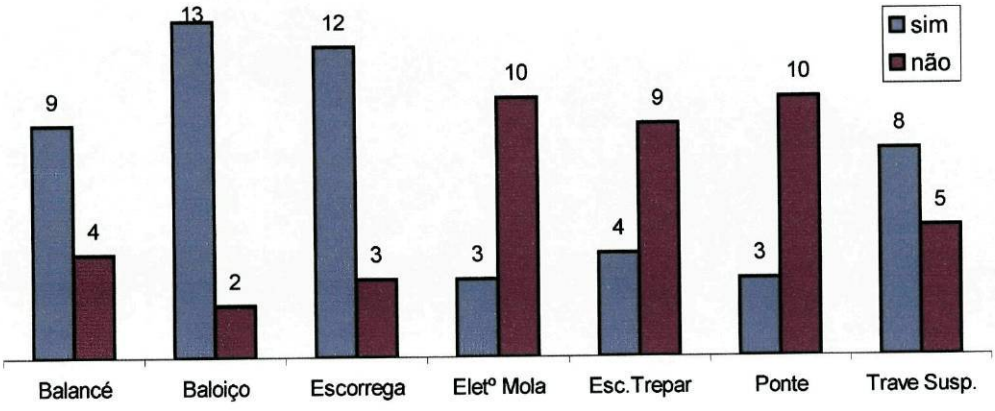
Dos 13 parques infantis em estudo, verificamos que o baloiço é o elemento comum a todos os espaços, havendo 3 espaços com 5 unidades, embora na maioria seja dotado com duas unidades, para um total de 34 unidades. O escorrega, é o segundo elemento mais frequente, com 18 unidades, existindo contudo um parque infantil sem este aparelho.

Existem 9 balancés para os 13 parques infantis, e em nenhum existe mais do que uma unidade, o que significa que 4 parques não possuem este equipamento. As escadas/traves de suspensão em número de 8, estão presentes outros tantos espaços.

Com escadas para trepar, existem apenas quatro espaços, possuindo cada um deles uma unidade. Dos 13 espaços, conforme podemos constatar pela Fig. 8, apenas em 3, existe uma ponte, tantos quantos os espaços que

possuem um equipamento mais recente e menos tradicional neste tipo de espaço, e que consiste num elemento de mola, com a configuração de animal.

Fig. 8 - Equipamento do Espaço de Jogo



É de salientar a inexistência de um aparelho que até há bem poucos anos era comum ver-se neste tipo de espaço. Referimo-nos ao tradicional carrocel. Talvez o elevado número de acidentes, associado ao baixo valor lúdico deste aparelho, tenha sido o motivo principal do seu desaparecimento. Tal como o carrocel, mas por razões diferentes, também não existem paredes de escalada, nem túneis.

O material predominantemente utilizado na confecção dos elementos que fazem parte do equipamento de jogo, é a madeira. No que respeita à existência de material adaptado às crianças com necessidades educativas especiais, não existe qualquer espaço onde estas crianças possam brincar.

3.2.1.8. Mobiliário de Apoio ao Espaço de Jogo

Como foi referido anteriormente, a relevância deste equipamento no espaço de jogo, assume um papel determinante para a sua maior ou menor utilização. Os espaços em estudo, apresentam na sua maioria uma carência grande, relativamente a estes serviços de apoio, conforme ilustra o Quadro 6.

Assim, o material mais comum aos 13 espaços, são em 9 casos, os recipientes para o lixo. Existem bancos 9 espaços, elementos importantes sobretudo para os acompanhantes das crianças ao espaço de jogo. Em 8 situações os espaços têm iluminação, o que permite a sua utilização para além das horas em há luz natural. O facto de haver iluminação significa que se poderão organizar actividades em que a instalação sonora seja necessária, para além de serviços de apoio, como bares, ludotecas, etc..

A actividade intensa das crianças depressa as cansa e provoca-lhes sede, lembrando e exigindo insistentemente ao adulto que a sua necessidade de reposição hídrica, não pode esperar mais tempo. Dos parques infantis analisados, apenas 4 saciar este desejo, através de recurso à água potável dos bebedouros. Apesar da existência de balneários seja pertença de instalações desportivas próximas, o facto é que beneficia indirecta mas efectivamente os utilizadores de 3 dos 13 parques infantis.

Quadro 6 - Mobiliário de Apoio ao Espaço de Jogo

	sim	%	não	%
Balneários	3	23,1	10	76,9
Bancos	9	69,2	4	30,8
Bebedouros	4	30,8	9	69,2
Iluminação	8	61,5	5	38,5
Recipiente Lixo	12	92,3	1	7,7
1º Socorros	2	15,4	11	84,6
Telefone	2	15,4	11	84,6
Sanitários	2	15,4	11	84,6

Apenas 3 parques infantis, possuem capacidade de resposta imediata, em termos de 1º socorros. Caso se verifique qualquer emergência, o que não

é raro atendendo às características da criança, e à sua predisposição natural em situações que têm dificuldade de discernir entre risco e perigo, os restantes parques não têm essa possibilidade. Apesar de todos os elementos serem necessários e desejáveis em qualquer espaço, parece-nos que o facto de apenas 2 dos 13 parques infantis, possuírem posto telefónico e instalações sanitárias, deve constituir motivo de preocupação, não só pelo facto de da sua existência poder depender a resolução de uma situação de urgência, mas também pelo facto de tratar da satisfação de uma necessidade inadiável, e a subjacente atitude higiénica e cívica. O quadro seguinte mostra o tipo e número de elementos que fazem parte do equipamento dos parques infantis.

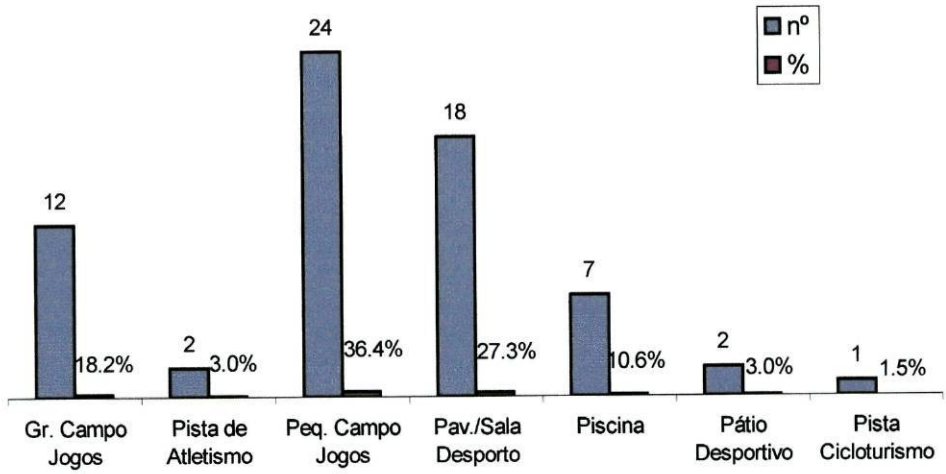
3.2.2. CARACTERIZAÇÃO DOS ESPAÇOS DESPORTIVOS

3.2.2.1. Número e tipologia

No concelho existem 66 instalações desportivas públicas (municipais e associativas), das quais 10 (15,2%) são de base recreativa, e as restantes 56 (84,8%) de base formativa.

A tipologia das instalações, segundo a classificação definida no Decreto-Lei nº 317/97, de 25 de Dezembro, incluem conforme a Fig. 9, 12 (18,2%) grandes campos de jogos, 2 (3%) pistas elementares de atletismo, 24 (36,4%) pequenos campos de jogos, 18 (27,3%) pavilhões/salas de desporto, 7 (10,6%) piscinas, 2 (3%) pátios desportivos, e uma pista de cicloturismo.

Fig. 9 – Número e tipologia das instalações desportivas



3.2.2.2. Distribuição concelhia dos espaços desportivos

Um pouco à semelhança do que acontece com os espaços lúdicos, também nos espaços desportivos se nota um assimetria na distribuição numérica, conforme se pode verificar no Quadro 7. Isto é, o meio urbano possui 44 (66,7%) dos espaços, precisamente o dobro dos existentes no meio rural. Esta assimetria, não se refere apenas ao número de espaços, mas também à sua tipologia, já que apesar de existirem apenas 10 (15,2%) instalações desportivas de base recreativa, estas encontram-se todas no meio urbano.

Quadro 7 – Distribuição das Instalações desportivas de base recreativa e formativa pelo meio urbano e rural

Instalação	Tipologia		urbano		rural	
	IDBForm	IDBRec	nº	%	nº	%
Grande Campo de Jogos	12	0	1	8.3%	11	92.7%
Pista de Atletismo	2	0	2	100.0%	0	0.0%
Pequeno Campo de Jogos	21	3	16	66.7%	8	33.3%
Pavilhão/Sala de Desporto	18	0	16	88.9%	2	11.1%
Piscina	3	4	7	100.0%	0	0.0%
Pátio Desportivo	0	2	2	100.0%	0	0.0%
Pista Cicloturismo	0	1	1	100.0%	0	0.0%

Relativamente às instalações de base formativa, apenas aquelas que dizem respeito aos grandes campos de jogos, apresentam no meio rural um

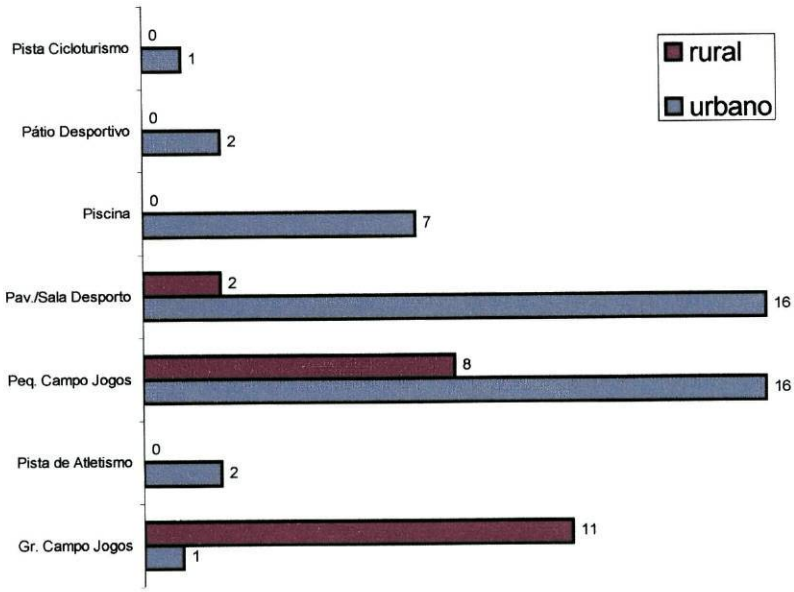
número superior de espaços, 11 (91,7%), relativamente ao meio urbano, que apenas possui 1 (8,3%). Esta é uma situação que não é rara noutros concelhos do país, e que tem a sua fundamentação em motivos de ordem política, correspondente a uma época pós 25 de Abril, na qual a troco de alguns favores eleitoralistas, os presidentes das juntas de freguesia conseguiam que a autarquia implantasse um campo de futebol, na respectiva freguesia.

A freguesia disponibilizava o terreno, ficando o projecto e restantes recursos a cargo da autarquia. Os grandes campos de jogos, são a única infra-estrutura em que não podemos afirmar que a sua distribuição (independentemente dos critérios de programação dos equipamentos colectivos) pelo concelho não é assimétrica. Antes pelo contrário, não podia estar melhor (ou talvez, mais democraticamente) distribuída, já que cada freguesia dispõe de um campo de futebol. Aliás, em várias freguesias constituem mesmo a única infra-estrutura existente, servindo a competição popular, e as actividades de lazer dos mais novos e mais velhos.

Os pequenos campos de jogos, também designados por polidesportivos e ringues, são espaços ao ar livre de dimensões que rondam os 40 m x 20 m, onde é possível a prática de diferentes modalidades, pois normalmente possuem, além de balizas (o mais vulgar), tabelas de basquetebol, balizas de hóquei (menos frequentes), e onde se realizam actividades com objectivos que vão desde a recreação à competição, passando pela formação.

A sua distribuição está consumada, conforme Fig.10, da seguinte forma: na freguesia urbana existem 16 (66,7%), enquanto 8 (33,3%), estão distribuídos por outras tantas freguesias, havendo no entanto 3 freguesias que não possuem qualquer destes espaços.

Fig.10 - Distribuição das instalações desportivas de base por meio



As piscinas e as pistas elementares de atletismo, são apanágio do meio urbano. Das primeiras, 4 (57,1%) das 7 existentes, são aquecidas, e por esse facto funcionam durante todo o ano, prestando serviços na área do lazer, formação, competição e reabilitação. São o tipo de infra-estruturas com custos de manutenção mais elevados, não em termos de investimento inicial, mas sobretudo em termos de manutenção e conservação.

As restantes 3 (42,9%) são piscinas de ar livre, e que por esse facto só funcionam no verão, prestando um serviço público não só aos residentes, como também aos turístas e forasteiros pontuais, que procuram esta cidade como destino de férias.

No que se refere às segundas, resumem-se a duas pistas elementares de atletismo que se localizam, uma em cada uma das escolas secundárias do concelho, situadas na freguesia urbana, e que servem predominantemente a população escolar. Contudo, e após o horário escolar, são requisitadas e utilizadas pelas crianças e jovens das associações desportivas populares locais, que possuem a secção de atletismo, e participam na actividade regular

"Plano de Promoção de Atletismo", uma iniciativa autárquica . O único clube federado com esta modalidade, também utiliza este equipamento.

As duas últimas instalações desportivas de base recreativa, servem exclusivamente a actividades lúdico-desportivas, em que o lazer é o objectivo predominante, e localizam-se na faixa litoral urbana.

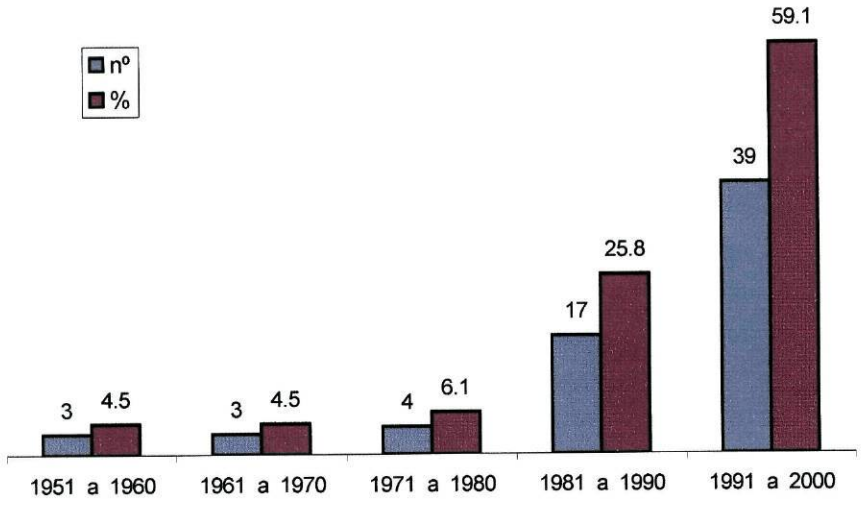
O Anexo 7 dá-nos uma perspectiva geral do concelho, com as suas 12 freguesias, e a forma com estão geograficamente distribuídas as instalações desportivas de base.

3.2.2.3. Ano e período de construção

As 66 instalações desportivas de base, incluídas neste estudo foram construídas entre o ano de 1952 e 2000.

No que se refere ao período de construção, referido e ilustrado pela Fig. 11, os resultados referentes às duas primeiras décadas, são idênticos em número de instalações construídas, tendo-se verificado a construção de 3 (4,5%) em cada uma, correspondendo a dois grandes campos de jogos e quatro pavilhões ou salas de desporto. Na década de setenta, construíram-se 4 (6,1%) espaços, dos quais dois pequenos campos de jogos, um pavilhão ou sala de desporto e uma piscina. Na década de oitenta assistimos a um aumento assinalável na construção de equipamentos, tendo-se construído 25,8% , que corresponde a 17 espaços, dos quais fazem parte oito grandes campos de jogos, 6 pequenos campos, dois pavilhões ou salas de desporto e uma pista elementar de atletismo.

Fig. 11 - Período de construção das instalações desportivas



A década que ora termina, foi sem dúvida aquela em que se deu uma grande explosão na construção das instalações desportivas, quer em número, pois construíram-se 39 (59,1%) da totalidade de espaços existentes até à data, quer em tipologia, na medida em que foram construídos 66,7% (16) dos pequenos campos de jogos, 55,6% (10) dos pavilhões ou salas de desporto, 86% (6) das piscinas, 2 (100%) dos pátios desportivos, e uma (100%) pista de cicloturismo.

O número de equipamentos construídos nas últimas duas décadas está certamente ligado, não só a razões profundas de mudança de regime político, iniciada com a revolução de Abril de 1974, bem como à melhoria das condições de vida da população, à tomada de consciência pública da importância da prática desportiva, e sobretudo aos fundos comunitários, provenientes da nossa adesão à Comunidade Económica Europeia.

3.2.2.4. Propriedade e gestão

Há uns anos atrás, as poucas instalações existentes eram geralmente geridas pelos seus proprietários, que pouco variavam também, na medida em

que se resumiam (praticamente) ao associativismo e ao ministério da educação.

Hoje o panorama é completamente diferente, porque diferente também é o leque de proprietários e ofertas. Há muito mais gente a praticar desporto, e muita que ainda procura, por conseguinte, o leque de ofertas também aumentou e se diversificou. Surgiram os privados, com objectivos de rentabilidade económica bem definida, e sobretudo apareceu o poder local, perfilando-se como o principal investidor em equipamentos desportivos.

O mesmo porém, não sucedeu com a gestão dos mesmos, sobretudo com aqueles que na perspectiva de obtenção de lucro fácil, tem feito milagres ao fazer surgir, como por magia, gestores polivalentes, os quais sem correrem riscos nem realizarem qualquer investimento, os tem tornado alvo apetecido. Quase sempre com a conivência e cobertura do poder político, com o pretexto de tornar rentável e operacional o funcionamento das instalações.

Do nosso estudo, apuramos que apenas uma situação revela que o proprietário e o gestor são a mesma entidade. Referimo-nos aos 20 (30,3%) espaços referentes ao ministério da educação, conforme Quadro 8.

A câmara municipal é dona de 19 (28,8%) instalações, a que se segue as juntas de freguesia com 16 (24,2%) espaços, dos quais 9 são grandes campos de jogos, 6 pequenos campos de jogos e um pavilhão ou sala de desporto.

As associações e clubes, são proprietárias de 7 (10,6%) dos espaços, os quais não deixaram de beneficiar do apoio autárquico, quer em termos de construção, quer da sua recuperação ou manutenção.

As instituições de solidariedade social, aparecem em último lugar, com 4 espaços (6,1%).

Quadro 8 - Propriedade e gestão dos equipamentos

Entidade	Propriedade		Gestão	
	nº	%	nº	%
Câmara Municipal	19	28.8	6	9.1
Junta de Freguesia	16	24.2	5	7.6
Associação/Clube	7	10.6	23	34.8
Ministério da Educação	20	30.3	20	30.3
Inst.Solidariedade Social	4	6.1	3	4.5
Empresa Pública	0	0	9	13.6

Relativamente à gestão, a câmara municipal gere 6 (9,1%) das suas 19 instalações, o que significa que os outros 13 espaços estão a ser geridos por outras entidades (associações e empresa pública). As juntas de freguesia também delegaram a gestão de 5 (7,6%) dos seus espaços a associações desportivas. As associações sendo apenas os quartos maiores proprietários de instalações, surgem como principais gestores, com 23 (34,8%) instalações desportivas.

As instituições de solidariedade social gerem menos uma instalação daquelas que são proprietárias, isto é, 3 (4,5%) são os espaços à sua responsabilidade. Finalmente aparece a empresa pública, gerindo 9 (13,6%) dos equipamentos pertencentes à autarquia.

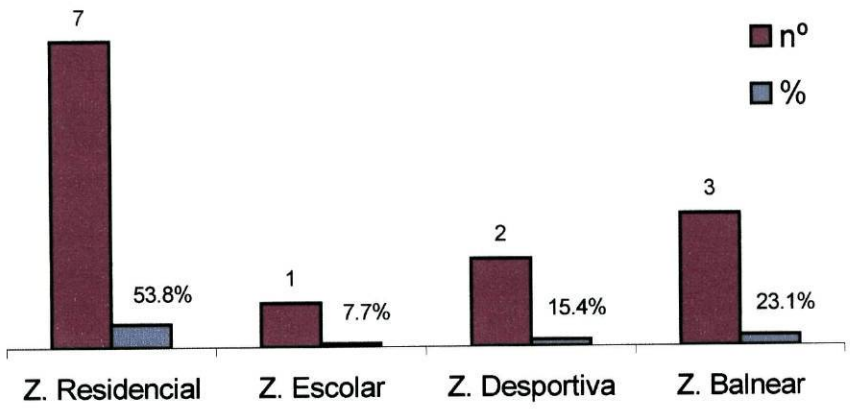
3.2.2.5. Localização, área e posicionamento

As normas de programação de equipamentos colectivos, definem como um dos critérios fundamentais a atender na planificação das instalações desportivas, a sua localização próxima das zonas escolares e habitacionais, na medida em que é nestes locais que se concentra o maior número de população, infantil e jovens, principais destinatários e utilizadores destes equipamentos públicos.

À partida deveria ser uma garantia para a sua acessibilidade, e consequentemente satisfatória taxa de utilização. Porém, tal parece nem sempre corresponder à realidade, pois a taxa de ocupação continua longe de atingir a sua saturação, o que deixa transparecer existirem outras questões que merecem atenção especial dos promotores dos equipamentos.

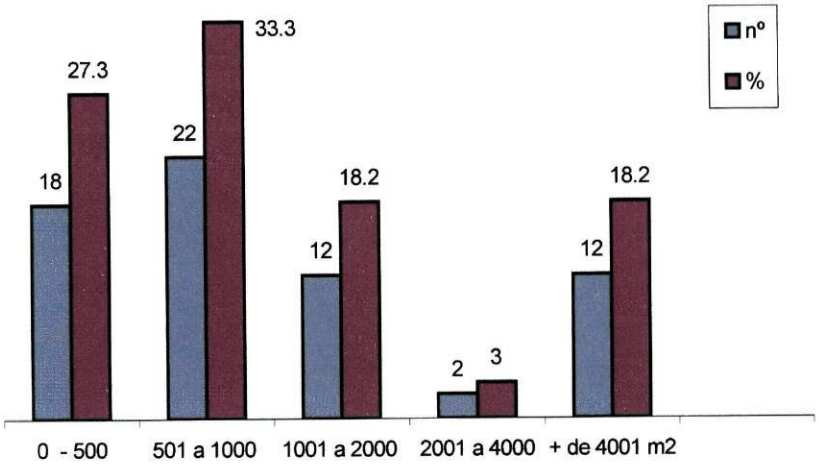
Pela Fig.12, podemos constatar que este critério foi respeitado em 22 (33,3%), tendo esta instalações sido construídas perto de zona escolar, seguindo-se 15 (22,7%) em zona desportiva, 14 (21,2%) em zona verde, e em zona habitacional 12 (18,2%). Dos três restantes, 2 (3%), estão situados em zona industrial, e 1 (1,5%), em zona balnear.

Fig.12 - Localização das instalações desportivas



A área e a diversidade de instalações, impedem-nos de fazermos uma apresentação discriminada de cada uma, pelo que optamos por apresentá-las segundo grupos com áreas aproximadas às tipologias dos equipamentos, conforme Fig.13.

Fig.13 - Área das instalações desportivas



As 12 (18,2%) instalações que possuem áreas superiores a 4000 m², referente a grandes campos de jogos, correspondem neste estudo a campos de futebol, os quais como já referido, estão distribuídos equilibradamente pelo concelho, um em cada freguesia.

O maior número de instalações, 22 (33,3%) possuem área útil entre 500 e 1000 m², e correspondem a pequenos campos de jogo ou polidesportivos, campos de ténis, piscinas (de aprendizagem e formação), salas de desporto. Com áreas inferiores 500 m², contabilizamos 18 (27,3%) espaços, que se referem sobretudo a espaços de base recreativa e desportiva informal, formada por pátios desportivos, agorespaces, pequenas salas de desporto, piscinas com área inferior a 166 m². Com áreas entre os 1000 m² e os 2000 m², existem 12 (18,2%) espaços, onde encontram pequenos campos de jogo, pistas elementares de atletismo e pavilhões desportivos.

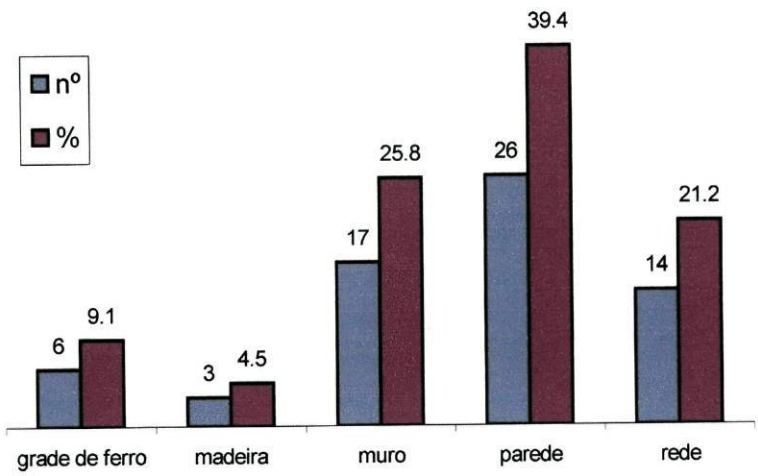
No que se refere ao posicionamento face ao trânsito, 59 (89,4%) das instalações situam-se em locais de pouco trânsito, o que permite que os utilizadores, sobretudo os mais novos, se possam deslocar e aceder aos espaços correndo menores riscos.

3.2.2.6. Vedação e pavimento de jogo

Como foi referido anteriormente, a vedação em qualquer espaço tem múltiplas e importantes funções, que vão desde a simples delimitação da área destinada à actividade, passando pela segurança dos seus utilizadores, até à preservação do próprio espaço, reduzindo a possibilidade de utilização indevida.

Dos dados recolhidos, 26 (39,4%) das instalações são cobertas, pelo que estão envolvidas por paredes que delimitam e isolam totalmente o espaço ao exterior. A Fig.14, permite-nos ter uma ideia mais concreta da quantidade de espaços e vedações.

Fig.14 - Vedação e material das instalações desportivas



O muro, construído em blocos de tijolo, constitui a vedação de 17 (25,8%) dos espaços ao ar livre, em que os campos de futebol são a maior percentagem. A vedação em rede, protege 14 (21,2%) dos espaços, em que sobressaem os polidesportivos ao ar livre e courts de ténis. Apesar do custo, tanto na aquisição como na manutenção ainda existem 6 (9,1%) de espaços

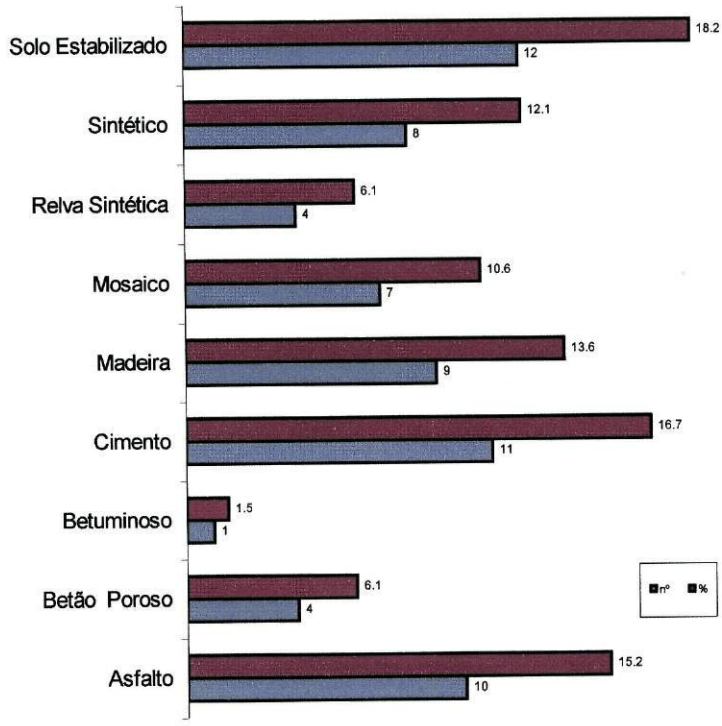
vedados a grades em ferro, sucedendo na maioria dos casos nas vedações de escolas, e noutras situações em que predomina o ferro. Finalmente, 3 (4,5%) casos possuem vedação em madeira, estética e ambientalmente agradável, este material, sujeito à aragem marítima degrada-se com mais facilidade que os restantes.

São muitos e variados os pisos que constituem as superfícies de jogo dos espaços em estudo. Geralmente a sua opção faz-se em função de diversos factores, dos quais se salientam, a actividade a realizar, a climatologia da região, a durabilidade do material, a segurança dos praticantes, e naturalmente o custo.

Na Fig.15, podemos verificar que não existe um tipo de material que se destaque claramente dos outros. O solo estabilizado (saïbro compactado), compõe o piso de 12 (18,2%) instalações desportivas, que se identificam como sendo os doze campos de futebol distribuídos pelo concelho.

O cimento é o material que forma o piso de 11 (15,8%) dos espaços, dizendo respeito sobretudo aos polidesportivos de ar livre e pátios desportivos. O asfalto pavimenta 10 (15,2%) recintos de jogo, todos ao ar livre, sendo as áreas escolares aquelas onde se verifica a sua predominância. Os pavimentos em madeira, característicos dos espaços cobertos, sobretudo pavilhões, ginásios e salas de desporto, encontram-se em 9 (13,6%) locais. A relva sintética, serve de piso a 4 (6,1%) espaços descobertos, e de livre acesso. A área desportiva a que corresponde o pavimento em material betuminoso, refere-se a uma pista de cicloturismo, com a dimensão de 2000 m x 1,50 m, que se estende ao longo da faixa marítima da cidade.

Fig. 15 - Pavimento e material das instalações desportivas



3.2.2.7. Utilização, acessibilidade e funcionamento

Dos 66 espaços desportivos do concelho, 27 (40,9%), têm uma utilização predominante ao longo de todo o ano. O período de aulas corresponde à maior utilização de 21 (31,8%) instalações desportivas. Em 13 (19,7%) dos casos, as instalações são utilizadas sobretudo enquanto dura a época desportiva. Esta situação verifica-se sobretudo nos campos de futebol, que servem as associações desportivas locais, as quais participam nas iniciativas promovidas pela autarquia local (Inter-Freguesias de Futebol e Plano de Promoção de Atletismo).

Dos restantes espaços, 3 (4,5%) são utilizados preferencialmente na época de verão (trata-se de piscinas ao ar livre), e 2 (3%) têm a sua maior utilização durante a semana.

No Quadro 9, podemos verificar que a vertente da formação-lazer, caracteriza a predominância de utilização de 33 (50%) das instalações desportivas, enquanto 15 (22,7%) se destinam maioritariamente à formação-competição, existindo apenas 11 (16,7%) em que exclusivamente as actividades são dirigidas para o lazer. Da totalidade dos espaços, 5 (7,6%) servem simultaneamente as três vertentes, isto é, o lazer, a formação e a competição. A reabilitação, no sentido restrito do termo, é possível em apenas 2 (3%) instalações, pertencentes a uma instituição privada de solidariedade social.

Quadro 9 - Tipo de utilização predominante

	nº	%
Lazer	11	16,7
Formação/Lazer	33	50
Reabilitação/Lazer	2	3
Formação/Competição	15	22,7
Formação/Competição/Lazer	5	7,6

A acessibilidade a pessoas portadoras de deficiência e com necessidades educativas especiais, não sensibilizou suficientemente os responsáveis (sobretudo autarcas), constituindo ainda uma lacuna, que apenas agora, obriga ao cumprimento das normas estabelecidas em todos os equipamentos públicos.

A localização das instalações, possibilita na generalidade bons acessos, com áreas de estacionamento próximas, permitindo a deslocação em 45 (68,2%) dos casos a pé, e os restantes 21 (330,3%) casos em viatura. Este é um dos pontos referidos como fundamentais por muitos autores, fazendo notar que a taxa de utilização das instalações, depende também da forma como estão organizados os mesmos.

3.3. ESTUDO B

3.3.1. ESPAÇOS E ACTIVIDADES LÚDICO-DESPORTIVAS INFANTIS

Nesta parte vamos fazer a análise e discussão dos resultados obtidos através do questionário aplicado às crianças, ao nível dos espaços e actividades lúdico-desportivas neles realizadas.

Faremos uma análise descritiva e discussão dos dados, procurando estabelecer uma comparação percentual dos resultados obtidos, bem como procuraremos sempre que possível e oportuno, compará-los com resultados obtidos em estudos anteriores.

Sabendo que a partir do tratamento dos dados poderemos analisar, interpretar e discutir os resultados, procuraremos perceber que tipo de relações existem entre as variáveis definidas para o presente estudo.

Nesse sentido estruturaremos o estudo da forma seguinte:

1. Análise descritiva das variáveis independentes: idade, sexo, ano de escolaridade e meio onde habita.

2. Conhecimento, hábitos e frequência de utilização do parque infantil.

3. Identificação das actividades lúdicas e desportivas mais realizadas, as mais preferidas, e as nunca realizadas.

4. Prática desportiva regular: identificação das preferências e locais utilizados.

5. Análise comparativa entre as variáveis independentes e o espaço e actividades.

3.3.1.1. Caracterização: idade, sexo, meio e ano de escolaridade

Como referido anteriormente, e apresentado no Quadro 10, este estudo foi realizado com base numa amostra aleatória de 371 crianças, que frequentam as escolas do 1º ciclo do ensino básico do concelho da Póvoa de Varzim, distribuída da seguinte forma:

Quadro 10 - Caracterização do grupo da amostra

	Sexo		Idade			Ano de escolaridade			Meio	
	fem	masc	7-8 anos	9-10 anos	11-12 anos	2º	3º	4º	urbano	rural
Nº	176	195	136	192	43	77	159	135	139	232
%	47%	53%	37%	52%	11%	21%	43%	36%	38%	62%

A distribuição por sexo, é a variável que se apresenta mais equivalente, sendo constituída por 47% de crianças do sexo feminino, e 53% do sexo masculino.

Formamos grupos etários, correspondendo 37% às crianças com 7 e 8 anos, 52% com 9 e 10 anos, e por último 11% com 11 e 12 anos.

Da totalidade de crianças desta amostra, 21%, frequentam o 2º ano de escolaridade, 43% o 3º ano, e 36% frequentam o 4º e último ano de escolaridade deste nível de ensino.

Ao meio rural pertencem 62% crianças, vivendo 38% no meio urbano.

3.3.1.2. Identificação do espaço "parque infantil"

Questionadas sobre o que é um parque infantil, 347 (93%) inquiridos afirmaram saber do que se tratava. Contudo 24 (7%) crianças responderam negativamente à mesma questão, ilustrada no Quadro 11.

Quadro 11 - Conhecimento do espaço "parque infantil"

	global	urbano	rural	7-8 anos	9-10 anos	11-12 anos
sim	93%	96%	92%	89%	95%	100%
não	7%	4%	8%	11%	5%	0%

Quando analisamos esta questão em termos de idade, verificamos que essa identificação aumenta com a idade, sendo de 89% no grupo de crianças com 7-8 anos, 95% no grupo de 9-10 anos, havendo total conhecimento no grupo dos mais velhos.

Quanto ao meio de origem, essa identificação é ligeiramente superior no meio urbano (96%), contra 92% do meio rural.

Procedendo à analise das que não identificam o espaço, constatamos que são o dobro, isto é, 8% de crianças do meio rural e 4% as do meio urbano respectivamente, quando analisado à escala da totalidade de crianças do concelho (3762), e tendo em linha de conta que a distribuição concelhia destes espaços está feita de forma assimétrica, conforme salientado no estudo A.

Segundo **Pereira (1993)**, o parque infantil revela-se como um contexto específico para a prática de actividades de ocupação dos tempos livres, para as crianças destas idades. Realça ainda a autora que a nível da infância, estes espaços são as únicas infra-estruturas públicas existentes, independentemente da maior ou menor qualidade que possuem.

3.3.1.3. Localização do "parque infantil"

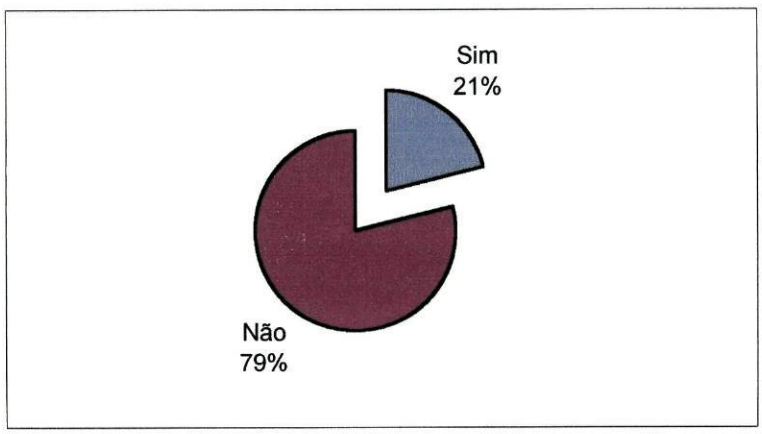
Factor fundamental a ter em conta no estudo preliminar de qualquer equipamento colectivo, a localização poderá condicionar a acessibilidade e utilização dos seus destinatários.

Sallis e col. (1997) refere-se, entre outros, à localização dos parques como sendo um dos factores intimamente relacionados com as visitas a estes lugares.

O problema assume maior relevo, quando por várias e diferentes razões as crianças desta faixa etária, raramente se deslocam sozinhas ao espaço.

No nosso estudo, 290 (79%) crianças salientam não existir qualquer parque infantil perto do local de residência, conforme representado na Fig. 16. Das respostas obtidas só 79 (21%) referem existir um parque infantil próximo da sua habitação.

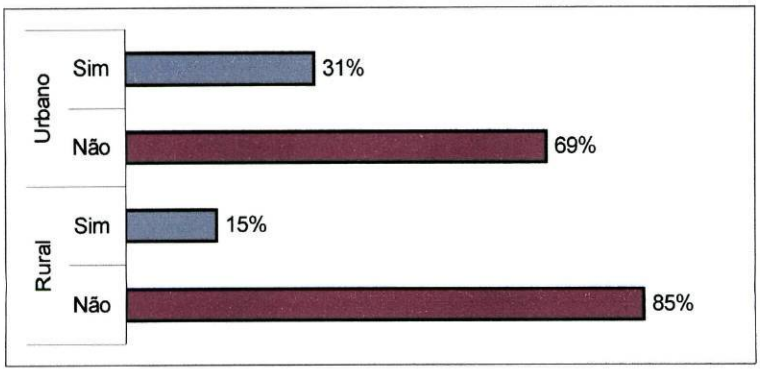
Fig. 16 - Localização de parque infantil próximo da habitação



Das crianças que afirmaram não existir parque infantil perto da habitação, salienta-se o escalão etário 11-12 anos, quando 88% referem não existir nenhum próximo, e 12% confirmam a sua proximidade. Os valores encontrados para os restantes dois escalões são similares, referindo a sua proximidade 22%, e a sua inexistência 78%.

Verificamos também, pela Fig. 17, que consoante o meio, os dados obtidos referem que 31% das crianças do meio urbano, assinalam a existência de um parque infantil perto de casa, enquanto o mesmo sucede para metade (15%) meio rural.

Fig. 17 - Localização de parque infantil consoante o meio urbano e rural



3.3.1.4. Utilização, frequência e acompanhantes ao parque infantil

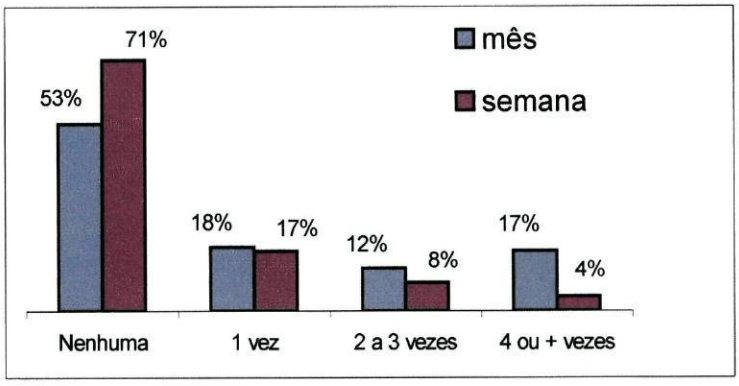
Das crianças inquiridas, 319 (86%) mencionaram já ter brincado em algum parque infantil, respondendo negativamente 52 (14%). Destas, 29% pertencem ao meio urbano e 71% ao meio rural.

O grupo dos mais velhos foi o mais beneficiado, pois apenas 4% referem nunca ter brincado neste espaço. O factor idade pode significar uma maior autonomia da criança na deslocação ao parque infantil.

Pelo contrário o grupo intermédio e o os mais novos com 48%, afirmam nunca terem lá brincado.

Analisando a frequência com que as crianças utilizaram o espaço, mais de metade dizem não ter brincado nenhuma vez, quer no mês anterior, quer na semana passada. Fig.18.

Fig.18 - Frequência semanal e mensal do parque infantil



Das crianças que referiram já terem brincado alguma vez no parque infantil, o grupo de 9-10 anos foi o maior utilizador com 52% da frequência total, tendo sido utilizado em 13% pelos mais velhos.

Dos que não foram nenhuma vez brincar ao parque infantil, nos períodos indicados, a maioria pertencem ao meio rural. Uma vez mais, a assimetria na distribuição e inexistência destes espaços penaliza as crianças do meio rural. Apesar de o espaço livre neste meio, ainda proporcionar maior liberdade de movimentos, sem grandes exposições ao perigo (trânsito) a que estão mais sujeitas as crianças urbanas.

Sarmento (1988) refere a este propósito que as crianças do meio rural, circulam mais livremente, enquanto no meio urbano precisam da companhia do adulto para se deslocarem.

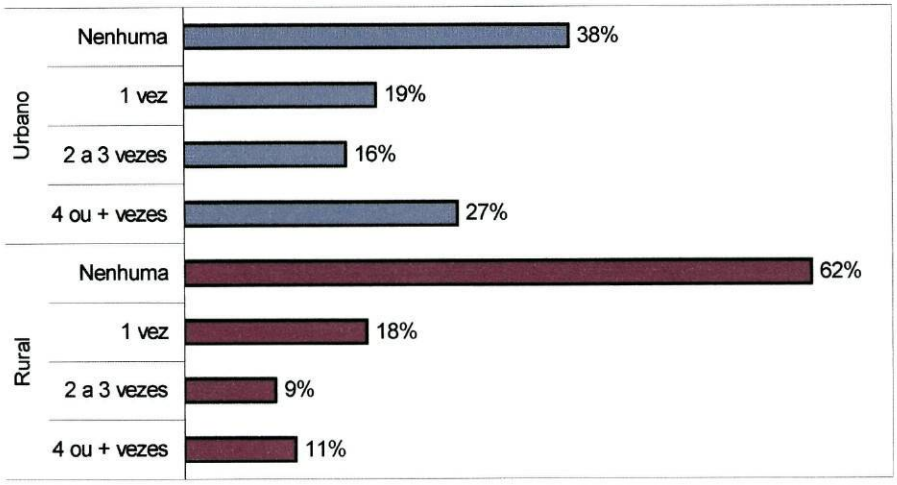
3.3.1.5. Frequência semanal e mensal segundo o habitat

Ainda que não existam diferenças por meio de habitação, relativamente ao facto das crianças já terem brincado pelo menos uma vez no parque infantil, a verdade é que o meio onde estão inseridas, limita a frequência com que acedem a esses espaços. Vão quatro ou mais vezes ao parque infantil 11%

das crianças do meio rural, enquanto para o mesmo número de vezes, vão 27% das crianças urbanas.

Pela análise da Fig.19, podemos salientar que para além de se constatar que as crianças do meio rural brincam menos vezes nos parques infantis, aquelas que não foram brincar representam quase o dobro das do meio urbano.

Fig.19 - Frequência de utilização do parque infantil por habitat

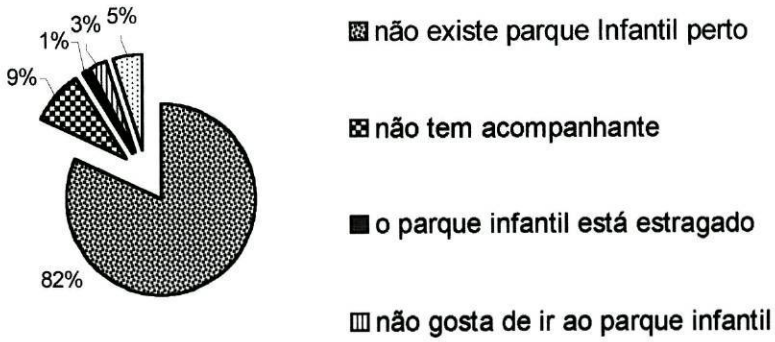


Se nos lembrarmos que na caracterização da amostra a percentagem de crianças do meio rural é superior à do meio urbano, e a isso aliarmos o facto de se encontrarem neste meio o maior número de espaços, poderemos reafirmar uma vez mais, os aspectos adversos da sua distribuição assimétrica.

3.3.1.6. Razões que condicionam a ida ao parque infantil

Quem não vai ao parque infantil, apresenta como razão primordial o facto de não existir um espaço deste tipo perto de casa. Analisando a Fig. 20, estão nesta situação 82% dos inquiridos.

Fig.20 - Razões condicionantes da ida ao parque infantil



Independentemente do meio, os questionados indicam a falta de parque como primeira razão. São três vezes mais (15 %) as crianças do meio urbano, que apontam a falta de acompanhante, como segunda razão impeditiva da frequência do espaço, quando comparadas com as do meio rural.

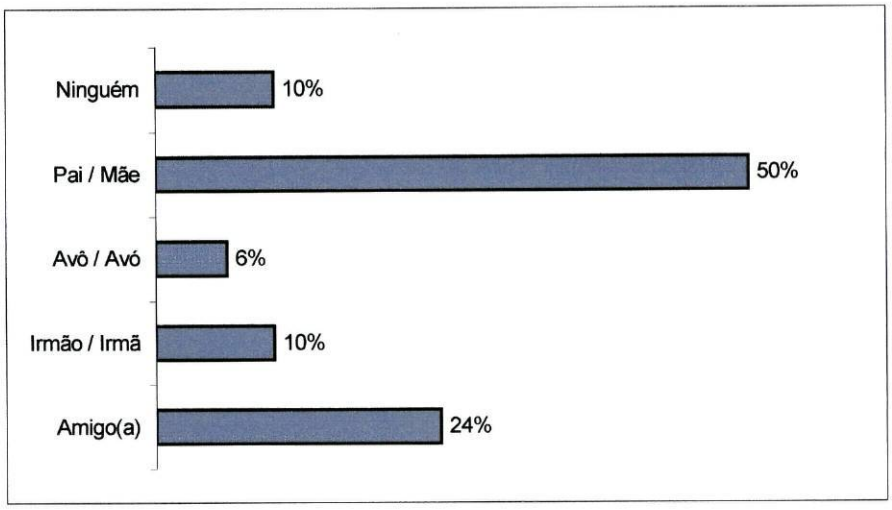
A distância a que se situam os espaços, o aumento do parque e consequente circulação automóvel, com os inerentes perigos que representa para a circulação das crianças, serão porventura factores importantes que concorrem para que os pais não autorizem os seus filhos a irem.

Por outro lado a vida demasiado ocupada dos pais, aliada à falta de áreas integradas, para que estes ou outros acompanhantes, possam esperar em condições (mais ou menos activas, como por exemplo bancos, área de jogos tradicionais, cartas, etc.) enquanto as crianças brincam, desmotivam a deslocação.

3.3.1.7. Acompanhantes da criança ao parque infantil

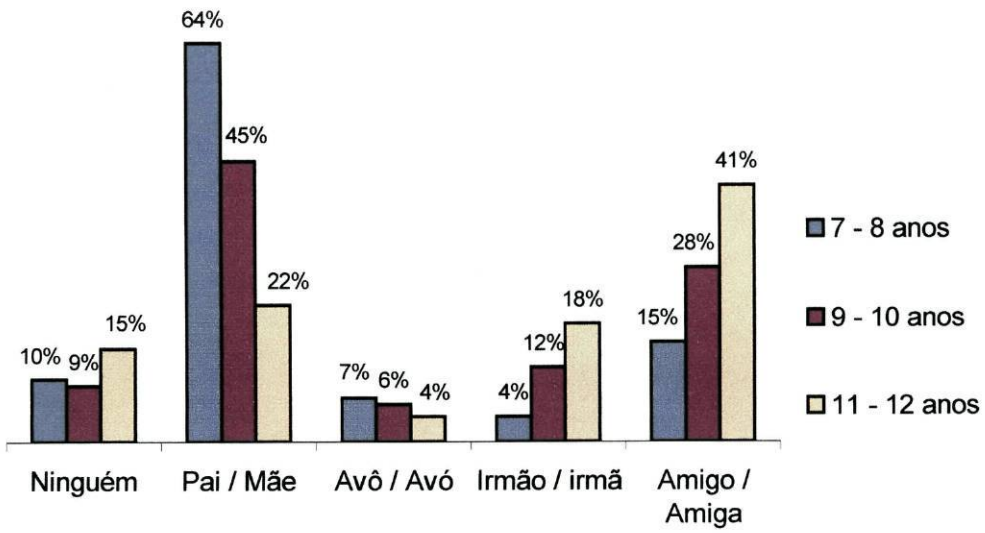
Quer se trate do meio urbano ou rural, os pais são em metade dos casos os companheiros mais comuns na ida ao parque infantil, seguindo-se a ida na companhia dos amigos, conforme ilustra o Fig.21

Fig.21 - Acompanhantes da criança ao parque infantil



No que se refere aos acompanhantes relativamente à idade das crianças, consultando a Fig.22, verificamos que à medida que esta aumenta, diminui a presença dos pais (7-8 anos 64%; 9-10 anos 45% e 11-12 anos 22%),e aumenta a companhia dos amigos (7-8 anos 16%; 9-10 anos 28% e 11-12 anos 41%).

Fig.22 - Acompanhantes ao parque infantil por grupo etário



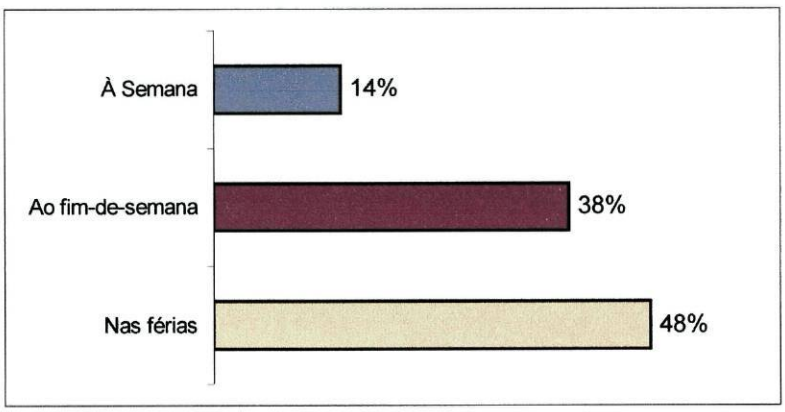
Este facto permite-nos afirmar, de acordo com estudos anteriormente realizados, e segundo autores citados na revisão da literatura, que a escola e o contexto social, são factores relevantes no processo de socialização e autonomia da criança.

3.3.1.8. Período de utilização predominante do parque infantil

O período de férias, é a altura em que as crianças mais acedem e utilizam o parque infantil.

Das 199 crianças que vão ao parque infantil, 95 (48%) fazem-no predominantemente no período de férias. O fim-de-semana é o período que se segue, com 77 (38%) crianças, e durante a semana são poucas 27 (14%) as crianças que utilizam este espaço, conforma ilustra a Fig.23.

Fig.23 - Período predominante de utilização do parque infantil



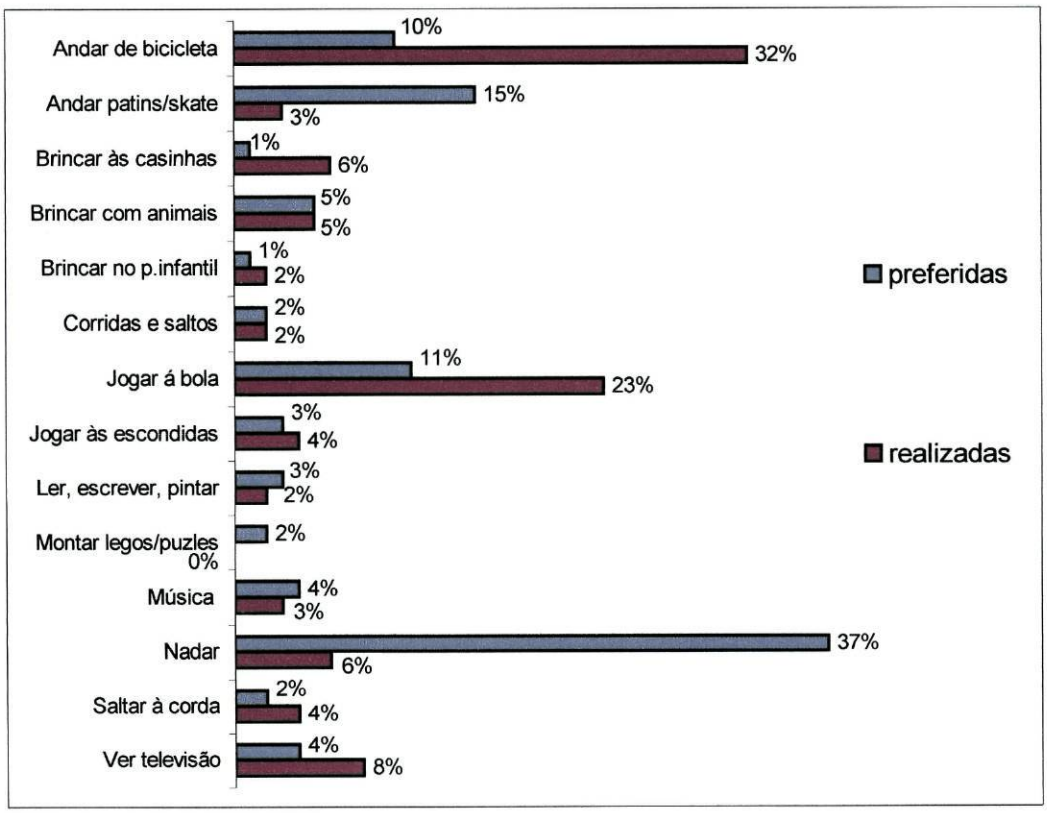
3.3.1.9. As actividades mais realizadas e preferidas pelas crianças

Pela Fig.24, podemos verificar que andar de bicicleta é a actividade mais realizada por 117 (31%) das crianças, seguida de jogos com bola por 83 (22%) crianças. Ver televisão, surge como a terceira actividade de ocupação, sendo realizada por 29 (8%) das crianças.

As actividades menos realizadas são as corridas e saltos, brincar no parque infantil e actividades musicais, correspondendo a 2% em cada.

Quando questionamos quais as actividades que mais gostariam de fazer, nadar reúne as preferências de 136 (37%) das crianças, a que se seguem as actividades de equilíbrio dinâmico, andar de patins ou skate, e as lúdico-desportivas jogar à bola, preferidas por 54 (15%) e 41 (11%) crianças, respectivamente.

Fig.24 - Actividades mais realizadas e preferidas das crianças



Analisando as actividades mais realizadas e as mais preferidas, com base no contexto origem, verificamos que não existem diferenças significativas para as crianças dos diferentes meios, já que as actividades mais realizadas são as mesmas num e noutro meio. Apesar da convergência nas actividades mais preferidas, é de salientar a enorme desejo de praticar natação para 27% das crianças do meio urbano e 43% do meio rural, e 37% para a totalidade das crianças.

Esta é uma preferência, ou mesmo uma necessidade sentida pelas crianças, à qual urge encontrar uma resposta por parte da autarquia, senão compensada uma falta efectiva do sistema de ensino, sobretudo nas áreas litorais, ou nas proximidades dos rios.

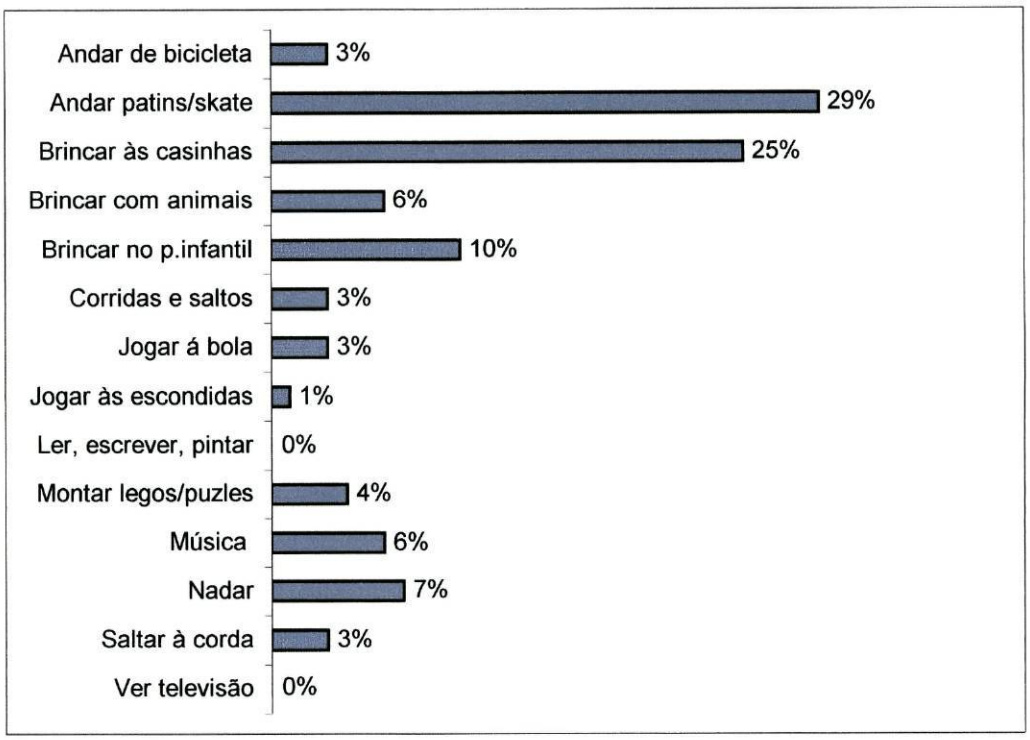
3.3.1.10. Actividades nunca realizadas pelas crianças

Das actividades indicadas na Fig.25 questionadas às crianças, 71 (19%) não responderam, pelo facto de já alguma vez terem brincado a pelo menos uma das actividades mencionadas, enquanto 300 (81%) crianças referiram nunca terem brincado a alguma delas.

Andar de patins ou skate, referida por 87 (29%) crianças, brincar ás casinhas por 75 (25%), e brincar no parque infantil por 30 (10%), foram as actividades salientadas como as nunca realizadas por 192 (64%) das 300 crianças que responderam a esta questão.

A justificação para a primeira e terceira actividade, terá provavelmente a ver, não só com a especificidade do piso e respectivo espaço (no primeiro caso), bem como devido ao seu reduzido número, acrescido da já citada assimetria na distribuição (em ambas as situações).

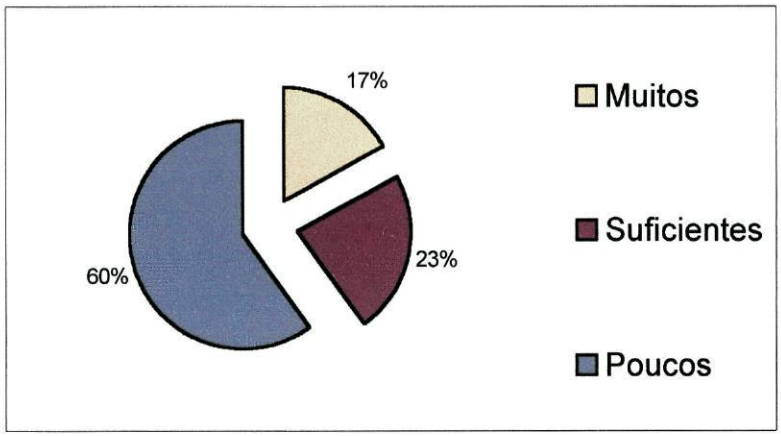
Fig.25 - Actividade nunca realizada



3.3.1.11. Opinião das crianças sobre o nº de espaços para brincar

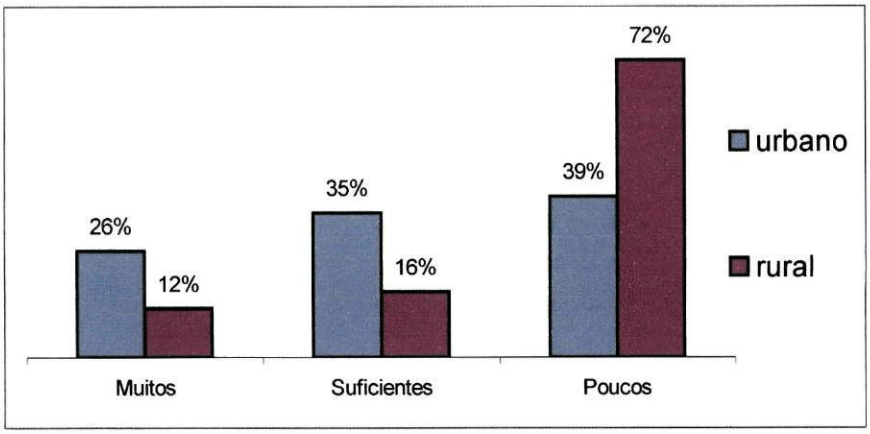
Mais de metade (60%) das crianças considera que existem poucos espaços para brincarem, conforme apresentado na Fig.26.

Fig.26 - Opinião sobre a quantidade de espaços para brincar



Contudo na Fig.27, podemos verificar que este valor se eleva para 72% quando se trata de crianças pertencentes ao meio rural.

Fig.27 - Opinião sobre a quantidade de espaços para brincar por meio



3.3.1.12. Local onde a criança brinca mais vezes

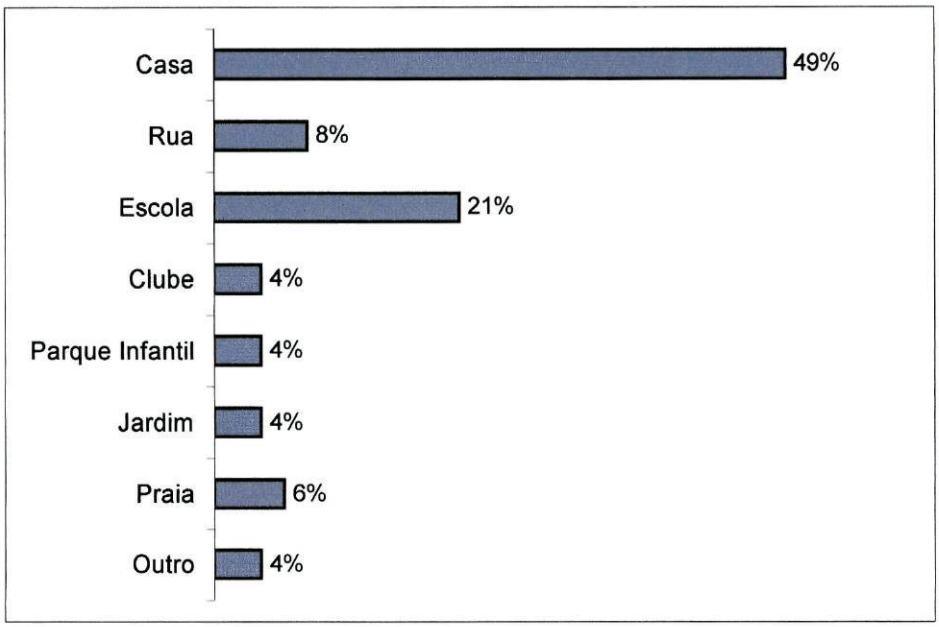
Sensivelmente metade (49%) das crianças brincam em casa, e 21% fazem-no predominantemente na escola, conforme indicado na Fig.28.

O brincar em casa tem paridade para as crianças dos dois meios.

Porém no segundo local de brincadeiras, enquanto as crianças do meio rural continuam a utilizar a escola, o mesmo já não acontece com as crianças urbanas, apesar dos agudos problemas de trânsito que caracterizam este meio, referindo ser a rua o lugar onde brincam.

Apesar da exiguidade de espaços lúdico-desportivos no meio rural, o clube é um local pouco utilizado (4%) para as crianças de ambos os meios. De igual modo são pouco (4%) utilizados no meio rural, o parque infantil e os jardins. Esta situação deve-se concerteza ao reduzido número de qualquer um dos espaços neste meio.

Fig.28 - Locais mais utilizados pelas crianças para brincarem

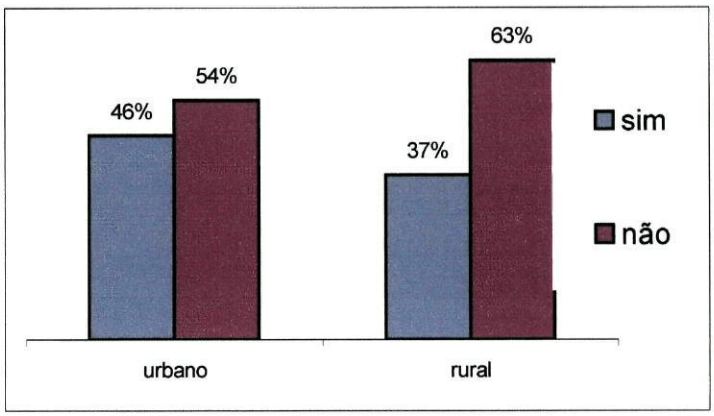


3.3.1.13. Hábitos e modalidades desportivas de prática regular

Têm hábitos de prática desportiva regular 149 (40%) crianças que frequentam as escolas do 1º ciclo do ensino primário do concelho da Póvoa de Varzim, e não praticam regularmente 222 (60%) crianças.

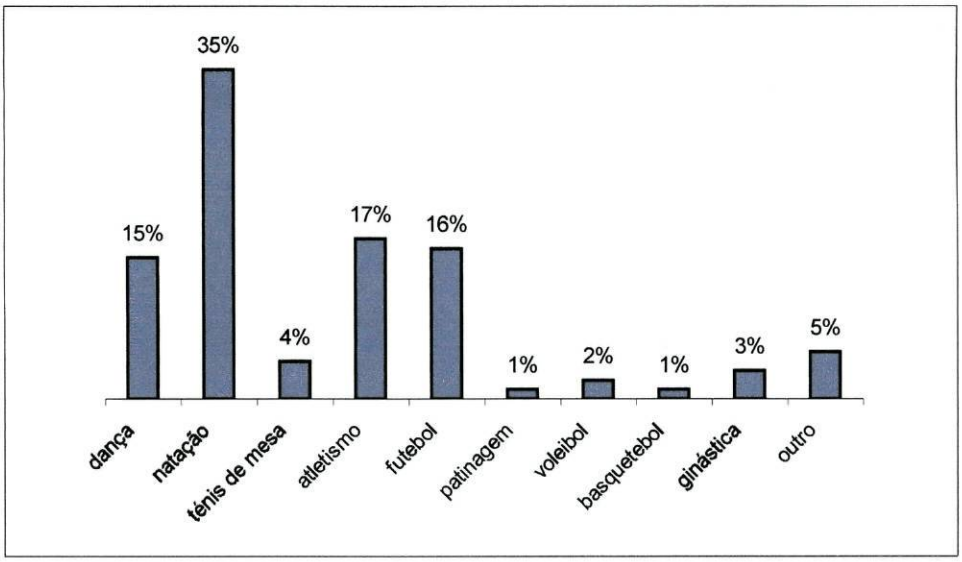
Observando a Fig.29, podemos constatar que essa tendência agrava-se quando passamos do meio urbano (em que 54% das crianças não praticam desporto), para o meio rural, onde esse valor sobe (63%).

Fig.29 - Prática desportiva regular por habitat



Observando a Fig.30, podemos verificar que das crianças que dizem praticar desporto regularmente, a maioria fá-lo através da prática da natação. As práticas seguintes distribuem-se de forma semelhante pelas modalidades, atletismo (17%), futebol (16%), e dança (15%). A patinagem e o basquetebol, são as modalidades com menos praticantes, com 1% cada uma respectivamente.

Fig.30 - Modalidades desportivas praticadas com regularidade



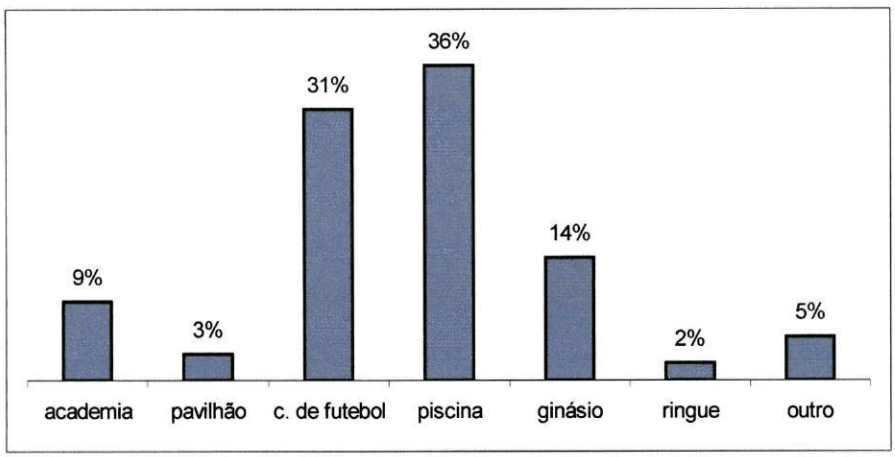
3.3.1.14. - Locais utilizados para a prática desportiva regular

A piscina é o local utilizado por 52 (35%) crianças para uma das práticas mais realizadas, preferidas e desejadas por parte da população do ensino básico primário.

Segue-se-lhe o campo de futebol, utilizado por 46 (31%) das crianças, e em terceiro lugar o ginásio com 14% da utilização total dos espaços, referidos na Fig.31.

Os locais menos frequentados, são o pavilhão e o ringue, respectivamente. O local designado por outro, foi referido pelas crianças com sendo a rua o local de prática regular do atletismo, o qual não constava das opções assinaladas.

Fig.31 - Locais mais utilizados para a prática desportiva regular



PARTE IV

CONCLUSÕES

4. CONCLUSÕES

4.1. Introdução

Esta parte final do estudo, é dedicada à apresentação das características do estudo, sem pretensões de vir a substituir o que quer que seja, ou tornar-se num ideário de virtudes. Apenas acalentamos a esperança de que este empenho se traduza num contributo para aqueles que por missão ou vocação, entendem que é na criança de hoje que reside o homem de amanhã.

4.2. Resumo do Estudo

Esta investigação, centrou-se no estudo da criança e dos espaços de lazer infantis, no concelho da Póvoa de Varzim, visando os seguintes propósitos:

-Identificar a oferta de espaços lúdico-desportivos públicos para ocupação dos tempos livres da criança, em horário pós lectivo;

- Caracterizar os espaços na perspectiva da sua construção, tipo de materiais utilizados, localização, acessibilidade, e sobretudo da sua funcionalidade e segurança;

- Conhecer os hábitos das crianças, relativamente aos espaços, procurando saber se lá vão muitas ou poucas vezes, identificar as razões porque não vão, saber quem as costumam acompanhar, etc.;

- Verificar se as actividades de tempos livres, correspondem às sua preferências, e constatar qual a valorização que atribuem aos espaços de jogo infantil;

- Verificar se relativamente aos espaços e às práticas lúdico-motoras há coincidência ou divergência entre as crianças do meio rural e urbano.

Os meios utilizados no estudo, basearam-se no levantamento dos espaços lúdicos e desportivos públicos, através de fichas adaptadas para o efeito, e na aplicação de um questionário a 371 crianças que frequentam escolas do 1º ciclo do ensino básico das 12 freguesias que constituem o concelho.

Os dados recolhidos, foram transferidos directamente para o computador, utilizando-se na pesquisa referente às crianças, o programa Statistical Pckage for the Social Science (SPSS 10).

Para a informação e tratamento dos dados deste estudo, recorreu-se ao método quantitativo, tendo-se feito a recolha secundária da informação existente sobre os espaços lúdico-desportivos e sobre as crianças.

Posteriormente realizou-se uma pesquisa primária junto das crianças, para identificar as sua rotinas relativamente ao espaço e actividades.

A informação processou-se através da realização de tabelas e representação gráfica.

4.3. Conclusões

De acordo com as hipóteses formuladas, os resultados encontrados permitem-nos concluir:

- Relativamente à hipótese número 1, a distribuição dos espaços pelo meio urbano e rural, existe diferença significativa entre os dois meios, verificando-se uma superioridade grande de espaços no meio urbano sobre o meio rural.

Além do maior número de espaços, a tipologia dos mesmos é também mais variada no meio urbano.

Quando analisados em termos direccionados para as crianças, a situação agrava-se, pois apenas três freguesias possuem um parque infantil como único espaço lúdico apropriado.

Porém se não estabelecermos uma distinção tipológica, e nos situarmos ao nível da área, a aproximação é maior, pelo facto de no meio rural, cada freguesia possuir um campo de futebol.

- A verificação da hipótese número 2, decorre do facto de no estudo do levantamento dos espaços, se ter constatado que há localidades onde não existem áreas de jogo para as crianças realizarem as suas actividades. Por outro lado, existe a confirmação por parte das crianças inquiridas de que não existia próximo da sua habitação qualquer espaço próprio para brincarem, e a explicitação de que esse facto era uma razão que determinava a ida ao parque infantil. Acresce ainda a este facto, ter-se constatado que 60% das crianças afirmaram serem poucos os espaços disponíveis para brincarem.

- Relativamente à terceira hipótese, verificou-se que as crianças do meio rural, são mais penalizadas nas oportunidades de acesso aos espaços de jogo.

Esta constatação, decorre do facto das questões que confirmam as hipóteses anteriores, nas quais a mesma situação se agrava, sempre que se comparava os dois meios, não só relativamente aos espaços, mas também relativamente às rotinas desportivas das crianças. O que não deixa de ser lógico, na medida em que não pode haver actividade, se não houver espaço próprio onde se possam realizar.

- A quarta hipótese, permite-nos concluir que as actividades preferidas das crianças, não são aquelas que são mais realizadas. A natação e andar de skate, confirmaram as preferências das crianças. A especificidade dos espaços para a sua realização, parece ser o principal obstáculo. A atracção pelo parque infantil reúne baixa preferência e utilização, facto que pode estar relacionado com o reduzido número de espaços existentes.

- Quanto à hipótese número 5, os resultados apontam para uma redução da utilização do parque infantil, à medida que a idade das crianças aumenta.

Ainda sobre a confirmação da hipótese formulada, podemos afirmar que das 371 crianças questionadas, 149 (40%), confirmam praticar com regularidade uma modalidade desportiva. A maior parte, porém, não tem hábitos de prática

desportiva regular. A situação piora quando nos deslocamos para o ambiente rural, onde são mais as crianças com menos hábitos desportivos, quando comparadas com as crianças urbanas.

Sintetizando, poderíamos sublinhar, sem nos afastarmos muito da realidade, que faltam espaços em número e variedade, que correspondam às necessidades da criança.

Por outro lado, podemos sugerir que os critérios de planificação dos espaços terão que ser revistos pelas entidade responsáveis locais, a fim de serem proporcionadas as mesmas oportunidades a todas as crianças do concelho.

Que esses critérios assentem em pressupostos que tenham por alvo as crianças, independentemente do local onde vivem.

Que antes de se avançar para uma decisão (que pode ser precipitada e irreversível), seja analisada a situação no momento, procurando evitar duplicação de oferta de espaços e actividades (com as consequentes situações de concorrência desigual), dando maior rentabilização aos equipamentos existentes.

Tomar decisões, indo ao encontro daquilo que os cidadãos querem e precisam, e não daquilo que se supõe serem as suas necessidades.

BIBLIOGRAFIA

MADO, L. B. N. (1989) "Desporto e Sociedade". Revista Horizonte, Revista de Educação Física e Desporto Vol VI nº 34.

BAMMEL, G.; BAMMEL, L. (1996): "Leisure and Human Behaviour, Brown & Benchmark.

BOWERS, L. (1979) toward a Science of Playground design: principles of design for play centers for all children. JOPERD, 51-54.

BARREIROS, J. e BRITO, M. (1985) "O Planeamento de um Espaço de Jogo Infantil". LUDENS, Vol. 9, nº 3, Abr.-Jun.

BENTO, J. O. (1989). Para uma Formação Desportivo-Corporal na escola. Livros Horizonte. Lisboa.

BENTO, J. º (1992) – O Corpo na Pedagogia do Desporto. Horizonte, Revista de Educação Física e Desporto, Vol. VIII, nº 50.

BENTO, J. O. (1992) "Novas Motivações, Modelos e Concepções para a Prática Desportiva" in O Desporto no Século XXI. Os Novos Desafios. Ed. C. M. Oeiras.

BENTO, J. O. (1995) "O outro lado do Desporto". Ed. Campo de Letras.

BENTO, J. O. (1998) – Desporto e Humanismo. O Campo do Possível. Editora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

BERGA, J. A. PAEZ (1992), "Reserva de Espaços para Equipamentos Desportivos na Comunidades de Média Dimensão", in Actas do Congresso Europeu, Espaços e Equipamentos Desportivos, ed. Câmara Municipal de Oeiras.

BOTELHO GOMES, P. (1992). Aspectos Metodológicos do Ensino dos Jogos Desportivos Colectivos. Educação Física na Escola Primária, Vol. II. FCDEF-UP, Gabinete de Pedagogia do Desporto e Câmara Municipal do Porto, Pelouro do Fomento Desportivo (Ed.): 43 - 57.

BRONFENBRENNER, U. (1974) "Developmental Research, Public Policy and the Ecology of Childhood". Child Development, 45, pp 1-5.

BRONFENBRENNER, U. (1975) " Reality and Researchin the Ecology of Human Development". Proceedings of the American Philosophical Society, Vol. 119, nº 6, pp. 439-469.

BRONFENBRENNER, U. (1977) "Toward an Experimental Ecology of Human Development". American Psicologist, nº 32, pp. 513 a 531.

BRONFENBRENNER, U. (1979) "The Ecology of Human Development: Experiences by Nature and Design". Cambridge: Harvard University Press.

BURCHARTZ, B. (1994) "Aproximación Teórica y Práctica a los Terrenos de Juego Infantiles". Apunts: Educación Física y Deportes, 37, pp 64-68.

BURCHARTZ, B. (1995) "Aproximación Teórica y Práctica a los Terrenos de Juego Infantiles (II)". Apunts: Educación Física y Deportes, 39, pp 76-84.

CABAÇO, J. (1992) "Os Espaços Desportivos de Lazer e Recreação e a Prevenção da Delinquência", in Actas do Congresso Europeu, Espaços e Equipamentos Desportivos, ed. Câmara Municipal de Oeiras.

CAMEIRA SERRA, M. (1992) " Desenvolvimento Motor, Jogo e Contexto Cultural. Estudo Comparativo da Actividade Lúdica e do Comportamento Motor de 3 Grupos de Crianças com 6, 7, 8 e 9 anos Pertencentes a Meios

Socioculturais Diferenciados". Monografia de Mestrado, Não Publicado, U. T. L. - F. M. H..

CARVALHO, A. M. (1987) – O Corpo do Actor. Horizonte, Revista de Educação Física e Desporto, Vol. III, nº 17.

CARVALHO, A. M. (1994) "Desporto e Autarquias locais". Campo das Letras. Porto.

CEPEL - Centro de Estudos e Projectos de Espaços de Lazer (Plano de Intervenção no Jardim da Quinta da Graça; Centro Nacional de Actividades Lúdicas do Estádio Nacional). LUDENS, Vol. 9, nº 3, Abr.-Jun.

CHOMBART de LAUWE, P. H. (1996) L'Interaction de La Personne et de la Société. Bulletinde Psychologie, Vol. XX, nº 252, 1-2, pp. 1 a 20.

CHOMBART de LAUWE, M. J. et. al (1976) " Enfant en Jeu – Les Pratiques des Enfants Durant Leur Temps Libre en Fonction des Tipes D`environement et des Idéologies". Centre D`Étologie Social et de Psichosociologie, ECNRS, Paris.

CHOMBART de LAUWE, M. J. (1976) "L`Interaction de L'enfant et de environnement : Objet de Recherche Social". Bulletin de Psychologie, Vol. XXIX, nº 325, 18, pp. 954 a 968.

CÓDIGO DO DESPORTO, Vol 1 (1997). Secretaria do Estado do Desporto. Centro de Estudos e Formação Desportiva, Lisboa.

CONSTANTINO, J. M. (1989). "As Políticas de Desenvolvimento Desportivo nas Autarquias". Horizonte, Revista de Educação Física e Desporto, nº 40.

CONSTANTINO, J. (1993) "O Cidadão e o Desporto, Novas Tendências do Desporto Actual". Horizonte, Vol. IX, nº 54, Março/Abril, pp. 205 a 210.

CONSTANTINO, J. M.(1994). "Desporto e Municípios". Livros. Horizonte, Lisboa.

CONSTANTINO, J. (1994) "A Criança e o Jogo: Papel dos Municípios". Horizonte, Vol. XI, nº 63; Setembro/Outubro, pp. 115 a 118.

CONTI, GIORGIO (1992), "Do Desporto como Educação do Corpo, ao Desporto como Educação do Corpo e da Mente – O Projecto Pinocchio", in Actas doCongresso Europeu, Espaços e Equipamentos Desportivos, ed. Câmara Municipal de Oeiras.

CORREIA, A. (1989) "Planeamento do Espaço de Jogo Infantil". Direcção Geral dos Desportos, Lisboa.

CUÑA, L., VASCONCELOS, V.; CONSTANTINO, J. M. (1990). Plano de Equipamentos Desportivos para o Concelho de Oeiras. Ed. Câmara Municipal de Oeiras. Oeiras.

DIREITO DESPORTIVO. Legislação aplicada ao Desporto. Edição. Câmara Municipal de Oeiras.

DUMAZEDIER, J. (1972) "Vers une Civilization du Loisir". Editions du Seuil, Paris.

DUMAZEDIER, J. (1988) "Révolution Culturelle du temps Libre (1968–1988)". Sociétes Méridiens Klincksieck, Paris.

ESTEVES, et. al. (1881) "Estudo da Actividade da Criança num Parque Infantil". Ludens, Vol 5, nº 3, pp. 21 a 29.

EXPÓSITO, J. (1997) "Critérios para la Gestión da las Instalaciones Deportivas. Comunicação apresentada nas II Jornadas Internacionais sobre Desporto e Autarquias, 21 e 22 de Novembro. Póvoa de Varzim.

FERNANDES, A. (1992) "Desenvolvimento e Perfomance Motora – A Influência de factores Socioculturais, Medidas Antropométricas e Sexo no Desenvolvimento Motor". Monografia de Mestrado, Não Publicado, F. M. H. – U. T. L. .

FERNANDES, R. (1989) "Segurança nos Espaços de Jogo Infantil". Ministério da Educação, Direcção Geral dos Desportos.

FERNANDO, G. (1991) "Aspectos Sociais del Deporte. Una Reflexión Sociológica". Alianza Editorial, Madrid.

FONSECA, V. (1983) " De uma Perspectiva do Desenvolvimento da Criança a uma Estratégia de Intervenção Terapêutica e Psicopedagógica". Ludens, Vol. 7, nº 4, Julho/Setembro, pp. 3 a 17.

FREIRE, T. (1989) "Lazer e Desenvolvimento Humano", in Jornal de Psicologia, ano nº 1, Janeiro/Fevereiro (pp. 27 – 31).

HOTTINGER, W. (1984) "Early Childhood". In C.B Corbin (Ed.), A Textbook of Motor Development, 2nd ed., Dubuque (Iowa): W. C. Brown Company Publishers, pp. 14-17.

HUDSON, S.; THOMPSON, D.; MACK, M. (1997): Are We Safe Yet? A Twenty-Five Years Look at Playground Safety. JOPERED. Vol. 68, nº 8, pp. 12-14.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (1993), Censos 1991, Lisboa, INE.

LARRAZ, A. (1988) "El Condicionamiento de Zonas de Juego para Niños". Apunts: Revista de Educación Física y Deportes, 13, pp 3-6.

LLORET I RIERA (1988) "Instalaciones Deportivas y Aspectos Médicos". Apunts: Educación Física y Deportes, 13, pp 1-3.

LONGHI, GIUSEPPE (1992), "A Planificação dos Espaços Desportivos no Quadro Urbano", in Actas do Congresso Europeu, Espaços e Equipamentos Desportivos, ed. Câmara Municipal de Oeiras.

LOPES, V. (1992) " Desenvolvimento Motor – Indicadores Bioculturais e Somáticos do rendimento Motor em Crianças de 5/6 anos". Monografia de Mestrado, Não Publicado, F.M.H. – U. T. L..

MACK, M.; THOMPSON, D.; HUDSON, S. (1997): An Analysis of Playground Sufaces Injuries. Physical Education, Recreation and Dance. American Alliance for Health, Vol. 68, nº 4, pp. 368-372.

MALTA, PEREIRA E LARANJEIRO (1999), "Public Playgrounds' safety – A study in the North of Portugal", comunicação apresentada à Confereência Internacional "Playground Safety 1999" Penn State.

MARIVOET, S. (1993) "Hábitos Desportivos, Valores Socioculturais em Mudança". Horizonte, Revista de Educação Física e Desporto, Vol. IX, nº 53, pp. 193 a 198.

MATOS, Z. (1992). A Aula de Educação Física. Educação Física na Escola Primária, Vol. II. FCDEF-UP, Gabinete de Pedagogia do Desporto e Câmara Municipal do Porto, Pelouro do Fomento Desportivo (Ed.): 19 - 31.

MEIRIM, J. M. (1995). Dicionário Jurídico do Desporto. Edições. Record.

MESTRE SANCHO, J. A. y GARCÍA SÁNCHEZ, E. (1987) "La Gestión Deportiva Municipal". Edit. INDE. Barcelona.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – Direcção Geral dos Desportos (1998), Atlas Desportivo Nacional. Carta das Instalações Desportivas Artificiais, Lisboa, Direcção Geral dos Desportos, 2 vols.

MINISTÉRIO DO PLANEAMENTO E DA ADMINISTRAÇÃO DO TERRITÓRIO (1990) – Normas para a programação de equipamentos colectivos. Cultura e recreio, culto, desporto e espaço verdes, Gabinete de Estudos e Planeamento da Administração do Território, Lisboa, 193 p.

MINTTZBERG, H. (1995) "Estrutura e Dinâmica das Organizações". Publicações D. Quixote. Lisboa.

MOTA, J. (1997) "A Actividade Física no Lazer". Livros Horizonte, Lisboa.

MOTA, J.; RODRIGUES, S. (1999), Jogo e Espaços Lúdicos Infantis, Oeiras, Câmara Municipal de Oeiras.

NETO, C. (1979) "A Criança, o Espaço e Desenvolvimento Motor". Ludens, Vol 3, nº 2/3, Janeiro/Junho, pp. 35 a 44.

NETO, C. (1984) "Motricidade Infantil e Contexto Social. Suas Implicações na Organização do Ensino". Horizonte, Vol. I, nº 1, Maio/Junho, pp. 8 a 16.

NETO, C. (1992) "Tempo e Espaço para Brincar. O Dilema das Crianças dos Nossos Dias". Actas do V Encontro Nacional de Ludotecas, Associação de Ludotecas do Porto, pp. 149 – 150.

NETO, C. (1994) "A Família e a Institucionalização dos Tempos Livres". Ludens, Vol. 14, nº 1, Janeiro/Março, pp. 5 a 10.

NETO, C. (1997), "Tempo e Espaço de Jogo apara a Criança", in Jogo e desenvolvimento da criança, Lisboa, Edições FMH, UTL.

PAIS, J. (1993) "Nas Rotas do Quotidiano". Revista Crítica de Ciências Sociais, nº 37, pp. 105 a 115.

PALLA, M. JOÃO (1991), Estudos de Sistematização dos Equipamentos Desportivos e Ordenamento do Território", in Actas do Congresso Europeu, Espaços e Equipamentos Desportivos, ed. Câmara Municipal de Oeiras.

PAULA BRITO, A. (1990) "Animação desportiva nas Grandes Cidades: o exemplo de Lisboa". Horizonte, Revista de Educação Física e Desporto, nº 39, Vol. VII.

PEREIRA, B. (1993) " A Infância e o Lazer – Estudo de Ocupação dos Tempos Livres da Criança dos 3 aos 10 anos em Diferentes Contextos Sociais". Monografia de Mestrado, Não Publicado, F. M. H. – U. T. L.

PEREIRA, B. e NETO, C. (1994) " O Tempo Livre na Infância e as Práticas Realizadas e Preferidas". Ludens, Vol. 14 , nº 1, pp. 35 a 41.

PEREIRA, B. e NETO, C. (1997) "A Infância e as Práticas Lúdicas. Estudo das actividades de tempos livres nas crianças dos 3 aos 10 anos". In M. pinto & M. J. Sarmento (coor.). As crianças. Contextos e identidades. (pp. 219-264). Braga:Centro de Estudos da Criança, Universidade do Minho.

PEREIRA, COQUETE, MALTA E LARANJEIRO (1999), Relatório Espaços de Lazer para a Infância na Região Norte, Ave(NUTS III), vol. 1, policopiado.

PEREIRA, B.; MALTA, P.; LARANJEIRO, H.; COQUETE, E.; SOUSA, T.; GONÇALVES, B. (2000), Relatório Preliminar – Espaços de lazer para a infância na Região Norte, Instituto de Estudos da Criança, Universidade do Minho, Braga.

PEREIRA, O e JESUÍNO, J. et. al. (1985) " Psicologia Social do Desenvolvimento". Horizonte de Psicologia, Livros Horizonte.

PEREZ, F. ANDRÉS (1991), "A Planificação dos Equipamentos Desportivos nas Grandes Cidades". A Região Metropolitana de Madrid, in Actas do Congresso Europeu, Espaços e Equipamentos Desportivos, ed. Câmara Municipal de Oeiras.

PEREZ, L. (1988) "Espacios, Equipamientos, ;Materiales y Desarrollo de Las Conductas Motrices. Apunts: Educación Física y Deportes, 13, pp 7-8.

PIRES, GUSTAVO (1991), "Espaços Naturais e Desportos de Aventuras", in Actas do Congresso Europeu, Espaços e Equipamentos Desportivos, ed. Câmara Municipal de Oeiras.

PIRES, G. (1993) "A Organização faz a Organização da Organização". Revista LUDENS, Vol 13 nº ¾. Ed. Faculdade de Motricidade Humana.

PIRES, G.(1998) "Desporto – Tendências do Futuro". Simpósio Avaliar o Presente.....Ganhar o Futuro. Ed. Câmara Municipal do Porto.

PIRES, G. (1998)"Desporto no Município – Opções e estratégias para o Século XXI". Secretaria de Estado do Desporto – CEFD, sub-delegação do IND. Santarém.

PIRES, G. (1998) " Teoria das Organizações". Documentação de apoio à disciplina da Teoria da Organizações. U. P. – F. C. D. E. F.

PORTUGAL, G. (1992) "Perspectiva Ecológica do desenvolvimento Humano em Bronfenbrenner". Centro de Investigação, Difusão e Intervenção Educacional.

SALLIS, J.; MCKENZIE, T.; ELDER, J. P.; BROYLES, S. L.; NADER, P. R.: Factors Parents use in Selecting Play Places for Young Children. Arch Pediatr Adolesc Med. 151 pp: 29-30.

SANTI, GINO (1991), Gestão de Complexos Desportivos: Concepção e modelos, in Actas do Congresso Europeu, Espaços e Equipamentos Desportivos, ed. Câmara Municipal de Oeiras.

SARMENTO, P. (1989) " Espaço e Actividades Motoras". Cadernos de Educação de Infância, nº 9, pp. 21 e 22.

SARMENTO, P. (1999) "Espaços Lúdicos-Desportivos e Adolescentes: Apontamentos para uma discussão". LUDENS, Vol. 16, Nº 1, Jan.-Mar., pp. 15-17.

SERRANO, J. (1996) "Envolvimento Social e Desenvolvimento da Criança – Estudo das Rotinas de Vida Diária das Crianças com idades compreendidas entre os 7 e os 10 anos". Dissertação com vista à obtenção do grau de Mestre em Ciências da Educação/Metodologia da Educação Física, Não Publicado. F. M. H. – U. T. L.

SISQUELLA, JORDI (1991), "Planificação dos Equipamentos Desportivos nas Grandes Cidades", in Actas do Congresso Europeu, Espaços e Equipamentos Desportivos, ed. Câmara Municipal de Oeiras.

TAVARES, J. (1992) "Perspectiva Ecológica do Desenvolvimento Humano em Bronfenbrenner (prefácio9". Centro de Investigação, Difusão e Intervenção Educacional.

WILLIAMS, H. (1983) "Perceptual and Motor Development". New Jersey: Prentice-all Inc.

ANEXOS

Anexo 1 - Decreto - Lei nº 379/97 (Espaços de Jogo e Recreio)

Anexo 2 - Decreto - Lei nº 317/97 (Instalações Desportivas)

Anexo 3 - Planta de Distribuição e Localização concelhia dos Espaços Lúdico-Desportivos

Anexo 4 - Planta de Distribuição concelhia dos Espaços Lúdicos

Anexo 5 - Ficha de Levantamento dos Espaços Lúdicos

Anexo 6 - Base de Dados dos Espaços Lúdicos

Anexo 7 - Planta de Distribuição concelhia dos Espaços Desportivos

Anexo 8 - Ficha de Levantamento dos Espaços Desportivos

Anexo 9 - Base de Dados dos Espaços Desportivos

Anexo 10 - Questionário Estudo B

Anexo 11 - Manual do Entrevistador

Anexo 12 - Classificador dos Dados

Anexo 13 - Base de Dados do Estudo B

Anexo 1

Sábado, 27 de Dezembro de 1997

Anexo 1

Número 298/97

I-A SÉRIE

Esta 1.ª série do *Diário da República* é apenas constituída pela parte A

BIBLIOTECA

DIÁRIO DA REPÚBLICA

SUMÁRIO

Ministério dos Negócios Estrangeiros

Aviso n.º 314/97:

Torna público ter Moçambique depositado, em 26 de Abril de 1994, os instrumentos de ratificação da Convenção sobre os Direitos da Criança, adoptada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 20 de Novembro de 1989 6800

Aviso n.º 315/97:

Torna público ter sido aprovada a Convenção entre a República Portuguesa e a República da Coreia para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Imposto sobre o Rendimento 6800

Aviso n.º 316/97:

Torna público ter o director-geral da Secretaria Internacional da União Postal Universal comunicado ter o Governo de Portugal depositado, em 6 de Dezembro de 1995, o seu instrumento de ratificação aos vários actos finais da União Postal 6800

Aviso n.º 317/97:

Torna público ter o Governo da República Popular da China comunicado que a Convenção para a Supressão de Actos Ilícitos contra a Segurança da Aviação Civil passaria a aplicar-se à Região Administrativa Especial de Hong-Kong a partir de 1 de Julho de 1997 6800

Aviso n.º 318/97:

Torna público ter o Governo da República Popular da China comunicado que a Convenção para a Repressão da Captura Ilícita de Aeronaves passaria a aplicar-se à Região Administrativa Especial de Hong-Kong a partir de 1 de Julho de 1997 6800

Aviso n.º 319/97:

Torna público ter o Departamento de Estado Norte-Americano comunicado terem sido depositados pelo Djibuti, em 24 de Novembro de 1992, e pela Estónia, em 22 de Dezembro de 1993, os respectivos instrumentos de adesão à Convenção para a Supressão de Actos Ilícitos contra a Segurança da Aviação Civil 6801

Ministério do Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território

Decreto-Lei n.º 378/97:

Altera o Regulamento de Transportes em Automóveis (RTA), aprovado pelo Decreto n.º 37 272, de 31 de Dezembro de 1948 6801

Ministério do Ambiente

Decreto-Lei n.º 379/97:

Aprova o Regulamento que Estabelece as Condições de Segurança a Observar na Localização, Implantação, Concepção e Organização Funcional dos Espaços de Jogo e Recreio, Respectivo Equipamento e Superfícies de Impacte 6804

MINISTÉRIO DO AMBIENTE

Decreto-Lei n.º 379/97

de 27 de Dezembro

Tem-se registado nos últimos anos um número significativo de acidentes em parques infantis. Dados do EHLASS, o Sistema Europeu de Vigilância de Acidentes Domésticos e de Lazer, revelam que em Portugal ocorrem cerca de 4000 acidentes por ano. Atendendo a que este número tem como referência apenas os casos que necessitam de recorrer à urgência hospitalar, é possível afirmar que o número global de acidentes ocorridos será, certamente, mais elevado.

O presente diploma tem, pois, como objectivo alterar esta realidade, procedendo à definição e regulamentação das condições de segurança a observar na localização, implantação, concepção e organização funcional dos espaços de jogo e recreio, respectivo equipamento e superfícies de impacte, criando ainda um sistema inspectivo e sancionatório adequado.

No âmbito deste diploma legal, esta designação abrange todo e qualquer espaço de jogo e recreio, respectivo equipamento e superfícies de impacte, localizados, nomeadamente, em jardins públicos, na proximidade de edifícios habitacionais, em parques temáticos de diversão, em zonas de recreação, em instituições de educação (jardins-de-infância, espaços de recreio de escolas, creches), bem como os que se encontrem localizados junto de estradas ou auto-estradas.

Para que se exerça o direito a brincar em segurança, corolário do direito a brincar expresso no artigo 31.º da Convenção Internacional dos Direitos da Criança, perante o vazio legal existente, urge, pois, legislar.

Foram ouvidos os órgãos de governo próprio das Regiões Autónomas e a Associação Nacional de Municípios Portugueses.

Assim:

Nos termos da alínea *a*) do n.º 1 do artigo 198.º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

Artigo 1.º

É aprovado o Regulamento Que Estabelece as Condições de Segurança a Observar na Localização, Implantação, Concepção e Organização Funcional dos Espaços de Jogo e Recreio, Respectivo Equipamento e Superfícies de Impacte, anexo ao presente diploma e que dele faz parte integrante.

Artigo 2.º

O presente diploma entra em vigor 60 dias após a sua publicação.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 9 de Outubro de 1997. — *António Manuel de Oliveira Guterres — António Luciano Pacheco de Sousa Franco — Alberto Bernardes Costa — João Cardona Gomes Cravinho — José Eduardo Vera Cruz Jardim — Augusto Carlos Serra Ventura Mateus — Guilherme d'Oliveira Martins — Maria de Belém Roseira Martins Coelho Henriques de Pina — Eduardo Luís Barreto Ferro Rodrigues — Elisa Maria da Costa Guimarães Ferreira — Paulo Jorge Sacadura Almeida Coelho.*

Promulgado em 2 de Dezembro de 1997.

Publique-se.

O Presidente da República, JORGE SAMPAIO.

Referendado em 9 de Dezembro de 1997.

O Primeiro-Ministro, *António Manuel de Oliveira Guterres.*

ANEXO

REGULAMENTO QUE ESTABELECE AS CONDIÇÕES DE SEGURANÇA A OBSERVAR NA LOCALIZAÇÃO, IMPLANTAÇÃO, CONCEPÇÃO E ORGANIZAÇÃO FUNCIONAL DOS ESPAÇOS DE JOGO E RECREIO, RESPECTIVO EQUIPAMENTO E SUPERFÍCIES DE IMPACTE.

CAPÍTULO I

Disposições gerais

Artigo 1.º

Objecto

O presente Regulamento estabelece as condições de segurança a observar na localização, implantação, concepção e organização funcional dos espaços de jogo e recreio, respectivo equipamento e superfícies de impacte, destinados a crianças, necessárias para garantir a diminuição dos riscos de acidente, de traumatismos e lesões acidentais, e das suas consequências.

Artigo 2.º

Âmbito

1 — Este Regulamento aplica-se a todos os espaços de jogo e recreio de uso colectivo, e respectivo equipamento e superfícies de impacte, destinados a crianças, qualquer que seja o local de implantação.

2 — Excluem-se do âmbito de aplicação deste diploma os recintos com diversões aquáticas.

Artigo 3.º

Definições

Para efeitos de aplicação deste Regulamento entende-se por:

a) Espaço de jogo e recreio — área destinada à actividade lúdica das crianças, delimitada física ou funcionalmente, em que a actividade motora assume especial relevância;

b) Equipamento de espaço de jogo e recreio — materiais e estruturas, incluindo componentes e elementos construtivos, destinados a espaços de jogo e recreio, com os quais ou nos quais as crianças possam brincar ao ar livre ou em espaços fechados, individualmente ou em grupo;

c) Superfície de impacte — superfície na qual deve ocorrer o impacte do utilizador do equipamento, em resultado da sua utilização normal e previsível e que possui propriedades de absorção do choque produzido pelo impacte;

d) Entidade responsável pelo espaço de jogo e recreio — pessoa singular ou colectiva de direito público ou privado que assegura o regular funcionamento do espaço de jogo e recreio.

CAPÍTULO II

Dos espaços de jogo e recreio

Artigo 4.º

Obrigação geral de segurança

Os espaços de jogo e recreio não podem ser susceptíveis de pôr em perigo a saúde e segurança do utilizador ou de terceiros, devendo obedecer aos requisitos de segurança constantes deste Regulamento.

SECÇÃO I

Localização e implantação

Artigo 5.º

Localização

Os espaços de jogo e recreio não devem estar localizados junto de zonas ambientalmente degradadas, de vias exteriores utilizadas para carga, descarga e depósito de materiais e produtos ou de outras zonas potencialmente perigosas, nem de locais onde o ruído dificulte a comunicação e constitua uma fonte de mal-estar.

Artigo 6.º

Acessibilidade

1 — Os espaços de jogo e recreio devem observar as seguintes condições:

a) Acessibilidade a todos os utentes, designadamente aqueles que apresentem uma mobilidade condicionada, e que facilitem a intervenção dos meios de socorro e salvamento;
b) Estar inseridos na rede de circulação de peões da respectiva área urbanizada, devendo os seus acessos estar bem sinalizados e equipados, designadamente com passadeiras pedonais e iluminação artificial.

2 — Os acessos aos espaços de jogo e recreio devem:

a) Ser afastados das zonas de circulação e estacionamento de veículos e, designadamente, daquelas com trânsito mais intenso e rápido;
b) Ter soluções de pormenor que evitem o acesso intempestivo das crianças às zonas de circulação e estacionamento de veículos.

3 — No acesso aos espaços de jogo e recreio a partir dos edifícios circundantes deve evitar-se os atravessamentos de vias para veículos, aceitando-se apenas atravessamentos de vias de acesso local.

Artigo 7.º

Protecção contra o trânsito de veículos

1 — Os espaços de jogo e recreio devem estar isolados do trânsito, restringindo-se o acesso directo entre esses espaços e vias e estacionamentos para veículos por meio de soluções técnicas eficientes, devendo ser observadas as seguintes distâncias, contadas a partir do perímetro exterior do espaço até aos limites da via ou do estacionamento de, pelo menos:

a) 10 m em relação às vias de acesso local sem continuidade urbana e estacionamentos, admitindo-se afastamentos mínimos até 5 m, apenas quando a velocidade dos veículos seja fisicamente limitada a valores muito reduzidos e desde que sejam previstas soluções técnicas eficientes de protecção contra o trânsito de veículos;
b) 20 m em relação às vias de distribuição local com continuidade urbana e estacionamentos, admitindo-se afastamentos mínimos até 10 m, apenas quando a velocidade dos veículos seja fisicamente limitada a valores muito reduzidos e desde que sejam previstas soluções técnicas eficientes de protecção contra o trânsito de veículos;
c) 50 m em relação às restantes vias de circulação de veículos com maior intensidade de tráfego, devendo os espaços de jogo e recreio estar fisicamente separados destas vias.

2 — Os espaços de jogo e recreio existentes à data de entrada em vigor do presente diploma e que não preencham os requisitos estabelecidos no número anterior devem assegurar a protecção contra o trânsito de veículos por meio de soluções técnicas eficientes.

3 — Nas vias de circulação de veículos a que se refere o n.º 1 deve existir limitação de velocidade por sinalização e adequadas soluções de controlo físico da velocidade e da circulação de veículos, adaptadas a cada situação específica, tais como «lombas», bandas sonoras, traçados viários sinuosos, barreiras e interdições localizadas da circulação e estacionamento de veículos.

Artigo 8.º

Protecção contra efeitos climáticos

Os espaços de jogo e recreio devem oferecer abrigo das intempéries, quando se situem em zonas não adjacentes à habitação.

Artigo 9.º

Protecção dos espaços

Os espaços de jogo e recreio devem ser protegidos de modo a:

a) Impedir a entrada de animais;
b) Dificultar os actos de vandalismo;
c) Impedir acessos directos e intempestivos de crianças às vias de circulação e às zonas de estacionamento de veículos, devendo existir separação física adequada em todas as vias que não sejam as de acesso e distribuição local referidas no n.º 1 do artigo 7.º

Artigo 10.º

Condições de proximidade e visibilidade

Os espaços de jogo e recreio devem:

a) Estar situados na proximidade de acessos a edifícios habitacionais ou de instalações de uso colectivo em funcionamento;

b) Possuir adequadas e duráveis condições de iluminação artificial.

SECÇÃO II

Concepção e organização funcional

Artigo 11.º

Princípios gerais

1 — Na concepção dos espaços de jogo e recreio deve ender-se à sua inserção no espaço envolvente, ao bjectivo, ao uso e à aptidão lúdica.

2 — Na organização funcional dos espaços de jogo recreio deve ter-se em conta, nomeadamente:

a) A adequação às necessidades motoras, lúdicas e estéticas dos utentes;
b) O equilíbrio na distribuição de equipamentos e áreas, designadamente por hierarquização dos graus de dificuldade e pela previsão de zonas de transição, de modo a permitir a separação natural de actividades e a evitar possíveis colisões.

3 — Caso seja prevista a utilização do espaço de jogo recreio por crianças com menos de 36 meses de idade, respectiva área específica deve ser concebida de modo permitir o acompanhamento pelos adultos.

Artigo 12.º

Mobiliário urbano e instalações de apoio

1 — Os espaços de jogo e recreio devem estar devilamente equipados, nomeadamente com:

a) Iluminação pública;
b) Bancos;
c) Recipientes para recolha de resíduos sólidos.

2 — Os espaços de jogo e recreio devem, sempre que possível, estar devidamente equipados com bebedouros e telefone de uso público ou, em alternativa, devem possuir estes equipamentos nas suas imediações, a uma distância adequada e de rápido e fácil acesso para os seus utentes.

Artigo 13.º

Informações úteis

Nos espaços de jogo e recreio deve existir informação distribuída por diferentes locais, bem visível e facilmente legível, contendo, nomeadamente, as seguintes indicações:

a) Identificação e número de telefone da entidade responsável pelo espaço de jogo e recreio e da entidade fiscalizadora;
b) Localização do telefone mais próximo;
c) Localização e número de telefone da urgência hospitalar ou outra mais próxima;
d) Número nacional de socorro.

Artigo 14.º

Circulação interna pedonal

1 — Nos espaços de jogo e recreio devem existir corredores de circulação interna pedonal. livres de quaisquer obstáculos, bem identificados, que facilitem a circulação de todos os utentes, designadamente daqueles que apresentem mobilidade condicionada.

2 — Os corredores de circulação interna pedonal a que se refere o número anterior devem respeitar a largura mínima de 1,60 m.

3 — Nos casos em que for prevista a possibilidade de utilização de bicicletas, patins ou outro equipamento semelhante, devem ser criados corredores de circulação próprios, devidamente identificados e separados dos corredores referidos no n.º 1.

CAPÍTULO III

Dos equipamentos e superfícies de impacte

Artigo 15.º

Obrigação geral de segurança

Os equipamentos e superfícies de impacte destinados aos espaços de jogo e recreio, quando utilizados para o fim a que se destinam ou outro previsível atendendo ao comportamento habitual das crianças, não podem ser susceptíveis de pôr em perigo a saúde e a segurança do utilizador ou de terceiros, devendo, quando colocados no mercado e durante todo o período da sua utilização normal e previsível, obedecer aos requisitos de segurança constantes deste diploma.

SECÇÃO I

Segurança dos equipamentos

Artigo 16.º

Conformidade com os requisitos de segurança

1 — A conformidade com os requisitos de segurança deve ser atestada pelo fabricante ou seu mandatário ou pelo importador estabelecido na União Europeia, mediante a aposição sobre os equipamentos e respectiva embalagem, de forma visível, legível e indelével, da menção «Conforme com os requisitos de segurança».

2 — O fabricante ou seu mandatário ou o importador estabelecido na União Europeia de equipamentos destinados a espaços de jogo e recreio devem apor, ainda, de forma visível, legível e indelével, sobre:

a) O equipamento e respectiva embalagem:
  i) O seu nome, denominação social ou marca, o endereço, a identificação do modelo e o ano de fabrico;
  ii) A idade mínima e máxima dos utilizadores a quem se destina;
  iii) O número máximo de utentes em simultâneo;
b) O equipamento e os avisos necessários à prevenção dos riscos inerentes à sua utilização

3 — A menção a que se refere o n.º 1 apenas pode ser aposta sobre os equipamentos e superfícies de impacte cuja concepção e fabrico satisfaçam uma das seguintes condições:

a) Obedeçam ao disposto nos normativos europeus, projectos normativos europeus ou a outras especificações técnicas aplicáveis constantes de

lista a publicar por portaria conjunta dos Ministros da Economia e do Ambiente;

b) Estejam conformes com modelo que possua certificado de conformidade com os requisitos de segurança, emitido com base em exame de tipo efectuado por organismo acreditado, constante de lista dos organismos de certificação acreditados no âmbito do Sistema Português da Qualidade, a publicar por portaria do Ministro da Economia.

4 — O responsável pela primeira colocação no mercado deve manter disponível, para efeitos de verificação, um *dossier* técnico do equipamento, do qual conste:

a) No caso de se verificar a condição a que se refere a alínea *a*) do número anterior, uma descrição detalhada do equipamento e da superfície de impacte e dos meios pelos quais o fabricante garante a conformidade do fabrico com as normas aí mencionadas, bem como o endereço dos locais de fabrico e armazenagem;

b) No caso de se verificar a condição a que se refere a alínea *b*) do número anterior, uma descrição detalhada do equipamento, o certificado de conformidade com os requisitos essenciais de segurança ou uma cópia autenticada, uma descrição dos meios pelos quais o fabricante garante a conformidade do fabrico com o modelo examinado e o endereço dos locais de fabrico e armazenagem.

Artigo 17.º

Manual de instruções

Todo o equipamento e superfície de impacte devem ser acompanhados de um manual de instruções, redigido em português, que contenha indicações adequadas, claramente descritas e ilustradas, respeitando os requisitos previstos nos documentos normativos aplicáveis, constantes de lista a publicar pela portaria a que se refere a alínea *a*) do n.º 3 do artigo anterior.

Artigo 18.º

Segurança dos materiais

1 — Os materiais utilizados no fabrico dos equipamentos devem ser duráveis e de fácil manutenção.

2 — Não podem ser utilizados materiais facilmente inflamáveis, tóxicos ou susceptíveis de provocar alergias.

Artigo 19.º

Segurança dos equipamentos

1 — As fundações para a instalação dos equipamentos devem ser executadas de forma a que garantam a sua estabilidade e resistência e não devem constituir obstáculo que ponha em risco a saúde e segurança dos utilizadores.

2 — Os equipamentos dos espaços de jogo e recreio não devem ter:

a) Arestas vivas, rebarbas ou superfícies rugosas susceptíveis de provocar ferimento;

b) Lascas, pregos, parafusos ou qualquer outro material pontiagudo susceptível de causar ferimento;

c) Fixações ao solo salientes e cabos de fixação que possam constituir obstáculo pouco visível e susceptível de provocar acidente;

d) Cordas, cabos ou correntes pouco resistentes ou facilmente deterioráveis;

e) Superfícies que provoquem queimaduras quer por contacto quer por fricção.

3 — Os equipamentos dos espaços de jogo e recreio devem ser concebidos de forma que:

a) As dimensões, o grau de dificuldade e a atractibilidade sejam adequados à idade dos utilizadores;

b) O risco inerente à actividade seja apreendido e previsto pelos utilizadores;

c) As junções e as partes móveis não tenham aberturas que permitam prender partes do vestuário ou provocar entalões de partes do corpo;

d) Os adultos possam aceder a todas as partes do equipamento.

4 — As zonas elevadas acessíveis dos equipamentos devem ser correctamente protegidas, para evitar o risco de queda acidental.

Artigo 20.º

Área de utilização

1 — Para cada equipamento e superfície de impacte deve ser respeitada uma área de utilização constituída por:

a) Área ocupada pelo equipamento e superfície de impacte;

b) Área livre de obstáculos, que impeça quer as colisões entre os utilizadores quer as destes com o próprio equipamento;

c) Área de transição entre cada um dos equipamentos.

2 — Deve ser feita uma marcação evidente das áreas de jogo activo associadas aos diversos equipamentos.

SECÇÃO II

Requisitos de segurança para equipamentos específicos

Artigo 21.º

Escorregas

1 — As superfícies de deslizamento devem ser concebidas de modo que a velocidade de descida seja razoavelmente reduzida no final da trajectória.

2 — As acelerações da velocidade do corpo resultante das variações da curvatura do escorrega devem ser limitadas, de modo a não provocarem acidentes devidos ao ressalto e a evitar que os utilizadores sejam projectados para fora da trajectória.

3 — A parte deslizante do escorrega deve ser de fácil acesso.

4 — A entrada da superfície de deslizamento deve ser concebida de modo a desencorajar qualquer tentativa de acesso na posição de pé.

Artigo 22.º

Equipamentos que incluam elementos rotativos

1 — Os elementos rotativos devem ser concebidos de modo que os riscos de lesão sejam reduzidos ao mínimo, em particular quando o utilizador cai do elemento rotativo ou sai dele ainda em movimento.

2 — Os espaços entre os elementos rotativos do equipamento e as suas estruturas estáticas não devem permitir a introdução de partes do corpo, nem do vestuário, susceptíveis de prender o utilizador ao elemento rotativo.

Artigo 23.º

Baloiços e outros equipamentos que incluam elementos de balanço

1 — Todos os elementos de balanço devem ter características apropriadas de amortecimento dos choques, nomeadamente através do encabeçamento dos topos frontal e posterior do assento do baloiço por uma bordadura em material adequado a essa finalidade, por forma a evitar lesões se um desses elementos atingir o utilizador ou um terceiro.

2 — A colocação dos baloiços e de outro equipamento semelhante deve permitir a apreensão do movimento pendular e impedir o acesso pela retaguarda do equipamento.

SECÇÃO III

Solo e segurança das superfícies de impacte

Artigo 24.º

Solo

O solo para implantação dos espaços de jogo e recreio deve possuir condições de drenagem adequadas.

Artigo 25.º

Superfícies de impacte

1 — As superfícies de impacte devem ser concebidas de acordo com os requisitos estabelecidos nos documentos normativos aplicáveis, constantes de lista a publicar pela portaria a que se refere a alínea *a*) do n.º 3 do artigo 16.º do presente diploma.

2 — Não é permitida a utilização de superfícies de impacte constituídas por tijolo, pedra, betão, material betuminoso, macadame, madeira ou outro material rígido que impossibilite o amortecimento adequado do impacte.

CAPÍTULO IV

Da manutenção

Artigo 26.º

Requisitos gerais

A entidade responsável pelo espaço de jogo e recreio deve assegurar uma manutenção regular e periódica de toda a área ocupada pelo espaço, bem como de todo o equipamento e superfícies de impacte, de modo que sejam permanentemente observadas as condições de segurança e de higiene e sanidade previstas no presente diploma.

Artigo 27.º

Manutenção do espaço de jogo e recreio

1 — Para que seja assegurada uma manutenção regular e periódica do espaço de jogo e recreio devem ser efectuadas verificações de rotina que abranjam toda a área ocupada pelo espaço de jogo e recreio, incluindo, nomeadamente, as vedações, os portões, o mobiliário urbano e as instalações de apoio a que se refere o artigo 12.º

2 — Atento o disposto no número anterior e sempre que se verifiquem deteriorações susceptíveis de pôr em risco à segurança dos utentes, a entidade responsável pelo espaço de jogo e recreio deve diligenciar a sua reparação imediata ou se esta não for viável a imobilização ou retirada do elemento danificado.

Artigo 28.º

Manutenção dos equipamentos e superfícies de impacte

1 — A manutenção dos equipamentos e superfícies de impacte deve ser assegurada de acordo com o disposto nos documentos normativos aplicáveis, constantes de lista a publicar pela portaria a que se refere a alínea *a*) do n.º 3 do artigo 16.º do presente diploma.

2 — Caso os equipamentos ou as superfícies de impacte apresentem deteriorações susceptíveis de pôr em risco a segurança dos utentes, a entidade responsável pelo espaço de jogo e recreio deve diligenciar a sua reparação imediata ou, se esta não for viável, a imobilização ou retirada do equipamento.

3 — Quando apenas uma parte do equipamento tenha de ser desmontada ou retirada, deve também aquela entidade proceder à protecção ou desmontagem das fixações ou das fundações do equipamento.

4 — Sempre que a superfície de impacte seja constituída por areia, aparas de madeira ou outro material semelhante, deve ser assegurado o nível de altura da camada de material adequada à absorção do impacte.

Artigo 29.º

Condições hígio-sanitárias

1 — A entidade responsável pelo espaço de jogo e recreio deve manter o espaço permanentemente limpo, incluindo os equipamentos, as superfícies de impacte, o mobiliário urbano e as instalações de apoio.

2 — Sempre que a superfície de impacte seja constituída por areia, aparas de madeira ou outro material semelhante, deve proceder-se à sua renovação completa pelo menos uma vez por ano.

Artigo 30.º

Livro de manutenção

A entidade responsável pelo espaço de jogo e recreio deve possuir um livro de manutenção que contenha os seguintes elementos:

a) Projecto geral de arquitectura e demais especialidades que elucidem sobre a distribuição dos equipamentos, o posicionamento das infra-estruturas e o desenvolvimento do espaço de jogo e recreio;

b) Listagem completa e detalhada dos equipamentos, dos seus fornecedores e dos responsáveis pela manutenção;

c) Programa de manutenção e respectivos procedimentos, adequados às condições do local e do equipamento, tendo em conta a frequência de utilização e as instruções do fabricante;
d) Registo das reparações e das principais acções de manutenção corrente efectuadas;
e) Registo das reclamações e dos acidentes.

CAPÍTULO V

Do seguro

Artigo 31.º

Seguro de responsabilidade civil

1 — A entidade responsável pelo espaço de jogo e recreio terá de celebrar obrigatoriamente um seguro de responsabilidade civil por danos corporais causados aos utilizadores em virtude de deficiente instalação e manutenção dos espaços de jogo e recreio, respectivo equipamento e superfícies de impacte.

2 — O valor mínimo obrigatório do seguro referido no número anterior é fixado em 50 000 000$ e será automaticamente actualizado em Janeiro de cada ano, de acordo com o índice de preços no consumidor verificado no ano anterior e publicado pelo Instituto Nacional de Estatística.

CAPÍTULO VI

Da fiscalização

Artigo 32.º

Entidade competente

1 — A fiscalização do cumprimento do disposto neste Regulamento compete às câmaras municipais.

2 — O Instituto Nacional do Desporto fiscaliza os espaços de jogo e recreio cuja entidade responsável seja a câmara municipal.

Artigo 33.º

Acções de fiscalização

1 — Sem prejuízo das acções de fiscalização realizadas na sequência de queixas ou reclamações, as câmaras municipais e o Instituto Nacional do Desporto devem promover pelo menos uma fiscalização anual a todos os espaços de jogo e recreio localizados na área da sua circunscrição.

2 — De cada acção de fiscalização deverá ser elaborado relatório, do qual deve constar, nomeadamente:

a) A apreciação global do espaço;
b) A apreciação particular de cada um dos equipamentos instalados;
c) As infracções detectadas;
d) O prazo estabelecido para regularização;
e) A proposta de aplicação de medida cautelar, se for caso disso.

3 — Caso os equipamentos ou as superfícies de impacte apresentem deteriorações susceptíveis de pôr em risco a segurança dos utentes, a entidade fiscalizadora deve ordenar a sua reparação imediata ou, se esta não for viável, a imobilização ou retirada do equipamento.

4 — Quando apenas uma parte do equipamento tenha de ser desmontada ou retirada, deve também a entidade fiscalizadora mandar proceder à protecção ou desmontagem das fixações ou das fundações do equipamento.

5 — Sempre que a entidade fiscalizadora detecte infracções cuja gravidade impeça o funcionamento seguro dos espaços de jogo e recreio, deve determinar o seu encerramento até que sejam repostas as respectivas condições de segurança.

6 — Do encerramento do espaço de jogo e recreio deve a entidade fiscalizadora promover o respectivo conhecimento público, nomeadamente por meio de aviso a afixar à entrada do respectivo espaço.

7 — Do relatório a que se refere o n.º 2 é dado conhecimento à entidade responsável pelo espaço de jogo e recreio.

Artigo 34.º

Contra-ordenações

1 — Constituem contra-ordenação punível com coima:

a) A inexistência de condições de acessibilidade tal como previstas nas alíneas *a*) e *b*) do n.º 1 do artigo 6.º
b) A inexistência de protecção contra o trânsito de veículos tal como prevista no n.º 2 do artigo 7.º;
c) A inexistência de protecção dos espaços de jogo e recreio de modo a impedir o acesso directo das crianças às vias de circulação e zonas de estacionamento de veículos tal como prevista na alínea *c*) do artigo 9.º;
d) A inexistência ou falta de operacionalidade de iluminação pública, de bancos e de recipientes para recolha de resíduos sólidos conforme previstos no n.º 1 do artigo 12.º;
e) A inexistência ou insuficiência das informações úteis previstas no artigo 13.º;
f) A existência de corredores de circulação interna pedonal que não respeitem a largura mínima prevista no n.º 2 do artigo 14.º;
g) A inexistência de corredores de circulação próprios tal como previstos no n.º 3 do artigo 14.º;
h) A falta ou insuficiência das menções e avisos previstos nos n.ºs 1 e 2 do artigo 16.º;
i) A aposição da menção de conformidade a que se refere o n.º 1 do artigo 16.º em violação do estabelecido no n.º 3 do artigo 16.º;
j) A falta ou insuficiência do *dossier* técnico previsto no n.º 4 do artigo 16.º;
l) A inexistência ou falta do manual de instruções previsto no artigo 17.º;
m) A utilização de materiais em infracção ao disposto no n.º 2 do artigo 18.º;
n) A instalação de equipamentos em infracção ao disposto no artigo 19.º;
o) A inexistência da área de utilização para cada equipamento e superfície de impacte e a falta de marcação das áreas de jogo activo previstas no artigo 20.º;
p) A instalação de escorregas em infracção ao disposto no artigo 21.º;
q) A instalação de elementos rotativos em infracção ao disposto no artigo 22.º;
r) A instalação de baloiço e outros equipamentos que incluam elementos de balanço em infracção ao disposto no artigo 23.º;
s) A instalação de superfícies de impacte em infracção ao disposto no artigo 25.º;

t) A não manutenção regular e periódica dos equipamentos do espaço de jogo e recreio conforme previsto no artigo 27.º;
u) A não manutenção dos equipamentos e superfícies de impacte conforme estabelece o n.º 1 do artigo 28.º;
v) A existência em funcionamento de equipamentos ou superfícies de impacte em infracção ao disposto nos n.ºs 2 a 4 do artigo 28.º;
x) A falta das condições hígio-sanitárias previstas no artigo 29.º;
z) A inexistência, falta ou insuficiência do livro de manutenção a que se refere o artigo 30.º;
aa) A inexistência ou insuficiência do seguro de responsabilidade civil previsto nos termos do artigo 31.º;
bb) A não disponibilização de documentação e informação aos membros das comissões técnicas conforme previsto no n.º 5 do artigo 37.º

2 — As contra-ordenações previstas nas alíneas *a*), *e*) e *f*) do número anterior são punidas com coima de 50 000$ a 250 000$ ou de 200 000$ a 1 000 000$, consoante se trate, respectivamente, de pessoas singulares ou de pessoas colectivas.

3 — As contra-ordenações previstas nas alíneas *b*) a *d*) do n.º 1 são punidas com coima de 100 000$ a 500 000$ ou de 400 000$ a 2 000 000$, consoante se trate, respectivamente, de pessoas singulares ou de pessoas colectivas.

4 — As contra-ordenações previstas nas alíneas *g*) a *s*), *x*) e *bb*) do n.º 1 são punidas com coima de 150 000$ a 600 000$ ou de 600 000$ a 7 000 000$, consoante se trate, respectivamente, de pessoas singulares ou de pessoas colectivas.

5 — As contra-ordenações previstas nas alíneas *t*) a *v*), *z*) e *aa*) do n.º 1 são punidas com coima de 200 000$ a 750 000$ ou de 800 000$ a 9 000 000$, consoante se trate, respectivamente, de pessoas singulares ou de pessoas colectivas.

6 — A negligência e a tentativa são puníveis.

7 — Às contra-ordenações previstas neste Regulamento e em tudo o que nele não se encontrar especialmente regulado são aplicáveis as disposições do Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de Outubro, com a redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 356/89, de 17 de Outubro, e pelo Decreto-Lei n.º 244/95, de 14 de Setembro.

Artigo 35.º

Aplicação das sanções

1 — A instrução de processos por contra-ordenação compete às câmaras municipais ou ao Instituto Nacional do Desporto, nos termos do artigo 32.º

2 — A aplicação de coimas previstas neste diploma compete ao presidente da câmara ou ao presidente do Instituto Nacional do Desporto.

3 — O montante das coimas reverte para as seguintes entidades:

a) 60% para o Estado;
b) 40% para a entidade instrutora do processo por contra-ordenação.

CAPÍTULO VI

Disposições finais e transitórias

Artigo 36.º

Espaços de jogo e recreio já existentes

Os espaços de jogo e recreio existentes à data da entrada em vigor do presente diploma serão objecto de uma inspecção, destinada a verificar a sua conformidade com as disposições nele estabelecidas.

Artigo 37.º

Comissões técnicas

1 — A inspecção a que se refere o artigo anterior será efectuada, por comissões técnicas a constituir, no prazo de 60 dias a contar da data de entrada em vigor deste diploma, por nomeação do presidente da câmara ou do Instituto Nacional do Desporto.

2 — As comissões técnicas integrarão:

a) O adjunto do delegado regional de saúde do distrito respectivo ou a autoridade de saúde por ele designada;
b) Um arquitecto ou engenheiro com competência técnica em matéria de segurança de equipamentos e de instalações.

3 — As comissões técnicas referidas no número anterior poderão integrar funcionários ou agentes da administração central, obtida a autorização dos dirigentes máximos do respectivo serviço.

4 — As comissões dispõem de um ano a contar da data da sua constituição para proceder à inspecção de cada um dos espaços de jogo e recreio existentes nas respectivas áreas de actuação.

5 — Aos membros das comissões técnicas, quando devidamente identificados, deve ser facultada toda a documentação e informação necessárias à realização das suas funções.

Artigo 38.º

Relatório de inspecção

1 — As comissões técnicas deverão elaborar relatório circunstanciado de cada inspecção, do qual deve constar, nomeadamente:

a) Apreciação global do espaço;
b) Apreciação particular de cada um dos equipamentos instalados;
c) Correcções necessárias;
d) Prazo para efectuar as correcções, o qual não deve ser superior a 180 dias.

2 — No prazo de 30 dias a contar do prazo estabelecido para a realização das correcções previstas nos termos da alínea *d*) do número anterior, a comissão técnica realizará nova inspecção, com vista ao encerramento do espaço ou ao seu funcionamento.

3 — Os relatórios referidos no n.º 1 serão enviados pelas comissões técnicas à entidade responsável pelo espaço de jogos e recreio e, para conhecimento, ao Instituto do Consumidor.

Artigo 39.º

Poderes da comissão técnica

— Caso os equipamentos ou as superfícies de
ıcte apresentem deteriorações susceptíveis de pôr
risco a segurança dos utentes, a comissão técnica
determinar a sua reparação imediata ou, se esta
for viável, a imobilização ou retirada do equi-
ento.
— Quando apenas uma parte do equipamento tenha
er desmontada ou retirada, deve a comissão técnica
dar proceder à protecção ou desmontagem das fixa-
ou das fundações do equipamento.
— A comissão técnica ordenará o encerramento
diato do espaço de jogo e recreio se este for sus-
ível de pôr em risco a saúde e segurança dos seus
ıtes.

Artigo 40.º

Espaços de jogo e recreio em fase de projecto ou de aprovação

) disposto no presente diploma aplica-se a todos e
isquer espaços de jogo e recreio que se encontrem em fase de projecto ou de aprovação à data da publicação do presente diploma.

Artigo 41.º

Apoios e encargos

1 — O apoio necessário ao funcionamento das referidas comissões será prestado pelos serviços das câmaras municipais e do Instituto Nacional do Desporto.

2 — Os encargos com os funcionários ou agentes designados para constituírem as comissões técnicas serão suportados pelos respectivos serviços de origem.

Artigo 42.º

Regiões Autónomas

O disposto no presente diploma é aplicável às Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, sem prejuízo das adaptações decorrentes da estrutura própria da administração regional autónoma, a introduzir por diploma regional adequado.

Anexo 2

Terça-feira, 25 de Novembro de 1997

Número 273/97

Anexo 2

I-A SÉRIE

Esta I.ª série do *Diário da República* é apenas constituída pela parte A

BIBLIOTECA MUNICIPAL

DIÁRIO DA REPÚBLICA

SUMÁRIO

Assembleia da República

Declaração de Rectificação n.º 20/97:

De ter sido rectificada a Lei n.º 114/97, de 16 de Setembro, publicada no *Diário da República*, 1.ª série-A, n.º 214, de 16 de Setembro de 1997 6356

Presidência do Conselho de Ministros

Decreto-Lei n.º 317/97:

É criado o regime de instalação e funcionamento das instalações desportivas de uso público 6356

Ministério da Defesa Nacional

Decreto-Lei n.º 318/97:

Desafecta do domínio público e autoriza a alienação de imóveis afectos à defesa nacional 6361

Ministério das Finanças

Decreto-Lei n.º 319/97:

Altera o Decreto-Lei n.º 136/79, de 18 de Maio, que estabelece o regime jurídico das caixas económicas ... 6365

Decreto-Lei n.º 320/97:

Altera o regime jurídico do crédito agrícola mútuo e das cooperativas de crédito agrícola, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 24/91, de 11 de Janeiro 6365

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Declaração de Rectificação n.º 20/97

ara os devidos efeitos, se declara que a Lei 14/97 — autoriza o Governo a alterar o Decreto-Lei 454/91, de 28 de Dezembro (estabelece normas rela- s ao uso do cheque) —, publicada no *Diário da Repú- a*, 1.ª série-A, n.º 214, de 16 de Setembro de 1997, com as seguintes incorrecções, que assim se ificam:

lo artigo 2.º, n.º 11, alínea *c*), onde se lê:

«*c*) Endossar cheque que recebeu, conhecendo as causas de não pagamento integral referidas nas alíneas anteriores, se o cheque for apresentado a pagamento nos termos e prazos estabelecidos pela Lei Uniforme Relativa ao Cheque;»

e ler-se:

«*c*) Endossar cheque que recebeu, conhecendo as causas de não pagamento integral referidas nas alíneas anteriores,

o cheque for apresentado a pagamento nos termos razos estabelecidos pela Lei Uniforme Relativa ao eque;».

lo artigo 4.º, n.º 2, parte final, onde se lê «instauração procedimento criminal;» deve ler-se «instauração da ão civil;».

Assembleia da República, 12 de Novembro de 1997. — Secretária-Geral, *Adelina Sá Carvalho*.

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Decreto-Lei n.º 317/97

de 25 de Novembro

Constitui lugar-comum reconhecer o papel determi- nte do desporto como meio de promoção e de qua- cação das sociedades modernas, por via da sua essen- l contribuição para os factores de desenvolvimento s condições de saúde e bem-estar dos indivíduos, quer capítulo da condição física, quer no campo social, avés do fomento do espírito gregário das comuni- des e da livre participação e expressão individual dos us membros.

Por outro lado, à importância social deste fenómeno resce a diversificação e o incremento dos modos e veis de prática, factores que têm contribuído para a nsformação dos padrões de serviços oferecidos pelos paços desportivos, com o consequente aparecimento maiores dificuldades para a actuação dos respon- veis pela promoção, concepção e condução das ins- ações desportivas.

Os problemas têm-se agravado, com degradação precoce s instalações e da qualidade dos serviços desportivos, repetido recurso a soluções funcionais e construtivas seadas em referenciais de qualidade insuficiente, quase sempre resultantes de critérios sumários ou unicamente apoiados na interpretação das regras emanadas das organizações de actividades desportivas, frequentemente redutoras dada a sua especificidade e objectivos.

Estes factores congregam uma significativa parcela de responsabilidade pelo permanente desequilíbrio que se verifica entre o esforço público de promoção e de investimento efectuado em novas instalações e as condições de segurança e qualidade em geral oferecidas pelos espaços de actividades desportivas.

Nesse sentido, impõe-se a criação de instrumentos normativos e de enquadramento das condições de realização das actividades desportivas, no sentido de se promover a qualidade dos serviços oferecidos e melhorar os mecanismos da fiscalização da Administração Pública, designadamente no âmbito das condições funcionais e de segurança, matérias que constituem óbvio desiderato do Estado, no exercício das atribuições que lhe estão cometidas pela Constituição, e no cumprimento das obrigações decorrentes do desenvolvimento da Lei n.º 1/90, de 13 de Janeiro, Lei de Bases do Sistema Desportivo, alterada pela Lei n.º 19/96, de 25 de Junho.

Assim:

No desenvolvimento do regime jurídico estabelecido pela Lei n.º 1/90, de 13 de Janeiro, alterado pela Lei n.º 19/96, de 25 de Junho, e nos termos das alíneas *a*) e *c*) do artigo 198.º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

CAPÍTULO I

Objecto e disposições gerais

SECÇÃO I

Âmbito e enquadramento

Artigo 1.º

Âmbito

1 — O presente diploma estabelece o regime de instalação e funcionamento das instalações desportivas de uso público, independentemente de a sua titularidade ser pública ou privada e visar ou não fins lucrativos.

2 — As presentes disposições não se aplicam às instalações desportivas exclusivamente para uso familiar e integradas em unidade de habitação unifamiliar.

3 — Não são abrangidas pelas disposições do presente diploma as instalações desportivas que, destinando-se a uso exclusivo dos seus membros, estejam integradas em:

a) Quartéis e recintos militares;
b) Recintos para uso das forças de segurança pública;
c) Estabelecimentos prisionais.

4 — As presentes disposições não se aplicam aos espaços naturais de recreio e desporto, ou seja, aos locais com condições naturais para a realização de certas actividades recreativas e desportivas sem que se imponha a sua especial adaptação ou arranjo material.

5 — Não são abrangidos pelas disposições do presente diploma os recintos com diversões aquáticas, regulados pelo Decreto-Lei n.º 65/97, de 31 de Março.

SECÇÃO II

Definições e classificação

Artigo 2.º

Conceito geral

Para os efeitos do presente diploma, são instalações desportivas os espaços de acesso público organizados para a prática de actividades desportivas, constituídos por espaços naturais adaptados ou por espaços artificiais ou edificados, incluindo as áreas de serviços anexos e complementares, podendo ser organizados em:

a) Instalações desportivas de base que constituem o nível básico da rede de instalações para o desporto, agrupando-se em recreativas e formativas;
b) Instalações desportivas especializadas ou monodisciplinares;
c) Instalações especiais para o espectáculo desportivo.

Artigo 3.º

Instalações desportivas de base recreativas

1 — São instalações de base recreativas as que se destinam a actividades desportivas com carácter informal ou sem sujeição a regras imperativas e permanentes, no âmbito das práticas recreativas, de manutenção e de lazer activo.

2 — Consideram-se instalações de base recreativas, designadamente, as seguintes:

a) Os pátios desportivos e os espaços elementares de jogo desportivo;
b) Os espaços localizados em áreas urbanas e apetrechados para a evolução livre com patins ou bicicletas de recreio;
c) Os espaços urbanos e os espaços naturais adaptados para percursos de caminhada e corridas, circuitos de exercícios de manutenção e os circuitos de passeio com bicicleta de recreio;
d) Os espaços de animação desportiva informal, permanentes ou não, integrados ou complementares de instalações turísticas, ou acessórios de instalações desportivas de outros tipos;
e) Os espaços com dimensões não normalizadas, para iniciação aos pequenos jogos desportivos, incluindo os espaços de aprendizagem e recreio;
f) As piscinas cobertas e as piscinas ao ar livre, para fins recreativos, com área total de planos de água inferior a 166 m^2.

Artigo 4.º

Instalações desportivas de base formativas

1 — São instalações de base formativas as infra-estruturas concebidas e organizadas para a educação desportiva de base e para as actividades propedêuticas que garantam o acesso a níveis de actividade desportiva especializada, reunindo as seguintes características de ordem geral:

a) Polivalência na utilização, conjugadas para o exercício de actividades desportivas e afins;
b) Elevado grau de adaptação e integração, ajustado aos programas e objectivos da educação desportiva no âmbito do ensino e das actividades de formação desenvolvidas no quadro do associativismo desportivo.

2 — Consideram-se instalações de base formativas designadamente as seguintes:

a) Grandes campos de jogos para futebol, râguebi e hóquei em campo;
b) Pistas de atletismo regulamentares;
c) Salas de desporto e pavilhões polivalentes;
d) Instalações normalizadas de pequenos jogos polidesportivos, campos de ténis e ringues de patinagem ao ar livre;
e) Piscinas de aprendizagem, piscinas desportivas e piscinas polivalentes, ao ar livre ou cobertas.

Artigo 5.º

Instalações desportivas especializadas

1 — São instalações especializadas as instalações concebidas e organizadas para actividades desportivas monodisciplinares, em resultado, designadamente, da sua específica adaptação para a prática da correspondente modalidade.

2 — Constituem-se como instalações especializadas, designadamente, as seguintes:

a) Salas de desporto apetrechadas e destinadas exclusivamente a uma modalidade;
b) Instalações de tiro com armas de fogo;
c) Instalações de tiro com arco;
d) Campos de golfe;
e) Pistas de ciclismo;
f) Picadeiros, campos de equitação e pistas hípicas de obstáculos;
g) Instalações para desportos motorizados;
h) Pistas de remo, pistas de canoagem e outras instalações para desportos náuticos.

Artigo 6.º

Instalações especiais para o espectáculo desportivo

1 — São instalações desportivas especiais para o espectáculo as instalações concebidas e vocacionadas para a realização de manifestações desportivas integrando a componente espectáculo e em que se conjugam os factores seguintes:

a) Expressiva capacidade para receber público, com integração de condições para os meios de comunicação social e infra-estruturas mediáticas;
b) Prevalência de usos associados a eventos com altos níveis de prestação desportiva;
c) A incorporação de significativos e específicos recursos materiais e tecnológicos.

2 — Consideram-se instalações especiais para o espectáculo desportivo, designadamente, as seguintes:

a) Estádios integrando campos de grandes jogos ou pistas de atletismo;
b) Hipódromos contendo pistas de obstáculos ou de corridas;
c) Velódromos;
d) Autódromos, motódromos e kartódromos;
e) Estádios aquáticos e complexos integrando piscinas para competição;
f) Estádios náuticos e instalações integrando pistas de competição de remo ou canoagem.

CAPÍTULO II

Instalação e funcionamento dos espaços desportivos

SECÇÃO I

Regime aplicável

Artigo 7.º

Regulamentação

Às instalações desportivas são aplicáveis as normas constantes do regulamento das condições técnicas das instalações desportivas a aprovar por decreto regulamentar.

Artigo 8.º

Regime de instalação

1 — A edificação, alteração ou adaptação dos espaços que constituem as instalações desportivas de serviço público obedece ao Regime de Licenciamento de Obras Particulares, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 445/91, de 20 de Novembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 250/94, de 15 de Outubro, e pela Lei n.º 22/96, de 26 de Julho, com as especificidades estabelecidas no presente diploma.

2 — Os pedidos de licenciamento respeitantes à criação ou edificação de instalações desportivas de serviço público devem ser instruídos nos termos da legislação referida no número anterior e ainda com os elementos que se mostrem necessários à satisfação dos objectivos previstos no presente diploma e no decreto regulamentar a que se refere o artigo 7.º

SECÇÃO II

Processo de licenciamento

SUBSECÇÃO I

Localização e informação prévia

Artigo 9.º

Autorização prévia de localização

1 — Os pedidos de licenciamento de instalações desportivas das categorias tipológicas definidas nos artigos 4.º, 5.º e 6.º, a situar em área não abrangida por plano de urbanização, plano de pormenor ou alvará de loteamento válido nos termos da lei, devem requerer autorização prévia de localização à comissão de coordenação regional (CCR) respectiva.

2 — A CCR deve pronunciar-se no exclusivo âmbito das suas competências, no prazo de 20 dias a contar da data de recepção do requerimento.

Artigo 10.º

Pedido de informação prévia

1 — Qualquer interessado pode requerer à câmara municipal informação prévia sobre a possibilidade de instalar um espaço desportivo, aplicando-se ao pedido o disposto no Decreto-Lei n.º 445/91, de 20 de Novembro, alterado pela Lei n.º 22/96, de 26 de Julho, com as necessárias adaptações.

2 — O requerimento deve ser instruído com os elementos referidos no n.º 2 do artigo 8.º, devendo o interessado indicar a categoria tipológica de acordo com a classificação estabelecida no presente diploma e indicar os objectivos e tipo de serviços a prestar pela instalação.

SUBSECÇÃO II

Licenciamento da construção

Artigo 11.º

Aprovação dos projectos

1 — A aprovação pela câmara municipal dos projectos de arquitectura e das especialidades relativos a instalações desportivas, salvo o disposto no número seguinte, carece de parecer favorável do Instituto Nacional do Desporto (IND), a emitir no prazo de 30 dias, sem prejuízo de outros pareceres das entidades competentes da administração central que sejam obrigatórios nos termos da legislação aplicável.

2 — Não carece de parecer prévio do IND a aprovação dos projectos correspondentes a instalações desportivas de base recreativas referidas no artigo 3.º

3 — Não carece de parecer prévio do IND a aprovação dos projectos correspondentes a instalações desportivas de base formativas definidas no artigo 4.º, com os seguintes limites:

a) Campos de grandes jogos e pistas ou áreas para os concursos de atletismo com superfície desportiva inferior a 10 000 m^2, destinados a treinos, ou que permitam pequenas competições mas com capacidade não superior a 1000 lugares para espectadores;
b) Instalações de pequenos jogos, polidesportivos e campos de ténis, ao ar livre;
c) Salas de desporto e pavilhões polivalentes com área desportiva útil inferior a 400 m^2 ou que admitam espectadores em número não superior a 100 lugares;
d) Piscinas constituídas por tanques polivalentes ou desportivos, com área total de planos de água inferior a 166 m^2, cuja capacidade para admitir espectadores seja inferior a 100 lugares.

Artigo 12.º

Parecer do Instituto Nacional do Desporto

1 — O parecer do IND destina-se a verificar a adequação das instalações ao uso e categoria tipológica previstos, bem como a observância das normas estabelecidas no presente diploma e legislação complementar.

2 — Quando desfavorável ou sujeito a condição, o parecer do IND é vinculativo.

3 — O IND pode emitir parecer desfavorável com fundamento na não observância das disposições abrangidas por este diploma e, designadamente:

a) Pela verificação de incompatibilidades de funcionalidade técnico-desportiva ou de segurança;
b) Por insuficiência de conteúdo dos projectos, ao nível da caracterização orgânica e construtiva das instalações, ou da sua justificação técnica ou económica;
c) Por desajustamento ou incumprimento de normas técnico-desportivas, gerais e específicas, relativas às correspondentes categorias tipológicas.

Artigo 13.º

Obras dispensadas de licenciamento municipal

1 — Não carecem de autorização prévia do IND as obras dispensadas de licenciamento municipal, nos termos do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 445/91, de 20 de Novembro, alterado pela Lei n.º 22/96, de 26 de Julho, desde que:

a) Se trate de instalações para os usos e categorias previstos no artigo 3.º;
b) Não se alterem as características tipológicas e funcionais das instalações;
c) Não sejam susceptíveis de prejudicar os requisitos técnicos mínimos exigidos para a categoria tipológica correspondente, designadamente nas condições de segurança, nos termos do presente diploma e legislação complementar.

2 — Nos casos não abrangidos pelo disposto no número anterior, o interessado deve dirigir ao IND um requerimento instruído com os elementos referidos no n.º 2 do artigo 8.º do presente diploma e com a documentação mencionada no n.º 6 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 445/91, de 20 de Novembro, alterado pela Lei n.º 22/96, de 26 de Julho.

3 — Por uma só vez, no prazo de 20 dias a contar da recepção do projecto, o IND pode solicitar a apresentação, num prazo nunca inferior a 20 dias, de outros elementos ou dos esclarecimentos complementares que considere necessários para a apreciação do projecto.

4 — O IND deve pronunciar-se no prazo de 30 dias a contar da data de recepção do processo ou da entrada dos elementos solicitados nos termos do número anterior.

5 — O IND dará conhecimento à câmara municipal das obras que autorize nos termos dos números anteriores.

SUBSECÇÃO III

Licenciamento do funcionamento

Artigo 14.º

Início das actividades

1 — O início das actividades nas instalações desportivas depende de licença de funcionamento a emitir pelo IND, com as excepções previstas nos n.os 2 e 3.

2 — Não carecem de licença de funcionamento emitida pelo IND as instalações de base recreativas que se configurem no âmbito dos usos e categorias tipológicas previstos no artigo 3.º, desde que se trate de obras de iniciativa autárquica ou possuam licença e o respectivo alvará de utilização emitido pela câmara, nos termos do Decreto-Lei n.º 445/91, de 20 de Novembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 250/94, de 15 de Outubro, e pela Lei n.º 22/96, de 26 de Julho.

3 — Estão dispensadas da licença de funcionamento as instalações desportivas das categorias tipológicas referidas nas alíneas *c*), *d*) e *e*) do n.º 2 do artigo 4.º, desde que se constituam como:

a) Espaços complementares de apoio a unidades hoteleiras ou de alojamento turístico e destinados ao uso exclusivo por parte dos seus hóspedes, não admitindo espectadores;
b) Espaços complementares de unidades de habitação permanente ou integrados em condomínios e destinados ao uso exclusivo por parte dos residentes.

4 — O funcionamento das instalações referidas no número anterior é condicionado à posse de licença e do respectivo alvará de utilização emitido pela câmara municipal, nos termos do Decreto-Lei n.º 445/91, de 20 de Novembro, alterado pela Lei n.º 22/96, de 26 de Julho.

Artigo 15.º

Licença de funcionamento

1 — Concluída a obra, o interessado deve requerer ao IND a emissão da licença de funcionamento.

2 — A emissão de licença de funcionamento é sempre precedida de vistoria, a efectuar por representantes do IND, um dos quais preside, e por um engenheiro civil, arquitecto ou engenheiro técnico civil nomeado pelo presidente do IND, quando os seus representantes não estiverem habilitados com essa formação.

3 — O IND deve solicitar a participação na vistoria da câmara municipal, do Serviço Nacional de Bombeiros (SNB) e da delegação regional de saúde.

4 — A vistoria deve realizar-se no prazo de 60 dias a contar da data de recepção do requerimento referido no n.º 1 do artigo anterior e, sempre que possível, em data a acordar com o requerente.

5 — A não realização da vistoria no prazo fixado no número anterior ou a falta de decisão final no termo do prazo referido no artigo seguinte valem como indeferimento do pedido de licença de funcionamento.

Artigo 16.º

Vistoria

1 — A vistoria destina-se a verificar a adequação das instalações, do ponto de vista funcional, aos usos previstos, bem como a observância das normas estabelecidas no presente diploma e legislação complementar.

2 — Da vistoria será elaborado o respectivo auto, do qual se fará menção no livro de obra, e de que se fará entregar uma cópia ao requerente.

3 — Quando o auto de vistoria conclua em sentido desfavorável, não pode ser emitida a licença de funcionamento.

4 — Quando da vistoria resultar que se encontram desrespeitadas as condições técnicas e de segurança a que se referem os artigos 7.º e 8.º do presente diploma, sem prejuízo da coima que for aplicável, a entidade responsável pela exploração da instalação desportiva será notificada para proceder às alterações necessárias em prazo a fixar pela comissão referida no n.º 2 do artigo anterior.

5 — O IND promoverá a realização de todas as vistorias extraordinárias que entender por convenientes.

Artigo 17.º

Alvará da licença de funcionamento

1 — A licença de funcionamento é titulada por alvará emitido pelo IND, no prazo máximo de 30 dias a contar da data da realização da vistoria referida no artigo anterior, mediante a exibição do alvará da licença de utilização emitida pela câmara municipal.

2 — Deferido o pedido de licença de funcionamento, o respectivo alvará é emitido pelo IND, desde que se

strem pagas as taxas de montante a fixar por portaria membro do Governo responsável pela área do porto.

3 — Do alvará da licença de funcionamento, de delo a aprovar por portaria do membro do Governo ponsável pela área do desporto, devem constar as uintes indicações:

a) A identificação da instalação e do proprietário;
b) O nome da entidade responsável pela exploração das actividades desenvolvidas na instalação;
c) As actividades desportivas a que se destina a instalação;
d) A lotação da instalação, para cada uma das actividades previstas, com a discriminação do número de praticantes e de espectadores quando admissíveis;
e) A data da sua emissão e o prazo de validade da licença.

Artigo 18.º

Prazo de validade da licença

1 — A licença de funcionamento é valida por um ríodo de três anos, salvo o disposto no número guinte.

2 — Se a instalação não iniciar o seu funcionamento prazo de um ano, ou se se mantiver encerrada por ríodo igual ou superior, a licença de funcionamento duca e o alvará é apreendido pelo IND, na sequência notificação ao respectivo titular.

3 — A renovação da licença de funcionamento deve r requerida com pelo menos 60 dias de antecedência lativamente ao termo do seu prazo de validade.

4 — A concessão de nova licença de funcionamento a sua renovação implicam a realização de nova vistria, devendo o IND promover, no prazo de 30 dias contar da data de apresentação do requerimento, a nsulta simultânea das entidades que tenham estado presentadas na comissão de vistoria inicial e de outras m responsabilidades nas áreas das infra-estruturas e rviços integrados na instalação.

CAPÍTULO III

Fiscalização e sanções

Artigo 19.º

Entidades fiscalizadoras

1 — A fiscalização do disposto no presente diploma respectiva legislação complementar incumbe ao IND, s câmaras municipais e às entidades administrativas policiais no âmbito das respectivas competências.

2 — As entidades administrativas e policiais que verificarem infracções ao disposto neste diploma remeterão o IND ou à câmara municipal, conforme o caso, os orrespondentes autos de notícia, no prazo máximo de inco dias, contados da data de detecção do facto.

3 — Para efeitos do cumprimento das funções referidas no presente artigo, as entidades sujeitas à fiscalização obrigam-se a dar ao IND e às câmaras municipais oda a colaboração e a prestar os esclarecimentos que nes sejam solicitados.

Artigo 20.º

Suspensão das actividades

1 — Quando ocorram situações excepcionais ou que pela sua gravidade possam pôr em risco a segurança ou a incolumidade dos utentes, ou quando existam situações de grave risco para a saúde pública, bem como em caso de acidente ou desrespeito pelas normas expressas pelo presente diploma, deve desse facto dar-se imediato conhecimento ao IND.

2 — Nos casos previstos no número anterior, pode o IND, oficiosamente ou na sequência de solicitação de outras entidades administrativas e policiais, determinar a suspensão imediata do funcionamento da instalação até que uma vistoria extraordinária tenha lugar.

3 — A vistoria extraordinária deve ocorrer no prazo máximo de cinco dias após a comunicação da decisão a que se refere o número anterior.

Artigo 21.º

Contra-ordenações

Constituem contra-ordenações, para além das previstas no regulamento, os seguintes comportamentos, puníveis com coimas de 50 000$ a 750 000$ para pessoas singulares e até um limite de 6 000 000$ para pessoas colectivas:

a) O exercício de actividades desportivas sem o necessário licenciamento ou com desrespeito das condições de segurança impostas nos termos dos artigos 7.º e 8.º do presente diploma;
b) A oposição ou obstrução aos actos de inspecção e vistorias a realizar pelas entidades competentes e recusa em facultar a estas entidades os elementos e esclarecimentos por elas solicitados, nos termos dos artigos 14.º, 15.º, 16.º e 17.º do presente diploma.

Artigo 22.º

Sanções acessórias

1 — Quando a gravidade das infracções às disposições do presente diploma e legislação complementar o justifique, podem ser aplicadas as seguintes sanções acessórias:

a) Interdição de realização da actividade ou actividades desportivas cujo exercício dependa da autorização de autoridade pública, por um período até dois anos;
b) Encerramento da instalação e suspensão do alvará de licença de funcionamento por um prazo de dois anos, findo o qual poderá o interessado solicitar novo licenciamento.

2 — Pode ser determinada a publicidade da aplicação de qualquer sanção, mediante uma das seguintes vias:

a) Afixação da cópia da decisão pelo período de 30 dias, na própria instalação, em lugar e de forma bem visível;
b) Publicação da decisão pelo IND ou pela câmara municipal, em jornal de difusão nacional, regional ou local, de acordo com o lugar, a importância e os efeitos da infracção.

Artigo 23.º

Instrução dos processos de contra-ordenação

A instrução do procedimento de contra-ordenação ncumbe ao IND ou às câmaras municipais, relativamente à violação das normas do presente diploma e do respectivo regulamento, no âmbito das respectivas competências.

Artigo 24.º

Competência sancionatória

1 — É da competência do presidente do IND a aplicação das coimas de valor inferior a 3 500 000$.

2 — É da competência do membro do Governo da tutela a aplicação de coimas de valor igual ou superior a 3 500 000$ e das sanções acessórias.

3 — É da competência das câmaras municipais a aplicação das coimas devidas pela violação das normas que lhes caiba assegurar.

Artigo 25.º

Produto das coimas

1 — Sem prejuízo do disposto no número seguinte, o produto das coimas por infracção ao presente diploma e ao regulamento reverte em 60% para os cofres do Estado, 35% para o IND e 5% para a entidade fiscalizadora.

2 — O produto das coimas aplicadas pelas câmaras municipais no âmbito da competência sancionatória a que se refere o n.º 3 do artigo anterior constitui receita dos municípios.

Artigo 26.º

Taxas

1 — Pelas vistorias e inspecções realizadas ao abrigo do disposto no presente diploma são devidas taxas cujo montante será fixado por portaria conjunta do Ministro das Finanças e do Ministro Adjunto.

2 — O disposto no número anterior não se aplica aos processos de contra-ordenação.

CAPÍTULO IV

Disposições finais e transitórias

Artigo 27.º

Regime transitório

1 — No prazo de quatro anos a contar da data de entrada em vigor do presente diploma e do regulamento, serão realizadas vistorias a todas as instalações desportivas em funcionamento, ou em vias de licenciamento nos termos da lei.

2 — Enquanto não for publicado o decreto regulamentar previsto no artigo 7.º mantém-se em vigor, em tudo o que não contrarie o presente diploma, o Decreto Regulamentar n.º 34/95, de 16 de Dezembro.

Artigo 28.º

Entrada em vigor

O presente diploma entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 18 de Setembro de 1997. — *António Manuel de Oliveira Guterres — Luís Filipe Marques Amado — João Cardona Gomes Cravinho — Maria de Belém Roseira Martins Coelho Henriques de Pina — Jorge Paulo Sacadura Almeida Coelho.*

Promulgado em 5 de Novembro de 1997.

Publique-se.

O Presidente da República, JORGE SAMPAIO.

Referendado em 13 de Novembro de 1997.

O Primeiro-Ministro, *António Manuel de Oliveira Guterres.*

MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL

Decreto-Lei n.º 318/97

de 25 de Novembro

O presente diploma prossegue objectivos de reorganização e redimensionamento, de modo a garantir às Forças Armadas elevados padrões de eficácia e de eficiência, permitindo, designadamente, o reaproveitamento, por alienação, de património excedentário ou inadequado afecto à defesa nacional.

A alienação dos imóveis, disponibilizados pela contracção do dispositivo militar, visa gerar meios que possibilitem a melhoria das condições de operacionalidade requeridas pelas missões das Forças Armadas, nomeadamente através da concentração de infra-estruturas em zonas periféricas, libertando assim espaços urbanos que, pelas suas características, se revelam inadequados à função militar.

No cumprimento de tais objectivos, procede-se à desafectação de imóveis do domínio público e autoriza-se a sua alienação, definindo as modalidades que a mesma pode revestir.

Assim:

Nos termos da alínea *a*) do n.º 1 do artigo 198.º da Constituição e do artigo 7.º da Lei n.º 2078, de 11 de Julho de 1955, o Governo decreta o seguinte:

Artigo 1.º

Identificação de imóveis a alienar

É autorizada a alienação em regime de hasta pública, ou em regime de cessão a título definitivo e oneroso a pessoas colectivas de direito público ou a instituições particulares de interesse público, dos imóveis seguintes:

a) PM 3 e 4/Almada, designados «Bateria e Reduto das Alpenas», situados no lugar das Alpenas, freguesia da Trafaria, município de Almada, inscritos em nome do Estado na matriz cadastral da referida freguesia sob o artigo 1 da secção G;

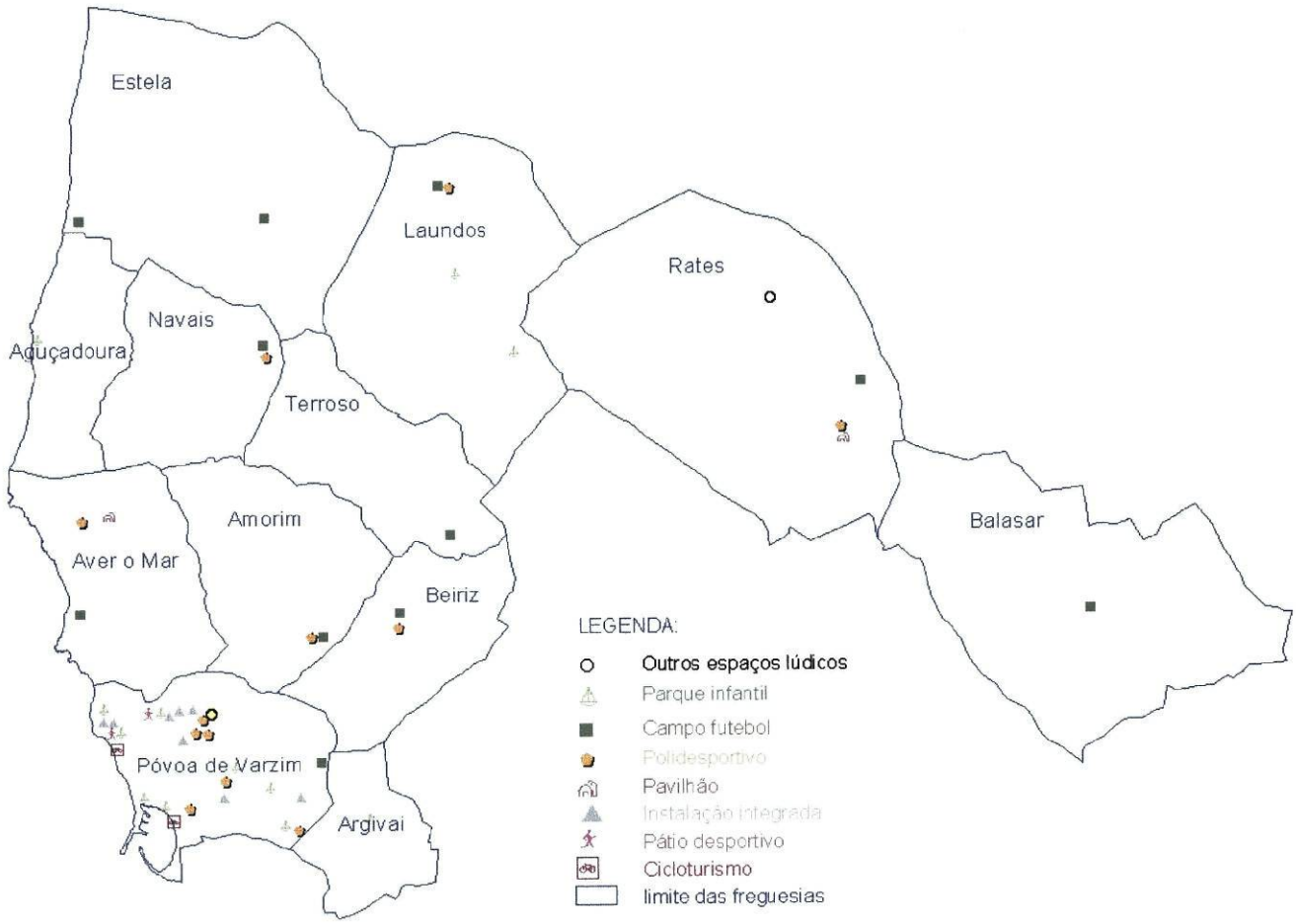
b) PM 11/Almada, designado «Casa de Reclusão da Trafaria», com a área de 9600 m^2, situado na freguesia da Trafaria, município de Almada, inscrito na matriz predial urbana da referida freguesia sob o artigo 348;

c) PM 13/Almada, designado «plano inclinado na Trafaria», com a área de 2984 m^2, situado no lugar da Raposeira, freguesia da Trafaria, município de Almada;

Anexo 3

Póvoa de Varzim

Distribuição e Localização concelhia dos Espaços Lúdico-Desportivo.

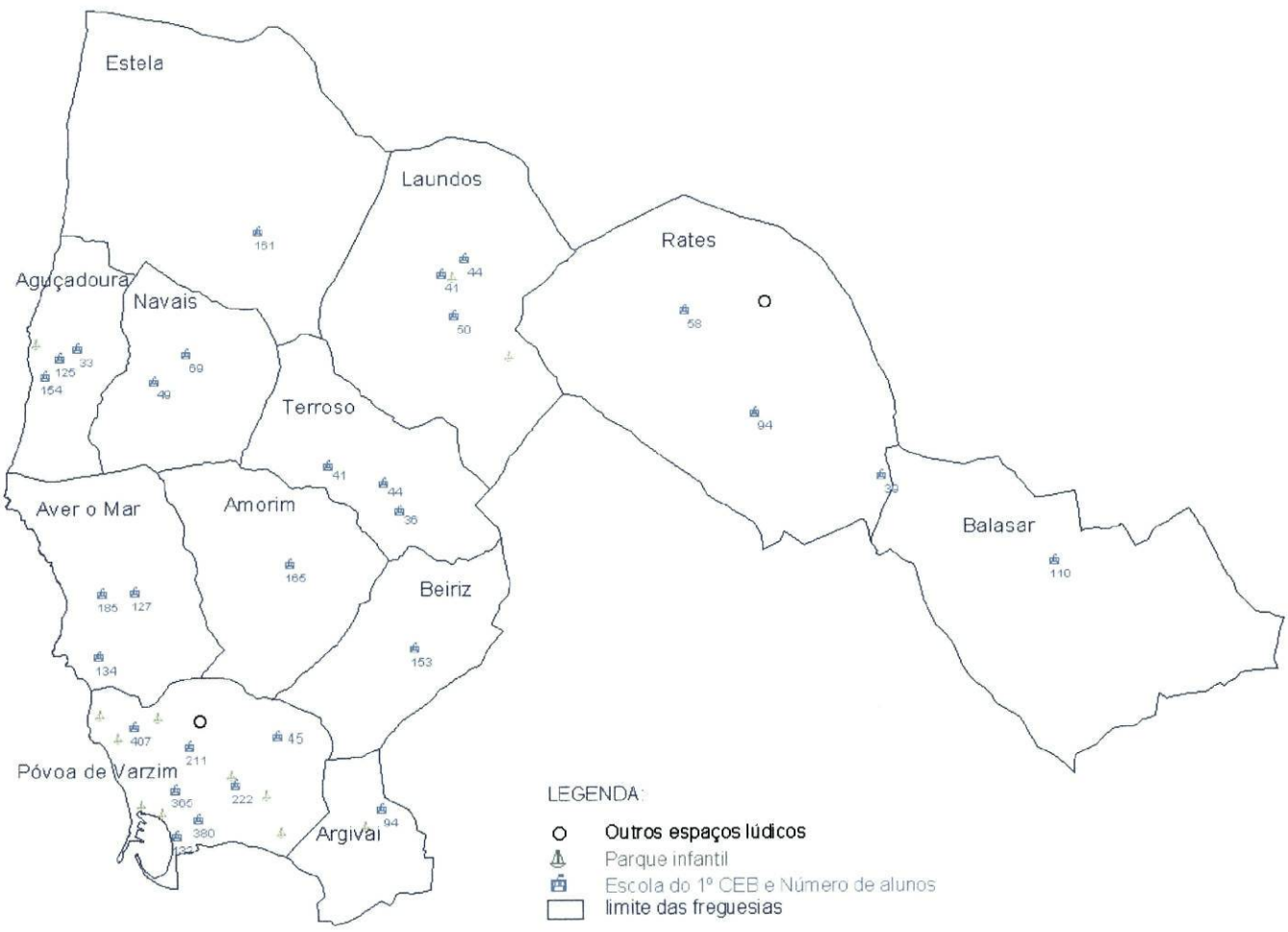


Fonte: D.G.U.A. Sistema de Informação Geográfica. 2000. Câmara Municipal da Póvoa de Varzim.
Delegação Escolar da Póvoa de Varzim.

Anexo 4

Póvoa de Varzim

Distribuição e Localização concelhia dos Espaços Lúdicos.



Fonte: D.G.U.A. Sistema de Informação Geográfica. 2000. Câmara Municipal da Póvoa de Varzim.
Delegação Escolar da Póvoa de Varzim.

Anexo 5

FICHA DE LEVANTAMENTO

Anexo 5

Espaços Lúdicos - Tipologia: Parques Infantis (P. I.); Parques Aquáticos (P. Aq); Outros espaços Lúdicos (O. E. L.).

nº ordem	Nome do Espaço	Tipol[a].	Qt.	Freguesia	Meio		Ano	Proprietário				Gestão				Localização							Deslocação			Posiciona-mento			Área		Material	
					Urbano	Rural	Construção	Câmara Munic.	Junta Freg.	Associação	Outro	Câmara Munic.	Junta Freg.	Associação	Outro	Z Residencial	Z Comercial	Z Industrial	Z Desportiva	Z Escolar	Z Balnear	Z Verde	A pé	Automóvel	Trp. Público	Zona Pedonal	Pouco Trânsito	Trânsito int.	Útil	Total	Piso	Superf Impacto
1																																
2																																
3																																
4																																
5																																
6																																
7																																
8																																
9																																
10																																
11																																
12																																
13																																
14																																
15																																

Ficha adaptada da ficha de caracterização dos espaços de lazer para a infância na Região Norte. Universidade do Minho - I. E. C..

Legenda: Material - Ar - areia; As - asfalto; C - cimento; E - estilha madeira; F - ferro; M - madeira; Rd - rede; Rl - relva; S - sintético; Se - solo estabilizado; V - variado

Espaços Lúdicos - Tipologia: Parques Infantis (P. I.); Parques Aquáticos (P. Aq); Outros espaços Lúdicos (O. E. L.).

nº ordem	Equipamento (nº elementos)												Mobiliário de apoio (S - sim; N - não)									Principais utilizadores			Tipo utilização			Período utilização (predominante)						Conservação (apreciação) (M - má; R - razoável; M - má)						
	Balancé	Baloiço	Carrocel	Elemento mola	Escada susp	Escada trepar	Escorrega	Parede escalada	Ponte móvel	Túnel	Outro	Equipat N.E.	Água potável	Balneários	Bancos	Caixotes lixo	Iluminação	Sanitários	1º socorros	telefone	Outro	Público	Associações	Escolas	Lazer	Formação	Competição	Todo o ano	Sazonal	Toda semana	Fim semana	Aulas	Férias	Global	Equipamentos	Piso	Superf impacto	Vedação	Mobiliário ap.	Higiene
1																																							
2																																							
3																																							
4																																							
5																																							
6																																							
7																																							
8																																							
9																																							
10																																							
11																																							
12																																							
13																																							
14																																							
15																																							

Ficha adaptada da ficha de caracterização dos espaços de lazer para a infância na Região Norte. Universidade do Minho - I. E. C..

Anexo 6

	nº	freg	meio	nomesp	tipolog	anoc	perct	propried	gestão
1	1	P. Varzi	1	PortoPes	1	1997	6	1	1
2	2	P. Varzi	1	Marginal	1	1997	6	1	1
3	3	P. Varzi	1	AvªBanho	1	1997	6	1	1
4	4	P. Varzi	1	Marginal	1	1997	6	1	1
5	5	P. Varzi	1	Bairro S	4	1997	6	1	1
6	6	P. Varzi	1	PAlex/VG	1	1996	6	1	1
7	7	P. Varzi	1	Mariadei	1	1996	6	1	1
8	8	P. Varzi	1	Regufe	1	1998	6	1	1
9	9	P. Varzi	1	SOPETE	1	1997	6	1	1
10	10	P. Varzi	1	NovaSint	1	1980	4	2	2
11	11	Aguçadou	2	Aguçadou	1	1997	6	2	2
12	12	Argivai	2	Argivai	1	1996	6	2	2
13	13	Laundos	2	Rapijães	1	1998	6	2	2
14	14	Laundos	2	Outeiro	1	2000	6	6	6
15	15	Rates	2	PqVerdeR	4	1998	6	2	2

	áreatot	localzº	posict	vedç	piso	simp	mobap	prºsoc	tele	ilu	bal	san
1	700m2	7	3	7	5	4	1	2	2	1	2	2
2	350m2	7	3	7	8	7	1	2	2	1	2	2
3	90m2	5	3	3	3	5	1	2	2	1	1	2
4	450m2	5	3	7	5	4	1	1	1	1	1	1
5	154m2	1	1	7	8	7	1	2	2	1	2	2
6	840m2	1	1	4	8	7	1	2	2	2	2	2
7	340m2	1	1	3	8	7	1	2	2	1	2	2
8	180m2	1	3	3	3	4	1	2	2	1	2	2
9	147m2	1	1	7	1	2	1	2	2	1	2	2
10	750m2	4	3	2	5	5	1	1	1	1	1	1
11	240m2	7	1	4	8	7	1	2	2	2	2	2
12	40m2	1	1	5	8	7	1	2	2	2	2	2
13	131m2	1	1	5	8	7	2	2	2	2	2	2
14	144m2	1	1	7	8	7	1	2	2	2	2	2
15	50.000m	6	3	3	10	9	1	2	2	2	2	2

	lix	ban	água	outr	mate	bala	baloi	escor	carro	esus	esctr	túnel	pont	pesc	outr
1	1	1	2	.	2	1	5	2	4	1	1	4	1	4	
2	1	2	2	.	2	1	2	2	4	1	1	4	4	4	1
3	1	1	2	.	2	1	1	1	4	4	4	4	4	4	
4	1	1	2	.	2	4	5	2	4	4	4	4	4	4	
5	1	2	2	.	6	4	4	4	4	4	4	4	4	4	
6	1	1	1	.	2	4	6	2	4	1	4	4	4	4	
7	1	1	2	.	2	1	3	1	4	4	4	4	1	4	
8	1	1	2	1	2	1	2	4	4	1	4	4	4	4	
9	1	2	2	.	2	4	2	4	4	1	4	4	4	4	
10	1	1	1	.	2	1	2	2	4	1	4	4	1	4	1
11	1	1	2	.	2	4	1	4	4	1	4	4	4	4	
12	1	1	1	1	2	1	2	1	4	4	4	4	4	4	
13	2	2	1	2	2	1	2	1	4	1	1	4	4	4	
14	1	2	2	.	2	4	1	1	4	4	1	4	4	4	
15	1	1	1	1	2	4	4	4	4	4	4	4	4	4	1

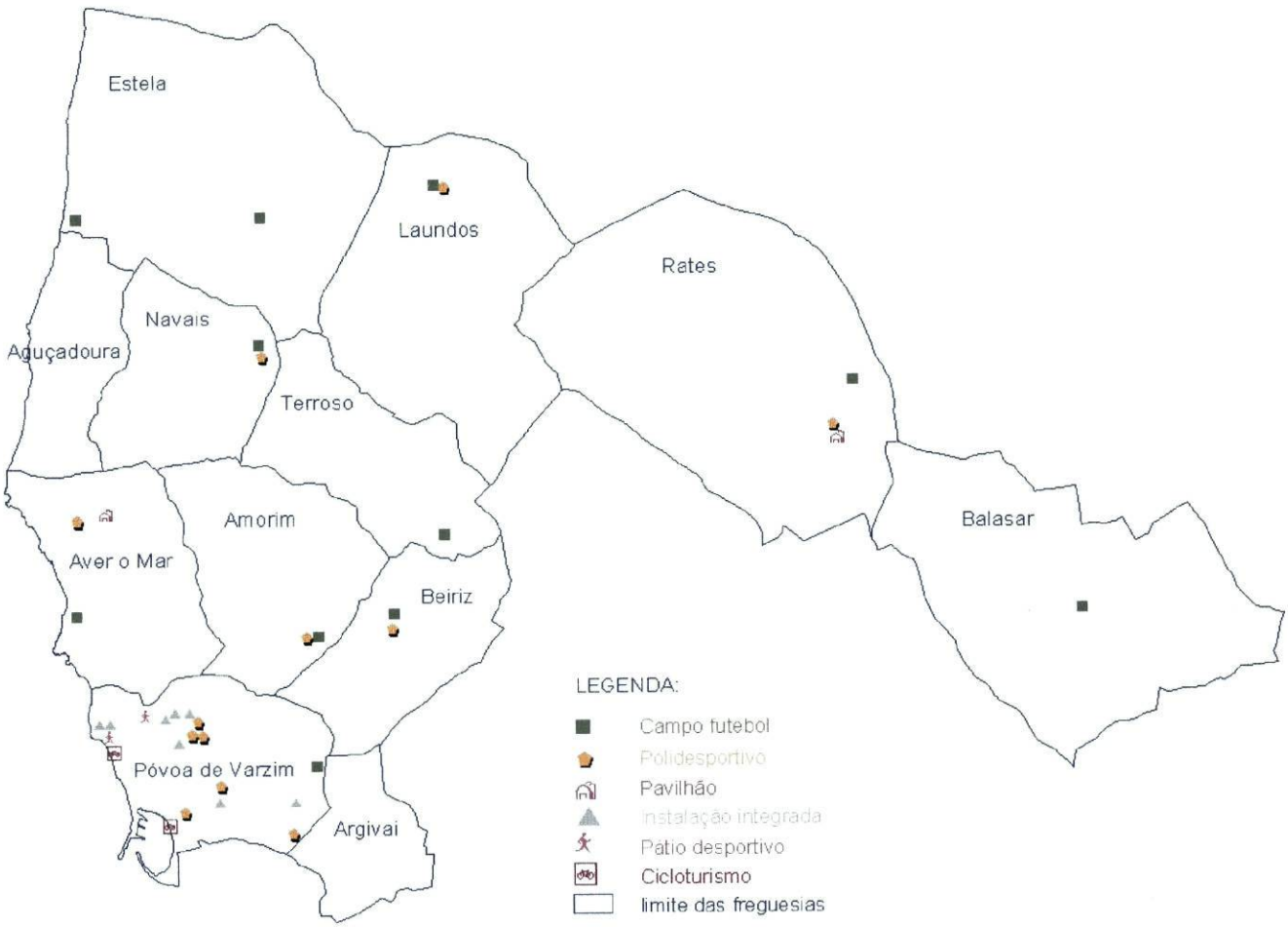
	tipof	horfun	mtra	tiputl	perutlp	acne	matn	vigil	apeq	apsi	apchi	apve	apm	apes
1	1	1	1	1	1	1	2	2	3	2	3	4	2	3
2	1	1	1	1	1	2	2	2	3	3	3	4	3	3
3	1	1	1	1	1	2	2	2	2	2	3	3	2	3
4	1	1	1	1	1	1	2	2	3	2	3	4	3	3
5	1	1	1	1	1	2	2	2	4	2	2	4	4	2
6	1	1	1	1	1	2	2	2	1	1	1	3	1	2
7	1	1	1	1	1	2	2	2	2	2	2	3	2	2
8	1	1	1	1	1	2	2	2	1	2	1	2	2	1
9	1	1	1	1	1	2	2	2	1	1	2	4	2	1
10	1	4	1	1	1	2	2	1	3	2	3	3	3	3
11	1	1	1	1	1	2	2	2	2	2	2	2	2	2
12	1	1	1	1	1	2	2	2	3	3	3	2	3	2
13	1	1	1	1	1	2	2	2	3	2	2	2	4	2
14	2	1	1	1	1	2	2	2	3	3	3	4	3	3
15	1	1	2	1	1	2	2	2	3	3	3	2	2	3

	segu	obs
1	1	.
2	1	.
3	1	2
4	1	.
5	2	.
6	1	2
7	1	.
8	1	.
9	1	3
10	2	.
11	2	.
12	2	.
13	2	.
14	2	.
15	2	1

Anexo 7

Póvoa de Varzim

Distribuição e Localização concelhia dos Espaços Desportivos.



Fonte: D.G.U.A. Sistema de Informação Geográfica. 2000. Câmara Municipal da Póvoa de Varzim.
Delegação Escolar da Póvoa de Varzim.

Anexo 8

Instalações Desportivas de Base: IDBR - instalações desportivas de base Recreativa; IDBF - instalações de base Formativa.

nº ordem	Nome do Espaço	Tipol[a].	Qt.	Freguesia	Meio		Ano		Proprietário				Gestão				Localização							Deslocação			Posiciona-mento			Área		Material a)	
					Urbano	Rural	Construção	Funcionamento	Câmara Municipal	Junta Freguesia	Associação	Outro	Câmara Municipal	Junta Freguesia	Associação	Outro	Z Residencial	Z Comercial	Z Industrial	Z Desportiva	Z Escolar	Z Balnear	Z Verde	A pé	Automóvel	Trp. público	Zona pedonal	Pouco trânsito	Trânsito intenso	Útil	Total	Piso	Superf. Impacto
1																																	
2																																	
3																																	
4																																	
5																																	
6																																	
7																																	
8																																	
9																																	
10																																	
11																																	
12																																	
13																																	
14																																	
15																																	

Ficha adaptada da ficha de caracterização dos espaços de lazer para a infância na Região Norte. Universidade do Minho - I. E. C..

Leg: Material a) - Ar - areia; As - asfalto; C - cimento; E - estilha madeira; F - ferro; M - madeira; Rd - rede; Rl - relva; S - sintético; Se - solo estabilizado; V - variado.

Instalações Desportivas de Base: IDBR - instalações desportivas de base Recreativa; IDBF - instalações de base Formativa.

nº ordem	Mobiliário de apoio (S - sim; N - não)										Principais utilizadores			Tipo utilização			Período utilização (predominante)						Conservação (apreciação) (M - má; R - razoável; M - má)						
	Água potável	Balneários	Bancos	Caixotes lixo	Iluminação	Sanitários	1º socorros	telefone	Bar	Outro	Público	Associações	Escolas	Lazer	Formação	Competição	Todo o ano	Sazonal	Toda semana	Fim semana	Aulas	Férias	Global	Equipamentos	Piso	Superf. Impacto	Vedação	Mobiliário ap.	Higiene
1																													
2																													
3																													
4																													
5																													
6																													
7																													
8																													
9																													
10																													
11																													
12																													
13																													
14																													
15																													

Ficha adaptada da ficha de caracterização dos espaços de lazer para a infância na Região Norte. Universidade do Minho - I. E. C..

Anexo 9

	freguesi	clmeio	nomesp	tipolog	classifi	nº	expos	anoct	perct
1	P. Varzim	1	AvªBanhos	6	1	1	2	1996	6
2	P. Varzim	1	PAlex/VGam	6	1	1	2	1998	6
3	P. Varzim	1	PvDpMunici	4	2	1	1	1997	6
4	P. Varzim	1	PiscMunic5	5	2	1	1	1999	6
5	P. Varzim	1	PiscMunic1	5	1	1	1	1999	6
6	P. Varzim	1	Ginásio Pi	4	2	1	1	1999	6
7	P. Varzim	1	Sala Musc	4	2	1	1	1999	6
8	P. Varzim	1	PiscMunic2	5	1	1	2	1999	6
9	P. Varzim	1	AcademTéni	3	2	2	1	1981	5
10	P. Varzim	1	Academ Tén	3	2	3	2	1981	5
11	P. Varzim	1	Academ Tén	4	2	2	1	1981	5
12	P. Varzim	1	Pol Barrei	3	2	1	2	2000	6
13	P. Varzim	1	Pol Bº Soc	3	1	1	2	1998	6
14	P. Varzim	1	Agorespace	3	1	1	2	1998	6
15	P. Varzim	1	Agorespace	3	1	1	2	1997	6
16	P. Varzim	1	Pavilhão C	4	2	1	1	1969	3
17	P. Varzim	1	Piscina C	5	2	1	1	1998	6
18	P. Varzim	1	Piscina C	5	1	1	2	1975	4
19	P. Varzim	1	Ginásio C	4	2	1	1	1998	6
20	P. Varzim	1	S Musc C D	4	2	1	1	1998	6
21	P. Varzim	1	Polid J Fr	3	2	1	2	2000	6
22	P. Varzim	1	Pista Cicl	7	1	1	2	1997	6
23	P. Varzim	1	C Treinos	1	2	1	2	1964	3
24	P. Varzim	1	Pisc MAPAD	5	1	1	1	1992	6
25	P. Varzim	1	Pol MAPADI	3	2	1	2	1992	6
26	P. Varzim	1	Gin MAPADI	4	2	1	1	1992	6
27	Aguçadoura	2	CF Ag 81	1	2	1	2	1981	5
28	Amorim	2	CF Cardosa	1	2	1	2	1990	5
29	Amorim	2	Pol Cardos	3	2	1	2	1997	6
30	Argivai	2	CF Argivai	1	2	1	2	1984	5
31	Argivai	2	Salão da J	4	2	1	1	1990	5
32	Aver-O-Mar	2	CF Mar à V	1	2	1	2	1981	5
33	Aver-O-Mar	2	Pav EB 2,3	4	2	1	1	1996	6
34	Aver-O-Mar	2	Pol EB 2,3	3	2	1	2	1996	6
35	Balasar	2	CF do Calv	1	2	1	2	1960	2
36	Balasar	2	Pol Fontaí	3	2	1	2	1991	6
37	Beiriz	2	CF Beiriz	1	2	1	2	1996	6
38	Beiriz	2	Pol EB 2,3	3	2	1	2	1996	6
39	Estela	2	Pq Jogos J	1	2	1	2	1983	5
40	Laundos	2	Pq Jogos J	1	2	1	2	1991	6
41	Laundos	2	Pol Pq Jg	3	2	1	2	1997	6
42	Navais	2	CF de Nava	1	2	1	2	1985	5

	propried	gestão	áreaútil	áretotal	localiz°	posicion	vedaç	piso
1	1	1	875m2		5	3	3	3
2	1	1	1110m2		1	3	3	3
3	1	7	1938m2		4	2	6	7
4	1	7	1050m2		5	1	6	9
5	1	7	133m2		5	1	6	9
6	1	7	159m2		5	1	6	7
7	1	7	171m2		5	1	6	7
8	1	7	441m2		5	1	6	10
9	1	7	2x800m2		5	1	6	5
10	1	7	3x648m2		5	1	6	4
11	1	7	2x62,8m2		5	1	6	7
12	1	3	924m2		1	1	2	4
13	1	1	578m2		1	1	7	10
14	1	1	578m2		1	1	7	10
15	1	1	420m2		1	1	7	10
16	3	3	1104m2		5	1	6	7
17	3	3	312,5m2		5	1	6	9
18	3	3	312,5m2		5	1	3	9
19	3	3	150m2		5	1	6	5
20	3	3	150m2		5	1	6	5
21	2	2	800m2		1	1	2	4
22	1	1	2000x1,6		7	1	8	11
23	3	3	5000m2		5	1	3	1
24	5	5	75m2		4	1	6	9
25	5	5	924m2		4	1	2	4
26	5	5	230m2		4	1	6	5
27	2	3	5280m2		6	1	3	1
28	2	3	6200m2		6	1	3	1
29	2	3	968m2		6	1	2	3
30	1	2	5200m2		6	1	3	1
31	2	3	254m2		1	3	6	3
32	2	3	4608m2		1	2	2	1
33	4	4	1100m2		6	1	6	5
34	4	4	1334m2		6	1	3	2
35	5	3	4500m2		6	1	3	1
36	2	2	800m2		4	1	2	3
37	2	3	4500m2		6	1	3	1
38	4	4	5152m2		6	1	2	2
39	2	3	3955m2		4	1	3	1
40	2	2	7140m2		3	2	3	1
41	2	2	800m2		3	2	2	3
42	2	3	5225m2		6	1	3	1

	mobilap	primsoc	telef	ilumin°	balnear	sanitári	cxlixo	bancos	água	outro
1	1	2	2	1	1	2	1	1	2	2
2	1	2	2	1	2	2	1	1	1	2
3	1	1	1	1	1	1	1	1	1	2
4	1	1	1	1	1	1	1	1	1	2
5	1	1	1	1	1	1	1	1	1	2
6	1	1	1	1	1	1	1	2	1	2
7	1	1	1	1	1	1	1	2	1	2
8	1	1	1	1	1	1	1	1	1	2
9	1	1	1	1	1	1	1	1	1	2
10	1	1	1	2	1	1	1	1	1	2
11	1	1	1	1	1	1	1	1	1	2
12	2	2	2	1	2	2	1	1	2	2
13	2	2	2	2	2	2	1	2	2	2
14	2	2	2	2	2	2	1	2	2	2
15	2	2	2	2	2	2	1	2	2	2
16	1	1	1	1	1	1	1	1	1	2
17	1	1	1	1	1	1	1	1	1	2
18	1	1	1	2	1	1	1	1	1	2
19	1	1	1	1	1	1	1	1	1	2
20	1	1	1	1	1	1	1	1	1	2
21	1	1	1	1	1	1	1	1	1	2
22	2	2	2	1	2	2	1	1	2	2
23	1	1	1	1	1	1	1	1	1	2
24	1	1	1	1	1	1	1	2	1	2
25	1	1	1	1	1	1	1	2	1	2
26	1	1	1	1	1	1	1	2	1	2
27	1	1	2	1	1	1	1	1	1	2
28	1	1	2	1	1	1	1	2	1	2
29	1	1	2	1	1	1	1	2	1	2
30	1	1	2	1	1	1	1	2	1	2
31	1	1	1	1	1	1	1	1	1	2
32	1	1	2	1	1	1	1	2	1	2
33	1	1	1	1	1	1	1	1	1	2
34	1	1	1	2	1	1	1	2	1	2
35	1	1	2	1	1	1	1	2	1	2
36	1	2	2	2	2	2	1	2	2	2
37	1	1	2	1	1	1	1	2	1	2
38	1	1	1	2	1	1	1	2	1	2
39	1	1	2	1	1	1	1	2	1	2
40	1	1	2	1	1	1	1	2	1	2
41	1	1	2	1	1	1	1	2	1	2
42	1	1	2	1	1	1	1	1	1	2

	tipofunc	desloc	tiputlpr	perutlpr	conser	observaç
1	1	1	1	1	2	2
2	1	1	1	1	1	2
3	2	2	4	3	3	.
4	2	1	5	1	3	4
5	2	1	1	1	3	4
6	2	1	1	1	3	4
7	2	1	1	1	3	4
8	2	1	1	2	3	4
9	2	1	5	1	3	5
10	2	1	5	2	2	5
11	2	1	5	1	2	5
12	2	1	6	1	3	.
13	1	1	1	1	2	.
14	1	1	1	1	2	.
15	1	1	1	1	2	.
16	2	1	4	1	3	6
17	2	1	6	1	3	6
18	2	1	1	2	3	6
19	2	1	6	1	3	6
20	2	1	6	1	3	6
21	2	1	6	1	3	.
22	1	4	1	1	3	.
23	2	1	4	7	2	.
24	2	1	7	1	3	7
25	2	1	7	1	3	7
26	2	1	6	1	3	7
27	2	2	4	7	2	.
28	2	2	4	7	3	.
29	2	2	6	3	3	.
30	2	2	4	7	3	.
31	2	1	4	7	2	.
32	2	1	4	7	2	.
33	2	2	6	5	3	.
34	2	2	6	5	2	.
35	2	2	4	7	2	.
36	2	1	6	5	3	.
37	2	2	4	7	3	.
38	2	1	6	5	3	.
39	2	2	4	7	2	.
40	2	2	4	7	3	.
41	2	2	6	1	3	.
42	2	2	4	7	3	.

	freguesi	clmeio	nomesp	tipolog	classifi	nº	expos	anoct	perct
43	Navais	2	Pol Navais	3	2	1	2	2000	6
44	Rates	2	CF Limarin	1	2	1	2	1985	5
45	Rates	2	Pol de Rat	3	2	1	2	1978	4
46	Rates	2	Pav EB 2,3	4	2	1	1	1996	6
47	Rates	2	Pol EB 2,	3	2	1	2	1996	6
48	Terroso	2	CF do Vila	1	2	1	2	1990	6
49	P. Varzim	1	Pav Matriz	4	2	1	1	1989	5
50	P. Varzim	1	Pol Matriz	3	2	1	2	1986	5
51	P. Varzim	1	Pol Século	3	2	1	2	1986	5
52	P. Varzim	1	Pav EB2,3	4	2	1	1	1980	4
53	P. Varzim	1	Pol EB2,3	3	2	1	2	1980	4
54	P. Varzim	1	Pav EB2,3	4	2	1	1	1998	6
55	P. Varzim	1	Pol EB2,3	3	2	1	2	1998	6
56	P. Varzim	1	GinºGr ESE	4	2	1	1	1952	2
57	P. Varzim	1	GinºPeq ES	4	2	1	1	1952	2
58	P. Varzim	1	PAtlet ESE	2	2	1	2	1996	6
59	P. Varzim	1	Pold ESEQ	3	2	1	2	1996	6
60	P. Varzim	1	GinºGr ESR	4	2	1	1	1962	3
61	P. Varzim	1	GinºPq ESR	4	2	1	1	1995	6
62	P. Varzim	1	PolVrd ESR	3	2	1	2	1981	5
63	P. Varzim	1	PAtlet ESR	2	2	1	2	1981	5
64	P. Varzim	1	PolPrt ESR	3	2	1	1	1981	5
65	P. Varzim	1	Ringue ESR	3	2	1	2	1997	6
66	P. Varzim	1	Pisc ESRP	5	2	1	1	2000	6

	propried	gestão	áreaútil	áretotal	localiz°	posicion	vedaç	piso
43	2	3	968m2		6	1	2	3
44	2	3	4536M2		1	1	3	1
45	2	3	960m2		1	1	2	3
46	4	4	1100m2		6	1	6	5
47	4	4	1334m2		6	1	3	2
48	2	3	6050m2		6	1	3	1
49	1	3	540m2		1	1	6	12
50	3	3	800m2		1	1	3	3
51	1	3	800m2		4	1	2	3
52	4	4	968m2		4	1	6	7
53	4	4	800m2		4	1	8	2
54	4	4	450m2		4	1	6	5
55	4	4	800m2		4	1	8	2
56	4	4	350M2		4	1	6	7
57	4	4	120m2		4	1	6	7
58	4	4	250m(prm		4	1	8	2
59	4	4	2x800m2		4	1	8	2
60	4	4	310m2		4	1	6	7
61	4	4	150m2		4	1	6	5
62	4	4	968m2		4	1	2	2
63	4	4	137m(prm		4	1	2	2
64	4	4	1125m2		4	1	8	2
65	4	4	450m2		4	1	2	3
66	4	4	200m2		4	1	6	12

	mobilap	primsoc	telef	ilumin^{o}	balnear	sanitári	cxlixo	bancos	água	outro
43	1	1	2	1	1	1	1	2	1	2
44	1	1	2	1	1	1	1	2	1	2
45	1	2	2	2	2	2	1	2	2	2
46	1	1	1	1	1	1	1	1	1	2
47	1	1	1	2	1	1	1	2	1	2
48	1	1	2	1	1	1	1	1	1	2
49	1	1	1	1	1	1	1	2	1	2
50	1	1	1	1	1	1	1	2	1	2
51	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2
52	1	1	1	1	1	1	1	2	1	2
53	1	1	1	2	1	1	1	2	1	2
54	1	1	1	1	1	1	1	2	1	2
55	1	1	1	1	1	1	1	2	1	2
56	1	1	1	1	1	1	1	2	1	2
57	1	1	1	1	1	1	1	2	1	2
58	1	1	1	1	1	1	1	2	1	2
59	1	1	1	1	1	1	1	2	1	2
60	1	1	1	1	1	1	1	2	1	2
61	1	1	1	1	1	1	1	2	1	2
62	1	1	1	1	1	1	1	1	1	2
63	1	1	1	1	1	1	1	1	1	2
64	1	1	1	1	1	1	1	1	1	2
65	1	1	1	1	1	1	1	1	1	2
66	1	1	1	1	1	1	1	2	1	2

	tipofunc	desloc	tiputlpr	perutlpr	conser	observaç
43	2	2	6	1	3	.
44	2	2	4	7	3	.
45	2	1	6	1	3	.
46	2	2	6	5	3	.
47	2	2	6	5	2	.
48	2	2	4	7	3	.
49	2	1	6	1	3	.
50	2	1	6	1	3	.
51	2	1	6	1	2	.
52	2	1	5	5	3	.
53	2	1	6	5	3	.
54	2	2	6	5	3	.
55	2	2	6	5	3	.
56	2	1	6	5	3	8
57	2	1	6	5	2	8
58	2	1	6	5	3	8
59	2	1	6	5	3	8
60	2	1	6	5	3	9
61	2	1	6	5	2	9
62	2	1	6	5	2	9
63	2	1	6	5	2	9
64	2	1	6	5	2	9
65	2	1	6	5	2	9
66	2	1	6	5	.	10

Anexo 10

Universidade do Porto
Faculdade de Ciências do Desporto e de Educação Física
Questionário - Espaços e Actividades Lúdico-Desportivas

Este questionário, destina-se às crianças que frequentam as escolas do 1° Ciclo do Ensino Básico das Freguesias do Concelho da Póvoa de Varzim. Com ele pretende-se estudar os espaços lúdico-desportivos utilizados pelas crianças fora do horário escolar.

O questionário será aplicado na sala de aula, e o seu preenchimento será feito questão a questão, com a ajuda do (a) professor (a) da turma, sob orientações previamente fornecidas pelo investigador.

Às crianças e aos seus professores o nosso sincero obrigado pela colaboração.

Escola: ..... Freguesia ..... Data : ...../...../2000
Nome do Aluno: ..... Ano .....° Idade: .....

BLOCO I

Para responderes coloca um **X** no quadrado da resposta que achas correcta.

1. Sabes o que é um Parque Infantil?
   Sim ☐ Não ☐

2. Já brincaste em algum Parque Infantil?
   Sim ☐ Não ☐

3. Perto do lugar onde moras existe algum Parque Infantil?
   Sim ☐ Não ☐

4. No mês passado quantas vezes foste brincar ao Parque Infantil?
   Nenhuma ☐ Uma vez ☐ Duas/três vezes ☐ Quatro ou mais vezes ☐

5. Na semana passada quantas vezes foste brincar ao Parque Infantil?
   Nenhuma ☐ Uma vez ☐ Duas/três vezes ☐ Quatro ou mais vezes ☐

6. Se não costumas ir brincar ao Parque Infantil indica a razão porque não vais.
   6.1 - Não existe nenhum Parque Infantil perto do lugar onde moro ☐
   6.2 - Não tenho com quem ir ☐
   6.3 - O Parque Infantil está muito estragado ☐
   6.4 - Não gosto de ir ao Parque Infantil ☐
   6.5 - Outra razão. Qual ? .....

7. Quando vais brincar ao Parque Infantil quem costuma ir contigo?
   7.1 - Ninguém ☐ 7.2 - O meu pai ou mãe ☐ 7.3 - O meu avô ou avó ☐
   7.4 - O meu irmão ou irmã ☐ 7.5 - Um amigo ou amiga ☐

8. Quando vais mais vezes ao Parque Infantil?

À semana? ☐ Ao fim-de-semana ☐ Nas férias ☐

BLOCO II

9. No Quadro 1 seguinte estão indicadas várias actividades

Quadro 1

ACTIVIDADES
Andar de bicicleta
Andar de patins ou skate
Brincar às casinhas
Brincar com animais
Brincar no parque infantil
Fazer corridas e saltos
Jogar à bola
Jogar às escondidas
Ler, escrever, pintar
Montar legos ou fazer puzzles
Música (ouvir, tocar, cantar)
Nadar
Saltar à corda
Ver televisão

9.1 Das actividades indicadas no quadro 1, refere aquela que **brincas mais** vezes.

R: .....

9.2 Das actividades indicadas no quadro 1, refere aquela que **gostarias** de brincar **mais** vezes.

R: .....

9.3 Das actividades indicadas no quadro 1, refere aquela que **nunca** brincaste.

R: .....

10. Os espaços na tua terra (localidade: cidade, vila, aldeia) para as crianças brincarem são:

São poucos ☐ São suficientes ☐ São muitos ☐

11. Onde costumas brincar mais vezes?

Casa	☐	Clube	☐	Praia	☐
Rua	☐	Parque Infantil	☐	Outro. Qual ?	
Escola	☐	Jardim	☐		

BLOCO III

12. No quadro 2 estão indicadas algumas modalidades desportivas

Quadro 2

Andebol	☐	Atletismo	☐	Basquetebol	☐
Dança	☐	Futebol	☐	Ginástica	☐
Natação	☐	Patinagem	☐	Ténis	☐
Ténis de Mesa	☐	Voleibol	☐	Outra. Qual ?	

12.1 Praticas com regularidade (1 ou 2 vezes por semana) alguma das modalidades indicadas ?

Sim ☐ Não ☐

12.2 Se praticas, coloca um X no quadrado correspondente.

12.3 Se respondeste Sim, indica o local onde costumas praticar (treinar).

Academia	☐	Campo de Futebol	☐	Ginásio	☐
Pavilhão	☐	Piscina	☐	Ringue	☐
				Outro. Qual ?	

Anexo 11

MANUAL DO ENTREVISTADOR

Questionário sobre os espaços lúdico-desportivos e rotinas da criança

O objectivo que pretendemos atingir com a elaboração deste manual, visa fornecer aos colaboradores instruções metodológicas precisas, para o preenchimento correcto e uniformizado do questionário.

Para tal deverá ser lido atentamente, e na eventualidade de surgirem dúvidas, estas deverão ser esclarecidas junto do investigador, antes de se proceder à sua aplicação.

PROCEDIMENTOS:

1 - Em função da calendarização (dia e hora) previamente solicitada e definida para a ida às escolas, os colaboradores/entrevistadores deverão certificar-se que o conteúdo do envelope corresponde à sua descrição exterior;

2 - Na turma o entrevistador, deverá utilizar uma linguagem simples para explicar às crianças, de forma breve e clara, o que se pretende com a realização do questionário;

3 - De seguida o colaborador informará os alunos sobre a forma como será preenchido o questionário. Assim as questões serão respondidas uma a uma, após a sua leitura pelo entrevistador, e depois deste se certificar que não restam quaisquer dúvidas.

PREENCHIMENTO PROPRIAMENTE DITO

Quadro de Identificação

Neste, deve constar o nº ou nome da escola, a freguesia (que nos permitirá identificar o meio), a data de preenchimento, o nome do aluno (a partir do qual identificaremos o sexo), o ano de escolaridade, e a idade.

BLOCO I

- Nas **questões 1, 2 e 3** a criança responderá colocando um X no quadrado que corresponda à sua situação.

- Às **questões 4 e 5** só deverão responder as crianças que responderam afirmativamente na questão 2, colocando um X no quadrado correspondente.

- À **questão 6**, apenas respondem as crianças que não costumam brincar no parque infantil. Para responderem a esta questão deverão colocar um X apenas em uma das alíneas.

- À **questão 7**, só respondem as crianças que afirmaram já ter brincado num parque infantil. Colocarão um X no quadrado correspondente àqueles que os acompanham frequentemente.

- Na **questão 8** o X deverá ser colocado no quadrado que corresponde ao período predominante em que utiliza o parque infantil. Só respondem a esta questão as crianças que costumam frequentar o espaço.

BLOCO II

- Nas **questões 9.1, 9.2 e 9.3**, atendendo à sua maior exigência discriminatória as actividades indicadas no quadro 1, deverão ser prévia e lentamente lidas pelo entrevistador.

De seguida as crianças responderão escrevendo o nome de1 (uma) actividade, designando aquela que **brinca mais vezes**, aquela que **gostaria mais de brincar**, e aquela que **nunca brincou**, correspondentes às questões 9.1, 9.2 e 9.3, respectivamente.

- Na **questão 10**, deverá ser salientado às crianças que se trata de saber a sua opinião, relativamente à localidade onde habitam diariamente. Assim, colocarão um X no quadrado que corresponde à sua opinião.

- Na **questão 11**, solicita-se à criança que mencione com um X o local onde brinca mais vezes.

BLOCO III

A este bloco, só respondem as crianças que praticam regularmente alguma modalidade desportiva.

Antes de responderem a qualquer questão, deverá ser explicado às crianças (dando exemplos, se for necessário), que se entende por prática desportiva regular, a realização uma ou duas vezes por semana, de uma modalidade orientada/supervisionada (clube, escola, academia, instituição religiosa, etc.), quer se trate de treino, competição, lazer ou formação.

- Na **questão 12.1**, e em conformidade com o enunciado anteriormente, a criança assinalará com um X o quadrado respectivo.

- Nesta **questão 12.2** apenas deverá ser indicado um quadrado com o respectivo X.

- Na **questão 12.3** pede-se à criança que coloque o X no quadrado referente ao local onde pratica a modalidade indicada anteriormente.

Anexo 12

CLASSIFICADOR DOS RESULTADOS

Quadro de Identificação

1	freguesia/meio	urbano	1
		rural	2
2	nome/sexo	feminino	1
		masculino	2
3	ano escolaridade	2º	1
		3º	2
		4º	3
4	idade	7-8 anos	1
		9-10 anos	2
		11-12 anos	3

BLOCO I - Parque Infantil: conhecimento, experiência, localização, frequência, razões, acompanhantes, utilização.

1	conhecimento	sim	1
		não	2
2	experiência	sim	1
		não	2
3	localização	sim	1
		não	2
4	frequência: mês passado	nenhuma	1
		1 vez	2
		2 a 3 vezes	3
		4 ou mais vezes	4
5	frequência: semana passada	nenhuma	1
		1 vez	2
		2 a 3 vezes	3
		4 ou mais vezes	4
6	razão porque não vai	não existe	1
		não tem companhia	2
		está estragado	3
		não gosta	4
		outra	5
7	companhia habitual	ninguém	1
		pai/mãe	2
		avô/avó	3
		irmão/irmã	4
		amigo/amiga	5
8	período utilzº predominante	à semana	1
		ao fim-de-semana	2
		nas férias	3

BLOCO II - Actividades: as mais realizadas; as mais preferidas; as nunca realizadas; quantidade de espaços; lugar onde brinca mais.

9 **Actividade**

9.1	realizada	andar de bicicleta	1
		andar de patins ou skate	2
		brincar às casinhas	3
		brincar com animais	4
		brincar no parque infantil	5
		fazer corridas e saltos	6
		jogar à bola	7
		jogar às escondidas	8
		ler,escrever, pintar	9
		montar legos ou puzzles	10
		música (ouvir, tocar, cantar)	11
		nadar	12
		saltar à corda	13
		ver televisão	14
9.2	preferida	andar de bicicleta	1
		andar de patins ou skate	2
		brincar às casinhas	3
		brincar com animais	4
		brincar no parque infantil	5
		fazer corridas e saltos	6
		jogar à bola	7
		jogar às escondidas	8
		ler,escrever, pintar	9
		montar legos ou puzzles	10
		música (ouvir, tocar, cantar)	11
		nadar	12
		saltar à corda	13
		ver televisão	14
9.3	nunca realizada	andar de bicicleta	1
		andar de patins ou skate	2
		brincar às casinhas	3
		brincar com animais	4
		brincar no parque infantil	5
		fazer corridas e saltos	6
		jogar à bola	7
		jogar às escondidas	8
		ler,escrever, pintar	9
		montar legos ou puzzles	10
		música (ouvir, tocar, cantar)	11
		nadar	12
		saltar à corda	13
		ver televisão	14

10	quantidade de espaços	poucos	1
		suficientes	2
		muitos	3
11	lugar onde brinca mais vezes	casa	1
		rua	2
		escola	3
		clube	4
		parque infantil	5
		jardim	6
		praia	7
		outro	8

BLOCO III - Prática Desportiva regular: prática; modalidade; local de prática

12	pratica ?	sim	1
		não	2
12.1	qual a modalidade?	andebol	1
		dança	2
		natação	3
		ténis de mesa	4
		atletismo	5
		futebol	6
		patinagem	7
		voleibol	8
		basquetebol	9
		ginástica	10
		ténis	11
		outro	12
12.3	onde pratica?	academia	1
		pavilhão	2
		campo de futebol	3
		piscina	4
		ginásio	5
		ringue/polidesportivo	6
		outro	7

Anexo 13

Nº	Meio	Sexo	AnoEsc	Idade	SabesPI?	JáBrPI?	PertoPI?	MêsPas?	SemanaPas?	Razão?
1	1	1	3	8	1	1	1	4	1	
2	1	2	3	8	1	1	2	1	1	2
3	1	2	3	8	1	1	1	1	1	2
4	1	1	4	9	1	1	2	1	1	5
5	1	1	4	9	1	1	2	1	1	1
6	1	1	4	9	1	1	2	1	1	1
7	1	1	3	9	1	1	2	1	1	1
8	1	1	3	9	1	1	1	1	1	5
9	1	1	3	9	1	1	1	2	1	
10	1	2	3	9	1	2	2	1	1	1
11	1	2	3	9	2	2	2	1	1	1
12	1	1	3	9	2	2	1	1	1	
13	1	1	3	9	1	2	2	3	3	
14	1	1	3	9	1	1	1	3	4	
15	1	1	4	10	1	1	2	3	2	
16	1	1	4	10	1	2	2	1	1	1
17	1	2	4	10	1	2	2	1	1	1
18	1	1	4	10	1	1	2	2	1	
19	1	1	4	10	1	1	1	4	3	
20	1	2	4	10	1	1	2	1	1	1
21	1	2	4	11	1	1	2	3	2	
22	1	2	4	11	1	1	2	3	2	
23	1	2	4	11	1	1	2	4	1	
24	1	1	4	11	1	2	2	1	1	1
25	2	2	3	8	1	2	2	1	1	1
26	2	1	3	8	2	2	2	1	1	1
27	2	1	3	8	1	1	2	1	1	1
28	2	2	3	8	1	1	2	1	1	5
29	2	2	3	8	1	1	2	1	1	
30	2	2	3	8	1	1	2	1	1	2
31	2	2	3	8	1	1	2	1	1	
32	2	1	3	8	1	2	2	1	1	1
33	2	1	3	8	1	1	2	4	3	
34	2	2	3	8	1	1	2	2	1	1
35	2	2	3	8	1	1	2	1	1	1
36	2	2	3	8	1	2	2	2	1	1
37	2	1	3	9	1	1	2	2	2	
38	2	1	3	9	1	1	2	3	2	
39	2	1	3	9	1	1	2	1	1	1
40	2	2	3	9	1	2	2	1	1	5
41	2	2	3	9	1	1	2	3	1	
42	2	1	3	9	1	1	1	2	3	3
43	2	2	2	9	1	1	2	2	3	
44	2	2	3	11	1	1	2	2	1	5
45	3	2	4	9	1	2	1	1	3	
46	3	1	4	9	1	1	1	1	1	
47	3	1	4	9	1	1	1	1	2	
48	3	1	4	9	1	1	1	2	1	
49	3	1	4	9	1	1	2	4	1	
50	3	1	4	9	1	1	2	2	1	1
51	3	1	4	9	1	1	2	1	2	1
52	3	1	4	10	1	1	2	3	1	1

Nº	Meio	Sexo	AnoEsc	Idade	SabesPI?	JáBrPI?	PertoPI?	MêsPas?	SemanaPas?	Razão?
53	3	1	4	10	1	1	1	4	2	
54	3	1	4	10	1	1	2	4	3	
55	3	2	4	10	1	1	1	1	1	5
56	3	2	4	10	1	1	1	4	3	
57	3	2	4	10	1	1	1	4	3	
58	3	2	4	10	1	1	2	1	1	1
59	3	1	4	10	1	1	1	1	2	5
60	3	1	4	10	1	1	1	2	1	
61	3	2	4	12	1	1	1	4	3	
62	3	2	4	12	1	1	2	3	1	1
63	4	1	4	9	1	1	1	2	1	
64	4	2	3	9	1	2	2	1	1	1
65	4	2	4	9	1	1	2	1	1	1
66	4	2	4	9	1	1	1	1	1	
67	4	2	4	9	1	1	1	1	1	
68	4	2	4	9	1	2	2	1	1	1
69	4	2	4	9	1	1	1	4	2	
70	4	1	4	9	1	1	2	1	1	1
71	4	1	3	10	1	1	2	4	4	
72	4	1	3	10	1	1	2	1	1	
73	4	1	3	10	1	1	2	1	1	
74	4	1	3	10	1	1	2	4	1	
75	4	1	4	10	1	1	2	1	3	
76	4	1	4	10	1	1	1	3	2	
77	4	1	4	10	1	1	1	2	1	
78*	4	2	4	10	2	2	2	1	1	5
79	4	2	4	10	1	1	1	4	2	
80	4	2	4	10	1	1	2	2	1	
81	4	2	4	10	1	1	1	4	3	
82	4	2	4	10	1	1	1	4	1	
83	4	2	4	10	1	1	2	2	1	
84	4	2	4	10	1	1	1	1	1	1
85	4	1	4	10	1	1	2	4	1	
86	4	1	4	10	1	1	2	4	2	
87	4	1	4	11	1	1	2	3	1	
88	4	1	4	11	1	1	2	3	1	
89	4	2	4	11	1	1	1	2	1	
90	4	2	4	11	1	1	1	3	1	
91	4	2	4	11	1	1	2	1	1	
92	4	2	4	12	1	1	2	2	1	
93	4	2	4	12	1	1	1	4	3	
94	4	1	4	12	1	1	2	3	4	
95	5	2	4	9	1	1	2	1	1	1
96	5	2	4	9	1	1	2	1	1	1
97	5	2	4	9	1	1	2	1	1	1
98	5	1	4	9	1	1	2	1	1	1
99	5	2	4	10	1	1	2	2	1	
100	5	1	4	10	1	1	2	1	1	1
101	5	1	4	10	1	1	2	1	1	1
102	5	1	4	10	1	1	2	1	1	1
103	5	2	4	10	1	1	2	1	1	1
104	5	1	4	10	1	1	2	1	1	1
105	5	1	4	10	1	1	2	1	1	1
106	5	2	4	10	1	2	2	1	1	1

Nº	Meio	Sexo	AnoEsc	Idade	SabesPI?	JáBrPI?	PertoPI?	MêsPas?	SemanaPas?	Razão?
107	5	2	4	10	1	1	2	1	1	1
108	6	1	3	8	1	1	2	2	1	
109	6	2	3	8	1	1	2	1	1	1
110	6	1	3	8	1	1	2	2	2	
111	6	2	3	8	1	1	2	1	1	
112	6	1	3	8	1	1	2	2	1	
113	6	2	3	8	1	1	2	2	1	
114	6	1	3	9	1	1	2	1	1	
115	6	2	3	9	1	1	2	1	1	
116	6	2	3	10	1	1	2	1	1	
117	6	2	3	10	1	2	2	1	1	1
118	6	2	4	11	1	1	2	2	1	
119	6	2	4	11	1	1	2	4	3	
120	6	2	3	11	1	1	2	1	1	
121	6	2	3	11	1	1	2	1	1	
122	6	1	3	11	1	1	2	1	1	1
123	6	2	3	11	1	1	2	3	1	
124	7	2	3	7	1	1	1	1	1	2
125	7	2	2	7	2	2	2	1	1	1
126	7	2	2	7	1	1	2	4	1	
127	7	1	2	7	2	2	2	1	1	1
128	7	1	2	7	2	2	2	1	1	1
129	7	2	2	7	2	2	2	1	1	1
130	7	2	2	7	1	1	2	1	1	
131	7	2	2	7	1	1	2	1	1	
132	7	1	2	7	2	2	2	1	1	1
133	7	1	3	8	2	2	2	1	1	1
134	7	1	3	8	2	2	2	1	1	1
135	7	2	2	8	2	2	2	1	1	1
136	7	2	2	8	1	1	1	1	1	
137	7	1	2	8	2	2	2	1	1	1
138	7	1	2	8	2	2	2	1	1	1
139	7	2	3	9	1	1	1	1	1	1
140	7	2	2	9	2	2	2	1	1	1
141	7	1	2	9	2	2	2	1	1	1
142	7	2	2	9	2	2	2	1	1	1
143	7	2	2	9	1	1	2	1	1	1
144	7	2	2	9	1	1	2	1	1	
145	7	1	2	9	2	2	2	1	1	1
146	8	2	3	8	1	1	2	4	1	
147	8	2	4	9	1	1	2	1	1	5
148	8	1	4	9	1	1	2	2	1	
149	8	2	4	9	1	1	2	1	1	
150	8	1	4	9	1	1	2	1	1	
151	8	1	4	9	1	1	2	2	1	
152	8	1	3	9	1	1	2	1	1	
153	8	1	3	9	1	1	1	2	1	
154	8	2	3	9	1	1	2	1	1	1
155	8	1	4	10	1	1	2	2	1	
156	8	2	4	10	1	1	2	3	1	
157	8	2	4	10	1	1	2	1	1	5
158	8	1	3	10	1	1	2	1	1	
159	8	2	3	10	1	1	2	1	1	
160	8	2	3	10	1	1	2	1	1	1

Nº	Meio	Sexo	AnoEsc	Idade	SabesPI?	JáBrPI?	PertoPI?	MêsPas?	SemanaPas?	Razão?
161	8	2	3	10	1	1	2	1	1	
162	8	2	3	10	1	1	2	1	1	1
163	8	2	3	10	1	1	2	2	1	1
164	8	2	3	11	1	1	2	2	1	1
165	8	2	3	12	1	1	2	2	1	1
166	9	1	3	8	1	1	2	2	1	1
167	9	1	3	8	1	1	2	1	1	1
168	9	1	3	8	1	1	2	1	1	2
169	9	1	3	8	1	1	2	1	1	
170	9	2	3	8	1	1	2	2	1	1
171	9	2	4	9	1	2	2	1	1	1
172	9	2	4	9	1	1	2	1	1	
173	9	2	4	9	1	1	2	4	2	
174	9	2	4	9	1	2	2	1	1	4
175	9	1	4	9	1	1	2	2	1	
176	9	1	3	9	1	1	2	1	1	1
177	9	2	3	9	1	2	2	1	1	4
178	9	2	3	9	1	1	2	1	1	4
179	9	2	4	10	1	1	2	2	1	
180	9	2	4	10	1	1	2	1	1	1
181	9	2	4	10	1	1	2	1	1	1
182	9	1	4	10	1	1	2	4	3	1
183	9	2	4	11	1	1	2	3	2	
184	9	2	4	11	1	1	2	3	2	
185	9	1	4	11	1	1	2	1	2	
186	9	1	4	11	1	1	2	4	2	
187	9	1	4	12	1	1	2	3	1	
188	9	2	4	12	1	1	2	1	1	1
189	9	2	4	12	1	1	2	1	1	1
190	10	1	3	8	1	1	2	1	1	1
191	10	1	3	8	1	1	2	1	1	1
192	10	2	3	8	1	1	2	1	1	1
193	10	1	3	8	1	1	2	1	1	1
194	10	1	4	9	1	1	2	1	1	1
195	10	2	4	9	1	1	2	1	1	1
196	10	1	4	9	1	1	2	1	1	1
197	10	2	3	9	1	1	2	1	1	1
198	10	2	3	9	1	1	2	1	1	1
199	10	2	3	9	1	1	2	1	1	1
200	10	1	3	9	1	1	2	1	1	1
201	10	1	3	9	1	1	2	1	1	1
202	10	2	4	10	1	1	2	2	1	1
203	10	2	4	10	1	2	2	1	1	1
204	10	1	4	10	1	1	2	1	1	1
205	10	1	4	10	1	1	2	2	2	1
206	10	2	4	10	1	1	2	1	1	1
207	10	2	4	10	1	1	2	2	1	1
208	10	2	4	10	1	1	2	1	1	1
209	10	1	4	10	1	1	2	2	1	1
210	10	1	4	10	1	1	2	1	2	
211	10	1	4	10	1	1	2	2	1	
212	10	2	4	11	1	1	2	1	1	1
213	10	2	4	12	1	1	2	1	1	1
214	10	2	4	12	1	1	2	1	1	1

Nº	Meio	Sexo	AnoEsc	Idade	SabesPI?	JáBrPI?	PertoPI?	MêsPas?	SemanaPas?	Razão?
215	10	2	4	12	1	1	2	1	1	1
216	11	1	3	8	1	1	2	1	1	1
217	11	1	3	8	1	1	2	1	1	1
218	11	1	4	9	1	1	2	1	2	1
219	11	2	4	9	1	1	2	1	1	1
220	11	2	4	10	1	1	2	2	1	
221	11	2	4	9	1	1	2	2	1	
222	11	1	4	9	1	1	2	1	1	2
223	11	2	3	9	1	2	2	1	1	2
224	11	2	3	9	1	1	2	1	1	4
225	11	1	4	10	1	1	2	1	1	1
226	11	1	4	10	1	1	2	1	1	1
227	11	1	4	10	1	1	2	1	2	1
228	11	2	4	10	1	1	2	3	1	
229	11	2	4	10	1	1	2	1	1	4
230	11	2	4	10	1	1	2	2	1	
231	11	2	3	10	1	1	2	3	1	1
232	11	2	4	11	1	1	2	1	2	
233	12	2	2	7	1	1	2	2	2	
234	12	1	2	7	1	1	1	4	2	
235	12	1	2	7	1	1	1	3	2	
236	12	1	2	7	1	1	2	4	2	
237	12	2	2	7	1	1	2	2	2	
238	12	2	2	7	1	1	2	1	1	
239	12	2	2	7	1	1	2	2	2	2
240	12	2	2	7	1	1	2	3	3	
241	12	1	2	7	1	1	2	2	2	
242	12	1	2	7	1	1	2	2	2	
243	12	1	2	7	1	1	2	2	1	
244	12	1	2	8	1	1	1	4	2	
245	12	1	2	8	1	1	1	4	2	
246	12	1	2	8	1	1	1	4	2	
247	12	1	2	8	1	1	2	4	2	
248	12	1	2	8	1	1	2	3	2	2
249	12	2	2	8	1	1	2	1	1	1
250	12	2	2	8	1	1	2	1	1	
251	12	2	2	8	1	1	2	3	3	
252	12	1	2	8	1	1	2	2	2	
253	13	1	2	7	1	1	1	4	4	
254	13	1	2	7	1	1	2	4	2	
255	13	2	2	7	1	1	2	4	1	1
256	13	2	2	7	1	1	2	1	1	1
257	13	1	2	7	1	1	2	2	1	1
258	13	1	2	7	1	1	1	4	4	
259	13	1	2	7	1	1	2	4	4	
260	13	2	2	7	1	2	2	1	1	1
261	13	1	2	7	1	2	2	1	1	1
262	13	1	2	7	1	1	2	4	4	
263	13	1	2	8	1	2	2	1	1	1
264	13	2	2	8	1	1	2	4	1	1
265	13	1	2	8	1	1	2	4	1	2
266	13	2	2	8	1	2	2	1	1	1
267	13	1	2	8	1	2	2	1	1	1
268	13	2	2	8	1	1	1	1	1	4

Nº	Meio	Sexo	AnoEsc	Idade	SabesPI?	JáBrPI?	PertoPI?	MêsPas?	SemanaPas?	Razão?
269	13	2	2	8	1	1	1	3	1	
270	13	2	2	11	1	2	2	1	1	1
271	14	1	3	8	1	1	2	2	2	
272	14	1	3	8	1	1	1	2	2	
273	14	1	3	8	1	1	1	3	2	
274	14	2	3	8	1	1	1	3	1	
275	14	2	3	8	1	1	2	1	1	
276	14	2	3	8	2	2	2	1	1	1
277	14	1	3	8	1	1	2	1	1	
278	14	2	3	8	1	1	2	3	1	
279	14	2	3	8	1	1	2	1	1	
280	14	2	3	8	1	1	2	1	1	
281	14	1	3	8	1	1	1	1	1	
282	14	1	3	8	1	1	2	4	3	
283	14	2	3	8	1	1	2	1	1	
284	14	1	3	9	1	1	2	3	1	
285	14	2	3	9	1	1	1	1	1	
286	14	2	3	9	1	1		4	3	
287	14	1	3	9	1	1	1	4	1	
288	14	2	3	9	1	1	1	2	2	
289	14	2	3	9	1	1	2	3	3	
290	14	1	3	9	1	1	1	1	1	
291	14	1	3	9	1	1	2	1	1	
292	14	2	3	9	1	1	2	4	3	
293	14	2	3	9	1	1	1	4	3	
294	14	1	3	9	1	1	1	1	1	
295	15	1	3	8	1	2	2	1	1	1
296	15	2	3	8	1	1	2	4	2	
297	15	2	3	8	1	1	2	2	2	1
298	15	2	3	8	1	1	2	2	2	
299	15	1	3	8	1	1	2	2	4	
300	15	1	3	8	1	1	2	4	3	
301	15	1	3	8	1	2	2	2	1	2
302	15	1	3	8	1	1	2	2	1	1
303	15	1	2	8	2	2	2	1	1	2
304	15	2	3	9	1	1		1	1	1
305	15	2	3	9	1	1	1	4	1	
306	15	2	3	9	1	1	1	3	2	
307	15	1	2	9	2	2	2		1	1
308	15	1	2	9	1	2	2	2	2	1
309	15	2	3	10	1	1	2	4	1	
310	15	1	3	10	1	1	2	3	2	
311	15	2	3	11	1	1	1	2	2	
312	16	1	2	7	1	1	1	4	4	
313	16	1	2	7	2	2	2	1	1	1
314	16	2	2	7	1	1	2	4	4	
315	16	1	2	7	1	1	1	3	3	
316	16	1	2	7	1	1	2	2	4	
317	16	1	2	7	1	1	1	4	3	
318	16	2	2	7	2	2	2	1	1	1
319	16	1	2	7	1	1	1	3	2	
320	16	2	2	7	1	1	2	4	4	
321	16	1	2	7	1	1	2	2	3	
322	16	2	2	8	1	1	1	4	2	

Nº	Meio	Sexo	AnoEsc	Idade	SabesPI?	JáBrPI?	PertoPI?	MêsPas?	SemanaPas?	Razão?
323	16	1	2	8	1	1	2	2	3	
324	16	1	2	8	1	1	1	2	4	
325	16	1	2	8	1	1	2	4	4	
326	16	1	2	8	1	1	2	2	1	
327	16	2	2	8	1	1	2	1	1	1
328	16	1	2	9	2	2	2	1	1	1
329	17	1	2	8	1	1	1	3	1	
330	17	1	3	8	1	1	2	1	1	1
331	17	1	3	8	1	1	1	3	3	
332	17	1	3	8	1	1	2	4	4	
333	17	1	3	8	1	1	1	3	2	
334	17	2	3	8	1	1	1	1	1	
335	17	2	3	8	1	1	2	4	4	
336	17	2	3	8	1	1	2	2	2	
337	17	2	3	8	1	1	2	3	2	
338	17	2	3	8	1	1	1	2	2	
339	17	2	3	8	1	1	1	4	2	
340	17	1	3	9	1	1	1	3	1	
341	17	1	3	9	1	1	1	1	2	
342	17	1	3	9	1	1	2	1	1	1
343	17	1	3	9	1	1	1	1	1	2
344	17	1	3	9	1	1	2	3	3	
345	17	2	3	9	1	1	1	1	1	1
346	17	2	3	9	1	1	1	3	1	
347	17	2	3	9	1	1	1	2	1	
348	17	2	3	9	1	1	2	1	1	1
349	17	2	3	9	1	1	1	4	3	
350	18	2	3	8	1	1	1	1	1	
351	18	2	3	8	1	1	2	1	1	1
352	18	1	3	9	1	1	2	1	1	1
353	18	1	3	9	1	1	2	1	1	1
354	18	2	3	9	1	1	2	1	1	2
355	18	2	4	9	1	1	2	3	1	
356	18	2	3	9	1	1	2	1	1	2
357	18	1	4	9	1	1	2	1	1	1
358	18	1	4	9	1	1	1	1	1	1
359	18	1	4	10	1	1	2	1	1	1
360	18	1	4	10	1	1	2	1	1	1
361	18	1	3	10	1	1	2	1	1	1
362	18	2	4	10	1	1	2	1	1	1
363	18	2	3	10	1	1	2	4	1	
364	18	2	3	10	1	1	2	1	1	1
365	18	2	3	10	1	1	2	4	2	
366	18	1	3	11	1	1	2	1	1	1
367	18	2	3	11	1	1	2	1	1	1
368	18	2	4	11	1	1	2	1	1	1
369	18	2	3	11	1	1	2	4	2	
370	18	2	4	12	1	1	2	4	2	
371	18	2	4	12	1	1	2	1	1	1

Companhia?	QdVais+Pl?	Brinca+?	Gostava+	NuncaBr	QuantEsp?	OndeBr?	Pratica?	Modalidade?	Local?
1	2	1	12	2	1	3	2		
		7	12	3	1	1	2		
		14	2	5	1	1	2		
2		12	1	3	1	1	2		
		13	11		1	1	2		
		14	12	3	1	1	2		
		12	1	11	1	1	1	3	4
		2	12	10	1	1	1	2	1
		9	1	10	1	1	2		
		7	12	3	1	3	2		
		1	12	11	1	1	2		
		8	1	4	1	3	2		
5	3	11	7	6	1	1	2		
2	3	13	12	11	1	1	1	2	1
1	3	11	12	12	1	3	1	8	2
		1	2	5	1	1	2		
		14	2	11	1	1	1	12	2
2	2	1	12	2	1	1	1	12	
5	2	5	12	7	1	1	1	3	4
		7	12	3	1	1	2		
1	2	1	8	3	1	6	1	6	3
1	2	1	7	8	1	1	1	6	3
1	2	7	2	3	1	1	2		
		13	12	5	1	3	2		
		1	12	2	1	3	2		
		13	2	4	1	3	2		
		6	7	4	1	1	2		
2	3	1	2	4	1	1	2		
2	2	7	7	3	1	2	2		
2	1	1	14	3	1	3	2		
5	1	7	12	3	1	2	2		
		14	7	2	1	3	1	2	1
2	2	12	1		1	2	1	5	3
2	3	13	6		3	8	1	3	2
1	3	1	12	2	1	1	2		
3	3	13	12	12	3	3	2		
5	2	13	12		1	3	2		
2	2	1	11		1	1	2		
	2	13	1	2	1	3	2		
		7	7	5	1	3	1	6	3
2	3	7	7	2	1	1	2		
1	1	13	2	3	2	5	1	2	1
5	2	7	12	3	1	4	2		
5	3	4	12		2	2	2		
4	2	7	1	2	1	5	1	4	2
4	2	3	2	2	1	1	1	2	
4	2	14	14	2	1	1	2		
1	3	11	8		1	1	2		
5	1	3	2	4	1	3	1	2	7
		3	2	2	1	4	2		
		12	8		1	3	1	3	3
		1	2	10	1	3	1	2	7

Companhia?	QdVais+Pl?	Brinca+?	Gostava+	NuncaBr	QuantEsp?	OndeBr?	Pratica?	Modalidade?	Local?
5	2	3	1	2	1	4	2		
2	2	1	14	2	1	1	2		
		12	12	5	1	1	1	3	4
1	1	1	1	3	2	1	2		
5	2	1	7	3	2	5	1	6	3
		11	1	5	1	1	1	2	4
		3	2		1	1	1	5	3
5	1	9	1		3	1	2		
1	1	7	6		1	1	1	5	3
		7	7	3	1	4	1	2	3
4	3	1	12	3	2	3	1	12	
		14	7	3	1	3	2		
		7	7	3	1	4	2		
5	3	7	14	3	1	7	2		
2	2	5	1	2	1	3	2		
		14	7	2	1	6	2		
4	2	7	2	2	1	6	2		
		8	12		1	3	2		
5	2	3	12	2	2	1	2		
2	2	1	12	4	1	3	2		
4	3	1	11	2	3	6	2		
5	2	12	1	4	1	3	2		
5	3	4	12	3	1	7	2		
4	3	12	12		2	3	2		
5	3	1	11	3	2	3	2		
		7	1	12	3	6	2		
5	3	7	2	3	2	7	2		
5	3	1	12	3	2	3	1	5	3
5	2	7	14	3	3	1	2		
4	2	7	2		1	3	2		
5	1	7	12	3	2	7	2		
		7	7	3	2	7	2		
5	2	2	12	4	2	2	2		
2	2	2	11	6	1	7	1	12	7
5	3	12	12		2	7	2		
5	3	12	12		2	7	2		
5	3	1	12	3	2	3	2		
3	3	1	12	3	1	3	2		
4	3	1	12	3	1	3	2		
5	3	7	12	2	1	7	2		
4	1	7	2	8	3	7	2		
5	1	13	3	2	1	3	2		
		1	12	3	1	3	2		
		7	7	3	1	8	2		
		9	7	3	1	3	2		
		3	1	4	1	1	2		
2	3	7	13	3	1	4	1	3	3
		14	13		1	1	2		
		8	12		1	1	1	3	4
		1	14		1	1	2		
		1	12	2	1	6	2		
		14	7		1	1	2		
		1	2	2	1	1	2		
		7	13	3	1	1	1	6	3

Companhia?	QdVais+Pl?	Brinca+?	Gostava+	NuncaBr	QuantEsp?	OndeBr?	Pratica?	Modalidade?	Local?
		1	8	3	1	1	2		
2	2	7	12		1	3	1	3	4
		14	12		1	3	1	3	4
2	2	12	8		2	3	1	3	2
1	3	1	14	2	2	1	2		
3	2	14	4		1	3	2		
2	3	14	12		2	1	1	12	2
2	1	1	11		1	3	2		
2	2	1	12		2	3	1	5	3
2	2	1	2	11	3	3	1	2	2
		7	12	5	3	3	1	6	3
2	3	7	4	2	2	1	1	6	3
5	2	1	12		2	2	2		
2	2	7	12	2	3	4	1	6	3
5	2	7	7		1	3	1	2	7
		1	12		1	3	1	2	7
2	3	7	12	3	1	8	1	6	3
		1	12	2	1	1	2		
		8	2	5	1	1	2		
2	3	1	12	2	1	1	2		
		3	11	5	1	3	2		
		1	8	5	1	3	2		
		1	12	5	1	3	2		
4	1	1	2	4	1	1	1	3	4
5	1	7	12	2	2	3	2		
		7	2	3	1	3	2		
		1	10	5	1	2	2		
		3	9	5	1	1	1	3	4
		3	2	5	1	3	2		
2	3	7	1	11	1	1	2		
		14	13	7	1	1	2		
		3	1	5	1	1	2		
		8	12	2	1	1	2		
		1	8	5	1	3	2		
		1	12	5	1	3	1	5	3
		1	8	5	1	3	1	5	3
		8	12	2	1	1	2		
2	2	14	12	3	1	1	2		
		9	1	5	1	1	2		
1	1	1	11	2	1	1	2		
2	3	1	4	3	1	8	2		
2	3	2	12		1	1	2		
2	3	4	12		1	1	1	12	7
2	3	4	12		1	1	1	12	7
2	3	4	12	2	1	1	2		
2	2	1	12		1	1	2		
1	3	11	1		1	1	2		
		1	12	12	1	8	2		
2	3	1	4	2	1	1	2		
5	2	7	1	2	1	2	2		
		7	12	2	1	8	2		
4	2	1	12		1	3	2		
2	2	7	14	13	1	8	2		
		1	12	3	1	8	2		

Companhia?	QdVais+PI?	Brinca+?	Gostava+	NuncaBr	QuantEsp?	OndeBr?	Pratica?	Modalidade?	Local?
2	2	7	10	3	1	8	2		
		1	12	2	1	3	2		
		1	12	2	1	3	2		
		7	12	13	1	1	1	5	3
		1	12		1	3	2		
		14	7	12	1	1	2		
		14	2	4	1	1	2		
		11	14		1	1	2		
2	2	13	1	12	1	1	2		
		2	9	12	2	3	2		
		7	12	2	1	1	2		
2	3	1	2		2	3	2		
5	2	1	12		2	4	1	4	3
		1	12	5	2	1	2		
5	3	1	12		2	1	2		
		2	2		1	1	1	2	2
		1	7	5	2	1	1	3	4
		1	2		2	8	2		
2	3	7	2		2	1	2		
		7	12		1	3	2		
		1	12	2	2	1	2		
		1	2	11	1	1	2		
2	2	7	12		2	1	2		
2	2	2	2	3	1	5	1	6	3
4	2	1	12	3	1	1	2		
2	3	1	12		2	2	2		
5	2	8	12		2	1	1	2	2
		1	12		1	4	1	6	6
		1	12		1	4	1	6	3
		1	12	12	1		1	10	5
		3	5	11	1	1	2		
		1	12	2	1	1	1	2	3
		1	12	11	1	1	2		
		8	12	2	3	7	1	5	3
		7	12		3	1	1	6	
		1	12	10	1	1	1	10	6
		1	12	2	3	1	2		
		1	6	2	1	8	2		
		1	12	2	1	7	2		
		1	14	2	1	1	2		
		3	5	2	1	1	1	6	6
		7	12	12	3	8	1	6	3
		7	7	4	3	1	2		
		1	12	12	3	1	2		
		12	13	11	3	7	2		
		7	7	13	3	6	2		
		2	8	10	3	8	1	4	2
		1	12	2	1	1	1	6	3
		8	4	2	2	1	1	10	5
2	3	1	9	12	3	8	2		
2	2	1	12	2	3	1	2		
		7	7	6	3	1	1	6	3
		1	8	3	3	8	1	6	3
		7	12	12	3	8	1	6	3

Companhia?	QdVais+PI?	Brinca+?	Gostava+	NuncaBr	QuantEsp?	OndeBr?	Pratica?	Modalidade?	Local?
		2	7	10	3	8	1	6	3
		1	4	2	1	2	2		
		1	1	2	1	1	1		7
		11	4	6	1	1	1	3	4
		7	7	3	1	1	1	5	3
2	2	7	7	3	1	1	1	3	3
2	3	7	2	12	1	3	2		
		4	12	12	1	1	1	2	1
		7	2	3	1	1	1	3	4
		7	1		1	1	2		
		4	12	6	1	1	1		7
		11	12	6	2	1	1	4	2
		4	10	6	1	1	1	3	4
2	2	7	12	3	3	1	1	6	3
		7	2	3	2	1	1	3	2
		7	12	3	1	1	1	5	3
		7	12	3	3	1	1	3	4
5	1	6	6	14	1	1	1	5	3
2	2	4	8	10	3	4	2		
4	3	1	5	7	3	6	1	3	4
2	1	13	11	4	2	5	2		
2	3	3	1	10	2	2	1	3	4
2	2	7	12	3	3	2	1	6	3
5	3	6	2	3	2	5	1	3	4
		12	9	6	3	1	1	3	4
1	3	7	2	3	3	3	2		
2	3	13	2	10	2	2	2		
2	3	12	12	3	3	2	2		
2	3	12	8	1	3	2	2		
2	2	3	12	2	3	3	2		
2	3	3	2	1	3	5	2		
2	1	1	13	3	3	2	1	2	2
2	3	12	9	3	3	1	1	2	2
		12	14	5	3	1	1	3	4
		7	12	13	3	1	2		
2	2	1	10	13	3	1	1	3	3
2	3	7	11	3	1	1	2		
2	3	13	2	10	2	2	2		
2	1	5	4	2	2	3	1	2	1
2	2	1	9	2	2	6	1	2	1
		4	4		3	5	1	3	1
		14	1	1	1	3	2		
		1	12	2	1	7	2		
2	3	8	7	13	3	3	2		
2	2	14	4	2	3	3	2		
		1	12	2	2	7	1	3	4
		1	2	11	3	2	2		
2	1	1	7	8	3	2	2		
		4	9	5	1	1	2		
		7	4	2	2	6	2		
		3	1	12	2	3	1	2	1
		7	1	5	1	2	1	9	2
		14	7		3	1	2		
		14	12		3	3	2		

Companhia?	QdVais+Pl?	Brinca+?	Gostava+	NuncaBr	QuantEsp?	OndeBr?	Pratica?	Modalidade?	Local?
5	3	14	2	3	2	1	2		
		12	7		2	1	1	8	2
2	2	5	12		2	1	2		
2	2	6	2	7	3	1	2		
2	2	5	11	2	2	3	1	3	4
2	2	12	2	3	2	1	1	3	4
2	3	4	9	7	2	1	2		
		8	2	5	2	1	2		
2	3	1	4		2	1	1	3	4
2	2	1	12	2	2	1	1	3	4
2	2	14	6	2	2	5	2		
2	2	12	10	2	2	1	1	3	4
2	3	11	1	3	1	3	1	3	4
2	3	4	11	7	2	3	1	3	4
2	2	14	12	6	3	2	1	3	4
2	3	1	4	2	1	3	1	3	4
3	2	1	12	13	2	1	1	3	4
1	3	7	7		2	1	1	3	3
2	3	2	10	2	2	1	1	3	4
5	3	4	1	1	2	1	1	3	4
2	3	1	2	3	2	1	1	3	4
2	2	1	12	2	2	1	1	3	4
3	3	4	2	2	2	1	1	3	4
2	2	5	4	2	1	1	2		
4	1	14	2	3	2	3	1	3	4
3	3	2	3	11	2	4	1	3	2
		12	5	3	1	1	2		
5	2	7	12	2	1	6	2		
		1	4	3	1	2	1	3	4
2	3	12	12	2	1	2	1	3	4
2	3	1	12	4	1	5	2		
3	2	1	7	2	1	1	2		
		8	1	5	1	1	2		
		4	12	2	1	1	2		
		14	2	5	1	1	2		
		14	2	3	1	2	2		
5	3	12	12	3	1	3	2		
4	3	1	4	11	1	5	2		
		11	12	5	1	7	2		
		1	8	2	1	1	2		
2	2	4	12	11	1	1	1	4	2
3	3	9	11		1	1	2		
5	3	1	12	11	1	2	2		
1	1	13	12		2	1	1	10	6
		4	12	7	3	1	1	10	6
2	3	7	12		1		2		
2	1	5	12	2	2	1	2		
1	1	4	2		3	1	2		
1	3	1	12	4	3	1	2		
		1	7	2	3	1	2		
2	3	13	7	1	2	1	2		
3	3	7	13	1	1	4	1	5	3
3	3	1	12	7	1	1	2		
2	3	1	5	8	3	7	1	5	3

Companhia?	QdVais+Pl?	Brinca+?	Gostava+	NuncaBr	QuantEsp?	OndeBr?	Pratica?	Modalidade?	Local?
5	3	9	12	6	2	6	2		
5	3	1	9		3	6	1	3	4
2	3	1	12		1	7	1	7	6
3	3	3	1		2	1	1	2	2
		3	6	11	2	5	2		
		3	6	1	1	5	2		
2	3	14	4	1	1	1	2		
		6	10	2	1	1	1	5	2
5	3	6	1		1	2	1	4	2
2	2	9	1	12	1	1	1	5	2
5	1	6	12	2	3	5	1	5	2
5	3	1	2	2	3	4	2		
5	3	1	1		2	2	1	6	3
2	3	1	10	13	3	1	2		
5	1	6	1	2	2	1	1	5	2
5	3	7	3	4	3	1	2		
2	3	8	2		2	1	2		
2	3	9	11		2	1	1	8	2
1	2	14	1	4	1	1	2		
		6	1	4	2	1	1	5	2
		1	14	3	1	1	2		
5	1	2	1		1	1	2		
		1	2	13	3	1	1	3	3
2	3	11	11	2	2	2	2		
2	3	1	13	4	1	2	2		
		1	6	5	2	1	2		
1	1	14	12	2	2	1	2		
4	3	7	7	12	1	1	1	5	2
		7	7	3	1	7	1	5	2
		3	9	2	3	7	2		
		11	2	2	2	1	2		
		7	12	3	1	2	1	5	2
2	2	7	7	2	1	3	1	3	4
		1	2	13	1	3	2		
		3	12	12	1	1	2		
		1	2	2	1	3	2		
		1	11	10	1	7	1	5	2
		9	12	2	2	1	2		
		1	9	5	1	7	2		
		7	7	12	2	1	2		
5	2	7	7	3	1	1	1	3	3
		7	7	2	1	1	1	5	3
3	2	7	14	12	3	1	1	9	2
		12	12	11	1	4	1	3	4
		7	7	3	1	1	2		
		7	7	3	1	1	1	5	2
4	2	7	12	3	1	2	2		
4	2	7	12	3	1	7	2		
		7	12	2	1	7	1	6	3